UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

MAÍRA CARVALHO DE MORAES

Movimentos sociais, território e resistência: a luta dos trabalhadores e do movimento de luta por moradia pela vila Operária em Guarulhos, SP

SÃO PAULO

2018

MAÍRA CARVALHO DE MORAES

Movimentos sociais, território e resistência: a luta dos trabalhadores e do movimento de luta por moradia pela vila Operária em Guarulhos, SP

Versão Corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela Comissão julgadora em 05 de outubro de 2018. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a resolução CoPGr de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:

Mudança Social e Participação Política

Orientador:

Prof. Dr. Dennis Oliveira

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

CRB 8 - 4936

Moraes, Máira Carvalho de

Movimentos sociais, território e resistência: a luta dos trabalhadores e do movimento de luta por moradia pela Vila Operária em Guarulhos, SP / Máira Carvalho de Moraes ; orientador, Dennis Oliveira. – 2018

259 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Movimentos sociais - Guarulhos. 2. Regularização fundiária - Guarulhos. I. Oliveira, Dennis, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 303.484098161

Nome: MORAES, Maíra Carvalho de

Título: Movimentos sociais, território e resistência: a luta dos trabalhadores e do movimento de luta por moradia pela vila Operária em Guarulhos, SP

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração:

Mudança Social e Participação Política

Aprovado em: 05/ 10 / 2018

Banca Examinadora

Profª Drª Fabiana Felix do Amaral e Silva

Universidade do Vale do Paraíba

Prof. Dr. Sílvio Almeida

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dr. Silas Nogueira

Centro Universitário Barão de Mauá

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Betânia Moraes pelo amor e incentivo aos estudos durante toda a minha vida. Agradeço aos meus amigos e familiares. Especial agradecimento à Prof.^a Silvana, que me ensinou a ler, e à FFLCH/USP, aos professores da graduação em História, à EACH/USP, ao PROMUSPP (Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política) e à CAPES pelo apoio e incentivo à pesquisa. Agradeço também ao meu orientador Prof. Dr. Dennis Oliveira e ao CELACC/USP.

De todos os livros, o historiador escreve os mais efêmeros.

Jean-Claude Perrot

RESUMO

MORAES, Maíra Carvalho de. **Movimentos sociais, território e resistência: a luta dos trabalhadores e do movimento de luta por moradia pela vila Operária em Guarulhos, SP.** 2018. 259 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Versão Corrigida.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a história da resistência e da luta dos moradores e do Movimento de Luta por Moradia (MLM) pelo bairro de Vila Operária em Guarulhos, SP. A partir da sistematização das experiências dos moradores, buscou-se construir uma história da luta do bairro através das ações de resistência às reintegrações de posse em um espaço com problemas de regulamentação fundiária disputado pela iniciativa privada, por posseiros e pelo Estado. A partir da análise das estruturas econômicas e a superestrutura – Estado e suas instituições – ao longo da história do Brasil, verificou-se a continuidade da exclusão social e da concentração de renda e fundiária, que contribui com o crescimento das periferias na Região Metropolitana de São Paulo. Os movimentos sociais de moradia pela Reforma Urbana buscam a regularização fundiária de bairros estabelecidos, caso da Vila Operária, e têm se dedicado em defender os direitos constitucionais e o respeito às leis municipais e ao Plano Diretor. A análise da experiência dos moradores e da Vila Operária permitirá avaliar as ações de movimentos sociais de moradia pela Reforma Urbana em um contexto de regulação híbrida do Direito em que Estado e empresas atuam em conjunto na repressão às ações coletivas e à democracia.

Palavras-chave: Movimentos de moradia. Regulamentação fundiária. Regulação híbrida do Direito. Estrutura e superestrutura do modo de produção capitalista no Brasil.

ABSTRACT

MORAES, Maíra Carvalho de. **Social movements, territory and resistance:** the struggle of the workers and the movement for housing in Vila Operária in Guarulhos, SP. 259 p. Dissertation (Master Degree of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2018. Original Version Corrected.

This research aims to present the history of resistance and struggle of the residents and of the Movement for Struggle for Housing (MLM) in the neighborhood of Vila Operária in Guarulhos, SP. From the systematization of the residents' experiences, the aim was to construct a history of the neighborhood struggle through the actions of resistance to the reintegration of tenure in a space with land regulation problems disputed by the private initiative, squatters and the State. From the analysis of economic structures and the superstructure - State and its institutions - throughout the history of Brazil, the continuity of social exclusion and concentration of income and land ownership has been verified, which contributes to the growth of the peripheries in the Metropolitan Region of São Paulo. The social movements of housing by the Urban Reform seek the land regularization of established neighborhoods, in the case of Vila Operária, and has been dedicated in defending the constitutional rights and the respect to the municipal laws and the Master Plan. The analysis of the experience of the residents and Vila Operária will allow to evaluate the actions of social movements of housing by the Urban Reform in a context of Hybrid Law regulation in which State and companies act together in the repression of collective actions and democracy.

Key Words: Housing movements. Land regulation. Hybrid regulation of the law. Structure and superstructure of the capitalist mode of production in Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Capitania de São Vicente com as quatro vilas: São Vicente, Itanhaém, Santos, São Paulo e aldeamentos indígenas sob a catequese dos padres jesuítas (1551-1597).....	90
Figura 2 -	Mapa realizado com base nas descrições dos “índios” de São Miguel, 15/10/1580.....	91
Figura 3 -	Mapa do município de Guarulhos, 1932.....	96
Figura 4 -	Detalhe da região do Cabuçu-Tanque Grande – Mapa do Município de Guarulhos, 1932.....	97
Figura 5 -	Mapa dos bairros de Guarulhos.....	105
Figura 6 -	Mapa da região de Defesa da APA Cabuçu-Tanque Grande.....	107
Figura 7 -	Detalhe do mapa da região de Defesa da APA Cabuçu-Tanque Grande.....	108
Figura 8 -	Fotografia da área de divisa entre o Parque Continental III e Vila Operária.....	109
Figura 9 -	Vista da Vila Operária.....	109
Figura 10 -	Fotografia da chácara de L.G.	110
Figura 11 -	Mapa Municipal de Guarulhos. Recursos Espaciais existentes nos municípios da RMSP.....	111
Figura 12 -	Mapa de uso e ocupação do solo do município de Guarulhos.....	112
Figura 13 -	Fotografia da chácara de L.G. no alto da Vila Operária.....	113
Figura 14 -	Fotografia da chácara de L.G. no alto da Vila Operária.....	114
Figura 15 -	Recorte do Jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> de 18/08/1946.....	116
Figura 16 -	Recorte do Jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> de 13/04/1947.....	117
Figura 17 -	Levantamento Aerofotométrico da Vila Operária e arredores.....	121

Figura 18 -	Fotografia da Rua Dourado com Rua do Campo na Vila Operária, 2017.....	133
Figura 19 -	Fotografia de escoamento de esgoto in natura despejado no córrego ao lado da Rua do Campo.....	134
Figura 20 -	Mapa elaborado pelo Google Maps	135
Figura 21 -	Fotografia de loja na Rua Dourado.....	135
Figura 22 -	Fotografia de reunião do Movimento de Luta por Moradia no espaço Florestan Fernandes em Guarulhos, SP.....	139
Figura 23 -	Fotografia de manifestação em frente ao Fórum de Guarulhos, SP.....	139
Figura 24 -	Registro da Manifestação contra a desapropriação de 45 mil famílias e pela defesa da ocupação Hugo Chaves na Ponte Alta.....	141
Figura 25 -	Registro da Manifestação contra a desapropriação de 45 mil famílias e pela defesa da ocupação Hugo Chaves na Ponte Alta.....	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os cinco pontos da Sistematização de Experiências.....	72
Quadro 2 - Registros de experiências de campo.....	74
Quadro 3 - Linha do tempo das entrevistas.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados populacionais de Guarulhos.....	104
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CEBE	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
FLM	Frente de Luta por Moradia
Furnas	Furnas Centrais Elétricas
GRU	Aeroporto de Guarulhos
Ipea	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
MLM	Movimento de Luta por Moradia
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MP	Ministério Público
ONG	Organização Não Governamental
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMG	Prefeitura Municipal de Guarulhos
PT	Partido dos Trabalhadores
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
URSS	União das Repúblicas Soviéticas
ANVISA	Associação Nacional de Vigilância Sanitária

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	AS ESTRUTURAS DA ECONOMIA BRASILEIRA: TERRA, TRABALHO E PODER.....	20
2.1	A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA.....	22
2.2	O MODO DE PRODUÇÃO AMPLIADO: A REAFIRMAÇÃO DA SUPERESTRUTURA.....	23
2.3	O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO: ESTUDOS DE MACROECONOMIA BRASILEIRA.....	26
2.4	O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA COLONIAL: UMA ALTERNATIVA AO SENTIDO DA COLONIZAÇÃO.....	31
2.5	AS NOVAS TENDÊNCIAS DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL.....	35
2.6	O DESENVOLVIMENTO NA ECONOMIA BRASILEIRA.....	40
2.7	CAPITAL INTERNACIONAL NAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS..	41
2.8	O PROJETO ECONÔMICO VARGUISTA.....	44
2.9	O DESENVOLVIMENTISMO COMO RETÓRICA DA POLÍTICA MACROECONÔMICA BRASILEIRA PÓS-VARGAS.....	48
2.10	NOVO DESENVOLVIMENTISMO E SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO....	50
3	A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL: PROJETO FUNDIÁRIO COM OS PÉS NO PASSADO.....	55
3.1	NÓS E ELES: A ELITE AGRÁRIA E OS TRABALHADORES.....	56
3.2	A LEI DE TERRAS NO ESPAÇO URBANO.....	59
4	MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA.....	61
5	A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA MOVIMENTOS SOCIAIS.....	69
5.1	O QUE É A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS?.....	70

5.2	A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NA PRÁTICA: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	71
5.3	O PONTO DE PARTIDA.....	72
5.3.1	Ter o registro da experiência.....	74
5.3.2	As perguntas iniciais.....	76
5.3.3	As entrevistas.....	77
<u>5.3.3.1</u>	<u>As entrevistas base</u>	79
5.3.4	Reconstrução do processo vivido.....	80
5.3.5	A reflexão de fundo: por que aconteceu como aconteceu?.....	81
5.3.6	Os pontos de chegada.....	82
5.3.7	Os limites da sistematização de experiências.....	82
6	PESQUISA HISTÓRICA E GEOGRAFIA.....	86
6.1	HISTÓRIA DE GUARULHOS.....	89
6.2	A SERRA DA CANTAREIRA E A EXPLORAÇÃO AURÍFERA NA REGIÃO DO CABUÇU.....	94
6.3	METROPOLIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO.....	100
6.4	A PAISAGEM DO BAIRRO VILA OPERÁRIA.....	106
6.5	A ORIGEM DA VILA OPERÁRIA.....	111
6.6	A CHEGADA À VILA OPERÁRIA: HISTÓRIAS DE VIDA.....	121
6.7	A CHEGADA À VILA OPERÁRIA: O ACESSO AO LOTE.....	124
6.8	A CHEGADA À VILA OPERÁRIA: AS MELHORIAS NO BAIRRO.....	131
6.9	O MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA.....	136
6.10	A RESISTÊNCIA DOS MORADORES.....	142

6.11	A FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES.....	144
6.12	A FORMAÇÃO DAS ÁREAS DE ZEIS E OS ACORDOS.....	147
6.13	A FORMAÇÃO DA SEGUNDA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES.....	150
7	OS CONFLITOS – CONTRA O ESTADO E CONTRA A INICIATIVA PRIVADA.....	153
8	MOVIMENTOS SOCIAIS, CAPITALISMO E CRISE DA DEMOCRACIA...	159
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	REFERÊNCIAS.....	171
	APÊNDICE A – ENTREVISTAS.....	179
	ANEXO A – REPORTAGENS SOBRE A VILA OPERÁRIA.....	255

1 INTRODUÇÃO

A história dos movimentos populares de trabalhadores no Brasil foi uma temática muito importante durante os estudos da graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). A partir da Especialização em Mídia, Informação e Cultura pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC), da mesma universidade, foi possível realizar uma pesquisa de campo com os movimentos de moradia do centro de São Paulo, especialmente os pertencentes à Frente de Luta por Moradia (FLM). Contudo, apesar do grande número de pesquisas de mestrado e doutorado sobre as ocupações do centro nas bases de dados da USP, as cidades da Região Metropolitana da Grande São Paulo não tinham uma grande quantidade de registros. Guarulhos era uma das cidades que apresentavam uma diversidade de problemas fundiários, muitos deles divulgados nos jornais da cidade. Dentre eles, a disputa fundiária pelo bairro da Vila Operária, localizada no noroeste de Guarulhos, entre os Parques Continentais III e IV e a APA – Cabuçu-Tanque Grande. Por se tratar de uma área não legalizada e por seu espaço estar dentro das matrículas dos Parques Continentais, moradores, Estado e a Imobiliária Continental têm se enfrentado há anos pela titularidade da área. As reintegrações de posse têm sido recorrentes, especialmente contra os moradores pobres da Vila Operária.

O objetivo desta dissertação é conhecer a história da ocupação da Vila Operária através de alguns moradores que participaram e ainda participam da resistência às reintegrações e da luta pela legalização do bairro. A partir dessas experiências, reconhecer como o Movimento de Luta por Moradia (MLM) auxiliou os moradores na resistência às reintegrações de posse. A partir da narrativa dessas experiências, perceber como os movimentos de moradia pela Reforma Urbana, caso do MLM, têm se organizado no contexto em que o Estado e a iniciativa privada têm atuado conjuntamente na especulação imobiliária de áreas periféricas de Guarulhos.

A dissertação foi dividida em dois eixos, o eixo teórico e o eixo da pesquisa de campo. O eixo teórico apresenta capítulos sobre a estrutura da economia brasileira, baseada no tripé Terra, Trabalho e Poder. Esse eixo se inicia com a discussão sobre a estrutura e a superestrutura, com base nos estudos de Karl Marx (2008) e do grupo de Louis Althusser em meados da década de 1960. Especialmente, nos trabalhos de Louis Althusser e Etienne Balibar (1965; 1998) sobre o modo de produção ampliado. Foram utilizados também, os estudos de Décio Saes (1994) sobre o grupo *althusseriano* e seus desdobramentos. O conceito de modo de produção ampliado permitiu que não houvesse uma hierarquia entre a estrutura e a superestrutura. No caso brasileiro, houve especificidades por conta da implantação do modo de produção escravista e suas heranças, como a concentração de terras e renda nas mãos da elite. A partir dessa base marxiana, foram discutidas as teses sobre os modos de produção que ocorreram no Brasil. Os conceitos de *sentido da colonização*, criado por Caio Prado Junior (1994), e o de *modo de produção escravista colonial*, por Ciro Flamarion (1980) e Jacob Gorender (1980), foram dois exemplos de conceitos em antítese, que auxiliaram na compreensão da base econômica brasileira. A partir desse embate, e retomando o modo de produção ampliado, discutiram-se as alternativas a ambos os conceitos, especialmente os estudos de Vera Lúcia Amaral Ferlini (2009) e Rafael Marquese (2006) sobre o impacto da política na economia brasileira. Após a discussão sobre a economia do Brasil colonial e do Brasil Independente, foi discutida a noção de desenvolvimento na economia, iniciada no governo Vargas (1939-1945), e suas alterações para desenvolvimentismo, com base em estudos do IPEA (2010) sobre a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). E por fim, a trajetória econômica dos governos pós-ditadura civil militar. Esse mergulho na história da economia brasileira justifica-se pela inferência de que a concentração fundiária, a exclusão da classe trabalhadora e a concentração de riquezas nas mãos da elite financeira não foram fenômenos conjunturais, mas estruturais, derivados das condições impostas pelo escravismo colonial e pela tipologia de capitalismo que se instalou no Brasil.

Os estudos sobre a concentração fundiária se concentraram na análise histórica da Lei de Terras de 1850 e como sua regulamentação guardou mais aspectos arcaicos do que modernos. Essa concepção teve como base os estudos de Emília Viotti (2010) e Raquel Glezer (2007). Para explicar a transição da mão de obra escrava para imigrante e a mercantilização da terra, foi utilizada a obra “Cativo da Terra, de José de Souza Martins (1981), cujo mote é o de que a terra se tornou cativa do capital após a transição do modo de produção.

O terceiro capítulo teórico apresentou os conceitos sobre movimentos sociais de moradia, especialmente os que utilizaram a história e as experiências da classe trabalhadora como fonte. A escola inglesa de historiografia de E.P. Thompson, os estudos de Maria da Glória Gohn (1991) e Edson Miagusko (2012) foram a base teórica para compreensão das duas fases dos movimentos sociais de moradia, a das décadas de 1960 a 1980 do século XX e a pós-1990, em um contexto neoliberal e de criminalização.

Para a realização da pesquisa de campo, foi utilizada a “Sistematização de Experiências”, de Oscar Jara Holliday (1996, 2006), sociólogo peruano, que criou esse conceito baseado nas ideias de Paulo Freire sobre educação popular. Nessa metodologia, as narrativas das experiências dos movimentos sociais foram sistematizadas através de cinco passos para que o MLM e a Vila Operária pudessem conhecer sua história de luta.

A pesquisa de campo contou com entrevistas com moradores e participantes da luta pela Vila Operária. A maioria dos entrevistados participou da formação de duas associações de moradores. Os subcapítulos se dividiram de acordo com a metodologia da sistematização de experiências: levantamento histórico do território, a sistematização da luta e as considerações do pesquisador.

Para a realização dessa dissertação, as obras de Milton Santos (2005, 2012), como “Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional e “Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo”, foram utilizados para a compreensão da técnica e da norma além do espaço do Direito, mas como parte e condição do mundo sob modo de produção capitalista.

O sistema de objetos e ações que alterou as paisagens, que criou a tecnologia e organizou a vida.

Esta dissertação apontou como hipótese a mudança na ação dos movimentos sociais de Reforma Urbana pós-1990. Essa mudança deveu-se a somatória das estruturas econômico-políticas brasileiras, desde o escravismo, que culminou com a concentração de terras e renda e a exclusão de grande parte da população dos direitos mínimos de cidadania. A partir da conjuntura atual do capitalismo financeiro brasileiro com maior concentração de renda nas mãos de grandes empresários transnacionais, ocorreu uma atuação cada vez maior dessas empresas no Estado brasileiro. Originou-se a Regulação Híbrida, em que o Estado não é mais o único orientador das leis, sendo fortemente influenciado pelas empresas e organizações. A partir dessa influência, movimentos sociais de luta têm sido criminalizados, transformando suas ações, devido ao cenário belicoso, na defesa da Constituição. Desse modo, a pauta dos movimentos de reforma urbana tem se concentrado na defesa da Constituição e das leis municipais e estaduais. A partir dessa constatação, verificou-se se a atual fase do capitalismo coaduna com a existência da democracia no Brasil.

2 AS ESTRUTURAS DA ECONOMIA BRASILEIRA: TERRA, TRABALHO E PODER

O Bairro de Vila Operária está localizado na periferia de Guarulhos, próximo aos bairros da Vila Rio e Cabuçu. É uma área de declive, com casas de autoconstrução, ruas que foram asfaltadas por seus moradores, um campo de futebol e entrecortado por uma torre de alta tensão. Ao adentrar nesse bairro com características comuns de periferia, trabalhadores de toda a sorte caminham com dificuldade pelas ruas de asfalto sofrível. Seus moradores, muitos oriundos dos estados do Nordeste do Brasil, vieram morar na Vila Operária pela força da necessidade. As pessoas que visitam esse bairro hoje não conseguem vislumbrar as camadas de história que esse espaço carrega. São lutas e resistências de seus moradores pelo direito à moradia. Nessa história, estão dispostos temas que são comuns à história brasileira: a concentração de terra nas mãos das classes hegemônicas, a exclusão dos trabalhadores dos direitos mínimos de sobrevivência e o poder exercido pelo Estado a favor das elites. Só é possível compreender os movimentos de moradia se iniciarmos pela base: a estrutura socioeconômica brasileira. A intenção deste primeiro capítulo é analisar a implantação do modo de produção no Brasil, suas relações de produção e inferir sobre o seu impacto até o presente momento.

O debate historiográfico acerca da estrutura da economia brasileira é bastante intenso. Porém, antes de explorar as alternativas, como prerrogativa inicial alguns conceitos devem ser afirmados. Dentre eles, a base teórico-metodológica deste trabalho, o materialismo histórico dialético de Karl Marx. Em “Contribuição à crítica da economia política”¹, Marx dissertou sobre como o método materialista-histórico auxiliou no entendimento de uma dada realidade social.

Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições

¹ MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

estas que Hegel, exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia pelo nome de “sociedade civil”. (MARX, 2008, p. 47).

E o estudo das relações de produção demonstrou o grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade.

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva a uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem as formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (IBIDEM, p. 47).

Em sua argumentação, apresentou o estudo da Economia Política, baseada na propriedade privada e na exploração do trabalho assalariado na Europa Ocidental. No capítulo sobre a Teoria Moderna da Colonização, em “O Capital” as colônias apresentaram um problema no modelo de análise da economia política, porque essas economias estavam em nível diferente das economias ocidentais europeias. A maioria dos territórios coloniais, naquele momento da produção de “O Capital” não tinham passado pelo processo de expropriação da terra e da transição para o trabalhador assalariado. A terra estava nas mãos do Estado (controlado pela metrópole) e de poucos senhores. A mão de obra era majoritariamente escrava (indígena ou negro-africana).

Nelas, o regime capitalista se choca por toda a parte contra o obstáculo do produtor, que, como possuidor de suas próprias condições de trabalho, enriquece a si mesmo por seu trabalho, e não ao capitalista. A contradição desses dois sistemas econômicos diametralmente opostos se efetiva aqui, de maneira prática, da luta entre eles. Onde o capitalista é respaldado pelo poder da metrópole, ele procura eliminar à força o modo de produção e apropriação fundado no trabalho próprio. O mesmo interesse que, na metrópole, leva o sicofanta do capital, o economista-político, a tratar teoricamente o modo de produção capitalista com base em seu oposto, leva-o aqui *to make a clean breast of it* [a falar sinceramente] e a proclamar em alto e bom som a antítese dos modos de produção. (MARX, 2013, p. 835).

No trecho acima, Marx apontou como o modo de produção capitalista conviveu com formas consideradas “menos desenvolvidas” de relações de produção e formação social. A análise dessas relações de produção coloniais auxiliou Marx na compreensão do modo de produção capitalista: “a verdade das relações capitalistas da metrópole” (IBIDEM, p. 836). As colônias produziram mercadoria, sejam metais preciosos ou produtos tropicais, possuíam a tecnologia e mão de obra. Contudo, a dominação política e econômica da metrópole e o escravismo não as inseriram no modo de produção capitalista

automaticamente. Primeiro, porque não houve uma centralização do capital, que se encontrava nas mãos dos produtores, que trabalhavam para si mesmos. E não havia uma classe trabalhadora para que o mais-valor (apropriação do trabalho pelo capitalista) pudesse ser acumulado. A terra estava nas mãos de poucos no caso brasileiro: do Estado, da Igreja Católica (jesuítas por exemplo), de funcionários públicos e de proprietários (geralmente aristocratas e capitalistas) escolhidos a dedo pela própria metrópole. Em geral, nas colônias não ocorreu o processo de expropriação da terra das mãos do trabalhador. Não houve a formação da classe trabalhadora até fins do século XIX, e a regulação das terras, com algumas considerações, se realizaria de forma conservadora apenas a partir da Lei de Terras de 1850. Marx reafirmou que o modo de produção capitalista de produção e acumulação implica a propriedade privada e a expropriação da terra do trabalhador (MARX, 2013, p. 844). A reflexão sobre as colônias americanas em “O Capital” se concentrou no estudo das colônias do Sul dos Estados Unidos. Logo, a realidade latino-americana exigiu que os intelectuais marxianos elaborassem novas teorias.

2.1 A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

Na física, o movimento necessita de energia potencial para transformar-se em energia cinética, ou seja, no movimento em si. O capitalismo possui uma estratégia similar. Para organizar suas ações, necessitou de um longo período de acumulação primitiva, o impulso inicial para que as relações de produção começassem a se reproduzir. Na Europa o controle da terra e do trabalho pelo modo de produção feudal, culminou na acumulação de capital e também de tecnologia. O mundo não teve seu início na era burguesa; o dinheiro, o valor, a mercadoria, a produção, as relações de produção, a tecnologia, tudo isso estava no mundo antes da industrialização. A mudança que Marx pontuou em sua obra é a de que, no modo de produção capitalista, as relações foram dominadas pelo capital. Inclusive as questões psicológicas, como os comportamentos, a relação com o tempo, com a natureza, as relações entre os homens, entre outros.

Na sociedade burguesa acontece o contrário. A agricultura transforma-se mais e mais em simples ramo da indústria e é dominada

completamente pelo capital. A mesma coisa ocorre com a renda territorial. Em todas as formas em que domina a propriedade rural, a relação com a natureza é preponderante. Naquelas que reina o capital, o que prevalece é o elemento produzido historicamente. (MARX, 2008, p. 266 e 267).

O capital é a potência econômica das sociedades burguesas. Mas, para sua realização, longos anos de acumulação primitiva foram necessários. Como a acumulação de capital dinheiro nas mãos dos senhores feudais, das guildas de comércio e dos primeiros bancos. Assim como a acumulação de tecnologias desenvolvidas para gerar as futuras indústrias e a desapropriação da terra e a urbanização das cidades para receberem as indústrias e os trabalhadores egressos do campo. O comércio colonial, que gerou enormes dividendos à Europa, favoreceu ainda mais a transição de modo de produção. No caso inglês, sua influência sobre Portugal foi fundamental para dominar o comércio e obter os lucros necessários para financiamento da industrialização. No Brasil esse processo de acumulação foi longo, justamente por ter passado pelo domínio colonial. A acumulação primitiva se realizou sob a exploração do trabalho escravo de indígenas e negros africanos e a concentração da terra e do poder nas mãos senhoriais. O potencial para a industrialização brasileira só foi possível a partir da crise do café, nos fins do século XIX e início do XX. Quase 300 anos de acumulação para o início de uma pequena industrialização e das relações de trabalho assalariado no Brasil.

2.2 O MODO DE PRODUÇÃO AMPLIADO: A REAFIRMAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA SUPERESTRUTURA

O debate entre autores marxianos sobre a predominância da estrutura sobre a superestrutura tem sido extremamente profícuo nas ciências humanas. Parte desse debate foi incentivado pelo grupo de estudos de Louis Althusser, sociólogo franco-argelino, que criou um grupo de estudos que propôs continuar os estudos sobre o capital iniciados por Karl Marx. Esta dissertação não pretende apontar uma filiação althusseriana, porém algumas questões levantadas pelo grupo de Althusser couberam nas premissas desta pesquisa. Uma delas é a importância das organizações sociais, políticas e jurídicas no estudo da

sociedade. O grupo de Althusser, composto também por Etienne Balibar, Roger Establet, Jaques Rancière e Pierre Macherey, iniciou suas atividades na década de 1960, tendo publicado por quase dez anos, artigos e livros que aprofundaram a visão marxiana sobre a história. Esse grupo se desfez rapidamente, mas os rastros de suas preposições ecoam até os dias de hoje. Essas posições teóricas pretendiam reforçar o materialismo histórico dialético nas teses de Marx e deixaram de lado os estudos marxianos voltados à filosofia.

Fazendo um balanço geral da posição althusseriana sobre a dialética, pode-se dizer que essa corrente rejeita a dialética hegeliana; e reconhece a importância do trabalho realizado por Engels, Stalin e Mao Tse Tung na definição dos princípios do método dialético de análise da realidade social e histórica. (SAES, 2016, p. 120).

Um dos pontos de crítica do grupo althusseriano era em relação ao prefácio de “Contribuição Crítica da Economia Política” de Karl Marx, que evocou o modelo de estrutura e superestrutura para explicação do todo social, no qual a estrutura econômica seria determinante à superestrutura.

O conceito althusseriano de “modo de produção” é, em primeiro lugar, um conceito “ampliado”: o “modo de produção” não designa mais apenas a “infraestrutura” (relações de produção, forças produtivas), mas também a “superestrutura” (Estado, Direito, ideologia dominante). Esta agora é parte integrante do “modo de produção”, ao lado da estrutura econômica; e não mais um mero reflexo externo da “infraestrutura”. “Modo de produção” designa, doravante, uma articulação entre estruturas (ou instâncias) diversas. (SAES, 1994, p. 44).

A visão que o grupo althusseriano desejou combater em suas teses foi a da predominância economicista do modo de produção. Para não se afastar tanto da argumentação de Marx, optou pelo conceito de *determinação em última instância* da estrutura sobre a superestrutura. Segundo Saes (2016) essa ideia foi trabalhada por Etienne Balibar na análise da transição dos modos de produção. Em outros modos de produção, a estrutura econômica poderia variar de lugar e função dentro do todo social. Desse modo, a estrutura econômica poderia exigir das outras instâncias um papel mais determinante num modo de produção particular (SAES, 1994, p. 44). Como, por exemplo, a formação de uma classe senhorial escravista no âmbito da economia interna brasileira. Independentemente do modo de produção, seja o modelo capitalista ou o modo de produção escravista colonial, foi possível observar manutenção da classe senhorial. Essa classe não se extinguiu com a transição dos modos de produção

no caso da economia do café. Em relação ao Direito, o grupo *althusseriano* logrou em levantar questões importantes, como a normatização das relações econômicas, sociais e territoriais.

Para tomar um único exemplo, compreende-se que a análise da compra e venda da força de trabalho, de onde existem as relações de produção capitalistas (a separação entre os proprietários do meio de produção, de um lado, e os trabalhadores assalariados de outro), supõe diretamente, para o entendimento do seu objeto, as relações jurídicas formais, constituindo em sujeitos de direito o comprador (o capitalista) tanto quanto o vendedor (o assalariado) da força de trabalho, bem como toda a superestrutura política e ideológica que mantém e contém os agentes econômicos na distribuição de papéis, que faz de uma minoria de exploradores os proprietários do modo de produção, e da maioria da população em produtores de mais-valia. (SAES, 1994, p. 45).

Outro ponto da tese do grupo *althusseriano* foi o de repensar a noção de contradição no todo social. De acordo com Saes (2016, p. 123), essa proposição gerou um novo modo de olhar a contradição e diminuir o seu peso no todo social. No modo de produção capitalista as relações de complementaridade são o fator chave da reprodução social. A contradição é o motor da destruição do processo de reprodução social. Mas, para manter o modo de produção em funcionamento foi preciso que houvesse complementaridade (e não a contradição) entre a estrutura e superestrutura. A ação do Estado, da política, da ideologia e do direito no controle das contradições é crucial na manutenção das relações de produção. Saes (2016, p. 127) apontou que foi Balibar quem amadureceu a tese de contradição e complementaridade, quando estudou a transição entre modos de produção. Pois, há um momento em que o princípio dialético de implicação das estruturas deixou de vigorar, e a estrutura jurídico-política se transformou e passou a ter um papel transformador e desestruturador, dirigindo a dissolução da estrutura econômica para orientar uma nova. Importante notar o papel da política, das organizações, dos movimentos sociais nessa mudança. Nesse caso, o grupo *althusseriano* estava pensando nas revoluções ocorridas na URSS e em Cuba, em que a organização política pôde modificar o modo de produção. No caso brasileiro, apesar de não ter havido uma mudança na estrutura e na superestrutura, não significou que não houve pressão. Retomando Marx no prefácio da “Contribuição Crítica da Economia Política”:

O resultado geral a que cheguei e, que uma vez obtido, serviu-me de guia dos meus estudos pode ser formulado, resumidamente, assim: na

produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. (MARX, 2008, p. 47).

Sendo assim, foi perceptível o papel condicionante das relações de produção (estrutura). Porém, em diversos outros textos de Marx, como o “18 de Brumário”, foi possível verificar como as questões políticas se coadunaram para favorecer o funcionamento do capital. Porém, no caso da formação da URSS, a organização política foi um dos responsáveis pela mudança total. O grupo *althusseriano* se desfez em poucos anos, meados da década de 1970, e alguns deles mudaram suas ideias, como o caso do próprio Althusser e de Balibar (SAES, 2016, p. 132). Porém, muitas das inferências desse grupo de estudo, como a importância das instituições do Estado, do Direito e das organizações na reprodução das relações de produção foram importantes para pensar sobre a questão social no Brasil. Um exemplo da força da conjuntura na história brasileira foi o movimento abolicionista. Apesar de não desejar uma transformação política radical, como a mudança da estrutura econômica, suas ações foram importantes para a finalização do escravismo no Brasil.

2.3 O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO: ESTUDOS DE MACROECONOMIA BRASILEIRA

A produção historiográfica brasileira promoveu um intenso debate sobre a utilização do materialismo histórico dialético na análise das relações de produção e da formação social do Brasil. Para situar alguns debates, havia as linhas que defendiam a existência de um modo de produção específico brasileiro e as que afirmavam que o Brasil já se encontrava na lógica do modo de produção capitalista.

Caio Prado Júnior (1994) em “Formação do Brasil Contemporâneo”², apresentou, no capítulo “Sentido da colonização”, as bases que colocaram o Brasil dentro do modo de produção capitalista. Prado Júnior procurou um sentido para a empresa lusitana no Brasil. Para ele, o pioneirismo português no desbravamento do Atlântico e na ocupação da África e Ásia por feitorias tinha o intuito de dominar o mercado e as rotas comerciais com o Oriente. O mote principal da empresa colonial foi a consolidação do modo de produção capitalista na Europa – com a emergência de Portugal e Espanha no século XVI –, do qual o Brasil é um pequeno detalhe no âmbito geral. Os fatos conjunturais da Europa, como a expansão marítima, a mudança no comércio ocidental, que saiu das mãos dos territórios centrais para Inglaterra, Países Baixos, Bretanha e Península Ibérica, foram também parte da história brasileira (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 19).

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos dessa era, que se convencionou com razão chamar dos “descobrimentos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora. Não tem outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores (IBIDEM, p. 20).

Nesse texto seminal surgiu a ideia da colonização de exploração/povoamento “[...] a ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América [...]”. (PRADO JUNIOR, 1994, p. 21 e 22).

Prado Junior propôs que a empresa comercial portuguesa procurava territórios para a produção de produtos de alto valor no mercado. Porém, o empresário português também trabalharia na produção junto com os escravos das etnias autóctones. A partir da implantação do trabalho escravo do negro africano em fins do século XVII, o europeu estaria em seu lugar de direito no gerenciamento da empresa colonial (IBIDEM, 1994, p. 28). Em suma, a

² PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo, SP: 1994, Brasiliense.

argumentação do sentido da colonização é baseada no pioneirismo lusitano, reflexo do desenvolvimento do modo de produção capitalista europeu, que investiu em terras longínquas e primitivas, levando-as ao concerto da civilização. Sendo assim, o mercantilismo era a característica econômica central das economias europeias e responsável pela emergência do modo de produção capitalista.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos. (PRADO JÚNIOR, 1994. p. 29).

Para Prado Junior (1994), a formação do Brasil é resultante da empresa colonial mercantilista, especializada na produção e comercialização de gêneros tropicais e metais preciosos para o comércio europeu. O *sentido da colonização* foi um conceito utilizado por diversos historiadores, por vezes adotando algumas mudanças em sua caracterização. Dentre eles Fernando Novais (1995), em sua obra sobre o *Antigo Sistema Colonial* intitulada “Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808”³. A ideia da colonização como parte do modo de produção capitalista em expansão na Europa caracterizou muitos dos trabalhos historiográficos. Especialmente porque trataram a história colonial brasileira por uma perspectiva macroeconômica com base no conceito de sistema-mundo.⁴

Em “História Econômica do Brasil”⁵, Prado Junior (2002) aprofundou suas ideias sobre as relações de produção e a formação social do Brasil serem resultantes do modo de produção capitalista europeu, representado na figura da metrópole Portugal. Afirmou o pioneirismo português e a vocação comercial na

³ NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo, SP: Hucitec, 1995.

⁴ O sistema-mundo ou economia-mundo, em que uma cidade ou território ocupa centralidade econômica do modo de produção capitalista e organiza as relações de produção e a formação social dos demais territórios em sua periferia.

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, SP: 2002, Brasiliense.

produção e comercialização dos produtos tropicais. O autor dividiu a história brasileira pela sua produção, critério que foi adotado por outros economistas e historiadores, como Celso Furtado. O Brasil Colonial foi destacado pela existência da unidade produtora, a fazenda de cana-de açúcar, grande propriedade de terra com mão de obra escrava inicialmente indígena e posteriormente africana.

O seu elemento central é o engenho, isto é, a fábrica propriamente, onde se reúnem as instalações para a manipulação da cana e o preparo do açúcar. O nome engenho estendeu-se da fábrica para o conjunto da propriedade com suas terras e cultura: engenho e propriedade canavieira se tornaram sinônimos. Embora o proprietário explore, em regra, diretamente suas terras (como ficou entendido acima), há casos em que lavradores que se ocupam com a cultura e produzem cana por conta própria, obrigando-se, contudo, a moerem sua produção no engenho do proprietário. (PRADO JUNIOR, 1981, p. 37).

No latifúndio plantava-se cana-de-açúcar, produzia-se açúcar e aguardente. O tabaco produzido no Nordeste também foi parte dos produtos tropicais de exportação. A economia brasileira colonial era definida por atividades de exportação de produtos tropicais e por uma economia de subsistência. Prado Júnior expôs em sua obra a questão da economia da subsistência, por conta dos problemas de abastecimento e dos agregados das fazendas. Após esse período, a exploração de metais preciosos nas Minas Gerais provocou o recrudescimento da organização administrativa da colônia, a fim de controlar a exploração das riquezas. Nesse ponto, a metrópole em crise procurou explorar ao máximo o potencial econômico da colônia por meio de um sistema tributário mais rigoroso, com impostos sobre a mão de obra escrava, o *quinto* e a instituição da *derrama*, quando o valor dos impostos em ouro não era alcançado. Porém, o povoamento se tornou mais localizado, em núcleos isolados de riqueza cercados por latifúndios e pobreza. O setor Centro-Sul ganhou notoriedade em relação ao eixo Norte-Nordeste, pois concentrou a produção aurífera e a de gêneros de subsistência - agricultura e pecuária:

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia). A própria capital da colônia (capital mais de nome, pois as diferentes capitanias, que hoje são os Estados, sempre foram mais ou menos independentes entre si, subordinando-se cada qual diretamente a Lisboa) transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro. As comunicações mais fáceis das minas para o exterior se fazem por este

porto, que se tornará assim o principal centro urbano da colônia (PRADO JUNIOR, 1981, p. 64).

Em “História Econômica do Brasil”, o autor destacou o desenvolvimento da pecuária no interior nordestino e o seu declínio devido à seca. Nessa fase do Antigo Sistema Colonial, pesquisou sobre a produção interna, porém, sem maiores detalhes sobre a formação social e as relações de produção. A crise do pacto colonial foi observada pelo eclipse do exclusivo metropolitano. Ou seja, a demanda do modo de produção capitalista no início de sua fase industrial impôs às metrópoles coloniais uma nova dinâmica. Portugal e Espanha não tiveram os elementos suficientes para a industrialização, e, diante dessa crise interna nas coroas ibéricas, as colônias questionaram o exclusivo metropolitano. “A indústria capitalista toma logo tamanho vulto que ofusca o capitalismo comercial e assume cada vez mais o domínio da economia europeia” (PRADO JUNIOR, 1981, p. 124). A percepção desse atraso das metrópoles gerou as independências da maioria das colônias latino-americanas. O caso do Brasil é *sui generis*, devido à chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro no início do século XIX (1808). Fugitivos da dominação napoleônica desembarcaram estrategicamente no Brasil. A partir dessa chegada, a abertura dos portos em 1808 rompeu com o exclusivo colonial, ou seja, o Brasil poderia fazer comércio com outras nações além de Portugal. A chegada da corte e do funcionalismo público impôs uma carga de despesas ao Estado, que exigiu uma reorganização administrativa e tributária. A partir da abertura dos portos, os bens industrializados ingleses invadiram o Brasil e aniquilaram a pequena indústria (artesanato). Ocorreu um forte desequilíbrio da economia colonial. O inchaço do Estado e a falta de organização econômica levaram a um déficit nas contas públicas e às dificuldades na produção.

Nestas condições, o Brasil viverá em déficit orçamentário forçoso e permanente. Desde a transferência da corte em 1808, pelos anos afora, as contas públicas saldar-se-ão cada ano, quase sem exceção, em débito. Isto se resolverá em regra pelo não pagamento sumário dos compromissos. Funcionalismo em atraso, dívidas proteladas, são fatos não somente comuns na vida financeira do Brasil, mas antes a regra poucas vezes infringida. Outro expediente serão as emissões de papel moeda de curso forçado que se sucedem a jato contínuo. Finalmente os empréstimos externos, pois dentro do país nem havia capitais para cobrir as necessidades do Tesouro Público [...]. (PRADO JUNIOR, 1981, p. 139).

O Brasil continuou com dificuldades econômicas, apesar do fim do exclusivo colonial. Foi dominado economicamente pelo império britânico. Além dos problemas econômicos, as questões internas das fronteiras, como no Sul e nos sertões, foram problemáticas.

O estudo da crise da escravidão e da monocultura do café também foi tratado sob a ótica do capitalismo. A pressão inglesa e os acordos de Viena⁶ foram, de acordo com Prado Júnior, os impulsores do abolicionismo no Brasil. Os passos em direção ao fim da escravidão foram empreendidos pela nascente burguesia cafeeira e pela pressão europeia. A produção de café acabou por ocupar o Vale do Paraíba e, posteriormente, os sertões paulistas (Oeste).

A lavoura do café marca na produção econômica do Brasil um período bem caracterizado. Durante três quartos de século concentra-se nela quase toda a riqueza do país; e mesmo em termos absolutos ela é notável: o Brasil é o grande produtor mundial, com quase um monopólio, de um gênero que tomará o primeiro lugar entre os produtos primários do comércio internacional. (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 167).

A elite cafeeira foi a aristocracia que dominou à época o cenário econômico e político do país. Por vezes, Prado Junior evidenciou o caráter “mais avançado” dessas elites, pois foi com o excedente da produção de café que foi iniciado o processo industrial brasileiro. A partir do ciclo cafeeiro também foi iniciada a extinção da escravidão, dada por Prado Júnior como uma iniciativa dos fazendeiros de café devido às pressões internacionais.

Metodologicamente o estudo da economia brasileira foi descrito pela sua relação com o outro, o dominador, a economia europeia. Uma inferência possível seria a da adaptação dos conceitos marxianos à realidade brasileira. Adaptação que seria revista pela historiografia posteriormente.

2.4 O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA COLONIAL: UMA ALTERNATIVA AO SENTIDO DA COLONIZAÇÃO

A tese do *sentido da colonização* influenciou muitos pesquisadores brasileiros. Porém, houve, em meados da década de 1970, uma onda de

⁶ Congresso de Viena (1814-1815) restaurou os Bourbon ao trono francês após a queda de Napoleão Bonaparte. Entre as definições do tratado estava a de abolição do tráfico negreiro.

questionamentos dessa tese. O principal argumento dessas pesquisas foi o de que o Brasil tinha um modo de produção diferente, que mantinha estreitos laços com o modo de produção capitalista europeu. Discussão iniciada por Ciro Flamarion Cardoso, mas que ganhou destaque com a publicação de “Escravidão Colonial”, de Jacob Gorender, em 1978. Nessa publicação Gorender propôs a tese do *modo de produção escravista colonial*. No conceito de modo de produção marxiano, a categoria modo de produção foi conjugada junto a outras modalidades de análise da realidade: as relações de produção, as forças produtivas, as classes sociais e a luta de classes.

Ora destacamos, com Marx, no sentido restrito que deu às relações de produção, o processo produtivo propriamente, ora recuperamos a categoria modo de produção, na etapa de distribuição e circulação e poderíamos até, forçando um pouco, essencializar a partir da trama da realização, se reconhecermos que o núcleo de poder e decisões se perfila também na esfera onde mais e melhor se consome dentro do Sistema: dos bens materiais aos sociais, da ciência à ideologia. (GORENDER, 1980, p. 16).

Além da categoria modo de produção, esses pesquisadores voltaram-se aos estudos de Rosa Luxemburgo, que argumentou que apenas a Inglaterra estava sob o modo de produção capitalista. Desse modo, alguns dos países da Europa ainda estavam no processo de transição. (LAPA, 1980, p. 18).

O grupo que procuraria no modo de produção uma explicação para a formação econômico-social do Brasil enfatizou o olhar para o concreto da realidade brasileira. Muitos desses pesquisadores reclamaram a falta de informações e dados sobre a realidade socioeconômica brasileira, como os aspectos sobre o mercado interno, as relações sociais, o abolicionismo, que foram colocados em segundo plano pela maioria dos historiadores do *sentido da colonização*, como Caio Prado Junior, Fernando Novais, Celso Furtado, Emília Viotti, entre outros.

A sua exposição tem como corolário a demonstração da totalidade orgânica do modo de produção escravista colonial, um modo de produção inteiramente novo que se desenvolve no Brasil graças à sua prolongada duração, que permitiria uma acumulação possível para a estruturação capitalista (LAPA, 1980, p. 38 e 39).

Houve ainda uma outra linha, que definiu o Brasil do período colonial até metade do século XIX como modo de produção feudal. Um dos principais propositores dessa tese foi Nelson Werneck Sodré, porém recebeu muitas críticas devido ao intercâmbio entre a economia colonial e a europeia. Fato que

não ocorreria no sistema feudal *stricto sensu*. Jacob Gorender (1980) enfatizou o caráter do modo de produção para análise da economia e da sociedade brasileira, pois o mesmo dominou os fatores econômicos e sociais.

O modo de produção não existe empiricamente como objeto puro, isolado da vida social em sua totalidade. As relações econômicas, na vida social concreta, se apresentam permeadas das relações jurídicas, políticas, religiosas e outras de natureza ideológica (GORENDER, 1980, p. 50).

Gorender defendeu que o modo de produção não tratou apenas de relações econômicas e negou o caráter *etapista*, que algumas linhas chamadas “estalinistas” do marxismo brasileiro assumiram. Um modo de produção não eliminou o outro como um processo evolutivo. Por isso, não haveria uma hierarquização entre modos de produção diferenciados, mas sim uma dinâmica em que o modo de produção capitalista sempre levava vantagem. O modo de produção escravista colonial estava vinculado ao mercado monopolista devido à fragilidade do mercado interno brasileiro.

O que por sua vez, na época do mercantilismo e mesmo depois da Revolução Industrial na Europa, só podia dar-se sob a forma de uma dependência colonial, na acepção econômica do termo (portanto sem acepção política). Enquanto o escravismo antigo foi metropolitano, o escravismo moderno só poderia ser colonial. Neste caso, o colonial não é contingente, mas consubstancial à natureza do modo de produção. Somente colônias seriam escravistas para metrópoles que não o eram. Por isso mesmo, as relações de produção escravistas se apresentaram com uma essência diferenciada no escravismo colonial (GORENDER, 1980, p. 55).

Gorender apontou, em “O Escravismo Colonial”, que a acumulação primitiva brasileira foi iniciada na segunda metade do século XIX com a elite cafeeira. E que não houve transições de modo de produção, mas transições políticas. Haja vista que ocorreu uma enorme concentração de terras nas mãos do Estado, das elites e da Igreja, diferentemente do que ocorreu na Inglaterra, em que houve a expropriação da Igreja e, posteriormente, dos servos. Foi mantido o *status quo* da elite agrária e reafirmou-se a força do modo de produção na história brasileira. O debate sobre o modo de produção evoluiu para a discussão da convivência entre capitalismo e escravidão. Estudos sobre modo de produção de Dobb e Sweezy alimentaram o debate. Outros autores passaram a estudar as rebeliões de servos, colocando uma nova prerrogativa para análise

da história pré-capitalista. Ou seja, o papel das tensões internas nas mudanças socioeconômicas.

Se à luta de classes cabe efetivamente um importante papel na transformação do feudalismo, não existe uma lógica econômica regendo a sua evolução. Na Inglaterra, os camponeses venceram sucessivas batalhas, a servidão praticamente desaparece, e a pequena produção camponesa veio a florescer; na Polônia, contrariamente, uma sucessão de vitórias senhoriais levaria à total submissão dos camponeses e ao definhamento do próprio setor mercantil, mantendo-se intacto o feudalismo até fins do século XVIII (MALOWIST APUD CASTRO, 1980, p. 82).

No Brasil, Ciro Flamarion Cardoso (1980) questionou a tese de que a economia colonial serviria como uma das bases da acumulação primitiva inglesa presentes no *sentido da colonização*. Para Cardoso, a definição do Antigo Sistema Colonial como uma máquina de extrair excedentes foi uma análise errônea. Cada território apresentou diferenças em seu modo de produção, inclusive na Europa, e os modos de produção estavam em processo de transição para o capitalismo, alguns mais próximos, outros mais distantes.

Resumindo: é impossível reduzir as estruturas profundas das áreas coloniais da América a simples corolários ou resultados da ação de uma gigantesca máquina montada para chupar excedente. O sistema mundial ou colonial – que por sua vez pode ser entendido com referência primeiro à estrutura e dinâmica das classes sociais na Europa ocidental, e posteriormente a esta estrutura e dinâmica na Europa e na própria América a às suas relações – é uma realidade importante, e suas relações não podem ser esquecidas. (CARDOSO, 1980, p. 131).

Flamarion Cardoso chamou a atenção para as questões internas do trabalho no Brasil, como a relação entre capitalismo e escravidão nas colônias. A escravidão não foi uma relação de trabalho em uníssono, mas ocorreram formas de trabalho compulsório como a *mita*, a *encomienda*, a *indenture*, que também foram adotadas (CARDOSO, 1980, p. 120). O tráfico negreiro era uma das formas de acumulação primitiva europeias, assim como a pilhagem e acumulação de capital mercantil, a política dos estados mercantilistas (protecionismo, impostos, etc.) e a expropriação dos pequenos proprietários dos meios de produção. (MARX APUD CARDOSO, 1980, p. 121).

Uma tônica da tese de Cardoso foi a simplificação das relações de produção e relações sociais do Brasil Colônia. Esse debate sobre a validade do sentido da colonização colocou em foco a necessidade de pesquisa sobre a história interna. Uma parte dos autores marxianos brasileiros procuraram nos

embates internos uma possibilidade para uma analogia da transição do Feudalismo para o Capitalismo.

2.5 AS NOVAS TENDÊNCIAS DA HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL

O debate entre os conceitos do *sentido da colonização* e o *modo de produção escravista colonial* renderam críticos e seguidores até os dias de hoje. Porém, o resultado desse debate foi a profícua produção sobre a economia interna colonial e sobre o escravismo. Pesquisas sobre o mercado interno foram importantes para retirar do foco a economia–mundo europeia e discutir questões internas. Vera Lúcia Amaral Ferlini (2009) pesquisou aspectos da economia colonial paulista, que ilustraram os hiatos dos estudos sobre a história do Brasil. Em seus estudos sobre a economia paulista do século XVIII, pontuou como o mercado interno foi importante para a manutenção do modo de produção. Apesar da maioria do valor econômico ter se originado da economia agroexportadora de açúcar, o mercado de gêneros alimentícios foi importante para sustentar as populações dos latifúndios, além de terem criado novas relações sociais no âmbito da escravidão. Ainda que São Paulo tivesse um papel na produção de açúcar, sobretudo nas regiões litorâneas e do Vale do Paraíba, o peso dessa produção era de menor importância em relação ao Nordeste. Portugal vivia um processo de *modernização* administrativa com o governo do Marquês de Pombal, como os incentivos para a dinamização da produção na colônia e racionalização administrativa por parte da coroa. Além disso, ocorreu nesse período um embate com os jesuítas, que dominavam boa parte do território da capitania.

As raízes da industrialização portuguesa no período pombalino provêm de um projeto integrado, envolvendo a um só tempo indústria, agricultura e circuito comercial. O estímulo à agricultura tornou-se o esteio da nova política econômica, com surpreendentes resultados no Brasil. Produtos para re-exportação pelo reino (açúcar, cacau, tabaco), alimentos para a população metropolitana (arroz) e matérias-primas para as manufaturas (algodão, couros) enlaçam a agricultura e indústria, tornando a caminhada rumo à industrialização uma possibilidade concreta. (FERLINI, 2009, p. 238).

Em fins do século XVIII a coroa portuguesa se esmerou em aumentar a independência administrativa da capitania de São Paulo. Destacou-se o papel de Morgado de Mateus na política e no incentivo à produção. De maneira geral, São Paulo manteve o padrão nacional no que tange às relações de produção, com mão de obra escrava e a concentração de terra. Com o acesso à terra extremamente difícil, as propriedades mantiveram escravos e agregados (pobres livres) trabalhando para uma pequena elite. A ponto de que quem não estava dedicado à grande lavoura era considerado *vadio*. “O termo-chave ‘vadio’ percorreu o período e indicava a mudança na percepção medieval de pobreza” (FERLINI, 2009, p. 246). No modo de produção capitalista, a pobreza virou o alvo de interesse, pois seriam os futuros ingressantes na classe trabalhadora. De acordo com Ferlini (2009), na colônia não trabalhar era um privilégio, uma forma de afirmação de classe social abastada. E de acordo com alguns autores, como Peter Eisenberg⁷ (1980), o pequeno produtor também era considerado um vadio, pois não trabalhava na grande lavoura. O trabalho de Ferlini na economia colonial paulista revelou o peso da microeconomia e das relações sociais no modo de produção e nas relações com a metrópole.

Outro resultado dessa linha foram os estudos sobre a escravidão e o abolicionismo. Caio Prado Júnior (2002) indicou, em “Formação Econômica do Brasil”, que os africanos e brasileiros escravizados não dispunham das condições de organizar resistências e explanou sobre o pioneirismo da elite cafeeira no abolicionismo. Essa tendência foi acompanhada por outros pesquisadores que ilustravam o fim da escravidão como uma ação de pressão inglesa simultaneamente à transição do modo de produção. Porém, Peter Eisenberg (1980) e Rafael Bivar Marquese (2006) foram alguns dos pesquisadores que contrariaram a visão hegemônica do voluntarismo da elite cafeeira.

Peter Eisenberg (1980) realizou estudos sobre o Congresso Agrícola de 1878. A partir da análise documental pôde identificar as tendências políticas da

⁷ EISENBERG, Peter L. A Mentalidade dos Fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878 (167-195). In: LAPA, José Roberto Amaral, **Modos de Produção e Realidade Brasileira**.

chamada burguesia nascente cafeeira em relação à escravidão. A primeira tese foi a de uma diferenciação entre as mentalidades dos agricultores do Vale do Paraíba, considerados os mais antigos, e os fazendeiros do Novo Oeste (tidos como a burguesia cafeeira). Diferentemente de Prado e outros historiadores, Eisenberg não identificou uma diferença entre as elites agrárias do Vale do Paraíba e do oeste paulista, mas sim a manutenção do tripé latifúndio, trabalho compulsório e monocultura. Sinalizou que o fim da escravidão foi ato discutido pela elite por uma questão de negócio, e não de vanguardismo. Para Eisenberg a elite cafeeira era a classe dos fazendeiros que exploravam grandes propriedades e mão de obra escrava:

De certo ponto de vista, é possível considerar o escravo como capital, como um investimento de dinheiro na esperança da realização de uma renda futura, de modo que o preço de compra do escravo nunca podia exceder o valor líquido da sua renda capitalizada. Sabe-se que os próprios fazendeiros costumavam hipotecar os seus escravos para conseguir empréstimos, como depois da abolição eles iam penhorar as suas safras e terras com a mesma finalidade. (EISENBERG, 1980, p. 194).

Rafael de Bivar Marquese (2006) analisou a experiência em Palmares, quilombo que organizou uma das mais conhecidas resistências escravas no Brasil. O crescimento de Palmares foi intensificado durante as lutas entre holandeses e portugueses, que gerou uma oportunidade para a organização. O esforço para a destruição de Palmares, e as providências políticas tomadas subsequentemente ilustravam o medo da elite latifundiária da população negro-africana e negro-brasileira que estavam nos plantéis. As rebeliões dos negros escravizados não ocorreram somente no Brasil. Houve também a I Guerra Maroon, na Jamaica (1655-1739), a Guerra Saramaca, no Suriname (1685-1762), e Santo Domingo (1791-1804). Nos conflitos Maroon e Santo Domingo as rebeliões foram vencedoras. Na Bahia houve revoltas entre 1807 e 1835. De acordo com Marquese (2006), essas rebeliões ilustravam o poder demográfico e de organização dos negros escravizados, que colocavam a elite latifundiária em alerta. A escravidão brasileira apresentou particularidades, como o sistema de alforrias, que beneficiavam sobretudo as mulheres e os escravos negro-brasileiros.

[...] escreve Schwartz “as mulheres obtinham a liberdade numa proporção maior do que as expectativas estatísticas”. Igualmente privilegiados do ponto de vista estatístico foram os escravos nascidos

no Brasil, isto é, os crioulos e, sobretudo, os pardos: esse grupo constituiu 69% do universo das alforrias, contra 31% de africanos libertados. Houve, por fim, uma proporção de crianças e adolescentes menores de 14 anos entre os alforriados. (MARQUESE, 2006, p. 114).

A perda de mão de obra escravizada nos plantéis recrudesceu o tráfico negreiro, conforme os dados abaixo, de chegada de negros africanos escravizados:

- 1576–1600: 40 mil africanos
- 1601-1625: 150 mil africanos
- 1701-1720: 292 mil africanos
- 1720-1741: 312 mil africanos
- 1741-1760: 354 mil africanos

Em suma, a base escravista manteve-se com força em diversos momentos da economia nacional. A partir da limitação do tráfico, em 1830 o cenário culminou na emigração de negros escravizados das lavouras do Nordeste para o Sudeste. As revoltas dos negros escravizados em Barbados (1816), Demerara (1823) e Jamaica (1831) impuseram uma crise na produção de açúcar nas Antilhas. Lembrando que, após a expulsão dos holandeses de Pernambuco, as Antilhas se tornaram o maior produtor de açúcar e derrubaram as exportações do Brasil Colônia. A partir das revoltas, foram reativadas as lavouras de cana-de-açúcar e o comércio interno de negros escravizados. No Brasil, em fins do século XVIII, grandes quilombos se formavam e eram atacados pela elite latifundiária.

Correta ou não a avaliação, o certo é que, dentre a miríade de pequenos ajuntamentos, houve pelo menos dois grandes quilombos em Minas Gerais, cuja população atingiu a casa do milhar: O quilombo do Ambrósio, derrotado em 1746, e o Quilombo Grande, vencido em 1759 (MARQUESE, 2006, p. 115).

De acordo com Marquese (2006), as alforrias foram uma espécie de válvula de escape à ordem escravocrata e evitaram as grandes rebeliões. Além disso, somaram-se outros fatores, como a divisão do trabalho no engenho de açúcar e também a *invenção do mulato*, em que os negros-brasileiros sentiam-se socialmente mais privilegiados.

Luiz Felipe de Alencastro percebeu com rara felicidade esse movimento na conclusão de *O trato dos Viventes*, ao examinar o que denomina a *invenção do mulato*. Segundo ele, as práticas de favorecimento dos mulatos na América Portuguesa podem ser observadas em medidas como: emprego mais frequente nesse grupo

em trabalhos qualificados, uso militar em tropas auxiliares, e sobretudo, privilégio no ato da manumissão (IBIDEM, p. 118).

Marquese (2006) apontou que essas ações das elites brasileiras e de Portugal (até a independência) foram fundamentais para dirimir uma resistência escrava que questionasse o sistema colonial. Porém, no caso brasileiro, as rebeliões foram atos importantes para o recrudescimento do sistema escravista, que intensificou suas políticas de exclusão e cerceamento da população cativa. Essa estratégia foi importante, pois, com as alforrias e a divisão dos negros entre africanos e brasileiros, foi criada a ideia de uma escravidão menos cruel. Essa ideia influenciou tanto Gilberto Freyre como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB)⁸. A conjuntura das alforrias fez com que negros nascidos livres e libertos se sentissem mais próximos de uma “cidadania”, ação que influenciou na longa duração do lucrativo negócio do tráfico. Apesar de não terem colocado em cheque o sistema, as rebeliões escravas no Brasil e na América Latina foram responsáveis por mudanças nas relações de produção e nas relações sociais. Fato que contraria as tendências macroeconômicas em que a maioria das transformações derivam da dominação europeia.

O período colonial brasileiro trouxe em seu bojo a concentração de terra, o trabalho escravo e a monocultura. Em fins do século XIX, os mesmos temas ainda estavam na pauta da organização socioeconômica brasileira. A elite cafeeira apenas introduziu o trabalho assalariado imigrante por conta do temor de uma maioria negra na sociedade brasileira e porque a espoliação do trabalhador iria se tornar mais lucrativa. O declínio da produção de café e a migração dos excedentes para a industrialização promoveu uma nascente classe trabalhadora. Porém, pobres e negros foram excluídos desse sistema, como condição de controle social, e abandonados à própria sorte.

Diante de tantos estudos sobre a história do Brasil, os modelos *do sentido da colonização* e do *modo de produção escravista colonial* se sobressaíram. Os autores da linha do *sentido da colonização* direcionaram seus estudos pela

⁸ Texto vencedor do concurso do IHGB intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil”, de 1838, de autoria de Carl Phillipp Von Martius, sobre a formação do Brasil ter sido resultante das três raças – negra, indígena e branca. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/KFPVMartius.html>>. Acesso em 21 jul. 2018.

macroeconomia e pela tese de que a América Latina era um território incluso no modo de produção de capitalista. Os autores voltados ao estudo do *modo de produção escravista colonial* procuraram demonstrar como a estrutura econômica desenvolvida no Brasil tinha especificidades, que a afastaram de um modelo marxiano ortodoxo, obrigando-os a uma adaptação desses conceitos à realidade brasileira.

A pesquisa desenvolvida nessa dissertação procurou estabelecer uma conexão entre esses modelos. A tese do *modo de produção escravista colonial* demonstrou a importância dos estudos nacionais no campo da economia interna. E também, reivindicaram a importância do enfoque na realidade nacional. A partir, dessas novas abordagens da economia interna, os estudos sobre a superestrutura brasileira revelaram o forte impacto das instituições jurídicas e políticas no cenário econômico e na sociedade. Além disso, os novos estudos historiográficos sobre a realidade brasileira, como as resistências escravas, as formas de viver dos agregados e pobres livres, apresentaram novos olhares sobre o Brasil. Olhares que se distanciaram da imagem da colônia explorada e deram personalidade aos habitantes.

2.6 O DESENVOLVIMENTO NA ECONOMIA BRASILEIRA

O período compreendido entre o fim do século XIX até meados de 1930 marcou a mudança do padrão de acumulação e também de ideologia das elites latifundiárias diante das enormes perdas no mercado internacional. Fazendo-se um retrospecto, destacam-se os anos de 1888, em que está oficialmente extinto o escravismo, e 1889, com o início da República e o começo da inversão de capitais para a industrialização.

As raízes mais profundas da proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, estão na dessintonia entre as necessidades do setor mais dinâmico da economia nacional, o café, com o emperramento da máquina centralizadora do Império, que lhe trava a marcha dos interesses e o acesso ao poder político. Ou seja, a estrutura rígida, vertical e centralizadora do Estado Imperial – montada especialmente para garantir a unidade territorial – não servia mais em um quadro de fragmentação das oligarquias regionais, fruto do próprio desenvolvimento econômico. (IPEA, 2010, p. 15).

No final do século XIX e início do XX, as elites cafeeiras deram as cartas na política e na economia brasileira, e caracterizou forte influência do Estado na economia. Porém, a lavoura de café era mais organizada do que outras produções agroexportadoras e recebeu fluxo de investimentos internacionais, por ser uma agricultura de longo prazo. Além dessa *modernização* na produção, o Estado criou mecanismos para proteger o setor das turbulências do mercado mundial (IPEA, 2010). O Estado controlava a oferta do café no mercado internacional através da compra do produto, fazendo com que os preços fossem artificialmente manipulados controlando a demanda.

A partir da crise de 1929, o modelo agroexportador sofreu uma clara derrota, somada à conjuntura da primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da eminência de novos conflitos na Europa. A instabilidade política e econômica da Europa gerou uma onda de pânico nas economias agroexportadoras e dependentes de insumos básico, na sua grande maioria importados. Além disso, os capitais que outrora eram investidos nas economias periféricas foram concentrados na Europa.

2.7 CAPITAL INTERNACIONAL NAS ECONOMIAS LATINO-AMERICANAS

No século XIX as cidades latino-americanas receberam grandes investimentos das economias europeias. José Luís Romero (2004), historiador argentino, realizou uma pesquisa sobre a história das cidades latino-americanas. Romero publicou diversos estudos durante o golpe militar argentino, cuja oposição aos peronistas trouxe uma série de penalidades à sua carreira acadêmica. Historiador das mentalidades e com grande tendência à *Escola dos Annales*, sua ambição era compreender o papel desempenhado pelas cidades no processo histórico latino-americano.

A dualidade entre urbano e rural que marcou a história das cidades latino-americanas é o ponto de partida de seus estudos, analisando cada característica da colonização lusitana e espanhola e seu impacto nas sociedades autóctones. Para Romero (2004), a Espanha enxergava a América como um espaço vazio,

e seu desejo era o de enterrar as culturas ameríndias. A colonização lusitana desenvolveu-se de forma mais pragmática, em que as cidades foram surgindo ao redor da unidade produtiva – o latifúndio – e com uma burguesia local mais independente. No caso da Espanha, o peso do Estado espanhol implicava em um controle maior do espaço. As cidades latino-americanas foram especificadas pelo autor como cidades-porto, cidades-forte, cidades-mineiras e cidades mercantis. Retomando o ponto anterior à chegada de Colombo, traçou uma história das mentalidades ibéricas, que nasceram, sobretudo na Espanha, nas medievalidades. As ameaças constantes dos povos estrangeiros, como os muçulmanos e povos do Norte, a influência da sociedade cristã-feudal, a necessidade de controle dos cidadãos, dos espaços e do comércio são ideias materializadas na cidade hispano-americana.

A mentalidade fundadora foi a da expansão europeia conduzida por essa certeza da absoluta e inquestionável posse da verdade. A verdade cristã não significava somente uma fé religiosa: era a rigor, a expressão radical de um mundo cultural. E quando o conquistador trabalhava em nome dessa cultura, não só afirmava o sistema de interesses que ela representava como também o conjunto de meios instrumentais e de técnicas que a cultura burguesa havia acrescentado à velha tradição feudo-cristã. (ROMERO, 2004, p. 97).

Após o ciclo das fundações, Romero separa as cidades latino-americanas em tipologias: cidades Fidalgas das índias, cidades Criollas, cidades Patrícias, cidades Burguesas e cidades Massificadas. Fez uso de uma grande variedade de exemplos de cidades brasileiras e hispano-americanas no intuito de suscitar a construção de uma história que nos une.

As cidades burguesas marcaram o século XIX e o início do XX, em que as cidades centralizaram as movimentações econômicas e políticas. As tensões entre o rural e o urbano ganharam corpo nas lutas de Zapata no México e Antônio Conselheiro no Brasil. Necessário notar que a maioria da população latino-americana ainda ocupava o meio rural, mas a partir desse período a cidade passa a ser um centro irradiador das decisões políticas e econômicas. As cidades receberam pesados investimentos de capitais estrangeiros para alterar sua forma.

Sem dúvida, os membros das novas burguesias, em especial nas capitais, conseguiram controlar ao mesmo tempo o mundo dos negócios e o mundo da política e agiram a partir dos dois para desencadear e aproveitar o processo de mudança. Dominaram os centros de decisão econômica fundando bancos ou tomando sua direção mediante

operações às vezes tortuosas, dominando a bolsa até onde puderam, associando-se aos capitais estrangeiros que operavam no país através de agentes perspicazes. (ROMERO, 2004, p. 303).

Foi possível vislumbrar uma nova percepção da história econômica pelo viés da história da cidade. No século XIX ocorreu uma diversidade de reformas urbanas, que foram realizadas graças à injeção de capitais estrangeiros. Nesse período do século XIX, diversas empresas europeias investiram em setores estratégicos, como o setor elétrico e de transportes. No caso de São Paulo, há o exemplo da Light and Power no setor elétrico. A partir do final do século XIX e início do XX, essas inversões de capitais às economias brasileiras (e também de outros países latino-americanos) foram se escasseando, até se chegar a uma grave depreciação a partir de 1930. Apesar da diminuição da entrada de capitais estrangeiros, o estado associado às elites os utilizou como incremento na criação de empresas.

Acabava em toda a América Latina, por volta de 1930, o ciclo das repúblicas oligárquicas, que ainda tinha agroexportação como eixo dinâmico. O desenvolvimento da indústria redefiniria o papel do estado e as relações entre as classes sociais e dava novas características à própria formação da nação. (IPEA, 2010, p. 18).

Em suma, começava a florescer uma nova diretriz econômica, voltada à industrialização e à produção de insumos exportados, que promoveu a introdução das economias da periferia no cenário internacional. Contudo manteve-se o papel do Estado como planejador das ações de investimento, financiador, produtor e centralizador das ações de transição da economia agroexportadora para industrial. Nascia também nesse período uma maior valorização ao mercado interno como fonte de capitais nacionais. O balanço entre capitais estrangeiros e nacionais foi a tônica da economia a partir de 1930.

Havia, além disso, dois agentes menores: o capital estrangeiro e o capital privado nacional. O capital estrangeiro entrou de forma crescente à medida que o Estado brasileiro lhe oferecia condições cada vez mais vantajosas e de retorno. Isso se daria com pesados investimentos em infraestrutura, através da construção de estradas, portos, geração de energia elétrica, bem como da indústria de base (mineração, petróleo, siderurgia, metalurgia, energia elétrica) e nos serviços de comunicação. (IPEA, 2010, p. 180).

No início do século XX no Brasil, foi possível observar a percepção do Estado e das elites quanto ao atraso econômico nacional em relação às economias europeias e estadunidense. Essa noção de atraso, junto com a necessidade de participação na economia internacional e de manutenção dos

insumos básicos, fortaleceram a noção de implantação de um desenvolvimento econômico. Ou seja, um conjunto de práticas econômicas que pudesse romper com a dependência das economias centrais e que tornasse a economia brasileira menos vulnerável a turbulências de guerra.

2.8 O PROJETO ECONÔMICO VARGUISTA

A emergência do governo de Getúlio Vargas simbolizou o rompimento com algumas ideologias econômicas dominantes nas elites brasileiras. Um novo pacto de classes surgiu com a industrialização e o fortalecimento do mercado interno, assim como a produção de insumos básicos e a estatização de empresas em setores estratégicos (energia elétrica, transportes, indústria de base). O governo Vargas se empenhou em algumas demandas, como o controle dos preços de insumos internacionais, e orientação de investimentos em setores estratégicos.

De acordo com Pedro Paulo Zakhuth Bastos (2011) o projeto econômico varguista foi alvo de duras críticas, ora sendo taxado como “entreguista”, ora como xenófobo. Para o pesquisador, havia uma linha contínua nos discursos de Vargas, um projeto de longo prazo, que tentou se impor frente às divergências políticas nacionais. A resultante da disputa com o capital internacional foi a iminência do golpe de 1964.

O desenvolvimento econômico ou nacional-desenvolvimentismo foi um conceito que ganhou força em meados da década de 1930 do século XX e perdura até os dias atuais. Bastos (2011, p. 346) dissertou que o programa do governo varguista foi encarado nas décadas seguintes com ambiguidade. Como se o estadista estivesse dividido entre manter as antigas estruturas do capital internacional na economia nacional e ao mesmo tempo romper com o controle internacional dos setores estratégicos. Esse rompimento seria realizado com a criação de estatais de produção de insumos de base (aço, petróleo, ferro) e controle de setores de energia elétrica, transportes, entre outros. Ao mesmo tempo, Vargas intentou manter as alianças políticas que o garantiriam no poder, tanto no âmbito internacional como das elites ligadas aos financiadores

internacionais, e nacional, que buscava apoio do Estado na proteção de seus interesses.

Na área econômica, desde o início do governo, a “coexistência ambígua” seria marcada, por um lado, pela formação da Assessoria Econômica, portadora de “uma linha de ação que se identifica com princípios nacionalistas e que imprime ao governo um caráter nacional-desenvolvimentista”; por sua vez, os ministérios da Fazenda e do Exterior e seu instrumento comum, a CMBEU, estabeleceriam uma “linha que procura abertamente adequar os interesses brasileiros ao dos Estados Unidos”. (BASTOS, 2011, p. 347).

Bastos (2011) argumentou que dentro do governo Vargas havia opositores de suas políticas voltadas ao fortalecimento do setor industrial nacional. Essa oposição vinha, sobretudo, da linha de Horário Lafer, no Ministério da Fazenda. Os estudos posteriores sobre a política Varguista enfatizaram o caráter dualista, como a oposição entre a pressão internacional e o fortalecimento econômico nacional. Essa visão ganhou força após a carta-testamento, em que o próprio se declarou como mártir de uma luta contra um inimigo poderoso como os cartéis, as filiais estrangeiras, os Estados Unidos, as oligarquias locais e as camadas médias conservadoras. (BASTOS, 2010, p. 349). Porém, a oposição de interesses era um recurso argumentativo do presidente, pois muitas de suas ações políticas protegeram a mesma elite favorecida pelo capital internacional.

[...] Vargas considerava que o radicalismo político de massas seria o resultado inevitável de uma postura governamental que deixasse a estrutura econômica decadente (legitimada pela noção de vocação agrária do Brasil) “à própria sorte”, deixando também milhares de trabalhadores famintos fora do mercado de trabalho. Era preciso reformar o capitalismo e a rede de proteção social antes que o povo fizesse a revolução. (BASTOS, 2011, p. 351).

Os esforços de Vargas se concentraram no controle às ações estrangeiras em solo nacional como nos setores estratégicos. Além dos setores de produção, controlou as políticas cambiais e de juros, que quebravam a economia brasileira. A política de controlar a financeirização da economia brasileira, que foi refém da especulação e gerou o revés do governo seguinte. No governo Dutra, as ações políticas voltaram-se para as ações liberais, que abriam a economia brasileira para a ação do capital estrangeiro. Tanto para investimentos, como para o controle das taxas e do câmbio. No Estado Novo, surgiu a política do trabalhismo, preocupada com a massa de trabalhadores que

estava presente na indústria nacional e multinacional. Diferentemente de outros períodos históricos brasileiros, surgiu uma classe trabalhadora no sentido clássico, empregada nas indústrias e alocada em cidades cada vez mais urbanizadas.

[...] cabe frisar que a ideologia trabalhista de Getúlio Vargas sempre procurou enfatizar: 1) a existência de interesses convergentes entre trabalhadores e empresários, em um esforço de neutralização dos comunistas; 2) que esta convergência far-se-ia garantindo direitos trabalhistas regulados por lei, mas tendo como condição a expansão dos frutos do progresso econômico a serem divididos entre as classes. De fato, repetidas vezes durante seus quinze anos de governo, Vargas afirmara que o desenvolvimento econômico era necessário para garantir a coesão social interna, permitindo elevação dos salários reais (“valorização do trabalho”) graças à oferta de empregos de produtividade maior e à elevação do piso salarial. (BASTOS, 2011, p. 357).

Vargas enfrentou oposição de Horácio Lafer dentro de seu governo e procurou incorporar interesses da elite que estava vinculada ao setor financeiro internacional. Uma inferência possível sobre o governo Vargas na perspectiva macroeconômica seria a de que incorporou mudanças importantes na economia nacional e atuou na diminuição da dependência de produtos internacionais e na restrição de ação dos capitais estrangeiros em algumas áreas estratégicas. Não houve uma restrição total a esses capitais. Porém, ficou patente que, mais do que ações nacionalistas, a política varguista afirmou uma hegemonia do Estado na direção econômica (a exemplo do controle das áreas de crescimento da produção e até das áreas de especulação e manobras financeiras, como os juros e as taxas cambiais). No que concerne ao trabalhismo, muitos dos programas sociais para atingir a classe trabalhadora foram criados através de manobras financeiras, em que os custos eram pagos pela própria classe trabalhadora. O projeto nacional-desenvolvimentista tinha a habitação social como condição básica do trabalhador por dois motivos: para arregimentar uma base política na classe trabalhadora e para controlar e migrar os investimentos de excedente de capital da exploração imobiliária (muito lucrativa) para a indústria. (BONDUKI, 2013, p. 73).

A partir de 1930, o predomínio da concepção keynesiana e a ascensão do fascismo e do socialismo criaram um clima ideológico amplamente favorável para intervenção do Estado na economia e no provimento dos trabalhadores das condições básicas de sobrevivência, inclusive habitação. (IBIDEM, p. 81).

A ideologia do governo Vargas propunha a casa unifamiliar. Foi disseminada a ideia de que a coletividade era algo negativo e expressou-se uma clara intenção de desmobilização de manifestações coletivas de classe. Somase a isso a intenção de incutir uma ideologia burguesa aos trabalhadores. Segundo Bonduki (2013, p. 101), “além de criar a ilusão de progresso econômico, contribuindo para a estabilidade macropolítica, a habitação passou a ser considerada fundamento da constituição moral da sociedade e do bom trabalhador, avesso a práticas desviantes”. A habitação social foi financiada pela própria renda do trabalhador, através dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (BONDUKI, 2014, p. 101). As carteiras previdenciárias injetaram capital na construção civil, e, posteriormente, foi criada a Fundação Casa Popular (FCP). A política de promover a habitação como direito do trabalhador proporcionou diversas vantagens ao Estado Brasileiro. Entre elas, a de que o investimento para esse benefício saía do bolso do proletário, através dos fundos de pensão, de tal modo que a classe proletária teria uma atitude positiva com o governo por achar que estava sendo atendida pelo Estado. Além disso, a renda do operário não se modificaria (fato que geraria a distribuição de renda) e os investimentos de capital seriam destinados à indústria, pois a habitação estava sendo subsidiada. A habitação foi apenas uma das peças de barganha para controle da classe trabalhadora brasileira. O programa econômico Varguista pretendia centralizar as decisões macroeconômicas nas mãos do Estado e ao mesmo tempo renovar o pacto de classes com as elites e com a classe trabalhadora. O programa varguista conseguiu vitórias e amargou derrotas. Dentre as perdas está o controle cambial, que, com a crise de 1952, encareceu as importações e animou a inflação, aumentando as tensões políticas internas. (BASTOS, 2011, p. 379). A conjuntura internacional, com o governo Eisenhower (1953-1961) e a volta dos Estados Unidos ao afã de controlar áreas de influência na América Latina na conjuntura da Guerra Fria, forçaram ainda mais a crise política nacional.

O projeto econômico não fracassou por ser ortodoxo ou incoerente: sem dispor do controle autônomo das fontes de recursos para implementar programas de investimento, fracassou por ser vulnerável a um centro decisório estrangeiro que se mostrou contrário ao projeto nacional-desenvolvimentista proposto e, em particular, à definição de

fronteiras entre filiais estrangeiras e empresas estatais inerentes à proposta varguista. (BASTOS, 2011, p. 380).

2.9 O DESENVOLVIMENTISMO COMO RETÓRICA DA POLÍTICA MACROECONÔMICA BRASILEIRA PÓS-VARGAS

No estudo sobre o desenvolvimentismo no Brasil realizado pelo IPEA intitulado “Trajetórias do Desenvolvimento no Brasil”, houve um crescimento na criação de empresas estatais entre 1930 e 1945, somando quase duzentas empresas voltadas aos setores de base e estratégico (IPEA, 2010, p. 21). Porém, apesar de um aparente nacionalismo, o Estado estava voltado à concentração de renda e aos interesses do grande capital internacional. No período Vargas (1930-1945) houve políticas de equilíbrio das contas nacionais, sobretudo na balança comercial. Ainda de acordo com o estudo, no período do governo militar foi produzida uma recessão interna para restrição de importações, e a segunda ação do governo foi a estimulação da produção interna e alocação de investimentos na formação do parque industrial brasileiro, que foi concretizada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979). Nesse plano estavam os projetos de industrialização, o aumento da produção e o controle estatal da economia (especialmente a financeira) com controle das taxas de juros e expansão monetária e do déficit fiscal. Essas manipulações econômicas serviram para financiar a produção industrial, o que gerou um aumento do PIB.

O PIB cresceu, em média, a uma taxa anual de 6,5% ao ano entre 1930 e 1980. O Brasil foi o país do mundo que melhor realizou – em seu tempo – a passagem de uma economia agrária para uma economia industrial moderna. (IPEA, 2010, p. 21).

A industrialização brasileira se organizou com a mão forte estatal em um curto espaço de tempo, e o *desenvolvimentismo* estimulava a ideia de colocar as nações da periferia da economia entre os grandes jogadores do capitalismo mundial. A CEPAL discutia a criação de um mercado comum latino-americano, uma integração econômica, na expectativa de unir forças para crescer e, posteriormente, repartir os dividendos e a renda. Nesse bojo das décadas de 1960 e 1970 foram criadas a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a União Europeia.

O desafio da ALALC era viabilizar um mercado interno regional integrado capaz de superar a forte dependência das estruturas econômicas de cada país da região em relação aos determinantes do mercado mundial definidos, fundamentalmente, pelos países desenvolvidos. Para isso, o projeto não poderia ser apenas comercial, mas necessitava dispor de um componente político. Em seguida, a conjuntura política regional teve momento de inflexão a partir da ascensão de governos autoritários, notadamente o do Brasil, que viam com restrição uma integração regional maior. (IPEA, 2010, p. 12).⁹

As crises internacionais, como a do petróleo na década de 1970, e a volta do conservadorismo econômico nos Estados Unidos (era Reagan) impuseram dificuldades nas economias chamadas à época de 3º mundo. Os anos 1980 do século XX foram um período de recessão e de retomada de controle nas áreas de influência estadunidense, o que resultaria em uma limitação das políticas econômicas de fundo mais nacionalista. Nesse período as altas de juros aumentaram as dívidas externas e a economia brasileira sofreu com uma diversidade de planos econômicos. Dentre esses planos, estava a proposição desesperada de manter algum equilíbrio fiscal e de juros, que foi colocada na conta dos trabalhadores. Além da organização econômica interna ser desastrosa, a forte pressão estadunidense afundou ainda mais a economia brasileira. Uma indicação forte de que a estrutura e a superestrutura atuaram conjuntamente. Sem a pressão política dos governos conservadores estadunidenses não haveria como impor a nova onda econômica de liberalização que se apresentava à época.

A chamada financeirização da economia mundial avança rapidamente: a massa de recursos alocados em ativos financeiros atinge cifras enormes; o poder econômico dos bancos e sua capacidade de influenciar as políticas monetárias dos bancos centrais tornam-se crescentes; as bolhas especulativas vão surgindo, uma após a outra, trazendo grande instabilidade para as economias nacionais. (IPEA, 2010, p. 23).

A crise dos anos 1980 foi um reflexo das ações da economia dos Estados Unidos sobre as economias periféricas, especialmente as da América Latina, em uma franca tentativa de restrição da produção industrial, dos fluxos de investimento, bem como de aumento dos juros da dívida externa, que dificultaram uma maior participação dessas economias no mercado

⁹ O trecho foi retirado da publicação do Ipea “O Brasil em 4 décadas”. Esse estudo comemorou os 46 anos de fundação do Ipea, e trouxe uma série de artigos sobre a produção de dados e as orientações da economia brasileira a partir da década de 1960. Esta nota é para orientação do leitor, pois outro estudo do Ipea foi utilizado na dissertação, também datado de 2010.

internacional. No caso do Brasil, na década de 1980 ocorreu uma crise de uma economia industrializada que foi excluída dos movimentos internacionais de capital, financeiros e produtivos (IPEA, 2010, p. 23). O cenário brasileiro foi de hiperinflação e de uma série de planos econômicos, que sucessivamente falhavam no controle inflacionário e dilapidavam o poder de compra da classe trabalhadora. De todo modo, foi a partir da década de 1980 que houve uma forte organização sindical, com as grandes greves do ABC e uma retomada dos movimentos sociais, após o afrouxamento da repressão do governo militar. Nesse bojo, surgiram os movimentos de moradia, dos trabalhadores que moravam nos cortiços do centro de São Paulo, e foram iniciadas as grandes mobilizações pela redemocratização.

A partir dos anos 1990 e com a eleição de Fernando Collor de Mello, a economia brasileira se abriu para a liberalização econômica, em que rifou estatais e atendeu aos anseios do mercado com privatizações e operações financeiras junto a bancos, empresas de investimento, fundos de pensão, entre outros.

De acordo com o Ipea (2010, p. 25), houve uma troca de valores na expressão da riqueza. A terra perdeu espaço para a circulação financeira. Contudo, é necessário considerar que, no caso brasileiro, os mesmos que concentram as maiores porções de terra estão no controle das operações financeiras. Desse modo, ao invés de ser um processo de troca, infere-se que seja um processo de acumulação. Quem possuía a propriedade da terra expandiu seus negócios para a circulação financeira.

No final dos anos 1990, após um ataque especulativo devastador e uma máxí desvalorização do real, foi introduzido o tripé de medidas de política econômica que se tornará emblemático na primeira década do século XXI: câmbio flutuante, regime de metas de inflação e metas de superávit primário elevadas. A despeito da estabilidade de preços, a economia brasileira continuou marcada por um regime de crescimento instável e de baixo dinamismo até o ano de 2004, assim como uma política social de pouca abrangência frente a que se estabeleceria na segunda metade do ano 2000. (IPEA, 2010, p. 26).

2.10 NOVO DESENVOLVIMENTISMO E SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO

O *desenvolvimento* teve sua gênese na era Vargas, e o *nacional-desenvolvimentismo* e suas fases de investimentos, no governo militar. De

maneira geral, pode-se afirmar que *desenvolvimento* é uma visão econômica em que foi valorizada a expansão industrial doméstica e o crescimento do mercado interno, além do direcionamento dos investimentos externos para áreas de interesse e controle das taxas de juros e câmbio. Durante alguns dos governos brasileiros do período a partir de Getúlio Vargas (1930-1945), essas etapas tiveram maior ou menor importância, mas o que se manteve foi a força da economia internacional hegemônica na economia nacional. A partir da identificação dessa dificuldade em resistir à influência política e econômica internacional, foram criadas novas possibilidades de resistência, como a CEPAL. Porém, desde Vargas essas mudanças tinham apenas o viés economicista. Ou seja, passavam ao largo de mudanças na estrutura social brasileira.

Pedro Paulo Zahluth Bastos (2012), no artigo “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”, analisou as políticas dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Para Bastos foi possível identificar duas linhas de ação entre os partidos políticos que dominaram a política nacional de FHC (1995-2002) até os tempos atuais. O PSDB foi identificado por uma linha econômica voltada à destituição da herança do desenvolvimentismo clássico (Varguista e também da ditadura militar). Além da crítica ao investimento na industrialização e no mercado interno e do estímulo à atuação do mercado internacional na economia através da financeirização e da privatização, Bastos identificou a linha ligada ao PSDB como *desenvolvimentismo exportador do setor privado*. Porém, havia uma clara cisão entre os apoiadores de FHC, mais liberal, e a ala de José Serra.

Durante o governo FHC, José Serra liderou o ataque às posições do grupo “monetarista” inclusive por meio de artigo acadêmico em que denunciava a “armadilha da ilusão da oferta de divisas” a qual justificava “a tese de que políticas econômicas voltadas ao setor externo são desnecessárias, uma vez que as políticas monetárias ou fiscais podem dar conta perfeitamente do equilíbrio externo desejado”. (SERRA apud Bastos, 2012, p. 785).

Os críticos do governo de FHC apontaram a crise social enfrentada pela classe trabalhadora, que teve seu poder de compra diminuído, pouca oferta de trabalho e a elevação de juros e impostos. “O custo financeiro da política monetária sobre a dívida pública, ademais induziria o governo a elevar impostos e reduzir o gasto social” (IPEA, 2012, p. 786). O aumento da competitividade

com a chegada dos produtos internacionais faria, de acordo com a política econômica da era FHC, com que os empresários brasileiros avançassem na qualidade e nos ajustes do produto nacional e, a partir desse ajuste, pudessem competir no mercado internacional. No governo de Lula (2003-2011), Bastos identificou a linha de *desenvolvimentismo distributivo do setor público*: a ênfase no crescimento do mercado interno e nas ações de fomento à classe trabalhadora através de políticas sociais.

Tal fato põe em questão a eleição do social como próprio elemento ativador do desenvolvimentismo capitalista pretendido. Embora a redistribuição de renda e a redução das desigualdades possam ser finalidades prioritárias da classe política econômica, é pouco provável que se sustentem por muito tempo como os motores do desenvolvimento capitalista. (BASTOS, 2012, p. 795).

Em ambas as políticas econômicas, o Estado manteve suas rédeas no controle da economia nacional e o que os distinguia foi a ênfase no mercado interno e na produção industrial nacional. Bastos (2012) notou que, no governo Lula, essas premissas econômicas ainda estavam sendo amadurecidas, com uma menor participação da academia. No governo Dilma (2012-2016), já fortemente influenciado pela oposição, procurou-se adotar algumas demandas das elites nacionais. Dentre elas, abaixar as taxas de juros, controlar os gastos públicos, limitar a apreciação cambial e controlar a desindustrialização. No governo Lula essas demandas já eram visíveis, porém o crescimento do mercado interno, o aumento do crédito e o recurso retórico de inserção a uma nova classe disfarçavam a oposição dos setores das elites e as dificuldades da crescente desindustrialização (BASTOS, 2012, p. 797). A ação dos ministros Palocci e Meirelles foi muito mais efetiva no controle dos anseios do mercado. Guido Mantega no governo Dilma não conseguiu manter os mesmos níveis de confiança do mercado e das elites nas políticas econômicas governamentais.

A política macroeconômica, ao contrário do que querem os ingênuos, não é domínio dos técnicos (macroeconomistas ou não), mas a esfera da luta ou do conluio entre a grande finança (os mercados) e o Estado, tendo a distribuição de riqueza e poder entre os credores e devedores do objeto, ainda que nesse campo o recurso a argumentos que se arrogam à exclusividade da competência técnica seja disseminado. (BASTOS, 2012, p. 804).

Foi visível a forte influência das organizações financeiras, que ganharam vultuosas somas com os produtos da financeirização econômica, como a compra da dívida de Estado (tesouro direto), que viraram produtos de investimento.

Desse modo, na atual regulação flexível do modo de produção capitalista, os ganhos das organizações financeiras vão além das ações na bolsa, abrangendo uma série infinita de produtos, desde investimentos em moedas estrangeiras, que dependem de taxas cambiais limitadas pelo Estado, até os investimentos de bancos públicos, que também têm carteira na bolsa de valores. Em suma, o *desenvolvimentismo*, que tinha como problemática apenas o desenvolvimento econômico nacional, apresentou uma enorme complexidade com interesses diversos atuando também politicamente. Algumas continuidades também foram percebidas, como a disputa das elites nacionais produtoras e as elites nacionais vinculadas às organizações financeiras internacionais, que desde a era Vargas estão em voga. Bastos (2012) apontou em seu texto os estudos econômicos de Bresser-Pereira, que, apoiado na tese de Maria da Conceição Tavares¹⁰ (1963), apontava que não bastava o desenvolvimento do mercado interno. Assim como Celso Furtado¹¹ (1962), Tavares apontou a necessidade de um conjunto de políticas e reformas estruturais através do Estado que melhorasse a distribuição de renda e de propriedade, além de um desenvolvimento industrial interno, com a criação de tecnologias próprias que auxiliariam na dinamização do mercado interno e favoreceriam o aumento das exportações (BASTOS, 2012, p. 790). O esgotamento de políticas macroeconômicas que não revisaram as estruturas sociais do país teve seu clímax no impeachment da presidenta Dilma Rousseff. O arranjo das camadas médias, das elites nacionais (especialmente a agroexportadora e a latifundiária), os setores do Estado (judiciário, polícia federal e militares), os políticos do legislativo e boa parte da classe trabalhadora que se disse decepcionada com o *lulismo* fizeram com que esse modelo de desenvolvimento fosse questionado e o golpe de estado consolidado. O incremento na renda através dos programas sociais e o crescimento do mercado interno não mudaram antigas estruturas do país. Os velhos fantasmas, apoiados por novos financistas, voltaram a assustar a democracia brasileira, provando que

¹⁰ Economista luso-brasileira, professora titular do Departamento de Economia da UNICAMP e emérita da UFRJ.

¹¹ Celso Furtado (1920-2004).

velhos arcaísmos, como a classe latifundiária e a concentração de terra, ainda estão na ordem do dia do Brasil. Desde o século XVI por sinal.

3 A QUESTÃO DA TERRA NO BRASIL: PROJETO FUNDIÁRIO COM OS PÉS NO PASSADO

Nos capítulos anteriores foi realizado um levantamento das estruturas macroeconômicas e de suas tendências teóricas mais preponderantes. Porém, a concentração fundiária, tanto no espaço urbano como no rural, tem sido uma constante no passado e no presente da sociedade brasileira. Além das questões econômicas, mais uma vez as raízes desse problema estão na estrutura implantada no Brasil Colônia. Emília Viotti da Costa (2010) em sua obra “Da Monarquia à República” apresentou como as transições políticas no Brasil mantiveram projetos de modernização com ambos os pés no passado. Para a autora, um exemplo é a própria transição do governo colonial para independente, que manteve D. Pedro I como líder e a manutenção da monarquia e das leis ligadas ao Brasil colonial.

Após a independência, reafirmaram a tradição agrária da economia brasileira; opuseram-se às débeis tentativas de alguns grupos interessados em promover o desenvolvimento da indústria nacional e resistiram às pressões inglesas visando abolir o tráfico de escravos. Formados na ideologia da ilustração, expurgaram o pensamento liberal das suas feições mais radicais, talhando para uso próprio uma ideologia essencialmente conservadora e antidemocrática. (VIOTTI, 2010, p. 11).

De acordo com Viotti (2010), a terra não pode ser estudada como elemento separado da economia e da política, pois terra e trabalho são binômios indissociáveis na sociedade brasileira. A Lei de Terras de 1850 foi promulgada meses após a proibição completa do tráfico negreiro no Brasil. Nesse período, as fazendas de café ávidas por braços para o trabalho disputavam a manutenção da escravidão e a expansão fundiária. No século XIX a lavoura de café massacrou as áreas de agricultura de subsistência e ampliou os limites agrários para as novas regiões do Oeste Paulista. Nesse ínterim, o Brasil implantava suas primeiras indústrias, uma ferrovia, e houve uma franca ampliação das zonas urbanas. Ocorria em paralelo uma conjuntura de modernização em diversos países com novas condições econômicas e novas leis sobre a terra e o trabalho (VIOTTI, 2010, p. 172). No Brasil, esses ecos chegaram a uma parte das elites agrárias, que queriam se distanciar ao menos superficialmente, do passado escravista. A Lei de Terras de 1850 legalizou a venda de terras públicas. Desse

modo, estava oficialmente extinta a única possibilidade de adquirir terras, que até então era pela doação da Coroa ou pela Câmara. Os grandes posseiros puderam regularizar as suas terras, registrá-las e demarcá-las. Porém, teriam que possuir verba para o registro e conhecimento legal sobre a legislação. Para Viotti (2010, p. 174) a Lei de Terras marcou uma transição política muito profunda, especialmente na relação com o governo, no Brasil colonial o privilégio era definido pela proximidade com o monarca e no Brasil independente (pós 1850) os privilégios se deram pelo poderio econômico, ainda que um fosse herdeiro direto do outro.

No começo da colonização, a terra era vista como parte do patrimônio pessoal do rei. A fim de adquirir um lote de terra, tinha-se que solicitar uma doação pessoal. A decisão do rei para a concessão do privilégio era baseada na avaliação do pretendente, que implicava seus status social, suas qualidades pessoais e seus serviços prestados à coroa. Desta forma, a aquisição de terras, apesar de regulamentada pela lei, derivava do *arbitrium real* e não de um direito inerente ao pretendente. Por volta do século XIX esse conceito foi modificado. A terra tornou-se domínio público, patrimônio da nação. (VIOTTI, 2010, p. 174).

A Coroa e as câmaras eram as responsáveis pela distribuição de terras até 1850. A partir desse ano, o governo vendia a terra como mercadoria, porém, os receptores de doações e os compradores de terra eram sempre da mesma elite agrária. Outrora agraciada pelas relações com a monarquia e atualmente agraciado com o capital.

3.1 NÓS E ELES: A ELITE AGRÁRIA E OS TRABALHADORES

A posse da terra e do trabalho pelas elites era um denominador comum na história brasileira. Em um país com grande extensão de terras, obtê-las não parecia ser um problema, bastava estar próximo à Coroa portuguesa. Em sua propriedade o senhor de engenho ou o cafeicultor tinha sua lavoura, seus trabalhadores (mão-de-obra escravizada), e agregados, geralmente pobres que mantinham culturas de subsistência. “O poder que o proprietário tinha sobre seus escravos e sobre os homens livres que viviam na periferia da grande fazenda era o que lhe conferia prestígio social (VIOTTI, 2010, p. 177). Uma tese importante do trabalho de Viotti (2010) é que a concentração de terras no Brasil teve efetivo crescimento com a “modernização” da economia nacional através

do surgimento da lavoura cafeeira e da Lei de Terras de 1850. Desse modo, a elite agrária do século XIX precisava aumentar a fronteira agrícola, em busca de terras férteis para o incremento de sua produção. Em contrapartida, estrangulava as pequenas propriedades, posses de trabalhadores pobres que promoveram no período colonial uma economia de subsistência. Os grandes produtores ocuparam essas terras, as legalizavam através da compra, expulsando pequenos posseiros cada vez mais para o Oeste (no caso de São Paulo) e para os sertões (no caso de outros estados). Os problemas da falta de trabalhadores para a expansão da lavoura cafeeira e a necessidade de cada vez mais terras foram dois pontos de inflexão para as novas formas de trabalho na agricultura comercial.

Para José de Souza Martins (1981) em sua obra “O Cativo da Terra”, terra e trabalho são inseparáveis. Sua argumentação é a de que a terra era “livre” quando o regime escravista predominava no Brasil, pois a posse de terra por parte dos trabalhadores não recebia atenção expressa da monarquia. Por vezes, foi até desejável, sobretudo no período de expansão das fronteiras de Tordesilhas¹². No século XIX, a partir da Lei de Terras de 1850 a terra se torna cativa e o trabalho “livre” através da experiência imigrante e das colônias de parceria. Para Martins (1981, p. 16), a organização do sistema produtivo brasileiro determinou a relação com a terra. O capital oriundo da agricultura comercial era reinvestido na compra de negros escravizados da África. Ocorreu a transferência compulsória do trabalho excedente sob a forma de capital comercial para a circulação. Houve a sujeição da produção ao comércio.

A escravidão colonial definia-se, portanto, como uma modalidade de exploração pela força de trabalho baseada direta e previamente na sujeição do trabalho, através do trabalhador, ao capital comercial. (MARTINS, 1981, p. 16).

Martins (1981) pontuou que o negro escravizado era renda capitalizada, forma capitalista de renda, pois sua aquisição não era somente um bem, mas a

¹² Tratado de Tordesilhas, celebrado entre Portugal e Castela em 1494 que dividia as possessões na América em ambas coroas. Essa linha imaginária cortava o espaço brasileiro, em que boa parte das regiões do interior eram de posse espanhola. Através da ocupação ilegal e também de embates jurídicos, essa linha ia sendo alterada pelo governo brasileiro (colonial e independente).

garantia da continuidade da produção agrícola, parte do investimento na produção futura.

Para ser lançado nas relações sociais da sociedade escravocrata, o trabalhador era despojado de toda e qualquer propriedade, inclusive da propriedade da sua própria força de trabalho. Diversamente do que se dá quando a produção é diretamente organizada pelo capital (e não pela mediação da renda), em que o trabalhador preserva a única propriedade que pode ter, que é a da sua força de trabalho, condição para entrar no mercado como vendedor dessa mercadoria, esse despojamento absoluto é a pré-condição para que o trabalhador apareça na produção como escravo. Por isso, o advento do trabalho livre, corporificado na imigração, não foi processo igual para o escravo colonial e para quem não fora escravo, para o imigrante europeu. Com ele, o primeiro ganhou a propriedade de sua força de trabalho; enquanto o segundo, expulso da terra, liberado da propriedade que não fosse sua força de trabalho. Para um a força de trabalho era o que ganhara com a libertação; para o outro era o que restara. (MARTINS, 1981, p. 16 e 17).

Os fazendeiros do século XIX estavam preocupados em manter o monopólio sobre a terra e também sobre a mão de obra. Por isso, a Lei de Terras de 1850 garantiu esse poder, reservando as terras devolutas públicas, que só podiam ser adquiridas via compra, para a expansão da lavoura e gerando um contingente de trabalhadores sem acesso à terra e disponíveis para o trabalho. Para Martins (1981, p. 33), o investimento da compra de negros escravizados foi direcionado para a aquisição de terras e saiu das mãos dos traficantes de escravos para a dos grileiros e imobiliárias. A implantação do sistema de parceiras na fazenda de café, com trabalhadores europeus imigrantes, foi bastante tensa. Esse processo de substituição da forma de trabalho, que não era trabalho assalariado, reorganizou uma sociedade de base escravista. Os colonos foram tratados de forma diferenciada, a fim de se distanciar do tratamento dado aos negros escravizados. O negro que fez valer sua liberdade, foi desprezado, pois liberdade era antítese para o trabalho. E trabalho para os colonos era “liberdade”, pois eram donos de sua força de trabalho. Um ponto que não foi discutido por muitos autores das humanidades é a questão do branqueamento populacional. A chegada imigrante não era apenas para “modernização” das relações de produção, ou ainda, porque eram trabalhadores acostumados a relação produção-trabalho. Não houve um projeto hegemônico de inclusão dos negros escravizados na sociedade. Fato comprovado pela situação atual dos descendentes de imigrantes europeus, que hoje podem gozar

de alguma ascensão, enquanto os descendentes dos negros escravizados padecem nas periferias.

3.2 A LEI DE TERRAS NO ESPAÇO URBANO

Emília Viotti (2010) e Raquel Glezer (2007) concordaram que a Lei de Terras de 1850 não foi um passo rumo à *modernização*. Ambas apontaram que as continuidades do período colonial foram suficientes para manter os privilégios das elites agrárias. O ponto de análise de Glezer está diferença na aplicação da Lei de Terras no espaço urbano e no âmbito rural. Na cidade de São Paulo, a Câmara era responsável pela doação de terras aos moradores da cidade. A Lei de Terras de 1850 apresentou muitas reminiscências das ordenações Filipinas e Leis Extravagantes, heranças jurídicas da Coroa portuguesa, que se mantiveram em vigor até o Código Civil Brasileiro em 1916 (GLEZER, 2017, p. 198). Importante notar que São Paulo, e alguns bairros como São Miguel e Guarulhos, foram aldeamentos indígenas dirigidos pela Igreja Católica. A Igreja foi uma grande mantenedora de territórios no espaço urbano.

A cidade de São Paulo no século XIX ainda tinha uma relação profunda com as corporações religiosas – as torres dos conventos marcavam o cenário urbano desde o período colonial e eram as referências espaciais da área urbanizada. As igrejas eram espaços de sociabilidade. Na parte mais antiga da cidade, as torres das igrejas dos conventos do Carmo, São Bento, e São Francisco, além da Sé, demarcavam a área mais povoada. Na área que começou a crescer em meados do século XIX, as torres das igrejas de Santa Efigênia, do Convento da Luz e Santa Casa de Misericórdia eram os marcos. (GLEZER, 2007, p. 203).

A igreja também era responsável pelo registro populacional, nascimentos e óbitos, além do registro das terras. A cultura católica brasileira fez com que muitos membros da sociedade doassem terras após a morte, o chamado “bem de mão morta”. Essas informações só são conhecidas a partir da implantação de impostos como a Décima Urbana. Até a primeira república esses bens de mão-morta mantiveram-se intocados na cidade de São Paulo e adjacências, sem qualquer ameaça de desamortização (GLEZER, 2007, p. 207). A Lei de Terras de 1850 deveria ter regulamentado as possessões através da regularização perante ao governo e à disponibilização de terras devolutas para a venda. Porém, os bens da igreja católica mantiveram-se intactos. Apesar da lei, as

Câmaras continuaram a doar terras a grupos de poder, e os campos de uso comum foram mantidos.

As superposições de leis e as interpretações divergentes seguintes favoreceram a continuidade de práticas que eram características de outras formas de organização social. O patrimônio territorial das câmaras municipais, que eram atributos dos conselhos coloniais continuou a existir, mas sem formas de controle sobre as formas de apropriação de uso da terra. A apropriação de terras urbanas, no “rossio” e no termo se tornou constante – para os pobres, para erguer suas moradias precárias nas favelas e, para especuladores imobiliários nos loteamentos clandestinos, que são tão numerosos que a administração pública periodicamente concede anistia para tentar regular o crescimento e expansão urbana. (GLEZER, 2007, p. 213).

A lei de Terras de 1850 foi considerada como o marco legal de regulamentação do espaço urbano e rural brasileiro. Porém, como observado pelos autores citados, a Lei de Terras de 1850 expôs uma sociedade dividida entre uma elite agrária e uma população trabalhadora, compostas por mestiços e negros. A Lei de terras possuía continuidades jurídicas e recrudesceu a concentração fundiária. No espaço urbano o controle da Câmara e um grande número de terras da igreja e devolutas aumentou a complexidade de controle do espaço. A ocupação como forma de morar na cidade, já era uma realidade das camadas trabalhadoras desde o Brasil colônia. A posse é uma ação utilizada por pobres e ricos, mas que apenas os mais frágeis pagam o preço através da ação do poder público e de empresas privadas.

4 MOVIMENTOS SOCIAIS DE MORADIA

A Vila Operária é um bairro que foi formado por uma ocupação de trabalhadores pobres, que não tinham condições de adquirir uma moradia via aluguel ou compra. Sua formação nem meados de 2004 não sofreu, de acordo com os moradores, uma intervenção direta da Prefeitura Municipal de Guarulhos (PMG). Os moradores tiveram conhecimento do pedido de reintegração de posse, quando o mesmo já tinha sido transitado e julgado. A partir desse momento, os moradores procuraram formas de se defender e foram auxiliados pelo MLM. Esse movimento social atua em Guarulhos na regularização fundiária de bairros já consolidados. Desse modo, sua atuação é na defesa de bairros e na luta pelo apoio do Estado na urbanização desses locais. No Brasil existe uma diversidade de movimentos de luta por moradia. Alguns trabalharam com a regularização urbana como o MLM, outros na ocupação dos chamados “vazios” ou latifúndios urbanos, que são áreas com problemas de regularização ou dívidas com o Estado. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) organiza as ocupações de áreas vazias. Há ainda as ocupações de construções no centro de São Paulo, geralmente em prédios abandonados por problemas de dívidas com a União. A Frente de Luta por Moradia – FLM é um dos movimentos que se organizam na ocupação desses locais para requerer novas vagas em programas sociais de moradia, como o Minha Casa, Minha Vida. No entanto, existe uma diversidade de movimentos de moradia a serem estudados. Boa parte dessa pesquisa foi realizada por Maria da Glória Gohn (1991) na obra “Movimentos Sociais e Luta por Moradia”, entre outros artigos e publicações sobre o tema. O trabalho de pesquisa de Gohn teve como base analisar e elaborar uma metodologia de análise para os movimentos sociais brasileiros. Dentre as diversas possibilidades metodológicas apresentadas por ela estava a da linha dos historiadores ingleses como E.P. Thompson e Eric Hobsbawm. Os estudos sobre a classe trabalhadora desses autores exploraram o cotidiano e as experiências das lutas pelos trabalhadores.

A meu ver o aspecto mais relevante da análise de Thompson é que ele vê as classes como um processo em formação. É a luta que forma a classe. Não se ignoram as condições materiais objetivas, elas são cruciais. Mas ela não tem o poder de determinação exclusivo e final. A

classe se constrói na luta, daí a importância do conceito de experiência (GOHN, 1991, p. 25).

Apesar de Gohn (1991) apresentar outras possibilidades metodológicas de estudo dos movimentos sociais, a linha historiográfica foi a escolhida para essa dissertação para compreender a experiência de luta pela Vila Operária. Primeiro porque o cotidiano e a história do movimento foram fundamentais para compreender a experiência, pois não se tratava de um movimento institucionalizado, nos moldes do MTST ou da FLM, com uma grande estrutura e apoio de partidos políticos e técnicos como arquitetos, advogados e geógrafos. O MLM e os moradores da Vila Operária atuaram sozinhos contra o Estado e a Imobiliária Continental que disputa a área. A visão de E.P Thompson das experiências de luta subverteu a linha tradicional da classe trabalhadora. Para Thompson (1998) essas lutas são muito antigas, parte da cultura de um povo. Seus estudos se concentraram nas lutas dos camponeses ingleses, pré-revolução industrial, como os motins da fome do século XVIII.

Contra essa visão espasmódica, oponho minha própria visão. É possível detectar quase toda forma de ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular, era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades. O mais comum era o consenso ser tão forte a ponto de passar por cima das causas de medo ou da deferência (THOMPSON, 1998, p. 152).

Gohn (1991, p. 25) argumentou que essa linha de estudos de movimentos sociais pelos historiadores ingleses tinha como objetivo compreender como as classes populares estavam vivenciando seu cotidiano. E como as situações de injustiça e carência os levaram a mudar suas ações e se expressar na mobilização e na revolta.

Thompson trabalha com uma importante categoria de Gramsci, que é a do campo de forças. Ela tem a ver com a ideia de relação de forças sociais, políticas e militares, com as possibilidades e os limites dos agentes em luta. As condições que configuram o processo de luta não são apenas econômicas, mas fundamentalmente, políticas e culturais. A experiência vivida e percebida pelos agentes, enquanto um modo cultural, determina valores e ações (GOHN, 1991, p. 25).

Além da valorização da experiência dos envolvidos na luta, Gohn procurou criar uma teoria de análise dos movimentos sociais no Brasil. A autora estabeleceu semelhanças entre os movimentos para poder realizar uma análise.

Os movimentos sociais urbanos estudados em sua obra descritos são, sobretudo, os que se consolidaram nas décadas de 1970 e 1980, período que compreendeu o eclipse da ditadura civil-militar no Brasil. Dentre as categorias gerais estabelecidas estão as abaixo (GOHN, 1991, p. 33):

- Os movimentos sociais urbanos são manifestações das classes populares
- São fenômenos novos na sociedade
- Estão centrados na esfera do consumo
- Eles partem dos bairros, do local de moradia
- São heterogêneos quanto à composição social
- Nascem espontaneamente
- São autônomos e alternativos
- Constituem germes da transformação social
- Emergem devido à existência de contradições urbanas
- São contra o Estado.

O Estado burguês utiliza a sua estrutura para minimizar a o conflito de classes através da ação das instituições jurídicas e políticas e a ação da superestrutura é dada como ente que normatiza a sociedade para a ação plena do Capital. Desse modo, a ação dos movimentos sociais urbanos no Brasil tem um enfrentamento com o Estado, de acordo com Gohn (1991, p.35). No Brasil, ocorreu uma forte influência das Comunidades Eclesiais de Base – CEBE, em que a Teologia da Libertação¹³ inspirou muitos trabalhadores a lutarem contra a exclusão social e pela volta da democracia. As CEBE atuaram diretamente na organização popular, influenciando o cotidiano de muitos trabalhadores. Porém, esse auxílio da Igreja Católica também era ambíguo, pois a Igreja possuía uma estrutura rígida “ideologia basista, antimodernizante e anti-intelectual” (GOHN, 1991, p. 37). A observação é que as CEBE tinham uma ação paradoxal, ao

¹³ A Teologia da Libertação não se baseia na interpretação eclesiástica da realidade, mas na realidade da pobreza e da exclusão. Movimento apartidário, que ensina aos seus seguidores os ensinamentos de Jesus Cristo como libertador da exclusão social. Na América Latina reúne seus maiores representantes, como o padre peruano **Gustavo Gutiérrez**, o brasileiro **Leonardo Boff** e o uruguaio **Juan Luis Segundo**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/religiao/teologia-da-libertacao/>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

mesmo tempo que organizavam e imprimiam a importância de uma mobilização popular, seu perfil cristão era representativo de uma organização autoritária.

O estudo dos movimentos sociais de Gohn (1991) tiveram uma metodologia baseada na *práxis* do movimento. Duas categorias foram selecionadas: o papel da experiência e o projeto do movimento social. Além da análise da troca de experiências entre os trabalhadores, através das reuniões, assembleias e manifestações ou outros espaços de prática coletiva, que socializaram as informações e os objetivos da ação (GOHN, 1991, p. 42). O segundo ponto é o método de trabalho, que foram as experiências adquiridas por outros grupos, as ações que tiveram êxito e as formas de combate. Após a análise da *práxis* do movimento social, foi analisado o projeto de cada movimento. Gohn (1991, p. 43) os separou em projetos transformadores e institucionais.

O caráter transformador de um projeto é dado pela natureza em si da prática do grupo, que pode estar voltada para a solução de questões localizadas (água na favela), mas contempla uma totalidade maior ao equacionar este problema no espectro da divisão social do trabalho e das injustiças sociais (direitos) (GOHN, 1991, p. 43).

A prática transformadora é tida como a mais efetiva por Gohn (1991) porque a experiência de luta coletiva nasceu das experiências populares e da percepção do próprio trabalhador da sua exclusão. Desse modo, a própria experiência o desperta para as injustiças sociais e a troca de experiência o fortalece a lutar pelo companheiro, estimulando a solidariedade. “Estas reivindicações e pressões emergem no cenário urbano devido ao processo de pauperização das camadas subordinadas urbanas e das contradições engendradas pela acumulação” (GOHN, 1991, p. 45). O outro projeto estudado foi o institucionalizador em que os movimentos sociais buscavam soluções no Estado, nas instituições para atingir seus objetivos. Para Gohn (1991, p. 49), esse projeto visou institucionalizar as práticas populares para reformar o sistema e abafar as ações dos trabalhadores. Nesse projeto as lutas foram por espaços de representação no Estado. A construção da democracia era o objetivo e não a implantação do socialismo.

Em suma, o projeto institucionalizador tenta impedir a constituição de uma identidade popular: “O avanço no social significa inscrever a conquista e a melhoria pública na relação social de produção e não só atender carências contraídas pelo regime totalitário”. Mais do que

saldar o débito de uma dívida social existente, como preconiza o projeto de uma dívida social existente, como preconiza o projeto institucionalizador, é necessário estabelecer os termos para a saída da grande crise, como afirma Francisco de Oliveira, modificando a relação salarial, revertendo a privatização do social, despolitizando a economia, redefinindo o público [...]. (GOHN, 1991, p. 50).

A partir da identificação desses dois eixos de análise, Gohn (1991) elaborou um fluxograma com os movimentos sociais de moradia, fazendo um histórico da formação, os períodos e os desdobramentos das lutas. Um exemplo (GOHN, 1991, p. 59) está no fluxograma dos movimentos populares de 1975 – 1986 em que as lutas por creche, saúde, transporte e moradia eram as mais comuns. Esses movimentos se transformaram em lutas concretas, como a luta por creches na zona Sul (1979-1982); Movimento dos Transportes Coletivos (1975-1984); Movimento de Saúde Zona Leste (1978-1984) e as lutas por Moradia que se desdobraram nos movimentos de favelas (urbanas) e questões da terra, e partir de ambos os movimentos de mutirões, Movimento Unificado (1984-1986), movimentos de loteamentos clandestinos, invasões, entre outros. Nota-se na metodologia empregada a identificação da conjuntura, das manifestações iniciais e da luta consolidada através de um movimento com identidade e nome. E finalmente, os desdobramentos das lutas em outras tipologias de movimentos. Gohn (1991, p. 60) também identificou as formas desses movimentos, que foram diferenciados pelas suas bases sendo elas as CEBE, as Associações de Moradores, as Associações de Favelas e Núcleos e Diretórios Partidários. A luta política era organizada a partir dessas bases organizativas. A expansão urbana da cidade de São Paulo devido ao alto preço da terra, a diminuição do poder de compra do trabalhador e da falta de projetos sociais de moradia foram algumas das condições de surgimento desses movimentos. Mesmo em período de ditadura civil-militar estes movimentos sociais puderam emergir, seja pela repressão aos sindicatos e atividades ligadas à luta trabalhista, muitos desses militantes foram buscar outras formas de luta contra a exclusão do trabalhador.

Esse modelo de análise dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 do século XX são bastante satisfatórios para compreender a emergência dos movimentos de moradia dessa época. A divisão entre a práxis e projeto de cada movimento e o estudo da sua experiência histórica e seus desdobramentos

são itens importantes para compreender a emergência e trajetória desses movimentos.

Contudo, para os movimentos da década de 1990 uma mudança conjuntural alterou essa tipologia. Primeiramente, as CEBE perderam sua força, assim como os militantes da Teologia da Libertação dentro da Igreja Católica, devido à ação de repressão do Vaticano. A segunda questão é a emergência dos partidos de esquerda, que posteriormente, irão assumir cargos de importância no Estado, como Luiza Erundina, prefeita de São Paulo (1988-1992) e os governos do PT na prefeitura de São Paulo e na presidência de Lula e Dilma. Por fim, além da conjuntura política, a mudança conjuntural que impactou profundamente os movimentos sociais foi a nova ordem econômica neoliberal.

Edson Miagusko (2012) no livro “Movimentos de Moradia e Sem Teto de São Paulo” realizou uma análise dos movimentos de moradia no que ele cunhou como *contexto de desmanche*.

A ação dos movimentos sociais e dos movimentos de moradia e sem-teto, em particular, acontece no contexto de privatização do público, retração das políticas sociais e desmanche do Estado, e reconfiguram as representações e os sentidos de sua atuação e do julgamento público advindo de suas ações. (MIAGUSKO, 2012, p. 103).

Nessa conjuntura a baliza foi o neoliberalismo no Brasil com privatizações, restrição de gastos sociais, e a repressão às ações coletivas através da criminalização dos movimentos sociais. Miagusko (2012, p. 63) utilizou como exemplo a ocupação do terreno¹⁴ da Volkswagen em São Bernardo do Campo em 2003, em que suas ações ocorriam em paralelo: a demissão de diversos funcionários da Volkswagen e a ocupação do terreno da Volks pelo movimento Sem Teto. Mesmo sendo um terreno ocupado pela Volks e mesmo com a ação da empresa na demissão dos funcionários, jornais e partidos políticos empreenderam uma cruzada contra a ocupação do terreno. Através desse acontecimento, Miagusko (2012) visualizou a mudança nos movimentos sociais. Outrora vinculada ao operário, e com forte influência dos sindicatos e partidos, e atualmente, desprovidos de trabalho e das condições mínimas de vida.

É possível perceber, a partir da segunda metade da década de 1990, a mudança na nomeação dos “movimentos de moradia” para

¹⁴ Esse terreno era uma ocupação ilegal da montadora Volkswagen.

“movimentos de sem-teto”. A categoria sem-teto equivale à palavra inglesa “homeless”, próxima à população de rua e distante da nomeação “movimentos de moradia”. Vários movimentos sociais surgidos no decorrer dos anos 1990 foram denominados a partir da palavra “sem”, talvez inspirados pelo movimento dos sem-terra procurando a nomeação a partir da falta. (MIAGUSKO, 2012, p. 84).

Miagusko (2012, p. 63) afirmou que mesmo com a emergência do PT, a espoliação dos trabalhadores não foi amenizada, pois os gastos sociais com habitação e saneamento tiveram forte retração. Parte dessa retração foi devido à retração do PIB, mas sobretudo pela política de contenção de gastos sociais. Foi notório os avanços sociais promovidos pelo governo PT, porém, de acordo com Miagusko (2012), a emergência dos partidos de esquerda não amenizou a pauperização crescente dos trabalhadores. Houve crescimento no consumo, mas os gastos sociais não foram tão efetivos quanto se esperava.

Nessa análise, o Estado e demais organizações entraram no jogo atuando pela via institucional. Nesse contexto, ONGS, Fundações, programas sociais, agentes políticos estavam na arena. No caso dos movimentos sociais de moradia a hegemonia era de Associações de Moradores, CEBE e partidos políticos de esquerda. Atualmente há uma pressão maior por parte de organizações institucionais, além de mais espaços de atuação no Estado como os conselhos participativos. O Estado marcou uma presença maior no controle da ação dos movimentos populares de moradia. Soma-se a isso a criação de um senso comum de criminalização dos movimentos sociais em geral, encabeçada pelo Estado e suas instituições, a mídia hegemônica patrocinada pelos partidos políticos de direita e centro e grandes empresários. Essa demonização permitiu a mudança da percepção dos movimentos de moradia, que foram taxados por uma parte dos trabalhadores como sinônimo de caos, desorganização, e de desonestidade. No caso dos movimentos de moradia, inclui-se a percepção de “roubo” da terra ou mesmo da vagabundagem em pensamentos como “Porque eles ocupam, se eu estou pagando?”. Todos esses valores foram impulsionados pela mídia a ponto de que uma mera manifestação de descontentamento era classificada como “excesso democrático”. Na ordem burguesa, trabalhadores são penalizados pelo excesso de democracia e pela cobrança do que está previsto em lei. Diante dessas mudanças, os diagramas de causa e efeito

perderam a eficiência no sentido de que o contexto econômico neoliberal tem agido de forma direta nas manifestações populares democráticas.

Esse contexto modificou e transubstanciou as categorias, os diagramas e a forma como os movimentos sociais fazem a experiência e incidem no debate público, alterando os termos da ação política. Mas não basta apenas constatar essa mudança – que seria um achado. É preciso, para fugir da “sociologia da ausência”, fazer com que as armas da crítica procurem remontar esse mundo e os conceitos explicativos, cujas formas ainda não estão totalmente claras. É um mundo cuja descrição necessita a invenção de conceitos para captar o real, para dar sentido à experiência que não pode ser descrita com os conceitos de antes. (MIAGUSKO, 2012, p. 104).

Miagusko (2012) estudou os movimentos de moradia do Centro da cidade de São Paulo, como no caso da FLM, que ocupa os prédios da região central e a experiência dos mutirões da Fazenda da Juta na Zona Leste. Para tanto, utilizou a história das experiências dos moradores/trabalhadores para compreender essa nova articulação dos movimentos sociais de moradia. E.P Thompson estudou a experiência das manifestações populares no século XVIII, em que o ideário do Antigo Regime ainda estava latente, dividindo a população entre senhores e servos. Volta-se novamente às experiências populares, justamente porque a realidade do trabalhador tem sido cada vez mais próxima da servidão, destituído de quaisquer direitos. A ponto de que a luta das décadas de 1970 e 1980 pela mudança do sistema Capitalista e suas instituições pelo socialismo tenham migrado para o legalismo, ou ainda, que as instituições desse mesmo sistema cumpram seus papéis, e em que não há mais o questionamento da forma política, mas apenas do conteúdo.

5 A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA MOVIMENTOS SOCIAIS

O bairro de Vila Operária está localizado nas proximidades dos bairros Parque Continental III, Cabuçu, Morro Grande e Capelinha na região nordeste do município de Guarulhos, que fica na Região Metropolitana da Grande São Paulo (RMSP). Assim como ocorre em diversos municípios da RMSP, a questão fundiária tem sido um grave problema para os cidadãos e o Estado devido à grande quantidade de territórios sem regulação fundiária e o déficit de moradias para a classe trabalhadora. O bairro de Vila Operária está no centro de um grave problema jurídico, pois seu território está em disputa pelos moradores, a Imobiliária Continental e o Estado. Soma-se a essa tensão a inclusão do bairro na zona de defesa da Área de Proteção Ambiental – APA Cabuçu-Tanque Grande, que possui uma grande diversidade de mananciais e áreas verdes, além de parte dessa área ter sido desapropriada para a construção do trecho Norte do Rodoanel.

Os moradores da Vila Operária iniciaram uma mobilização para tentar resistir aos processos de desapropriação e aos acordos de compra de terreno oferecidos pela Imobiliária Continental. O MLM auxiliou muitos moradores na luta por seus direitos, posto que as matrículas da área que englobam a Vila Operária e os Parques Continentais (I ao V) estão sendo contestadas por moradores e posseiros, com processos correndo na Justiça. Sendo assim, diante desse quadro e do objetivo de construir uma história do presente da Vila Operária foi escolhido como metodologia de análise da pesquisa de campo a sistematização de experiências sociólogo Oscar Jara Holliday .

Oscar Jara Holliday (2012) sociólogo peruano, é um dos pesquisadores da “sistematização de experiências”. Ele caracterizou a sistematização de experiências como uma teoria em construção. Em seu livro “A Sistematização de Experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis”¹⁵, destacou o

¹⁵JARA HOLLIDAY, Oscar. A sistematização de experiências, prática e teoria: para outros mundos possíveis. Brasília, DF: CONTAG, 2012.

itinerário da construção da sistematização, inicialmente com o questionamento das abordagens teóricas do Serviço Social e dos movimentos sociais que tinham matriz europeia e norte-americana. Esse pensamento crítico ganhou impulso com o contexto histórico-social da época (anos 1960-1980). No Chile houve a vitória do governo Allende e da Unidade Popular, a luta dos partidos de esquerda em diversos países latino-americanos e a emergência de uma rica produção cultural e científica cujo foco era a realidade latino-americana. O trabalho de campo seria a fonte de teoria. As obras de Paulo Freire também foram um importante recurso, pois incitaram o pesquisador a produzir conhecimento com base na realidade. Para Jara Holliday (2012) a primeira afirmação da sistematização de experiências ocorreu no Brasil em 1972 no Seminário Latino-Americano de Serviço Social. Interessante notar que o autor criou uma gênese coletiva latino-americana (Brasil e países hispano-americanos) para a construção da metodologia. Inicialmente, a sistematização de experiências se voltou para os estudos da Educação Popular, e posteriormente, para as pesquisas sociológicas da investigação-ação participativa. De maneira geral, a sistematização de experiência é resultante das novas correntes do pensamento latino-americanos, das novas abordagens do serviço social, da teoria de Paulo Freire para a educação popular e de adultos, dos projetos de comunicação popular, do Teatro do Oprimido, Teologia da Libertação, da Teoria da Dependência e das pesquisas sobre a investigação-ação participativa. Esse mosaico teve como eixo temporal as décadas de 1960-1980, com as ditaduras militares e a resistência ao seu pensamento conservador pela construção de novas abordagens com base no materialismo histórico-dialético marxiano.

5.1 O QUE É A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS?

Para Oscar Jara Holliday, a sistematização de experiências é uma proposta metodológica em cinco tempos:

Trata-se de uma proposta em cinco tempos, que sugere um procedimento com uma ordem justificada, mas que não necessariamente deve seguir-se tal e qual, pois dependerá de muitos fatores que incidem na multiplicidade de experiências existentes. Esse instrumento deve ser usado como sugestão e inspiração, mesmo que por razões didáticas se apresente um pouco rígido. Por esse motivo

esse capítulo se oferece um leque muito variado de possibilidades, para servirmos de referência ao definir o procedimento e os instrumentos próprios de cada sistematização. (1996, p. 84.).

A sistematização de experiências não é sistematização de informações. A proposta metodológica pode ser resumida nos seguintes passos: (1) o ponto de partida, que deve ser a ação que o pesquisador deseja analisar; (2) as perguntas iniciais sobre a ação; (3) a recuperação do processo vivido; (4) a reflexão de fundo; (5) o ponto de chegada. A sistematização de experiências permite que se construa um saber a partir da experiência estudada, em contextos que vão desde projetos de educação popular até movimentos sociais.

Essa teoria é resultante da reconstrução racional do processo vivido pelo pesquisador e pelos pesquisados. Há uma valorização dos saberes de todas as pessoas envolvidas no processo, e a partir do material coletado e analisado se produz ciência a partir da prática:

Por ello, la interpretación no se puede reducir solo a la particularidade de lo que hicimos directamente sino que deberá relacionar nuestra práctica concerta con el contexto, los desafíos vigentes, las otras fuerzas em juego etc., para entoces pretender comprender mas profundamente los aspectos relevantes de nuestra experiencia. Es decir, por ejemplo, que desde una experiencia de trabajo en agricultura sostenible podríamos llegar a interpretar sus relaciones con los cambios en el mundo rural hoy. Las posibilidades son grandes y múltiples en este campo, vinculando práctica y la teoría. (JARA HOLLIDAY, 2001, p. 4).

5.2 A SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NA PRÁTICA: LIMITES E POSSIBILIDADES

Toda metodologia apresenta possibilidades e limites, que devem ser balanceados e analisados com cautela pelo pesquisador envolvido. Oscar Jara Holliday definiu a sistematização de experiências como:

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo. (1996, p. 29).

A proposta de cinco pontos é uma tipologia de método de pesquisa, porém o próprio autor deixa claro que é possível realizar adaptações nesse itinerário. Contudo, para a pesquisa da presente dissertação de mestrado foi seguida a orientação da proposta em cinco tempos conforme as obras de Oscar Jara

Holliday “A sistematização de experiências, prática e teoria: para outros mundos possíveis” e “Para sistematizar experiências¹⁶”. A proposta em cinco tempos está dividida de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1 – Os cinco pontos da Sistematização de Experiências

Ação	Execução
1- Ponto de Partida	a) Ter participado da experiência b) Ter o registro da experiência
2- As perguntas iniciais	a) Para que queremos? (Definir o objetivo) b) Que experiência devemos sistematizar? c) Que aspectos dessa experiência nos interessa sistematizar?
3- Recuperação do processo vivido	a) Reconstruir a história b) Ordenar e classificar a informação
4- A reflexão de fundo: Por que ocorreu da forma que ocorreu?	a) Analisar, sintetizar e interpretar criticamente o processo.
5- O ponto de chegada	a) Formular conclusões b) Comunicar a aprendizagem

Fonte: Maíra Carvalho de Moraes, 2018.

5.3 O PONTO DE PARTIDA

O ponto de partida da pesquisa foi o contato com os envolvidos na ocupação da Vila Operária. A princípio, não houve envolvimento direto com as atividades dos moradores. Porém, a partir do contato com o líder do MLM A.P.,

¹⁶JARA HOLLIDAY, Oscar. Para sistematizar experiências. João Pessoa: Editora UFPB, 1996.

as participações em reuniões e atividades como membro do grupo foram essenciais para ganhar a confiança das pessoas e, sobretudo, compreender a realidade que iria ser sistematizada. O olhar não poderia ser antropológico, ou seja, meramente narrativo e descritivo, em que o pesquisador e o objeto estavam separados. A proposta de Oscar Jara Holliday (1996) exige que o pesquisador esteja minimamente envolvido nessas ações.

Afirmamos que só podem sistematizar uma experiência aqueles que tenham tomado parte dela e que não é possível que uma pessoa totalmente alheia à experiência pretenda sistematizá-la. (IBIDEM, p. 86).

No caso dos movimentos de moradia a participação em reuniões, conversas e ações são essenciais. Após o contato inicial, realizado com um vereador do PT chamado E.S via redes sociais, foi indicado o nome de A.P. para auxiliar no contato com os moradores da Vila Operária. O MLM esteve presente em uma série de bairros de Guarulhos, especialmente na defesa de bairros antigos, que passaram a ser autuados pelo Ministério Público e pela Prefeitura por estarem em áreas irregulares. O MLM atua pela defesa da Reforma Urbana, e pela manutenção dos bairros e lutam pela melhoria dos aparelhos institucionais como hospitais, escolas, ruas, saneamento básico.

No primeiro contato com A.P. em 2015 foram realizadas reuniões na Vila Operária, geralmente em um bar ou na casa de algum morador. A partir da presença nessas reuniões, os contatos com os demais moradores foram realizados. Um processo de longa duração, que exige insistência e confiança. Além das reuniões, foram muito importantes as ações na Assembleia Legislativa em São Paulo em outubro de 2015. A manifestação na Assembleia foi mista, realizada em conjunto com os moradores dos Parques Continentais, prejudicados pelas ações de reintegração de posse da Imobiliária Continental. O trabalho de campo com a participação nas ações do MLM e dos moradores foi iniciado em agosto de 2015. Pelo caderno de campo, as atividades mais comuns foram reuniões, conversas, manifestações de rua e na Assembleia de São Paulo. Além desses eventos, as entrevistas pessoais com os moradores diretamente envolvidos na Associação de Moradores da Vila Operária.

5.3.1 Ter o registro da experiência

O segundo ponto da sistematização é o registro dessas experiências, ou seja, toda a documentação levantada nas ações do movimento social.

O importante da sistematização da experiência é contar com o registro de tudo isso, que tenha sido feito o mais perto possível do momento no qual ocorreu o fato. Não é possível fazer uma boa sistematização se não contar com uma informação clara e precisa do acontecido. Este é um requisito fundamental; diríamos quase indispensável. (JARA HOLLIDAY, 1996, p. 89).

O registro da experiência não precisa ser apenas escrito, mas podem ser fotografias, gravações, filmes, vídeos, gráficos, desenhos, entre outros (JARA HOLLIDAY, 1996, p. 89). Os documentos utilizados na dissertação são fontes oficiais. O motivo desse uso é conhecer a ideologia por trás desses documentos. Especialmente, os documentos cartográficos que carregaram informações do Estado sobre a área. Ou seja, diferentemente do apontado pelos processos, os dados da Emplasa, dos mapas da PMG, a área se mantinha como área verde.

No caso dessa pesquisa foram elencados os seguintes documentos:

Quadro 2 – Registros de experiências de campo

Tipologia documental	Gênese	Cronologia
Fotografias	a) Registro da imagem do bairro em visita exploratória. b) Registro da propriedade de L.G com vista à APA Cabuçu-Tanque Grande. c) Registro das reuniões e eventos. d) Registro da imagem dos locais e dos entrevistados para o produto (vídeo e hot site)	a) Realizado no segundo semestre de 2015. b) Realizado no primeiro semestre de 2016 c) Realizado entre 2015 e 2018 d) Realizado entre 2016 e 2018

Documentos jurídicos	a) Peça processual de um dos requisitantes da área M.C. b) Atas de câmara de Guarulhos e São Paulo	a) 2016 b) 2016-2018
Clippings	Levantamento de reportagens de jornais, websites jornalísticos e redes sociais	2016-2018
Mapas	a) Mapas históricos do Arquivo da FAU – faculdade de Arquitetura e Urbanismo b) Mapas históricos e informações sobre o Rodoanel e bairros de Guarulhos – Arquivo Histórico de Guarulhos	a) Primeiro semestre de 2016 b) Primeiro semestre de 2016
Entrevistas	Entrevistas realizadas entre 2017 e 2018 com os posseiros e moradores. Serão citadas apenas as que tiveram autorização de registro para esse trabalho, as iniciais dos nomes a seguir – M.C., L.G, A.P, A.B., T.L., E.O., M.O, e M., R.B., R.P., R., D.L. a) Vídeos serão compilados em um Filme e hot site	b) Primeira entrevista oficial, com gravação e autorização em 2016 e última em janeiro de 2018

Fonte: Maíra Carvalho de Moraes, 2018.

A linha do tempo das entrevistas pode ser definida no quadro 3:

Quadro 3 – Linha do tempo das entrevistas

Período	Ação
Segundo semestre de 2015	Contato com lideranças A. P
Primeiro semestre de 2016	Levantamentos documentais e entrevistas com M.C e L.G
Segundo semestre de 2016 a primeiro semestre de 2018	Entrevistas oficiais com A.B, T.L, E.O, M.O, R., R.P., D.L, R.B e A.P.

Fonte: Maíra Carvalho de Moraes, 2018.

5.3.2 As perguntas iniciais

O segundo tempo da sistematização foram as perguntas iniciais da sistematização e ocorreu após o contato com a Vila Operária, as lideranças e os moradores. Para Oscar Jara Holliday (1996, p. 93), este deve ser o ponto de partida disposto em três perguntas: a definição do objetivo, a delimitação do objeto a sistematizar e a definição do eixo da sistematização.

O objetivo dessa sistematização de experiências é a memória da luta dos moradores pelo seu bairro. A partir da biografia, da memória da chegada no bairro, suas dificuldades e a resistência, montar a sistematização de experiência desses moradores.

A delimitação da sistematização foi dada pela própria experiência do bairro, pois conflitos fundiários em Guarulhos são muito comuns. E nesse caso, será conhecido apenas a experiência nesse bairro. A análise e as conclusões finais sobre a sistematização da luta dos moradores da Vila Operaria poderão auxiliar no estudo de casos similares de bairros que ocupam regiões de litígio fundiário, e que sofrem pressões de empresas, Estado representados pela prefeitura de Guarulhos e poder judiciário.

Além do conhecimento produzido poder ser utilizado para a questão fundiária, os próprios moradores poderão conhecer sua história sistematizada, e organizar novas formas de resistência a partir desse conhecimento. Ou mesmo fortalecer suas pautas.

A terceira pergunta recai sobre o que foi sistematizado. A experiência de ocupação do bairro e da luta dos moradores foi o objeto de sistematização. E

essa questão só foi respondida a partir das entrevistas. Apesar do questionário estruturado, as respostas ampliaram o escopo da pesquisa. Muitos contaram seus anseios, expectativas, sonhos e elementos de sua própria biografia. Porém o eixo central foi a luta pela sua moradia e pelo seu bairro e como essa luta impactou em suas vidas.

5.3.3 As entrevistas

As entrevistas foram parte do processo de levantamento de dados, que compuseram o quarto tempo definido como a reconstrução do processo vivido. Juntamente às entrevistas foram analisadas as diferentes tipologias documentais como fotografias, documentos jurídicos, cartográficos, clippings, vídeos, entre outros. As questões das entrevistas foram elaboradas de acordo com as experiências coletivas. Apesar de ser um questionário estruturado, foi possível que cada entrevistado pudesse dissertar sobre suas memórias e também sobre seus anseios e esperanças. Alguns entrevistados se mostraram mais prudentes, especialmente na entrevista final. Todos os entrevistados foram contatados anteriormente através de conversas e aproximações durante os eventos, para que a entrevista definitiva não fosse invasiva. A motivação dessa estratégia é devido à própria natureza do movimento em moradia. Diferentemente de outros movimentos sociais, as ações, as estratégias e as memórias do movimento de moradia são mais difíceis de acessar. Mesmo tendo participado de ações, reuniões e eventos no movimento, grande parte dessa dificuldade se deveu pelo caráter da demanda do movimento social. A luta pela terra envolve enfrentamento direto com o Estado, o poder judiciário e também empresas aliadas ao Estado. As ações da polícia nas reintegrações de posse são de grande violência. Geralmente, ocorrem em horários e datas para que os moradores sejam pegos de surpresa para evitar a mobilização. Também são comuns nos movimentos de moradia a ação de grileiros e de representantes de imobiliárias, que muitas vezes agem com violência, ameaças ou de forma mais sutil na desmobilização dos moradores. Todos esses dados foram coletados em conversas informais, ou seja, depoimentos espontâneos dos demais moradores

da Vila Operária. O questionário foi composto com perguntas gerais e em alguns depoimentos, os moradores informaram outras questões.

Dentre as questões gerais estavam:

- A) Contar sobre a biografia
 - a) Onde nasceu?
 - b) Como chegou em Guarulhos?
 - c) Em que trabalha?
 - d) Como veio morar na Vila Operária?
 - e) Como ocorreu a ocupação da Vila Operária?
 - f) Como era a Vila quando chegou?
 - g) Quem o ajudou?
 - h) Quais as dificuldades
 - i) Como foi o processo de luta?
 - j) O que sabia?
 - k) Como soube dos problemas fundiários?
 - l) Como é sua relação com a Associação de moradores?
 - m) Quais as percepções da luta?
 - n) O que te moveu a continuar?
 - o) As formas de resistência, as formas de organização, os anseios?
 - p) Qual é o seu sonho?

Para a maioria dos entrevistados, essas questões tocaram em eventos de sua vida passada e presente que impactaram diretamente em sua saúde física, mental, relações familiares, amorosas, de amizade e de trabalho. Pois a experiência mudou sua concepção de vida e política, e foi um processo de resistência contínuo, que teve sua gênese em meados de 2004, data da ocupação do bairro, e que perdura até hoje, 2018, com o último pedido de reintegração de posse da Prefeitura de Guarulhos e do Ministério Público de Guarulhos.

5.3.3.1 As entrevistas base

O primeiro contato foi realizado a partir do líder do MLM A.P. A princípio ele narrou a sua entrada no movimento social e o contato com a questão da moradia. Foram diversos encontros e conversas para que ele pudesse falar sobre a sua história na Vila Operária. Foi através dessa entrevista que foi possível organizar as demais entrevistas. Somente através da liderança, que os moradores puderam estar acessíveis.

O segundo contato foi com L.G, posseiro, que requisita o direito de titularidade contra a Imobiliária Continental. Ele tem sido uma peça – chave da luta dos moradores da Vila Operária e dos moradores dos Parques Continentais. Sua entrevista revelou aspectos mais formais da luta, ou seja, a relação com a Prefeitura de Guarulhos e a luta jurídica.

O terceiro entrevistado foi M.C. advogado e também um dos posseiros da área, que disputa contra a Imobiliária Continental na justiça. Assim como L. G. sua entrevista revelou os aspectos mais formais e históricos da área.

O quarto entrevistado foi A.B. uma líder dos moradores e participante ativa na resistência contra o Estado e a imobiliária. Fez parte da Associação de Moradores e atua na liderança informal, auxiliando no contato com os advogados e MLM.

O quinto entrevistado foi T.L., ele é um dos novos moradores, seu depoimento descreveu como tomou conhecimento da luta no dia-a-dia. Mesmo sendo jovem, demonstrou grande conhecimento sobre a batalha judicial e do movimento social.

O sexto entrevistado foi D.S. comerciante do bairro e um dos primeiros moradores. Ele trouxe elementos da história do bairro, que foram fundamentais para compreender as ações do movimento social e também aspectos das estratégias de mobilização.

O sétimo entrevistado foi E.O e sua esposa M.O. Ambos fizeram parte dos primeiros moradores do bairro, seu depoimento foi fundamental para conhecer as formas de ocupação, os primeiros moradores e as dificuldades de mobilização.

O oitavo entrevistado foi R. assim como E.O estava dentre os primeiros moradores em meados de 2003 e 2004. Eles participaram da segunda Associação de Moradores, que foi um dos pilares de resistência do movimento social.

O nono entrevistado foi R.P, ele também foi um dos primeiros moradores e membro ativo do movimento social.

O décimo entrevistado foi R. B., e apesar de ter chegado depois dos demais entrevistados, foi ativo na Associação de Moradores.

Essas entrevistas formaram a base da sistematização de experiências dos moradores da Vila Operária na resistência contra o Estado e a iniciativa privada. Porém, ao longo dos 24 meses do prazo de mestrado, foram contatadas mais de vinte pessoas envolvidas na luta da Vila Operária. Sem mencionar os moradores dos parques Continentais, que também estavam presentes nas reuniões, manifestações e eventos de luta da Vila Operária. Posto que a área de matrícula, que abrange todos esses bairros são as mesmas. Por se tratarem de pessoas envolvidas diretamente na luta como movimento social, e por aceitarem partilhar suas memórias e suas estratégias, os dez (10) depoimentos registrados e autorizados foram elencados nesse texto e utilizados na sistematização de experiências da luta dos moradores da Vila Operária.

5.3.4 Reconstrução do processo vivido

A fase de reconstrução do processo vivido é uma das mais importantes da sistematização da experiência de luta dos moradores da Vila Operária. A partir das entrevistas, da análise dos documentos levantados, das pesquisas de campo, que organizados formaram a reconstrução do processo vivido.

Trata-se aqui de ter uma visão global dos procedimentos que se sucederam no lapso da experiência, normalmente postos de maneira cronológica. Para isso, será quase indispensável consultar os registros, que mencionamos nas páginas anteriores. (JARA HOLLIDAY, 1996, p. 100).

A sistematização de experiências não é a narrativa de uma memória, mas a compilação das experiências, que foram ordenadas de forma a compreender a luta pelo bairro de Vila Operária. Obviamente, que as respostas do questionário

e os registros não abrangeram todas as questões que envolvem essa história. Porém, foi possível ter uma visão geral da luta dos moradores, que junto com o MLM, resistem contra a reintegração de posse do bairro. A reconstrução foi sistematizada da seguinte forma:

- a) A origem fundiária – Levantamento histórico do território desde o século XVI até 2018. Apesar de ser uma área de bairro jovem, esse espaço é antigo com uma rica história que remonta à Afonso Sardinha e a exploração de ouro.
- b) A origem da Vila Operária – Baseada nos depoimentos de M.C, L.G e A.P. A partir de seus depoimentos compreender como começou batalha jurídica. Também foram utilizados processos jurídicos, mapas, fotografias e clippings.
- c) A ocupação da Vila Operária – Baseada nos depoimentos dos moradores antigos e suas estratégias de ocupação. Além disso, clippings e fotografias de ações.
- d) A luta pela Vila Operária – Baseada nos depoimentos dos moradores que participaram das lideranças na Associação de Moradores e do MLM. Serão analisados também os registros como clippings e documentos jurídicos.

5.3.5 A reflexão de fundo: por que aconteceu como aconteceu?

Essa fase da sistematização é a análise dos dados com a teoria. Foram tratados os aspectos de conflito dos movimentos de moradia contra o Estado e contra as empresas e o conflito fundiário.

Para realizar essa reflexão de fundo será necessário penetrar por partes na experiência, quer dizer, fazer um exercício analítico: localizar as tensões e contradições que marcaram o processo; e, com esses elementos, voltar a ver o conjunto do processo, quer dizer, realizar uma síntese que permita elaborar uma conceitualização a partir da prática sistematizada. (JARA HOLLIDAY, 1996, p. 105).

Nessa fase da sistematização de experiências a análise das entrevistas também demonstrou os pontos em comum, como as motivações da luta, as contradições dos depoimentos, as mudanças das

concepções e as bases para a consolidação desse processo. A partir da análise dos pontos comuns, foram traçados os conflitos. E foi utilizado a base teórica de Maria Glória Gohn (1991), Dennis Oliveira (2014) e Edson Miagusko (2012) para análise dos movimentos sociais. E, para análise da organização do estado e empresas na oposição aos trabalhadores, Ricardo Mendes Antas (2005), Edson Miagusko (2012) e Dennis Oliveira (2015).

5.3.6 Os pontos de chegada

Um dos pontos mais importantes dessa metodologia é a *comunicação da aprendizagem*. Além da produção a dissertação foi produzido um vídeo com os depoimentos e um hot site, em que os moradores terão acesso às suas informações. Essa fase é muito importante, porque ainda há muitos trabalhos em pesquisa social que tratam as comunidades estudadas como objeto de pesquisa. Muitas vezes, as mesmas comunidades que liberam informações preciosas, são esquecidas após a entrega do trabalho científico. A comunicação da aprendizagem é uma forma de apresentar o trabalho que foi produzido de forma coletiva. Pois, sem as informações dos moradores não seria possível produzir a dissertação. O site trará um resumo das informações da dissertação e disponibilizará os registros levantados. O vídeo também trará as memórias da resistência, que pode auxiliar na comprovação da ação do movimento social.

5.3.7 Os limites da sistematização de experiências

O processo de pesquisa é composto por uma série de momentos de tensão entre o pesquisador, sua pesquisa e a abordagem teórica. Processo dialético que questiona, gera crises e por fim transforma. As metodologias participativas têm sido uma importante ferramenta para a pesquisa na área de ciências sociais aplicadas, sobretudo se o pesquisador deseja realizar um trabalho conjunto com a comunidade analisada.

A sistematização de experiências é um exemplo de como os saberes da comunidade pesquisada podem auxiliar na construção de ciência, especialmente nos casos em que há especificidade de temas ligados a território, condutas coletivas e história de um movimento social localizado. Porém, como toda teoria, possui limitações. O uso de oficinas e mesas de discussão organizadas não é uma alternativa para os pesquisadores no início de sua pesquisa. É preciso apoio institucional e uma rede de contatos e, sobretudo, temas que apresentem menos tensões.

No caso dos movimentos sociais de moradia, pós década de 1990 ocorre uma problemática maior. De acordo com Edson Miagusko (2012), em sua obra *Movimentos de Moradia e Sem Teto em São Paulo – Experiências no Contexto de Desmanche*, houve na década de 1990 uma mudança no tratamento dos movimentos sociais brasileiros, a partir da criminalização da greve dos petroleiros em 1995.

Portanto, há uma novidade no tratamento dos movimentos sociais a partir dos anos 1990: a criminalização se dava na medida em que se recorria à defesa do estado de Direito democrático. O registro não era ideológico, mas da “verossimilhança”. O consenso se construía a partir do alargamento do campo de intervenção dos movimentos sociais na conformação de políticas de gestão e pela criminalização dos que procurassem operar por fora desse campo gravitacional. (MIAGUSKO, 2012, p. 23).

A implantação de políticas liberais na economia política brasileira acirrou o tratamento dado aos movimentos sociais de moradia, já que a luta desses movimentos sociais é pelo direito de propriedade, eixo medular da cultura burguesa. O historiador argentino José Luis Romero narrou, em “América Latina – As Cidades e as Ideias”, que a construção das cidades latino-americanas como centros da economia liberal, construídas para as elites, mas com uma cultura social e política conservadora. O paradoxo dos movimentos de luta por moradia ou sem-teto é serem uma construção coletiva em busca de um direito relegado às camadas médias e altas. A cidade é um espaço em que os trabalhadores são condicionados à ideologia conservadora – projeto da colonização ibérica, espanhola e lusitana, que se concretizou com sucesso. O caudilhismo é um fenômeno urbano, assim como a destruição da esfera pública e das possibilidades coletivas:

Mesmo depois de perceber a presença de uma nova massa, a velha ideologia persistiu na sociedade normalizada, dentro da qual se confrontavam sem excluir-se conformistas e inconformistas. Tradicional e forte, a ideologia conformista mantinha seu apoio a uma concepção liberal da sociedade, e propunha a cada um de seus membros o caminho da ascensão social via esforço, da capacidade e da competição. (ROMERO, 2004, p. 411).

É justamente por esse cenário belicoso, com a disputa pelo direito à propriedade, que realizar a sistematização de experiências tornou-se um desafio. Os membros dos movimentos sociais estão sempre sob ameaça judicial ou policial. Estão com medo das consequências de sua luta, diariamente ameaçados pelas ordens de reintegração de posse, pela perda de seus poucos pertences e de sua dignidade. Ameaçados por processos de formação de quadrilha, ainda que o território em disputa seja uma grilagem de uma empresa. Contudo, é comum a supremacia da lei do mais forte.

As entrevistas, as conversas, e as reuniões tomam o lugar das oficinas e mesas de discussão propostas por Jara Holliday (2002). As discussões coletivas foram restritas as conversas individuais, sempre temerosas de liberar informações que possam prejudicá-los. O cenário de desconfiança impera, pois o que está em jogo é a vida. Sendo assim, é preciso adaptações nos cinco pontos propostos por Oscar Jara Holliday (2002) e uma ajuda dos estudiosos do tema. A metodologia de pesquisa participativa é uma boa alternativa para pesquisas que se preocupam em dar voz aos movimentos sociais, mas precisa estar combinada com abordagens teóricas de análise. O ponto da análise do material necessita do auxílio teórico de pesquisadores do tema. Combinando a sistematização de experiências e a análise teórica dos movimentos sociais, a pesquisa foi muito produtiva, pois há uma retroalimentação da teoria com a prática, e a produção de uma teoria combinada. A socialização da pesquisa é fundamental para que os movimentos sociais possam conhecer a sua história sistematizada, criticá-la ou mesmo refutá-la:

É aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de sua ordenação e reconstrução, descobre ou explicita a lógica e o sentido do processo vivido: os fatores, que intervieram, como se relacionaram entre si e porque fizeram desse modo. (IBIDEM, p. 84).

Apesar de a proposta apresentar uma perspectiva muito importante para construir uma ação transformadora, a adaptação a diferentes realidades é fundamental para o bom andamento da pesquisa. Sem quaisquer ilusões de construção de

uma ciência individual, puramente racional e asséptica, o resultado da sistematização é apenas uma parte de um processo em construção.

6 PESQUISA HISTÓRICA E GEOGRAFIA

A pesquisa histórica dos territórios é uma importante ferramenta para compreensão dos problemas fundiários das cidades e a emergência dos movimentos de moradia. O estudo da relação entre espaço e história teve grande expoente na *Escola dos Annales*. Lucien Febvre (1977) já havia escrito um texto sobre como a história e a geografia poderiam unir seus conhecimentos. Mas Fernand Braudel (2014) e o geógrafo Vidal de la Blache (2002), juntamente com Febvre, propuseram essa possibilidade metodológica que compreendia o espaço como um dos domínios da história. No texto “Geo-história: a sociedade, o espaço e o tempo”, Braudel apontou a seguinte questão:

De fato, não existe problema social que não esteja situado em seu quadro geográfico, quer dizer, exposto no espaço, confrontado a esse espaço. Não há realidade social que não ocupe um lugar no solo. Esse ou aquele lugar: eis aí todo um problema! Situar os fatos a serem estudados: eis mesmo a primeira démarche de toda a pesquisa social séria. (BRAUDEL, 2014, p. 618).

Milton Santos (2002) apontou em seu artigo intitulado “O tempo nas cidades” que a Geografia deveria ser vista como uma filosofia das técnicas.

O entrosamento entre técnica e História permite o entendimento do que se passou, do que se passa e eventualmente do que vai se passar quando as técnicas se tornam um conjunto unificado e único, movidas por um motor único, o que permite uma visibilidade de futuro. (IBIDEM, p. 1).

Nesse artigo, Santos (2002) propõe com base no filósofo Sérgio Bagú (2005), que distingue o “tempo como sequência – o transcurso – o tempo como raio de operações – o espaço – e o tempo como rapidez de mudanças, como riqueza de operações”. Santos argumentou que há uma ordem no tempo, e que há gerações urbanas, que sucederam ao longo da história, cada qual com sua tipologia de materiais, ideologias, configurações de Estado, técnicas, entre outros. Esse pensamento de Milton Santos é uma das bases para a argumentação desse capítulo, pois a partir da compreensão da história do espaço podemos compreender melhor o presente.

Na cidade atual, essa ideia de periodização é ainda presente; é presente nas cidades que encontramos ao longo da história, porque cada uma delas nasce com características próprias, ligadas às necessidades e possibilidades da época, e é presente no presente, à medida que o espaço é formado pelo menos de dois elementos: a materialidade e as relações sociais. (SANTOS, 2002, p. 2).

Para Milton Santos (2002), a cidade é uma sinfonia de temporalidades, em que a paisagem apresenta uma diversidade de épocas e suas respectivas técnicas. A paisagem da cidade é uma “acumulação de tempos desiguais”, a partir dela o geógrafo também pode compreender a história do espaço e de suas técnicas e, conseqüentemente, as relações de produção e a forma como o Estado – forma política do modo de produção capitalista e como o sistema atuam nesse território.

Se considerarmos a história do espaço e do tempo ao longo da História, vamos ver que ela é o passar de momentos que se propuseram justapostos, isto é, em que cada sociedade que criava o seu tempo através de suas técnicas, através do seu espaço, através das relações sociais que elaborava, através da linguagem que conjuntamente criava também, a tempos que não são mais justapostos, tempos que são superpostos, isto é, aquele momento em que o capitalismo entroniza, no qual há uma tendência à internacionalização de tudo e que se vai se realizar plenamente nos tempos dos quais somos nós contemporâneos, onde há uma verdadeira mundialização (SANTOS, 2002, p. 2).

Em outro texto intitulado “Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e método”, Milton Santos (1977) expressou a necessidade de a Geografia expandir o seu campo além do estudo da paisagem, e pesquisar a formação desse espaço. Santos criou a categoria “Formação econômica e social” em que o estudo do espaço deveria incluir obrigatoriamente o estudo das relações de produção relacionadas a esse espaço.

Trata-se de fato de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que uma simples Formação Econômica e Social (F.E.S.), tal qual foi interpretada até hoje. Aceitá-la deveria permitir aceitar o erro da interpretação dualista homem-natureza. Natureza e espaço são sinônimos, desde que se considere a natureza como uma natureza transformada, uma segunda natureza, como Marx a chamou (SANTOS, 1977, p.1).

Santos (1977) continuou seu diálogo com Marx quando pontuou a diferença entre o estudo do modo de produção e a formação econômica e social. Pois o modo de produção apresentava-se como uma possibilidade de realização e a formação econômica e social era a realidade. Em sua argumentação, Santos realizou um escrutínio da realidade e das especificidades de cada espaço, posto que, a realização do modo de produção capitalista em cada espaço apresentou suas especificidades como por exemplo, o desenvolvimento do capitalismo

latino-americano é totalmente diferente das economias centrais do sistema-mundo, como bem nos define Wallerstein (1974)¹⁷.

Modos de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos, que juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social. (SANTOS, 1977, p. 4).

As formas geográficas são representativas do modo de produção e de seus momentos, por isso, um espaço pode apresentar ao longo de sua história uma diversidade de temporalidades. A Formação Econômica, Social e Espacial é uma organização histórica. Sendo assim, a fase de cada modo de produção pode ser expressa no espaço e, também, na imaterialidade, como a configuração política, a ideologia, entre outros.

Santos em “Técnica, Espaço, Tempo” (2013) dissertou que os estudos de geografia urbana não estudavam a história desse território. “É uma pena, porque praticamente já não ensinamos como as cidades se criam, apenas criticamos as cidades do presente”. Desse modo, se o intuito é estabelecer uma história de um espaço, é preciso entender o espaço, a periodização imposta a esse espaço, a formação econômica e social do Estado e da Nação. Bernard Lepetit (2001), em sua obra “Por uma nova história urbana”, apresenta a seguinte ideia:

Maurice Halbwachs estabelece, como sabemos, relações dialéticas complexas entre os grupos sociais e o espaço que eles ocupam. Quando um grupo toma posse de um território, transforma-o à sua imagem – o espaço ratifica relações sociais – e, ao mesmo tempo, é pressionado pela própria materialidade de sua criação, à qual acaba obedecendo: “ele se fecha no interior do quadro que construiu.” (LEPETIT, 2001, p. 149).

Pela paisagem especulou-se que a Vila Operária e arredores têm uma história recente. Contudo, a partir das pesquisas bibliográficas vislumbrou-se uma história mais longa a partir do século XVI. Mas a quem cabe essa nova possibilidade de memória desse espaço? Bernard Lepetit (2001) auxiliou nessa contenda: “Sendo memória coletiva, é útil ao grupo social que dela se apodera, é parte de sua própria definição, transforma-se à medida que o grupo evolui”. Sendo assim, a contribuição na compreensão da história desse espaço deve

¹⁷ Sociólogo Immanuel Wallerstein, criador da teoria do sistema-mundo.

servir a quem se relaciona com ele. Ou àqueles que estão desejosos em conhecer essa experiência em particular e refletir se há outras possibilidades similares.

6.1 HISTÓRIA DE GUARULHOS

O contato com os povos autóctones *Guainá* foi fundamental para iniciar a exploração do território da atual cidade de São Paulo e de grande parte das cidades, que hoje compreendemos como a “Grande São Paulo”. O território que compreende a cidade de Guarulhos é muito mais amplo que outrora, inicialmente localizado no antigo centro, na imediação da igreja matriz Nossa Senhora da Conceição. A formação desse núcleo é cunhada por Pasquale Petrone (1995, p. 105) como aldeamento, pois foi parte de um processo de criação de núcleos organizados com uma intenção objetiva. De acordo com Azevedo Marques, no ano de 1580 esse aldeamento de tradição anchietana tinha um grande número de povos tributários da etnia *Guaianás*:

Guarumirins ou *Marumirins* viviam numa Serra entre o Rio de Janeiro e São Vicente, cita P. Pero Rodrigues, Provincial segundo o qual “P. Manuel Viegas, chamado pai dos *Maromimins*, descobriu, tratou e fêz o catecismo na língua desses índios, por volta de 1590. Os que se aldearam em São Paulo ficaram ao cuidado do P. Viegas, que da Casa de S. Paulo os ia visitar”. Sempre segundo Serafim Leite, o “Provincial Pero Rodrigues visitou Piratininga em 1595, data e primeira missa, que fixam a inauguração oficial da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição dos *Maromimins*. (PETRONE, 1995, p. 119).

No mapa a seguir é possível verificar as etnias autóctones que estavam no atual território das cidades que circundam São Paulo.

Figura 1 – Capitania de São Vicente com as quatro vilas: São Vicente, Itanhaém, Santos, São Paulo e aldeamentos indígenas sob a catequese dos padres jesuítas (1552-1597)

Fonte: Guarulhos, Arquivo Histórico Municipal. Adaptada por Benedito Calixto, s.d.

Em relação à geografia foi percebido que as aldeias e aldeamentos dos séculos XV e XVI circundavam São Paulo e mantiveram-se nas proximidades dos rios Tietê e demais córregos e rios. A bacia hidrográfica paulista era fonte de sobrevivência e comunicação. Através dos rios, as cidades que circundam São Paulo foram sendo fundadas. No mapa abaixo é possível verificar a bacia hidrográfica da área que circunda a cidade de São Paulo.

Figura 2 – Mapa realizado com base nas descrições dos “índios” de São Miguel, 15 out. 1580

Fonte: Guarulhos, Arquivo Municipal, s.d.

A formação dos aldeamentos nos espaços vizinhos a São Paulo foram uma forma de invadir o espaço dos povos *Guainás/Moromomis*, que ocupavam essas áreas. Os Carijós também foram fundamentais nesse processo, apesar de serem mais rebeldes em relação à invasão europeia. Os povos autóctones foram fundamentais para que os europeus pudessem sobreviver no Brasil. Eram eles quem conheciam o espaço, os caminhos, os rios, o clima, e tinham a cultura que possibilitava conviver pacificamente nesse espaço. O primeiro passo para a fixação dos europeus foi o estabelecimento de feitorias. As feitorias brasileiras,

isoladas na amplitude do litoral, tiveram sua criação justificada pelas possibilidades e estabelecer relações comerciais, na forma de escambo, com as populações indígenas (PETRONE, 1995, p. 22).

Nesse processo de estabelecimento, a exploração dos chamados “produtos da terra”, como o pau-brasil, foi uma das primeiras relações de produção da exploração colonial. Para integrar-se a esse território, até então desconhecido, o auxílio dos povos autóctones foi fundamental. Desse modo, para estabelecer-se no espaço, explorar o espaço e instalar as relações de produção, os portugueses estabeleceram a escravidão indígena.

O processo de povoamento do espaço de São Paulo, apesar de iniciado no litoral, só engrenou após vencer a Muralha – a Serra do Mar. No litoral, de acordo com Petrone, os lusitanos não conseguiram estabelecer condições de fixação para a produção agrícola, sobretudo para a produção de cana-de-açúcar.

No tocante ao contato com os povos autóctones, os primeiros que tiveram contato com os exploradores foram os da etnia Tupinambá, Tupiniquim e Carijós. Os Tupiniquim e Carijós eram os grupos que se dirigiam ao interior, conhecendo os melhores caminhos para vencer a difícil geografia paulista. Os Tupiniquim ou Guaianás foram os que estabeleceram maiores contatos com os lusitanos.

Segundo Plínio Ayrosa, o grupo *Tupiniquim*, que o autor considera sob a tradicional denominação de *Guaianá*, por sua vez se comporia de três frações: a dos *Guainá* propriamente ditos, que ocupariam a porção central da área que nos interessa, desde o litoral até o sertão, passando pela zona onde surgiram Santo André e São Paulo; a dos *Guaianá-Tupinaqui*, disposta ao sul, até a zona de Cananeia, e, finalmente, a dos *Guaianá-Muiramomi*, pelo vale do Paraíba e pela faixa litorânea até a zona de Ubatuba. (AYROSA apud PETRONE, 1995, p. 31).

De acordo com Petrone (1995), as etnias ligadas aos Guaianá eram tidas como “amigas” dos colonizadores, enquanto as etnias Tupinambá (Tamoio) e Carijós enfrentavam a ocupação forçada do território. A partir do contato com as populações autóctones foi possível conhecer e explorar o espaço, chegando ao Planalto de Piratininga, local descrito como “campo”, com bom acesso à água e terras dispostas ao plantio e sem a presença massiva de mangues e montanhas. No princípio da colonização, já era possível averiguar dois tripés da exploração colonial: a mão de obra escrava, nesse caso a indígena, e a ocupação de largas

extensões de terra, que juridicamente já denotava concentração por meio do sistema de sesmarias.

O tripé do modo de produção escravista no Brasil dado por mão de obra escrava, concentração de terra em latifúndio e monocultura, tinha iniciado os seus primeiros passos em São Paulo. A interação entre brancos e autóctones era tensa. Mesmo para as nações que mais se aproximavam dos portugueses, as crises devido à escravidão foram numerosas. Principalmente pelo papel dos jesuítas, que preferiam a “administração” dos povos autóctones. As diversas nações indígenas estavam divididas entre a escravidão e a “administração”, em que eram obrigadas a abrir mão de sua cultura para receber compulsoriamente o cristianismo. Nesse processo diversas etnias se refugiaram nos sertões. Contudo, a maioria foi dizimada, seja pela escravidão, pela administração jesuítica, seja pelo contato com as doenças dos brancos. Pasquale Petrone apontou que a fase de ocupação e exploração do território de São Paulo e demais cidades que a circundavam pode ser definida da seguinte forma:

- 1.500 – Definição dos primeiros aldeamentos, dos quadros administrativos, da autoridade jesuítica – catequese e administração.
- 1600 – Lei de 1611 com a formação de fazendas jesuíticas e formação das aldeias do Padroado Real (caso de Guarulhos).
- 1698 – Diretório do Pará – série de dispositivos legais do Marquês de Pombal para estímulo da demografia, proibição da escravidão indígena, a fim de incluí-los como membros da colônia e diminuir o poder jesuítico.
- 1734 – Período de organização administrativa – Procuradores-gerais.

A partir da administração de Morgado de Mateus e a diminuição da influência jesuítica nos aldeamentos, houve uma fuga dos autóctones administrados. No caso dos Guarumirins ou Marumimins, as fugas para o sertão esvaziaram o aldeamento de Guarulhos, que ficou bastante prejudicado. É necessário lembrar que apenas em 1831 a chamada “guerra justa” foi suspensa. A presença dos africanos foi muito importante para que toda a atividade econômica fosse bem-sucedida não só com seu trabalho, mas com seu conhecimento da agricultura, seus saberes sobre o clima, seu conhecimento

sobre as técnicas. A escravidão não se apossou apenas do corpo, mas também, do conhecimento de ambos os povos, as diversas etnias autóctones e africanas.

6.2 A SERRA DA CANTAREIRA E A EXPLORAÇÃO AURÍFERA NA REGIÃO DO CABUÇU

A Vila Operária está localizada nas proximidades da APA Cabuçu-Tanque Grande pertencente ao Complexo Ambiental da Serra da Cantareira. Protegida pelas leis ambientais essa região tem sofrido com loteamentos irregulares e obras públicas (trecho norte do Rodoanel). Esse território, rico em biodiversidade e com abundante bacia hidrográfica remete em alguns pontos a uma paisagem natural.

Mas esse espaço tem sido explorado há um bom tempo, sobretudo na exploração de ouro durante o período colonial. Durante o século XVI e XVII as coroas portuguesa e espanhola (União Ibérica) procuravam ansiosamente minas de ouro e prata nas colônias. Na historiografia, o apelo às riquezas minerais das terras conquistadas pelos europeus fez florescer uma série de lendas e boatos. Sendo assim, a capitania de São Paulo era tida por vezes como rica em ouro, porém, na maioria das vezes, fora alimentado o boato de que não havia metais preciosos na terra.

Afonso Sardinha foi um explorador de ouro, que residia em Pinheiros, na atual cidade de São Paulo. Suas explorações levaram à descoberta de minas nas regiões da Serra da Mantiqueira (Jaguamimbaba), Vuturuna (Parnaíba) e no Jaraguá. No entanto, a comprovação de que havia uma quantidade razoável de metais preciosos a serem explorados fora encarado como mero recurso imaginativo. Contudo, a cultura material do século XVI e XVII na região do Cabuçu comprovou esse esforço na exploração de ouro. Tanto que houve a criação do Geoparque Ciclo do Ouro, estruturado no Decreto nº 25.491 de 09 de junho de 2009.

As regiões pioneiras na exploração do ouro na época da colônia no Brasil foram Guarulhos, Jaraguá, Santana do Parnaíba, Sorocaba e Paranaguá (esta última situada hoje no Estado do Paraná), localizadas na antiga Capitania de São Vicente (Bontempi, 1970; Leme, 1772 a;b;c; Marques, 1980; Juliani, 1993). Estas mineralizações foram intensamente lavradas durante o período colonial, tendo sido

preservados, na região de Guarulhos, valiosos registros desta lavra, realizada em aluviões, coluviões, eluviões e saprólito, representando estruturas arqueológicas de grande valor histórico em áreas que hoje totalizam diversos quilômetros quadrados. Também foram encontradas na região restos de um pilão de ferro usado para a moagem de quartzo de veio e um cadinho utilizado na fundição deste metal. (AGUILAR, ANDRADE, BARROS, JULIANE E OLIVEIRA, p. 546)

As proximidades dessa região da Vila Operária e dos Parques Continentais (I a V) têm registros históricos importantes, que remeteram aos anos coloniais da capitania de São Vicente. É com a exploração aurífera dessa região e a utilização de mão de obra escravizada que Guarulhos recebeu um contingente razoável de africanos, que comporiam a diversidade populacional da cidade. Mas a historiografia guarulhense, assim como outras cidades, tem enfatizado a contribuição dos povos da etnia Guaianá ou Guarumirim (ou, ainda, Maromimins), remetendo a uma ideia de uma população majoritariamente “caipira” ou cabocla. Outra comprovação de que essa região tem uma rica história pregressa é o resquício da Estrada Geral, tida como um dos caminhos mais importantes entre os aldeamentos de São Paulo de Piratininga e as cidades auríferas de Minas Gerais e Goiás. Na proposta do Parque Ciclo do Ouro houve a citação do Parque Natural Municipal de Cultura Negra – Sítio da Candinha, que está localizado na antiga Fazenda Bananal. A barragem de Tanque Grande, era utilizada para o beneficiamento do ouro. Além da barragem existem fazendas antigas e uma série de construções desse período fazem parte do Geoparque Ciclo do Ouro.

No mapa a seguir, é apresentada a diversidade hidrográfica da região e também a barragem dentro do Parque Cabuçu-Tanque Grande, nas proximidades das áreas de Lavras.

Figura 3 – Mapa do Município de Guarulhos, 1932

Fonte: Guarulhos, Arquivo Histórico Municipal

escravos eram: Matheus da Silva Bueno (Itaverava), 50; Antônio Pedroso de Almeida (Bom Jesus), 18; alferes Félix da Silva Lopes (Guavirotuba), 16; alferes João Manoel Machado (Lavras), 15; capitão José de Almeida Ramos (Lavras e Tapera Grande), 14. Livro Cidade Símbolo (p. 45). Do total de 183 escravos, 70 estavam distribuídos entre médios e pequenos proprietários. (OLIVEIRA, FERREIRA, 2013, p. 25).

De modo geral, a descoberta de ouro em São Paulo e imediações por Afonso Sardinha e com o apoio do governador D. Francisco de Souza foram suficientes para que os historiadores pudessem cogitar que as lavras de ouro eram consideráveis. A resposta para a falta de informações pode ser justificada por José Carlos Vilardaga (2013) em “As controvertidas Minas de São Paulo 1550-1650”¹⁸. Nesse artigo, Vilardaga discutiu a falta de evidências de exploração aurífera na capitania de São Vicente, e chegou à guisa de uma conclusão, a de que, apesar da superestimação por parte de alguns autores, as minas existiram, e parte de seu mistério está no temor dos paulistas em perderem parte das riquezas aos impostos da metrópole.

Além da cultura material que é verificável nos espaços de exploração de outrora, a presença do governador geral D. Francisco de Souza e do mineiro-mor Manuel Pinheiro nessa região foi um fato de relevância na existência de metais preciosos.

Uma parte dos moradores da vila trabalhou nas minas, extraindo delas o ouro que foi utilizado como moeda e matéria-prima de ornamentos. Pode também ter servido como capital para compra de escravos negros, tecidos e outros produtos que alimentavam relativo comércio local. Provavelmente, os moradores esconderam as reais quantidades, fugindo assim do fisco e do quinto, não raro com a conivência das autoridades, cuja maioria estava diretamente envolvida no beneficiamento das mesmas minas. Deve-se, também, cogitar a possibilidade de que parte deste ouro escoasse pelos caminhos potosinos, numa interessante troca pela prata, junto com os peruleros que usavam o caminho proibido de São Paulo, pelo Guairá, rumo aos contrafortes andinos. (VILARDAGA, 2013, p. 814).

O historiador Carlos José Ferreira dos Santos na obra “Identidade urbana e globalização” destacou que os levantamentos históricos sobre Guarulhos se concentraram em acentuar uma dependência da cidade de São Paulo. Dentre as obras sobre a história de Guarulhos está a de João Ranali, “Repaginando a história de Guarulhos” (2002), que enfatizou a contribuição indígena, como a

¹⁸ Artigo da Revista Varia História, v. 29, nº 51, Belo Horizonte, set-dez 2013.

gênese da cidade e o desenvolvimento aos imigrantes europeus. A presença negra não foi enfatizada nas obras iniciais sobre a história de Guarulhos, ainda que as lavras de ouro fossem importantes para a chegada dos africanos escravizados na cidade.

Assim, o território do futuro município de Guarulhos por possuir lavras de ouro atraiu colonizadores para a região. É provável que esses mineradores tenham atuado para a criação de freguesia, tendo em vista apropriarem-se de terras pertencentes antes a índios aldeados e melhor atender a esses interesses como proprietários, algo bem característico do processo de exploração colonial. (FERREIRA SANTOS, 2006, p. 46).

A historiografia guarulhense apresentou um contato direto com a cidade de São Paulo, mas sem uma dependência. Desde a formação do aldeamento de Nossa Senhora da Conceição, em meados de 1560, a sua elevação a freguesia e desenvolvimento da cidade, Guarulhos teve uma história própria.

O modo de produção escravista não se relacionou somente à escravização do africano. Ele já havia sido instalado com a escravização do indígena, com a escusa da amplidão das terras e da escassez de braços. A instituição da guerra justa, em que as etnias autóctones podiam ser escravizadas após a captura, ou mesmo o aldeamento e a aculturação forçada foram alguns dos vários calvários sofridos pelos povos originários.

Em fins do século XVIII, o Brasil entra em um processo diferenciado, apesar de a estrutura ser do modo de produção escravista imbricado com o sistema capitalista europeu. O sistema colonial mercantilista em crise e a força da economia brasileira deixam Portugal em profunda crise ideológica. De acordo com Fernando Novais (1995, p. 299), a influência da Época das Luzes para a modernização das relações entre Brasil e Portugal, para a modernização econômica de ambos os países para que pudessem desenvolver-se. Nesse período, a Metrópole incentiva a criação de vilas, organiza os censos de população, aprofunda a organização do Estado, sob a égide Morgado de Mateus.

“Tal reformismo na política colonial só se torna inteligível quando referido à crise geral do sistema de colonização mercantilista, que percorre todo o período, e na sua forma de manifestar-se nas relações Brasil-Portugal” (NOVAIS, 1995, p. 299). A percepção da falência do sistema colonial era problemática para

Portugal, posto que modificá-lo implicava admitir a falência da metrópole, sua dependência da colônia, e a perda de controle sobre ela.

Efetivamente, organizado como um vasto mecanismo de acumulação primitiva, o Antigo sistema colonial, na medida em que funcionava, ia se constituindo cada vez mais em fator de passagem para o capitalismo industrial; o que por sua vez significava a emergência de condições que se não compatibilizam com a permanência desse mesmo sistema de colonização mercantilista: exclusivo, escravismo, de fatores de acumulação, tornam-se óbices do desenvolvimento. Tal mecanismo básico operava no nível da estrutura fundante do sistema, subjacente a todo o processo de colonização da época moderna. Neste sentido, no nível estrutural, pode-se dizer que com o florescimento da Revolução Industrial, o Antigo Sistema Colonial estava condenado. (NOVAIS, 1995, p. 300).

A estrutura e a superestrutura de cada tempo estão aliadas às suas especificidades políticas, econômicas e sociais. Porém, os resquícios podem sobreviver ao tempo. No caso específico da Vila Operária, temas como a posse da terra e a exclusão dos trabalhadores, muitos afrodescendentes ou mestiços, são uma das comprovações de que essas heranças persistem.

Nos séculos XVII, XVIII e XIX, assim como muitas cidades da RMSP, Guarulhos manteve-se de pequeno porte e acompanhou a emergência de São Paulo como local privilegiado da ação do Capital. Apenas a partir do século XX, que seu desenvolvimento sofrerá um salto, a partir dos incentivos ao desenvolvimento às cidades da RMSP.

6.3 METROPOLIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO

A geógrafa Sandra Lencioni (2008) dissertou no artigo intitulado “Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. O caso de São Paulo” que a metrópole contemporânea São Paulo concentra capitais, mas conurba cidades em um processo que fragmenta o território e remete à ideia de arquipélago urbano. No entanto, a formação dessa região, que hoje compreendemos como Região Metropolitana da Grande São Paulo (RMSP) é anterior ao processo de industrialização e de concentração de capitais na cidade de São Paulo.

Apesar de sua origem no século XVI, a cidade de Guarulhos não conseguiu resolver problemas básicos sociais de sua população. Dentre eles os

problemas fundiários, que de acordo com o ex-prefeito Sebastião Almeida na VI Conferência Municipal de Habitação, cerca de 60% do território da cidade é ilegal. Milton Santos (2013, p. 29) na obra “A urbanização Brasileira” argumentou que o processo de urbanização não foi homogêneo, as cidades se desenvolviam em regiões diversas incentivadas pelo seu modo de produção. A partir do século XIX com a hegemonia da produção cafeeira, o território sofreu uma intensa transformação, ferrovias, novas estradas, melhoria nos portos, criação dos meios de comunicação, facilitaram a fluidez do comércio nacional e internacional. A divisão internacional do trabalho e a ação do Capital no espaço foram decisivos para as mudanças no padrão de urbanização brasileiro.

Esse primeiro momento durará até a década de 1930, quando novas condições políticas e organizacionais permitem que a industrialização conheça, de um lado, uma nova impulsão, vinda do poder que se mostrará crescente, na elaboração, para o país de uma nova lógica econômica e territorial. (SANTOS, 2013, P. 30).

Entre 1940 e 1950 o Brasil apresentou um aumento demográfico auxiliado pela queda na mortalidade infantil, pelos maiores índices de natalidade, e das melhorias das condições de saúde da população em geral. Ocorreu um aumento demográfico e a ação das inovações tecnológicas, o que Santos chamou de meio técnico-científico. As mudanças significativas no espaço surgiram com as ferrovias, os automóveis, as estradas, os portos modernizados, as máquinas que atuaram nas fazendas. Essas mudanças promoveram a inserção em territórios de difícil acessibilidade, como os sertões do Oeste Paulista e as regiões nordeste e norte do Brasil. O espaço tornou-se mais fluido para os fluxos de capitais favorecendo a produção das mercadorias e a expansão do trabalho.

O meio técnico – científico é o terreno de eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda. Por isso, esse meio técnico-científico geografiza-se de forma diferencial, isto é, de forma contínua em algumas áreas contínuas já mencionadas, e de modo disperso no restante do país. A tendência, porém, em todos os casos, é a conquista, relativamente rápida, de mais áreas para o meio técnico científico, que o precedeu como forma geográfica e difundia-se de forma relativamente lenta a certamente mais seletiva. (SANTOS, 2013, p. 43).

Para Santos (2013, p. 44) essa geografia é resultante da divisão do trabalho, que se desenvolveu de forma diferente nas cidades do Brasil, a partir de sua produção fabril ou agrícola, ou seja, do desenvolvimento do modo de

produção em cada território. A partir do desenvolvimento da tecnologia, da expansão do capital em larga escala, os sistemas foram se estabelecendo. A noção de sistema de objetos e sistemas de ações é uma tese de Milton Santos sobre o impacto da técnica no espaço. Esses sistemas normatizaram o espaço e os homens, impondo temporalidades e ações normatizadas em favor da livre circulação do capital.

O estudo das técnicas ultrapassa, desse modo, largamente o dado puramente técnico, e exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais. São estas, finalmente, que explicam como, em diferentes lugares, técnicas, ou conjunto de técnicas semelhantes, atribuem resultados semelhantes, atribuem resultados diferentes aos seus portadores, segundo combinações que extrapolam o processo direto da produção e permitem pensar em um verdadeiro processo político de produção. (SANTOS, 2013, pg.31)¹⁹

A regulação do território e da economia se impuseram no território brasileiro com extrema força. Não somente através da ação das empresas e do Estado, mas também dos hábitos de consumo da população, das necessidades de lazer, de saúde e de educação. Essas ações só foram possíveis com a crescente urbanização do território e também com a transformação através do território rural em agrícola pela ação da tecnologia. Para manter essa estrutura uma série de técnicos são requisitados, técnicos em engenharia, arquitetos, geógrafos, todos formados em função das demandas da urbanização. A formação de uma metrópole concentra todas as condições de produção fabril, produção de trabalho, concentração demográfica, técnicos disponíveis, além de concentrar, coletar, produzir, informações de acordo com os seus interesses e distribuí-las a favor de seus interesses (SANTOS, 2013, p. 59). Milton Santos destacou uma série de áreas metropolitanas, como a região metropolitana do Rio de Janeiro, de Salvador e também de Brasília. Mas seu caso principal é o estudo da Região Metropolitana de São Paulo, e como a cidade de São Paulo se tornou um polo central de dominância em relação as demais cidades.

¹⁹ Trecho retirado da obra “Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico informacional”.

Hegemonia além da capacidade de seu polo fabril, mas de concentração de capitais, de mão-de-obra, informações, entre outros.

O fato é que estamos diante de um fenômeno de uma metrópole onipresente, capaz, ao mesmo tempo, pelos seus vetores hegemônicos, de desorganizar e reorganizar, ao seu talante e em seu proveito, as atividades periféricas e de impor novas questões para o processo de desenvolvimento regional. (SANTOS, 2013, p. 103).

No caso de Guarulhos, sua formação está intrinsecamente ligada à cidade de São Paulo. Seu desenvolvimento foi atrelado às demandas da Região metropolitana da Grande São Paulo. Interessante notar, que é possível contar a história de Guarulhos através de sua história fabril e do desenvolvimento de seu território. Carlos José Ferreira dos Santos (2006, p. 146) apontou como Guarulhos transformou-se após mudanças drásticas em seu território. A começar no ano de 1951 com a inauguração da Via Dutra, importante via de ligação da cidade de São Paulo ao Rio de Janeiro, que permeia as cidades do Vale do Paraíba. Guarulhos obteve forte atenção como ponto nodal de transportes e até meados da década de 40 manteve-se como uma cidade pequena com uma industrialização iniciante. A partir dessas transformações em seu espaço, organizou um parque fabril importante às margens da Via Dutra e da Rodovia Fernão Dias, ambas inauguradas em meados da década de 50. Além das estradas de rodagem, Guarulhos recebeu a Base Aérea, que recebia voos de pequeno porte. De acordo com Ferreira Santos (2006, p. 153) esse foi um processo político incentivado tanto pelos prefeitos da cidade, na década de 50 Rinaldo Poli, como pelo posterior decreto que criou a Região Metropolitana da Grande São Paulo em 1967 pelo governador Abreu Sodré.

Ainda em 29 de março de 1967, o governador do Estado, Roberto Costa de Abreu Sodré, além dos grupos sociais e econômicos a ele vinculados, atentos à metropolização que também atingia outros municípios da região, buscando atuar sobre esse processo, estabelecia a criação da “área metropolitana paulista”, incluindo Guarulhos. Segundo o texto do Decreto Estadual nº 47.863, o Governo do Estado de São Paulo criava o Conselho de Desenvolvimento da Grande São Paulo, do Grupo executivo da Grande São Paulo – GEGRAN, com a justificativa de tornar necessário além de uma infraestrutura, o maior controle estatal sobre o desenvolvimento da *Grande São Paulo* fundamental ao progresso do país (Decreto Estadual nº 47863 de 29 de março de 1967). (FERREIRA SANTOS, 2006, p. 153)

Ferreira Santos (2006) argumentou que Guarulhos fez parte de um plano de desenvolvimento econômico, que modificou profundamente seu espaço, sua

economia e impactou diretamente em seus cidadãos. A transformação da cidade em um *balcão de negócios* foi incentivada pelos prefeitos da cidade, muitos deles pertencentes à classe produtiva com interesses particulares no processo de industrialização rápida. Além da facilidade de acesso, foram apontados a abundância de áreas de exploração como as terras.

Segundo o prefeito Poli, a administração pública se *cotizava* e “toda semana saía no ‘Diário de São Paulo’, um anúncio de página inteira convidando as indústrias a se instalar em Guarulhos. Fazia parte da propaganda de atração da municipalidade e dos grupos sociais mais abastados apresentar o município como possuidor de grandes extensões de terras, que segundo o próprio prefeito, comparativamente às de outras cidades da área metropolitana, eram ainda pouco ocupadas e baratas. (POLI APUD FERREIRA SANTOS, 2006, p. 160).

Nota-se que a maioria dos prefeitos da cidade de Guarulhos, até meados da década de 50, mantinham negócios na cidade. Em lista de prefeitos (FERREIRA SANTOS, 2006, p. 163), de 1940 a 1957 a maioria mantinha negócios na especulação imobiliária como loteador de terras e outras funções comerciais paralelas. A partir desse crescimento fabril, a cidade de Guarulhos tornou-se um chamariz de trabalhadores, e gerou uma grande expansão demográfica. A partir da especulação imobiliária e da expansão demográfica, as Leis de Zoneamento foram alteradas, com acréscimo de bairros e do perímetro da cidade (FERREIRA SANTOS, 2006, p. 164).

A inauguração do aeroporto de Guarulhos foi mais um item de atração de empresas para a região, especialmente as do setor hoteleiro, de convenções, transportes, etc. De acordo com o relatório PHLIS – Plano de Habitação de Interesse Social de 2011, os dados populacionais são:

Tabela 1 – Dados populacionais de Guarulhos

Ano	Dados populacionais
1980	529.483
1990	755.550
2000	1.069.609
2010	1.351.790
2018	1.325.750

Fonte: Guarulhos.Relatório PHLIS e Fundação Seade.

compraram casas e apartamentos, atraídos pelos preços mais acessíveis. Juntamente aos negócios imobiliários, soma-se a especulação imobiliária sobre a cidade. Assim o crescimento populacional e as políticas de desenvolvimento industrial e urbano no plano metropolitano e municipal, somadas à especulação imobiliária propiciada pela concentração de áreas nas mãos de alguns loteadores, fizeram com que grandes contingentes populacionais buscassem moradia ou aquisição de terrenos de baixo valor por vezes em loteamentos clandestinos, em áreas de mananciais e reservas naturais. Neste último caso, especialmente em direção à região norte, onde fica localizada a Serra da Cantareira [...]. (FERREIRA SANTOS, 2006, p. 164).

De acordo com a Prefeitura de Guarulhos, a cidade manteve-se como o quarto (4º) maior PIB do Estado de São Paulo e o 13º do Brasil. Seu PIB superou 10 estados da União como Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas, Sergipe e Paraíba²¹. Apesar dos dados econômicos, demográficos e de ocupação dos bairros, Guarulhos possui uma importante história social de formação e resistência de seus moradores. As classes hegemônicas no controle político e da economia forçaram uma percepção de Guarulhos como uma cidade fabril. Porém, sua história apresenta uma série de episódios de resistência, por parte de sua classe trabalhadora empenhada em fazer frente à ação direta do Capital. Floresceram em Guarulhos uma diversidade de movimentos sociais, sindicatos, associações de bairro, que lutaram pelos direitos dos trabalhadores à moradia, a melhores condições de trabalho, na defesa ambiental entre outros. Basta lembrar dos movimentos sociais contra a construção do aeroporto e do trecho norte do Rodoanel. Ambos movimentos não lograram sucesso, mas marcaram espaço como eixo de resistência e identidade da cidade.

6.4 A PAISAGEM DO BAIRRO VILA OPERÁRIA

De acordo com “Atlas Geoambiental da região Cabuçu-Tanque Grande, Guarulhos- SP” a Vila Operária está no limite da Zona de Defeso. Outros bairros como o Jardim Monte Alto e Chácaras Cabuçu, têm sido as ocupações urbanas mais próximas do Núcleo Cabuçu do Parque estadual da Cantareira. No mapa

²¹ Disponível em: <<http://www.guarulhos.sp.gov.br/pagina/economia-de-guarulhos>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

Figura 7 – Detalhe do Mapa da APA Cabuçu-Tanque Grande²²

Fonte: Oliveira, (2008)

No mapa acima é possível verificar a localização da Vila Operária dentro da Zona de Defesa do Núcleo Cabuçu. A descrição inicial cartográfica é importante para localizarmos onde esse espaço está localizado, pois o Estado o utiliza como argumento para a reintegração a justificativa ambiental. Numa das primeiras visitas ao bairro foi possível registrar a situação em que os moradores vivem atualmente.

Nas imagens abaixo, verifica-se a falta de saneamento básico, asfalto, acesso às condições mínimas de vida (hospital, escolas, entre outros). Tudo o que foi erigido foi realizado a partir dos próprios moradores.

²² Região aproximada da Vila Operária. Na linha está a área de defesa da APA Cabuçu-Tanque Grande.

Figura 8 – Fotografia da divisa entre o Parque Continental III e a Vila Operária (à direita)

Foto: Maíra Carvalho de Moraes, 2016.

A partir da fotografia percebemos a diferença das construções dos moradores do Parque Continental III, classe trabalhadora com maior poder aquisitivo.

Figura 9 – Vista da Vila Operária

Foto: Maíra Carvalho de Moraes, 2016.

Nessa última imagem, uma visão das construções da Vila Operária, a maioria formada por autoconstrução e ruas sem parte do asfaltamento. A primeira entrevista desse projeto de pesquisa foi realizada com um dos posseiros que lutam na justiça pelo reconhecimento de sua área. Morador de um sítio limítrofe de áreas ambientais, L.G. relatou a sua história.

A partir da imagem do sítio de L.G., verificou-se que a Vila Operária está entre uma área ambiental e uma área urbanizada. Vê-se ao fundo a construção do trecho norte do Rodoanel. À direita e à frente, parte da Região Cabuçu-Tanque Grande.

Figura 10 – Fotografia da chácara de L.G.

Foto: Maíra Carvalho de Moraes, 2016.

Apesar das imagens demonstrarem que essa região é recém-ocupada, esse território já possuía uma história pregressa. O senso comum das camadas médias da cidade, da mídia, e dos litigantes da área reforçaram a ideia de que os moradores ocuparam uma área privada e ambiental.

6.5 A ORIGEM DA VILA OPERÁRIA

As informações disponíveis sobre os bairros de Guarulhos podem ser pesquisadas no Arquivo Municipal da Cidade de Guarulhos. Especialmente os bairros mais antigos, que assim como São Paulo estão restritos ao centro antigo próximo à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, “Igreja Matriz”, na ladeira Campos Salles. Em um mapa da base de dados da Emplasa – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A, a cidade de Guarulhos apresentou denso povoamento nessas regiões centrais.

Figura 11 – Mapa Municipal de Guarulhos. Recursos Espaciais existentes nos municípios da RMSP

Fonte: Emplasa [website] sem data.

Na região que compreende a Vila Operária e os Parques Continentais há apenas a descrição cartográfica dos marcos naturais, como a Serra da Pirucaia e a rica hidrografia da região. Abaixo em novo mapa da Emplasa de 2008, a região já apresenta sinais de urbanização, porém sem a informação de loteamentos, circundada pela APA Cabuçu-Tanque Grande.

Figura 12 – Mapa de uso e ocupação do solo do município de Guarulhos

Fonte: Emplasa, [website], 2006.

Através das representações cartográficas foi possível perceber que a ocupação da Vila Operária pode ser considerada como recente. A primeira

entrevista realizada em dezembro de 2016 com L.G. apontou a mesma percepção de ocupação recente da área.

L.G. é morador de uma pequena chácara localizada no “topo” da Vila Operária, que geograficamente pode ser definida como uma pequena montanha localizada na divisa do bairro Continental III. A visão dessa chácara possibilita a vista para a urbanização do bairro e parte para a área de defeso da APA, que engloba uma parte da Vila Operária e uma vasta área de terra, que pelos depoimentos pertence à Instituição de ensino Mackenzie.

Figura 13 – Fotografia da chácara de L.G. no alto da Vila Operária

Fonte: Maíra Carvalho de Moraes, 2016.

* Ao fundo, parte da APA Cabuçu-Tanque Grande, e ao lado direito a área pertencente ao Mackenzie.

Figura 14 – Fotografia da chácara de L.G no alto da Vila Operária

Foto: Máira Carvalho de Moraes, 2016

L.G. informou que a região que compreende a Vila Operária (e todas as suas ZEIS de I a III) e os parques Continentais (I a V) estão inseridos em uma disputa fundiária. Apesar do capítulo anterior ter apresentado dados de que a área não era apenas uma região ambiental, e que já era explorada desde o século XVI, esse trecho que circunda a APA Cabuçu Tanque Grande era conhecido pelas suas chácaras de pequeno porte até meados da década de 70 do século XX. Uma boa parte dos entrevistados citou um acontecimento que marcou a disputa fundiária, que envolveu um dos titulares da área Leonardo Teixeira Leite Sobrinho. As pesquisas históricas envolvendo Teixeira Leite remontam a um crime ocorrido em meados de 1946, em que ele assassinou Armando Petrela e feriu a tiros seu irmão Afonso Guido Petrela. O Jornal “O Estado de São Paulo” de 13 de abril de 1947 apresentou uma grande reportagem sobre o “crime do Ibirapuera”. Os jornais apresentaram a sua versão dos fatos, informando que Teixeira Leite e os irmãos Petrela eram sócios e tinham uma firma chamada Teixeira Leite & Petrela²³. Os jornais expuseram que os negócios eram investimentos em papéis de empresas como a Estrada de Ferro

²³ Informação retirada da reportagem de jornal “O crime do Ibirapuera”, de 18/08/1948, do jornal O Estado de S. Paulo.

Sorocabana e a mediação de empréstimos à empresas e informações de ligações com casas de finanças nos Estados Unidos. Nota-se na reportagem do ‘O Estado de São Paulo’ de 18 de agosto de 1948 que Leonardo Teixeira Leite Sobrinho era diretor do Mackenzie College, informação que só foi encontrada nos jornais.

E após um ato de corrupção de Teixeira Leite, os mesmos se desentenderam e o crime foi realizado. Na maioria das reportagens consultadas, uma das causas foi a venda de papéis da Estrada Sorocabana e a disputa pela titularidade do Edifício Baruel na região da Sé. Chama a atenção a grande comoção do crime, cuja narrativa jornalística se assemelhou à de filmes de gângsteres. Nos jornais, Leonardo Teixeira Leite Sobrinho é retratado como um sócio ardil nos negócios e finalmente, como um assassino cruel. Na reportagem de “O Estado de São Paulo” de 28 de agosto de 1954 foram exibidos detalhes do processo, em que consta que o sistema jurídico acreditava na culpa de Teixeira Leite e que o mesmo não havia sido ferido no atentado.

Figura 16 – Imagem do jornal O Estado de S. Paulo de 13/04/1947

Fonte: O Estado de S. Paulo. Arquivo digital

O levantamento dessa história foi devido aos documentos entregues pelo segundo entrevistado M.C, que contou em seus processos que a área pertencia à Leonardo Teixeira Leite Sobrinho e o mesmo não havia a vendido a ninguém até a sua morte.

[...] tenho o mapa, tudo... mostra onde começava. Tinha um milhão trezentos e cinquenta mil metros. Tudo isso daqui. Fornos de lenha que era usado. Para tirar lenha. Depois meu pai ficou cuidando da lenha. Essa estrada aqui foi aberta por meu pai. Até debaixo da torre. Se você pegar um mapa, você vai ver que a FURNAS, na década de 60, 70 para a frente, a FURNAS abriu da antiga avenida Cabuçu e depois passou a se chamar Benjamin Hannicut. Ela abriu até debaixo da torre para abrir a manutenção da FURNAS. Ai meu pai abriu com mais de vinte homens na mão, para tirar lenha. Abriu todos os caminhos para tirar lenha. Os caminhões subiam para tirar lenha. Saíam por aqui, ali debaixo. Saia pela propriedade do Mackenzie, saia pela Avenida Cabuçu. Quer dizer, todas essas estradas foram feitas à mão. Naquela época não existia máquina. Abria com enxadão e os caminhões tiravam a lenha. [...]. (Entrevista cedida por L.G).

De acordo com L.G a região até 1979 era muito inabitada, constituída por posseiros. Um deles, o pai de L.G, que sabia apenas que a área ao lado de sua chácara pertencia ao Colégio Mackenzie. Por ser uma região em que a ocupação foi realizada aos poucos, as referências que recorreram nos depoimentos foram

a área Mackenzie, Teixeira Leite Sobrinho e os marcos naturais, como uma indicação de que não houve uma compra completa e a fundação de loteamento. Os dados sobre a área nas entrevistas com os posseiros antigos restringiram-se aos dados naturais, que foram certificados pelos documentos jurídicos cedidos para essa dissertação.

[...]. Porque se a gente coloca nome do córrego, alguém vai ser prejudicado. Quer dizer, esse córrego nunca teve nome, o único que você vai achar nome é o laranja azeda. No mapa ele tem 1.300 metros de comprimento. Ele foi entupido pela empresa, 1100 metros. Ele foi totalmente entupido, sumiu. Sumiu debaixo da terra, você vai achar ele lá no finalzinho. Uns 200 metros. Esse não tem nome. Mas a empresa disse que esse sem nome é o Cambará. Porque as terras dela vão até a divisa do Cambará. E não vai porquê? Depois daquele córrego, era as terras do Teixeira Leite. Pois, antes e acontecer tudo com ele. Ele doou tudo para o Instituto... Colégio Mackenzie. Que é a Faculdade Mackenzie. Ele doou para ela 311 mil metros. Se você for puxar na matrícula, de tudo que era dele. A única coisa que foi averbada, foi a doação ao Mackenzie. O resto não vendeu...Tudo, da Vila Operária, até a rua 82, era tudo do Teixeira Leite. A única coisa que você achar na transcrição de averbação, é a doação do Mackenzie. Descobri isso porque? Fui no cartório, e o perguntei, mas o Teixeira Leite só tinha 311 mil metros? Peguei a matrícula da doação que ele fez. Dessa matrícula, eu fui na transcrição original. Que era de 1944. Aí o pessoal do cartório falou, ele não tinha 31 mil metros, mas tinha mais de um milhão de metros quadrados. Aí ele me deu o mapa. E ficou tudo aí comigo. Foi um trabalho desgastante, porque eu fiquei quase dez anos para eu achar. Madrugadas olhando. Ficava olhando os mapas. Aí eu lembrei, que meu pai contava...meu pai faleceu quase agora, com quase 100 anos. Meu pai falava, que quem trouxe ele para cá foi o Teixeira Leite. Comecei a pesquisar sobre o Teixeira Leite, e a pesquisar. Até encontrar que ele era o dono de tudo. Quando começou a questão com esse pessoal aqui da Vila Operária, uns políticos vieram aqui. Eu estava aqui de manhã e chegou um carro da Prefeitura. [...]
(Entrevista cedida por L.G).

Na entrevista com M.C os mesmos dados da origem da terra foram repetidos como sendo originalmente uma região de posseiros, mas cuja origem fundiária estava com Leonardo Teixeira Leite Sobrinho. M.C apresentou uma Transcrição nº 10.859 que dissertou sobre a aquisição do imóvel (terras) em Guarulhos na data de 12 de agosto de 1941. Nota-se que os limites foram dados por barreiras naturais como disposto a seguir:

[...] começam na água do Cabuçu e Córrego Laranja Azeda, e subindo por este até suas cachoeiras; daí em rumo direito até um valo; atravessam este valo e seguem por este portãozinho até Benedito Ortiz de Camargo e deste seguem por um caminho até um cambará e daí rumo direito até encontrar um valinho e deste por uma barroca abaixo até um córrego e desta abaixo confrontando com herdeiros Maria Cardoso até o Cabuçu e descendo por este córrego Laranja Azeda, onde começaram estas divisas; as partes do imóvel transmitido divide com Claro Miranda, com o Rio Cabuçu, com o Dr. Adolfo de tal e com

a Estrada Velha pela parte de cima. [...] (Protocolo nº 802.483, 12º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital do estado de São Paulo, BEL. Benedito José Morais Dias).

Por ser uma área descrita com barreiras naturais a alteração de cursos de rios, *morrotes* e *valinhos* eram suficientes para dificultar o trabalho de topógrafos e agrimensores. Indicando que o controle de terras, mesmo no século XX, foi muito precário, e definido pela posse de moradores. No mesmo documento citado acima está também a descrição da terra pertencente ao Mackenzie, que não foi possível averiguar se está ainda em posse do citado.

[...]Conforme transcrição feita nº 15.210 feita em data de 22 de maio de 1946, que Dr. Leonardo Teixeira Leite Sobrinho e sua mulher Ofélia Santisi Teixeira Leite, brasileiros e domiciliados e residentes nesta capital, na Rua Honduras nº 397, transmitiram a título de doação à Mackenzie College, corporação organizada [...] o imóvel situado no município de Guarulhos, no bairro do Cabuçu, consistente de um terreno, com a área de 302.500,00m², ou seja 12 alqueires paulistas, pela moda antiga [...] (Protocolo nº 802.483, 12º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital do estado de São Paulo, BEL. Benedito José Morais Dias.²⁴

Em ambos os documentos jurídicos, nos depoimentos e nas reportagens de jornal, inferiu-se que a história da Vila Operária e regiões adjacentes nasceram turbulentas. No mesmo documento há uma hipoteca de Leonardo Teixeira Leite Sobrinho em favor de Afonso Guido Petrela, datada de 18 de fevereiro de 1952, ou seja, após o crime do Ibirapuera, em que o próprio Guido fora baleado por Teixeira Leite. O crime viria a ter seu julgamento em 1953, mas a hipoteca incluía muitos imóveis, em sua maioria terrenos, conhecidos apenas por alcunhas tais como: “[...]. Os imóveis situados em Guarulhos, lugar denominado Tutuquara, também conhecido ou chamado Sítio dos Pintos ou água dos Pintos, no bairro do Cabuçu [...]”²⁵ Todos os terrenos estavam definidos por marcos naturais e por posseiros confrontantes, ou seja, os documentos apontaram apenas os marcos naturais e suas áreas confrontantes. Importante notar que, sem os recursos de GPS e mapas, o controle de terras era muito mais difícil. Além disso, dificultam as vendas entre conhecidos, muitas vezes sem documentos. No depoimento de L.G é importante notar a disputa fundiária e

²⁴ Documento Jurídico cedido por M. C. O documento está nos anexos desta dissertação.

²⁵ [...] (Protocolo nº 802.483, 12º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, BEL. Benedito José Morais Dias, fls. 2 de 3).

também a história desses locais. Contrariando uma visão de local inabitado. No depoimento abaixo ele relatou as formações de valões, formados há muitos anos, por ocupações anteriores. Além disso, uma simples visita ao local expôs erros nas descrições da prefeitura de Guarulhos.

[...] sim, no mapa de Guarulhos, aqui é avenida M. Passa pelo valo divisor. O que é um valo divisor? Meu pai dizia que antigamente eram os índios e escravos, que faziam os valos para pegar pedra. Depois, os italianos, portugueses. Se você andasse aqui, toda essa terra era demarcada por valos. Do valo para cá é a nossa posse. Do valo pra lá era do Laerte, depois ele passou para o americano. Depois... se ela tinha alguma coisa, era do valo pra lá. Naquilo que ela já mexeu. Se você pegar o mapa do Paulo, era uma área extensa. Porque o Amaral Pacheco indica que era da família do Teixeira Leite. Foi tudo vendido entre eles, o Amaral Leite ficou com setecentos e quarenta e seis metros e o Teixeira Leite o restante. Dos um milhão e trezentos e onze mil metros, o Teixeira Leite doou 311 mil, e ainda sobrou trezentos e poucos mil metros. Aqui tem 84, ali 96 e o restante na Vila Operária, que é os 311 mil metros, que ele nunca foi dono. Isso já tá provado, mostrado, mas infelizmente. [...] (Entrevista cedida por L.G).

Outra questão é referente ao outro possessor Vicente de Paula Pinto. Em documento do engenheiro Civil Jayro Carminati há a citação de manutenção de posse da chácara, localizada na parte vizinha à Avenida Benjamin H. Hannicut. O documento datado de 1986, analisa as confrontações da área e apontou problemas nos documentos apresentados no sistema judiciário devido a metragem das áreas. No documento, também a informação da origem do loteamento em 10/10/1979 e os diversos embates entre a família Paula Pinto e a imobiliária Continental.

A questão do litígio de terras entre a municipalidade, a empresa e os moradores, não obteve uma resolução efetiva do judiciário e da municipalidade. Ambos argumentaram que a municipalidade pouco fez para aplacar a questão do litígio das glebas.

Guarulhos possui uma série de problemas fundiários, devido à falta de controle da origem das áreas, que gerou problemas aos moradores mais pobres. Através desses documentos, vislumbrou-se uma problemática que se repetia em outras localidades, áreas de matas e mananciais, que não foram controladas pela municipalidade e o sobrepujamento de leis, que dificultam o processo de comprovação das titularidades. A história da área da Vila Operária e dos Continentais continua sendo disputada por moradores e pela Imobiliária Continental, que alegou ter adquirido as terras, que pertenciam à Teixeira Leite

e posseiros via contrato. Através dessa compra a mesma realizou os loteamentos dos Parques Continentais (I a V), que passam por questões jurídicas até hoje. No caso da Vila Operária, ela está inclusa nas duas matrículas de loteamento 20654 e 20655. Abaixo mapa cedido por M.C. Nota-se que a área rachurada (feita a mão) corresponde ao loteamento Continental (glebas de I a V). Porém, abaixo da área rachurada não há o loteamento na planta.

Figura 17 – Levantamento Aerofotométrico da Vila Operária e arredores ²⁶

Fonte: M.C. Arquivo pessoal. sem data.

6.6 A CHEGADA À VILA OPERÁRIA: HISTÓRIAS DE VIDA

Os entrevistados foram escolhidos pela sua participação na luta pela moradia na Vila Operária. Um ponto em comum é a origem, trabalhadores que não conseguiam mais custear os gastos com aluguel na cidade e viram na ocupação do terreno uma saída para uma vida mais digna. A maioria são

²⁶ Área rachurada apontada por M.C. indica a localização dos Parques Continentais e Vila Operária

migrantes de outros estados, especialmente da região nordeste que vieram para São Paulo em busca de trabalho. Geralmente se apoiaram na família para buscar emprego e, posteriormente construir suas vidas.

Essa origem comum também foi a que cunhou o nome da Vila Operária. De acordo com R., um dos primeiros presidentes da Associação de Moradores, o nome foi devido a quantidade de trabalhadores operários.

[...] A Vila Operária I, tem a Vila Operária II, tem a 3. *Operária* por quê? Porque só tem operário. Só tem pobre aqui. Fico operário porque é de gente pobre. Eu gosto desse bairro e desse nome. Eu não tenho nada do que falar, de tudo que vivi não tem reclamação. Aqui é tão bom que você pode fazer festinha, que ninguém te enche o saco. Pode viajar, que ninguém mexe na sua casa. Para moradia é bom, porque já morei em Jd. Brasil, Santo André, Parque São Rafael em São Paulo. (entrevista cedida por R. em 22 de novembro de 2017).

Outro morador E.O relatou que o nome já estava logo no início da ocupação, mas que anteriormente era conhecida por Morro do Boi.

[...] foi um morador que inventou esse nome de Vila Operária aí... Morador da parte de baixo e registrou na prefeitura. [...] O pessoal faz... Um morador inventou [...], mas a Vila já chamava Operária. E até hoje tem três Vila Operárias I, II e III. Nem sabia o nome das coisas, mas tinha plaquinha com o nome Vila Operária. [...]fazer o quê? Meio desajeitado, mas está registrado fazer o quê. Mas antigamente me falaram que chamava Morro do Boi. Pessoal matava o boi aqui em cima. Botaram Morro do boi. Depois chamou Vila Operária [...]. (Entrevista cedida por E.O em 22 de novembro de 2017).

D.S. é comerciante na Vila Operária. Pertence ao grupo dos primeiros moradores do bairro, no período em que a situação era muito difícil, sem saneamento básico, luz e acesso aos correios e coleta de lixo. Assim como os outros entrevistados, morou em outros bairros e após um declínio de renda foi parar na Vila Operária.

[...] nasci no Nordeste. Nasci em Casanova no interior da Bahia. Depois morei em Pernambuco. Vim em 1986 e vim para Guarulhos primeiro. Na verdade, eu morei treze anos de aluguel em Guarulhos. Aí foi onde consegui um terreno no Santa Edwiges. Era uma ocupação também e consegui um terreno lá. Me mudei para lá em 98. Foi aí que saí do aluguel. Fiz dois cômodos e entrei para dentro. Foi na mesma época que a firma que entrei começou a falir.

[...] eu trabalhava com pintura industrial. Comecei de ajudante em 85. Comecei como ajudante e depois fui para pintor com revolver. Pintava alumínio. Daí a firma faliu e fiquei uns três meses sem pagar aluguel. Teve essa ocupação lá. Comprei um terreno e construí. Entrei sem reboco, sem banheiro, sem nada. Fiquei um tempo. Depois o casamento não deu certo, saí de lá, mas a casa está lá para meus filhos. Quando a firma faliu, passei uns seis meses parado. É ruim quando a firma está falida para dar baixa na carteira. Tem a massa falida né? [...]passei um sufoco danado. Pagando aluguel, a massa

falida. Foi aí que eu entrei lá na firma que estou até hoje. Daí fui para Cumbica. Depois que saí da Santa Edwiges, que eu separei da minha ex-mulher... fui lá para Cumbica. Lá, na favelinha conheci ela, minha esposa. De lá eu descobri esse terreno da Vila Operária, através de um primo da minha ex-mulher, que mora no Vale dos Machados e disse que havia um terreno aqui [...]. (entrevista cedida por R.P em 22 de novembro de 2017).

A migração entre bairros também é uma constante. O Santa Edwiges também é um bairro com ocupações. E. O. está na Vila Operária desde o início da ocupação. Assim como D.S. ele veio da região Nordeste em busca de melhores condições de vida.

[...] Sou baiano. De Ibipitanga. Pra lá de Salvador, minha cidade fica longe. [...] Fica perto de Macaúbas Eu era rural, trabalhava na roça. Plantava arroz, feijão, milho, mandioca, rs... essas coisas. [...] minha família era toda da roça. Meu pai, meu avô tudo criado na roça. Até hoje a gente tem um sítio lá. Na verdade, vim para São Paulo, para trabalhar. Vinha trabalhava e voltava. Fazia isso. Mas um dia minha filha mais velha teve um problema de reumatismo. Ela ficava toda entevada. A gente carregava ela num carrinho. Mas ela era entevada. A gente veio para a cidade para ter um tratamento adequado né? A minha mulher trouxe ela. Ela teve três anos de tratamento. Graças a Deus ela está bem hoje, fez sua família. Família muito bonita. (Entrevista cedida por E.O. em 22 de novembro de 2017).

As mudanças de bairro até a chegada à Vila Operária também foram uma constante. “[...] na primeira vez morei em São Paulo mesmo, Vila Zilda, Jd. Tremembé[...].” (Entrevista cedida por E.O. em 22/11/2017).

R.P. também saiu do Nordeste em busca de uma vida melhor, passando por vários bairros, incluindo o Continental II.

[...] não, sou do Nordeste, da Bahia. Camaçaí, fica perto de Casanova... Nordeste, lá no sertão... vim direto para Guarulhos mesmo, tinha uns 22 anos...Vida inteira morei em Guarulhos. [...]não, morei na Vila Galvão, mudei de área. Primeiro bairro que morei foi no Continental II e depois voltei para Vila Galvão. Era solteiro e morava com um colega. Voltei, morei no Jd. Paulista. Depois no Continental I. (entrevista cedida por R.P em 22 de novembro de 2017).

R.B. chegou na Vila Operária em 2010, mas também morou em diversos bairros da cidade, com uma vida cheia de adversidades. Nascido na Bahia em uma família numerosa, passou por muitas dificuldades até chegar na Vila Operária.

[...] eu nasci na cidade de Itiruçu na Bahia. Uma cidade do sudoeste baiano, perto de Jequié, Vitória da Conquista...é uma região de café, uma região que faz frio. No mês de maio, junho e julho faz 10, 09 graus... estudei lá por um tempo e com 18 anos vim para São Paulo né? Meus irmãos mais velhos já tinham vindo. Sou de uma família de 14 irmãos. 11 vivos e tive a oportunidade de vir com meu irmão que já estava aqui. Vim para Guarulhos, morei no Jd. Munhoz. Passado o

tempo meu irmão casou e vim morar no Continental e hoje estou na Vila Operária e São Paulo tem muitas surpresas... Vem de lá não conhece... existe aquela ilusão de São Paulo e quando chega aqui encontra uma outra realidade. Não é tão fácil e simples. De quem vem de Bahia à São Paulo[...]eu cheguei em 1996 e morei com meu irmão e depois vim morar no Continental. Continental II. Na rua Leopoldo Seringatti, antiga 69. [...] (entrevista cedida por R.B em 15 de abril de 2018).

A.M. também chegou à Vila Operária após morar no continental V de aluguel. Analisando os trechos de entrevista percebeu-se que a ocupação foi uma das últimas opções para uma vida digna na vida desses trabalhadores. As dificuldades de aquisição de uma casa própria, ou mesmo de um aluguel de valor digno, acabaram forçando a uma atitude de morar em um local sem garantias de direitos.

Esse perfil de morador, à exceção dos entrevistados L.G e M.C, que estão envolvidos com as primeiras posses da região se repetiu na maioria das entrevistas. Histórias de dificuldades, migrações, desemprego e de vidas sem equilíbrio algum. Sempre a procura de uma possibilidade de sobrevivência. Importante notar, que esses perfis desmontam a ideia de que as ocupações são organizadas por pessoas interessadas na especulação imobiliária ou mal-intencionados que ocupam o terreno alheio. Durante o questionário, a preocupação dos entrevistados que investiram todos os recursos na habitação, e ainda assim foram obrigados a viver de forma precária.

6.7 A CHEGADA À VILA OPERÁRIA: O ACESSO AO LOTE

A procura por um local de moradia é um dos maiores desafios da classe trabalhadora. Os preços de aluguéis são altos e muitas vezes a opção mais complicada, a da ocupação, acabava se tornando a mais viável. A classe trabalhadora está sujeita ao desemprego estrutural, as altas dos preços do aluguel e a falta de projetos de habitação, que abarque a demanda. O conhecimento de áreas possíveis de ocupação geralmente chegava via boca a boca. Um parente, um colega de trabalho, um vizinho, os avisavam sobre o terreno. De maneira geral, essa ocupação não é gratuita. Grileiros vendem os lotes irregularmente, sob os olhos do Estado, à preços acessíveis. Mas que apesar de baratos, são conseguidos à base de grande sacrifício.

Um dos desafios da pesquisa foi compreender como era esse espaço que se transformou em Vila Operária. No primeiro depoimento L.G., um dos antigos posseiros do local, que enfrenta a batalha jurídica contra o Estado e a Imobiliária Continental dissertou sobre o local antes da ocupação.

[...] tentando mostrar pra justiça que temos a posse, que não somos grileiros de terra. Somos uma família antiga. Meu pai criou praticamente doze filhos plantando. Eu tinha sete anos de idade. Minha mãe faleceu com 90 anos agora, eu lembro que a gente com minha mãe de carroça. Pegava as coisas que meu pai ia plantando, ia vender na Praça Getúlio Vargas, lembro que pegava o carrinho de mão e levava. As pessoas que plantavam vendiam perto da Igreja Matriz. Quer dizer, meu pai criou doze filhos plantando. Meu pai depois vendia eucalipto. No processo um senhor disse que vinha buscar eucalipto para estaquear o chuchu. Então todos os elementos da posse foram provados. Tanto que a juíza deu a posse para nós. Depois essa ação foi revista, o desembargador viu elementos e modificou a ação e ainda está na justiça. Estamos lutando, provando. Quanto ao judiciário não dá para falar né? [...] (entrevista cedida por L.G. em dezembro de 2016).

Até meados da década de 1980 a Vila Operária era uma área de pequenas chácaras espalhadas. Com a presença de pequenos agricultores de subsistência e uma área verde já alterada pelo homem. Logo não se tratava de uma área de mata primária. Em outra parte do depoimento L.G. apontou que as mudanças espaciais não foram praticadas pelos moradores atuais, cuja ocupação inicia por volta do ano de 2003 e 2004. Mas que a Imobiliária já vinha realizando mudanças no espaço antes da ocupação.

[...] onde é a Vila Operária hoje tinha um outro córrego, que nascia na ... parecia um osso de galinha, fazia um x. Onde você subiu ali, ele desaguava, dava dentro da lagoa do Benjamin. O ministério Público quer penalizar os moradores. Porque acha que eles danificaram o meio ambiente, mas não foram os moradores. Foi a Continental. Se você pegar a foto aérea, você vê quando ele começou a pegar dali, soterrou tudo e quando deu a primeira chuva, soterrou o lago do Benjamin. Dr. Jorge moveu uma ação para limpar todo o lago dele. Houve uma questão com a gente. Ele não consegue mexer porque está com a gente. Mas se não fosse a gente já estava tudo no chão. Ele mostra que o loteamento tá aprovado. Mas qualquer cidadão pode ir na Prefeitura e ver. Sobre os Parques Continentais, o I, O II, o III, o IV e o V, se eles estão aprovados. A prefeitura emite um ofício, afla sobre as matrículas e no final fala: o loteamento é irregular. A IACON moveu uma ação no Ministério Público, ação de fazer, porque ela tem que regularizar todas as glebas. E para ela regularizar hoje, ela tem que regularizar aqui em cima. [...] (entrevista cedida por L.G. em dezembro de 2016).

L.G. relatou que as mudanças no meio ambiente já vinham ocorrendo há muito tempo. Uma das intenções seria a de eliminar os marcos naturais que discriminam os limites de confrontação entre os terrenos de outros posseiros.

D.S. relatou em sua entrevista que a região era conhecida por uma corrida de motocross. A Vila Operária possui um declive acentuado, que dificulta o acesso ao topo, como uma montanha. De acordo com D.S. essa característica era utilizada pelos praticantes de motocross.

[...] tinha trilha, eles faziam trilhas, subiam e desciam de moto. Onde era a city dava medo. Morei na Vila Rio, na café e CIA. Eu pegava ônibus. Chovia. Era um barrão. No Sonda era um brejão. Essa parte da City era tudo mato. Uma capoeira, tinha uma casa longe, sempre amanhecia gente morta, uma área perigosa. Isso aqui era tudo mato, poucas casas. Capinzal era só vermelho de capim. Não tinha gente. Na verdade, era uma chácara. A chácara foi loteada. Saiu usucapião lá. Era tudo mato. Hoje evolui demais. A Vila Operária é praticamente centro. Tem shopping, mercado, ponto de ônibus, do final do 711 e 210. [...]: Aqui era árvore, o pessoal fazia trilhas para descer de moto. Escutava só o barulho. E olhava do apartamento e via subindo e descendo. Fazendo trilhagem de moto. Correndo no barro e mato. Quando falaram que tinha terreno e eu lembrava da trilha, mas já estava desmatado, mas tinha umas árvores. Mas foi desmatado. Tirando os pés, trocos, não era fácil [...] (Entrevista cedida por D.S em 12 de dezembro de 2017)

Através desse depoimento foi possível perceber que a região inteira, além da Vila Operária, mas que engloba parte da City e Vila Rio mantinha áreas de manancial bem pronunciadas. Como se tornaram loteamentos particulares ou viraram comércio a Prefeitura de Guarulhos e o Ministério Público não se pronunciaram contrários com a mesma força do que fazem nos bairros populares.

T.L. relatou em sua entrevista que veio à São Paulo em 2004, nasceu no Maranhão, mas uma parte de sua família já residia na Vila Operária. Seu tio trabalhava com construção civil e auxiliou na construção de várias casas. Quando chegou no bairro, disse que era um local com poucas construções. Isso foi em 2004.

[...] eu trabalhei com meu tio na Vila Operária, foi o primeiro lugar que trabalhei aqui em São Paulo. Ajudei a construir casa e assim começou a minha história aqui dentro. Ajudei a construir casas das pessoas que estavam chegando na época, não tinham tantas pessoas assim. Eu morava na casa da minha tia, aqui próximo e vinha para cá todo dia trabalhar. No final do dia tentava ir para a escola e as vezes não dava certo. Pois chegava na aula cansado também. Até que consegui terminar o ensino fundamental. Acabei me mudando, passei um tempo fora daqui e voltei em 2009. Voltei para a Vila Operária, mas meus tios

sempre moraram aqui na Vila Operária. Meu tio também veio do Maranhão para trabalhar. Como é o destino de muitos nordestinos. [...] (entrevista cedida por T.L. em 12 de dezembro de 2017)

D.S. chegou em 2007 na Vila Operária a partir da compra de um lote com um grileiro.

[...] o pai dele que tomava conta, o Chico, tio da minha ex-mulher. Aí eu vim para cá. Vi por quanto ele vendia. Na época quando eu estava sabendo era cem contos um terreno aqui. Quando eu comprei paguei R\$4.500,00. Foi aí que vim olhar o terreno e gostei. Na situação que eu estava, deixei a casa para minha ex-mulher, fiquei praticamente na rua. Aí vim para aqui e comecei a construir. [...] quando eu cheguei aqui tinha poucas casas. Isso aqui era barro. Não descia carro aqui. Era só um barro. Não tinha calçada. Abriram a rua. Tinha essa casa da frente, uns barracos. Tinha barraco de madeira, alvenaria... as pessoas que tinha aqui era minoria. Da época que eu cheguei aqui do que está hoje. É muito diferente. [...] (Entrevista cedida por D.S em 12 de dezembro de 2017)

E. O foi um dos primeiros moradores da Vila Operária e juntamente com sua esposa e filhos chegou ao bairro em 2003. Com muita dificuldade adquiriu um terreno na Vila Operária e foi construindo, mesmo vivendo em condições precárias.

[...] porque na Vila Operária. A gente pagava aluguel na casa do meu primo. Depois ficamos em outra casa de um parente também. Ficamos morando uns três anos a mais de aluguel. Depois mudamos para casa de outro parente da minha mulher aí...Fora uns três anos, quatro... de aluguel. Pagava R\$300,00. Aí minha mulher estava trabalhando com uma patroa e surgiu essas propriedades que o pessoal estava fazendo as casas. Ocupando. A gente pegou e veio nesse terreninho, para sair do aluguel. A gente ganhava pouco. A patroa dela até deu entrada do terreno. Aí compramos o terreno e compramos o material financiado pela Caixa. Compramos tudo financiado pela Caixa. Deu trabalho para pagar. Ela trabalhava como doméstica, não sobrava nada. Foi um sacrifício danado. Ainda bem que meus filhos ajudaram, porque daí só pagava material. Graças a Deus a gente conseguiu. Com toda a tragédia e tudo que tem passado... É um presente de Deus. Você não sabe o sofrimento que esse Walter Luongo causa. Tudo quanto é terra é dele... [...] (Entrevista cedida por E.O em 22 de novembro de 2017)

Assim como dito por L.G., E.O. relatou o início do bairro como uma área de chácaras com produção de milho, mandioca e feijão. A área seria uma espécie de bairro rural de Guarulhos com pessoas simples, que plantavam gêneros de alimentação para vender em feiras da região.

[...]na verdade, a gente começou aqui, tinha 04 casas. Tinha do Lucas... hoje tem cabeleireiro. Tinha o Damião e o seu Antônio... E seu Cosme... na parte de baixo não tinha ninguém. Começou com seu..., mas não tinha quase ninguém, era um deserto. Tinha um valentão. Tinha casa nenhuma. Só tinha esse senhor, ele chegou primeiro. Era um deserto lá. [...]não, não tinha muitas arvores não. Estava desmatado isso aí. [...] tinha. O córrego. Tinha uma valentona. A gente

levou muita queda. Rs. Tinha água, mas não tinha queda d'água[...] (Entrevista cedida por E.O. em 22 de novembro de 2017).

R.P. também chegou na vila Operária por volta de 2002 e 2003. Também nascido na Bahia, chegou em Guarulhos para trabalhar e passar muitas dificuldades para manter uma vida digna junto à sua família. Assim como a maioria dos entrevistados, com muitas dificuldades financeiras procurou um local de moradia mais barato e através do sogro conheceu a ocupação da Vila Operária.

[...] Meu sogro muito ligeiro disse que tinha a invasão e falou “vamo dá uma olhada”. Sem muito compromisso, fomos num domingo eu, minha esposa, meu sogro e a esposa dele. Na parte de baixo daqui. O pessoal tava começando. O terreno não tinha nada. Tinha um barraquinho na parte de baixo e o pessoal tava montando uns alicerces lá... Aí ele falou que topava qualquer negócio. Aceitava geladeira, fogão, som, TV, DVD... aí se tiver um dinheirinho a gente aceita. Meu sogro foi lá e fez negócio com um terreno... demos uma geladeira, duas televisões, um aparelho de som que eu tinha. Minha sogra pagou R\$1.500,00 e ainda ficou de dar R\$500,00 para o cara no dia 30. Quando chegou no dia 30 não tinha dinheiro, o cara não fechou o negócio, mas o cara foi bom e devolveu as coisas para nós. Aí o pessoal e meu sogro falou que na parte de cima tinha uns terrenos melhores que a parte de baixo. Eu disse “Conversa, não quero isso mais não...” Mas fui com minha esposa, por volta de uns 12h00, tava um dia bonito. Chegamos aqui em cima. Maravilha um descampadão. Eu gostei! [...] (entrevista cedida por R.P em 22 de novembro de 2017).

Assim como os demais, a aquisição dos lotes se deu por terceiros. Barganhas com produtos ou parcelamento eram aceitos pelos grileiros que intermediavam as vendas. Importante notar que nas narrativas não havia qualquer indicação da presença da imobiliária, que já vendia os loteamentos desde 1979 e tampouco da PMG.

R.P. continuou sua história contando que a entrada da Vila Operária era bem pequena. E reafirmou como os moradores eram poucos entre 2003 e 2004 com casas esparsas, sem saneamento básico, luz elétrica e coleta de lixo.

[...] compramos, mas não tenho todo dinheiro. Dei R\$350,00 e dois sons que tinha em casa. Ele disse que ia nos ajudar, “está vendo aquele barraco? ”, tem aquele barraco, *tava acabadinho*, com cômodo e banheiro. Tem coragem de ir pra “li”? Eu falei: Tenho! Ele disse: Você mora ali e vai construir a casa de vocês, a luz o pessoal já tinha puxado e a água a gente puxou. Daí a gente teria que construir, mas não deu para morar logo, porque tinha duas filhas pequenas...uma tinha 2 e a outra 3 anos. E aí eles (sogros) se mudaram para lá. Meus sogros. Daí surgiu um terreno aqui na frente. Aí meu sogro comprou esse terreno, já estava com as paredes altas. O terreno anterior vendi. Dos eucaliptos. Era enrolado... E compramos esse e ficamos morando aí. Ali do asfalto para cá era um campo de futebol. O pessoal foi aterrando ele. E o cobriu. Ali era um buracão. Nivelou na padaria lá embaixo. Ali

era um lugar enorme. Mas a entrada principal que tinha (para a Vila Operária), era uma entradinha da estrada do Cabuçu. Aí depois chegou o pessoal, mas foi bem demorado. No início foi difícil, pois não tinha visão para cá. Como só tinha a entrada, não era visto o pessoal. Só a parte de baixo...A parte de cima não era vista. Os terrenos que tinha, o pessoal achava caro. Na época em 2003, final de 2003. Faz 14 anos que moro aqui. Naquela época os terrenos era R\$1.500,00. O pessoal partiu para R\$6.000,00, R\$4.000,00 numa área irregular. Era difícil pagar.. Mas antes dos protesto de reintegração, aqui era vazio. [...] (Entrevista cedida por R.P. em 22 de novembro de 2017)

R. também é um dos primeiros moradores da Vila Operária. Assim como E.O., R.P. e R.B. participaram ativamente da luta pelo direito à sua moradia.

[...] Era tudo capinzal aí...tinha uma casinha aqui, aqui, essa igreja já existia..., mas não tinha quase nada. Depois de 2004 já construí prédio, baixinho veio para cá. Já construí. Em 2005, 2006 já tinha bastante morador. Essa parte de baixo era proibida, mas o pessoal entrou e invadiu. Em 2006, 2007, essa área que eu to hoje invadiu, mas o Dr. Calixto que foi o invasor e vendeu para nós...A parte de baixo, depois do Diogo, ele invadiu e construíram na parte de baixo. Ele era assessor de uns políticos de Guarulhos. Ele também fazia parte... Só que para reunir o povo é difícil... para fazer a reunião tem que avisar com 15 dias, porque senão não vem... hoje nós temos umas 600 famílias aqui. [...] (entrevista cedida por R. em 22 de novembro de 2017)

R. também relatou que comprou seu lote de vendedores ilegais, ou seja, não o ocupou.

[...] quando eu vim para cá, eu estava no Jardim Brasil, em São Paulo. Eu tinha uns amigos que construíram na Vila Operária I, de 1995 a 1996. Daí soube da invasão e falaram: "Vai lá em cima, tem uma invasão lá em cima..." No outro mês vim de novo trabalhar para ele. Ele estava construindo devagar, porque ele não tinha dinheiro...você vai devagar. Eu já tinha um barzinho, família...já tinha esse rapaz aí... um dos primeiros moradores foi ele. Daí eu vim aqui com minha ex-esposa. Falei, o negócio está assim... assim, vamos lá. Ela veio comigo na casa do menino, ele conhece ele...chegamos aqui e vimos três terrenos. Nós não pegamos invasão, já pegamos de terceiros, dos outros. Comprei o meu por R\$1.600,00. Eu fiquei com esse terreno até 2004. Tem minha casinha até hoje. Vendi minha casinha. Daí eu só tinha R\$400,00. Ele falou entrou, tem de começar a construir. Comecei em 15 dias. Passando os 15 dias, já tinha outro querendo tomar o meu terreno. Vim no sábado e empilhei 1000 tijolo de bloco. Quando foi domingo que eu trouxe pedreiro para fazer alicerce, chegou um cara dizendo "o terreno é meu". [...] (entrevista cedida por R. em 22 de novembro de 2017)

R.B. chegou na Vila Operária em 2010, mas o bairro ainda carecia de estrutura. Ou seja, seis anos após as primeiras construções, a Vila Operária continua muito precária sem as mínimas condições de vida.

[...]cheguei na Vila Operária em 2010. Faz quase 8 anos. E encontrei a Vila Operária com menos casas que hoje. Já tinha muitas casas que estavam aqui antes. Vim bem depois... consegui um terreno com um camarada que tinha um terreno, comprei uma parte dele do fundo. E fui construindo. Em 2011, faz 08 anos aqui já. [...]A Vila Operária tinha

muitas dificuldades. Mas bem menos dos que vieram antes. Antes não tinha água, não tinha luz, as ruas eram de barro. Tinha pouco estrutura, sem iluminação pública. A gente foi colocando por conta própria. Hoje ainda tem asfalto meia boca. Provisório. Saneamento básico, bem pouco. Teve uma progressão interessante. Está progredindo com muita luta com amigos... hoje eu gosto da Vila Operária. [...] (Entrevista cedida por R.B em 28 de março de 2018).

Uma das primeiras impressões que o senso comum apresenta das ocupações é a de que são locais fáceis de se estabelecer. Porém, através da coleta dos depoimentos, assim como nas reuniões do bairro, ficou claro que essa chegada não é fácil. Muitas vezes o primeiro conflito que os moradores têm que enfrentar é com o próprio grileiro. Como a situação é ilegal, não há qualquer garantia de lisura nos negócios. Muitas vezes, a violência é uma medida para afastar ocupantes que não pagam os lotes. E em outras a violência auxilia a driblar os negociadores ilegais de terra.

[...] Quando foi domingo que eu trouxe pedreiro para fazer alicerce, chegou um cara dizendo “o terreno é meu”. Aí fui atrás do cara que comprei, que invadiu e comprou os terrenos. O cara falou o terreno é seu, fique tranquilo. Eu falei para o cara que disse que o terreno era dele: se você me der os R\$1.600,00 mais o valor dos mil blocos o terreno é seu. Com dois meses já tinha meu barracinho com dois cômodos. [...] (entrevista cedida por R em 22 de novembro de 2017).

Através dos depoimentos foi possível perceber que o perfil dos moradores foi parecido. Pessoas da classe trabalhadora que diante da pobreza foram em busca de um local mais barato para moradia. Chamou a atenção que a Vila Operária é vizinha a um grande bairro, o Continental III, que junto aos demais Parques Continentais estão na mesma matrícula de terra/ loteamento. Contudo, a PMG ignorou a ocupação desse espaço por problemas na regularização dos Parques Continentais. Essa postura de abandonar os seus cidadãos vem se repetindo em todos os bairros com problemas de regularização. Um breve levantamento de reportagens de jornais sobre o tema levantou uma série de bairros com as mesmas problemáticas: bairros precários, falta de saneamento básico, autoconstrução, e urbanização realizada pelos braços dos moradores.

A Vila Operária atualmente está muito diferente do seu início. As ruas possuem asfalto, a coleta de lixo e saneamento foram conquistas de luta dos moradores.

6.8 A CHEGADA À VILA OPERÁRIA: AS MELHORIAS NO BAIRRO

A partir da chegada no bairro os moradores foram obrigados a conviver com uma realidade precária. Sem urbanização e saneamento básico, além da falta de transportes, hospitais e escolas. Todas as melhorias no bairro foram comandadas pelos moradores como a organização do abastecimento de água, de luz, a luta pela coleta de lixo, a cotização de dinheiro entre vizinhos para pavimentação, entre outras ações. Percebe-se que muitas vezes, alguns moradores acabam liderando a luta pelas melhorias no bairro. Disponibilizando-se a ir na PMG, na sede da Bandeirante (luz elétrica), no Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto, na Quitaúna (coleta de lixo) para solicitar serviços.

[...] tive muita dificuldade para conseguir levantar a casa. Para poder vir para cá. Tive o privilégio de terminar e rebocar. Na outra não reboquei, não tinha vaso... tomava banho de vasilha, gelado. Não tinha água, energia, nada. (Entrevista cedida por D.S. em 12 de dezembro de 2017)

R. também narrou como batalhou por algumas benfeitorias na Vila Operária, por ser um dos primeiros moradores, as condições do local ainda eram mais precárias.

[...] foi intermédio dessa reunião que conseguimos isso. O lixo também foi conseguido com esse intermédio da prefeitura. O lixo ficava debaixo das torres. O caminhão passava uma vez por semana, agora passa três vezes por semana. Da parte da prefeitura não estou devendo nada. Mas na época fizemos um monte de coisas. Inclusive esse papel do lixo, que veio para cá, a primeira carta veio em meu nome a carta. Veio duas vezes em meu nome. Quem veio entregar a documentação lá para o Gileno para a prefeitura. Foi esse que morava aí, o Lúcio. Bom menino. As vezes para levar um documento, não tinha dinheiro ele ia a pé, para não gastar ônibus. Não tinha dinheiro. Foi muito difícil. [...]

[...] conseguimos água uma vez por semana o caminhão pipa. Depois conseguimos a água, ligaram a água. Já fui na prefeitura quatro vezes para resolver esses problemas para ligar minha água, tá clandestina. Já liguei três vezes para religar porque tem criança envolvida, senão ligar, roubo de novo. Rs. Não sei se vocês sabem, mas o SAAE três papeizinhos... coloco lá o horário que eu vou, tenho em casa guardado. Eu tive lá querendo ligar minha água, mas não teve condições... então tem eu e mais crianças aí. [...] (entrevista cedida por R. em 22 de novembro de 2017).

E.O. também relatou as dificuldades de ficar sem água na Vila Operária.

[...] caía com o tambor de água. Rs. Pegava lá no meu genro. Depois de muito sofrimento juntamos, compramos mangueiras, um monte de mangueira. Na rua de baixo do Severino, no final e colocava as

mangueiras. Estourava. Ficava sem água. Antes disso, a prefeitura botava água para nós. Nos caminhões de dois em dois dias. Aí veio o SAAE e puxou a rede de água e pôs para todo mundo. Veio a luz, colocou os postes. [...] foi em 2004. A gente tem todas as contas de quando começou. Temos a primeira conta de luz, água. O primeiro a pedir a água, foi eu mais a mulher...foi o Manuel Vicente que fez todo esse esforço para nós...[...] (entrevista cedida por D.S em 22 de novembro de 2017).

A participação de políticos na aquisição dessas melhorias básicas acabava virando uma moeda de troca para votos. Nos demais tópicos dessa pesquisa foram explorados os conflitos contra o Estado e a relação entre os moradores e a política. A dificuldade de informações da PMG, os excessos de carga de trabalho acabaram sendo problemáticos e impactaram na vida do morador do bairro. A falta de tempo e disponibilidade para requerer os direitos auxiliava os discursos de políticos. O acesso às condições mínimas de existência deveria ser uma obrigação do Estado e um objetivo de luta pelo Ministério Público da cidade de Guarulhos. Porém, o Estado está mais inclinado a construir uma cidade para a classe hegemônica e empresas. Apesar das dificuldades, as mudanças no espaço foram importantes e nas imagens abaixo foi possível observar a Rua do Campo, com o campinho de futebol e no detalhe acima a Torre de FURNAS.

Figura 18 – Fotografia da Rua Dourado com Rua do Campo na Vila Operária, 2017

Fonte: Maíra Carvalho de Moraes, 2017.

* Detalhe ao fundo à direita: a Torre de transmissão de FURNAS

Abaixo a localização da Vila Operária no Google Maps. A parte de baixo da Vila Operária é compreendida pela Rua do Campo. Os moradores a chamam de “parte de baixo” por conta da localização em relação à torre de FURNAS. Os moradores utilizaram os termos Vila Operária de baixo e a Vila Operária de cima para diferenciar as duas ocupações. Depoimentos revelaram que essa parte de baixo foi ocupada posteriormente devido as dificuldades de acesso. Importante notar na imagem abaixo, que os problemas de saneamento básico estão presentes no bairro Continental III, cujo esgoto é despejado in natura no córrego.

Figura 19 – Fotografia de esgoto *in natura* despejado no córrego ao lado da Rua do Campo

Fonte: Máira Carvalho de Moraes, 2017.

6.9 O MOVIMENTO DE LUTA POR MORADIA

O Movimento de Luta por Moradia (MLM) foi citado nas entrevistas como um dos principais auxílios na resistência do bairro. Diferentemente de outros movimentos de moradia o MLM não iniciou a luta na Vila Operária, mas chegou após o pedido de reintegração de posse deflagrado contra a parte de baixo do bairro. O coordenador do MLM, A.P. é um dos responsáveis pelo auxílio jurídico e também político aos moradores. Nascido no Paraná na cidade de Querência do Norte, sua família era de origem rural. Participou da Pastoral da Terra e teve contato com o início do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

[...] vivíamos no campo até 80. Saí da roça para a cidade nos anos 80. Nesse período quando chego na cidade, vou militar na pastoral da igreja. Nas pastorais comecei a militância com muitos povos indígenas e sem-terra. Nesse período do fim da ditadura militar e início da redemocratização, essa cidade ficava na divisa com o Paraguai e começou uma migração dos brasiguaios. E muitas pessoas ficavam nas estradas, acampadas. Nesse período ainda estava surgindo o MTST, o MST... então a igreja fazia um trabalho de assistência. A gente que era da pastoral ia para a igreja levar alimento para as famílias nas margens da estrada. Levar agasalho. E aí comecei a militar na pastoral com as pessoas acampadas na estrada. Ali começo minha militância. Quando surge o MST ingresso no movimento. Mas tudo começa com a teologia da Libertação, porque tinha as organizações, as forâneas. Comecei jovem e foi ali que comecei essa luta... Participávamos de vários seminários de luta pelos povos indígenas e ia muito fazendeiro que reprimia. Naquele período tinha a UDR, que era união dos ruralistas, que faziam um confronto direto com os progressistas, da igreja, da teologia. Vivíamos em uma guerra, pós redemocratização do país, uma guerra contra os empresários, fazendeiros. Na época não queriam essa luta. [...] (entrevista cedida por A.P. em 28 de março de 2018).

Chegou em Guarulhos no ano de 1993, e em meados dos anos 2000 iniciou sua militância no MLM. Nesse período, Guarulhos elegeu Elói Pietá²⁷, prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse governo progressista trazia em seu bojo uma esperança de atendimento das demandas de moradia. A esposa de Elói Pietá, Janete Pietá, era uma das lideranças que lutavam pelo direito à moradia, juntamente com o vereador do PT Edmilson Souza.

[...] E com esse governo nasce a expectativa das comunidades terem um amparo maior, e daí a gente organiza uma luta, vamos à prefeitura. Naquele momento tínhamos na cidade de Guarulhos umas cento e trinta e poucas favelas, ocupações... então fazíamos trabalhos nas

²⁷ Prefeito de Guarulhos, SP nos anos de 2001-2004 e reeleito de 2005 a 2008.

comunidades para fazer a luta pelo interesse deles. Como era feito isso? Toda cidade com mais de vinte mil habitantes tinha que estrar no estatuto das cidades, no plano diretor. E uma lei que tem amparo no plano diretor. Daí você transforma esses locais da cidade como área de interesse social e para fazer isso começamos a organizar essas áreas em associações. Aí nós fazíamos as associações, como “núcleo habitacional X” então organizamos várias comunidades. E de cada comunidade tirávamos um representante para participar do MLM. Nós tínhamos um calendário de reuniões nessas comunidades. [...] (entrevista cedida por A.P. em 28 de março de 2018).

O MLM não é um movimento de moradia que ocupa áreas vazias, os chamados latifúndios urbanos, mas que organiza sua luta em prol de bairros estabelecidos, em que o Estado passa a incomodar depois de anos de estabelecimento. Na manifestação do dia 8 de junho de 2017, organizada pelo MTST e pela Frente Povo Sem Medo²⁸ em resposta aos atos de reintegração de posse do Ministério Público de Guarulhos, foi possível conversar com outros membros do MLM, que assim como A.P. lutam pela regularização de áreas estabelecidas há muitos anos. A partir dessas manifestações, foi possível averiguar que o MLM é um movimento social que luta pela reforma urbana.

[...] no início do MLM, ele surge para suspender mais de 180 processos de reintegração de posse. Quando o MLM surge, a primeira coisa que fazemos é um cadastro das áreas. E a primeira coisa que surge é que são áreas públicas. E a gente leva para a prefeitura mais de 5 mil pessoas para a frente da prefeitura. Na época o prefeito Elói Pietá do PT e levamos uma reivindicação, dizendo que as áreas públicas com processo, cabe ao poder público intervir para suspender os processos. Nas áreas particulares sabemos que não tem como o poder público intervir. Outra reivindicação é que essas áreas públicas fossem desapetadas e o poder público mandasse um projeto de lei desapetando essas áreas. Desapetar a área é mudar a destinação dela com base no Plano diretor da cidade. E a gente fez essa mobilização. Ele assume esse compromisso. No ano seguinte ele manda à câmara uma lei com mais de 118 áreas públicas para serem desapetadas e ele suspende os processos de reintegração e faz o projeto da lei 5473 de 1990. E essa lei autoriza, a câmara aprova essa lei. Mais uma vez o MLM é importante porque mobiliza o povo na luta, rua na câmara. E a câmara através da mobilização, vota a lei e autoriza a dar a concessão de uso. Então no ano seguinte começa aí a conceder os títulos de posse de 90 anos. E naquele período a cidade não tinha uma secretaria de habitação, tinha um departamento, que não tinha estrutura nenhuma para uma cidade de mais de um milhão de habitantes na época. Não tinha topografo, nenhuma estrutura. Então essa foi uma reivindicação do MLM para que o prefeito fizesse uma secretaria de habitação. A

²⁸ Frente Nacional popular que conjuga partidos de esquerda e movimentos sociais a partir do ano de 2015. Em Guarulhos, SP, a Frente Povo Sem Medo se organizou com o MTST, organizações populares, setores progressistas e movimentos sociais de esquerda.

secretaria de habitação, as 118 áreas desafetadas. Começa aí a luta do MLM, conseguimos a suspensão das reintegrações de posse. [...] (entrevista cedida por A.P. em 28 de março de 2018).

Uma das primeiras formas de atuação do MLM foi a identificação das áreas em litígio, que como dito anteriormente são bairros de trabalhadores pobres, que por conta da especulação imobiliária passaram a ser visados pela PMG e as empresas de negociação de terrenos. A regularização fundiária é o objetivo geral do MLM, percepção gerada através das entrevistas e reuniões do campo de pesquisa.

Regularização fundiária tem como finalidade garantir a segurança jurídica da posse e a melhoria das condições de habitabilidade de assentos informais, fazendo com que os moradores dessas áreas tenham oficialmente reconhecidas a propriedade ou a posse dependendo do caso. (INSTITUTO PÓLIS, 2007, p. 2).

A regularização fundiária é um processo que envolve Estado, sistema jurídico e ação dos moradores e que “[...] objetiva legalizar a permanência de populações moradoras de áreas urbanas ocupadas informalmente para fins de habitação implicando em melhorias no ambiente [...]”. (ALFONSIN, 1997, p. 24, apud INSTITUTO PÓLIS).

A cartilha do Instituto Pólis tem sido uma das ferramentas para auxílio nas ações de luta pela moradia digna. Definida pelo próprio Instituto Pólis como os seguintes parâmetros: Condições adequadas de habitação, segurança jurídica de posse, disponibilidade de serviços de infraestrutura, boa localização, acessibilidade às minorias e adequação cultural. Por justamente agir de acordo com essas premissas, o MLM não atua favoravelmente à política do Minha Casa, Minha Vida²⁹. Um dos motivos é porque o programa destituiu os bairros populares e levou a população pobre a áreas longínquas da cidade, instalando-a em condomínios isolados na periferia. Os locais escolhidos para o programa Minha Casa, Minha Vida são geralmente longe dos postos de trabalho, dos familiares e dos aparelhos do Estado, como escolas, hospitais, instituições do Estado, entre outros.

²⁹ Programa do Governo Federal de construção de moradias populares.

Figura 22 – Fotografia de reunião do Movimento de Luta por Moradia no espaço Florestan Fernandes em Guarulhos, SP

Fonte: Página do Facebook de Edilson Nascimento “Dill”, 2017.

* A data de registro é 21/04/2003 (informações da autora).

Figura 23 – Fotografia de manifestação em frente ao Fórum de Guarulhos, SP

Fonte: Página do Facebook de Edilson Nascimento “Dill”. 2017.

* A data da imagem remete a 2014.

O MLM é um movimento social que é organizado por uma coletividade de lideranças, em sua maioria são representantes de bairros populares. Nas reuniões cada coordenador de bairro expõe sua situação, e o auxílio prestado pelos membros é coletivo. Em seu histórico, há a presença na luta contra a construção da terceira pista do Aeroporto de Guarulhos – GRU no ano de 2007. O MLM atuou como um dos movimentos sociais que auxiliaram na resistência às desapropriações. Os bairros envolvidos nessas desapropriações foram: Malvinas, Haroldo Veloso, Santa Rita, Vale dos Machados, Jd. Soberana, entre outros.

Do mesmo modo que o conjunto inicial do aeroporto, a construção de sua “terceira pista” também causa polêmicas. Serão 5.250 desapropriações e a remodelação viária em todo o entorno da área aeroportuária. Segundo o Movimento de Luta por Moradia em Guarulhos – MLM e o Movimento contra a terceira Pista, esse quadro pode produzir a desapropriação de cerca de 30.000 pessoas e o desaparecimento de três bairros do município além de efeitos socioambientais parciais em pelo menos outros dezoito, afetando 54 mil imóveis. (FERREIRA SANTOS, 2006, p. 204).

Justamente por ser um movimento que envolve a liderança em bairros, o MLM não possui lideranças centralizadas, pois suas lutas são divididas pelas demandas de cada bairro popular. Esse modo de operação dificulta o recolhimento de dados sobre suas ações, pois não tem equipe de comunicação, auxílio de partidos poderosos ou uma base física para organização de operações. Todas as suas ações são organizadas de acordo com a demanda de cada coordenador de bairro, por vezes contando com a ajuda de políticos envolvidos com o tema da moradia como Edson Albertão (PSOL), Edmilson (PT) e Marcelo Seminaldo (PT). Porém, esses auxílios foram geralmente pontuais, como apoio a discussões na Câmara, manifestações, entre outros.

[...] quando estava resolvido, começamos a trabalhar nas áreas particulares com processo iminente de reintegração. Começamos no Santa Edwiges, uma área enorme com reintegração. Tijuco Preto, em 2002 a gente consegue um acórdão definitivo em uma área com mais de 980 famílias, conseguimos um acórdão em um tribunal de São Paulo. Conseguimos lotar a câmara, sensibilizamos o judiciário na audiência da importância de não deixar aquela comunidade sair. E hoje o Tijuco está lá. Depois veio o Vale dos Machados, uma outra comunidade. Aqui no centro da cidade. A gente conseguiu que o prefeito na época, antes do Elói fizesse um decreto de utilidade pública para segurar a reintegração. Depois tivemos uma outra situação também com muita luta com a Ponte Alta, e fizemos com que o prefeito Elói fizesse um acordo com o pessoal da Proguaru, usaram uma autarquia para adquirir a área; e aí os moradores puderam fazer uma

negociação. E a gente foi achando um caminho entre as pedras...[...] (entrevista cedida por A.P. em 28 de março de 2018).

Uma das últimas demandas que envolveram o MLM foi a manifestação da Frente Povo Sem Medo, que lutou contra a desapropriação de 45 mil pessoas. A caminhada ocorreu no centro de Guarulhos, a partir da IV Centenário, parando na frente do Fórum e finalizando na Praça Getúlio Vargas.

Figuras 24 e 25 – Registro da Manifestação contra a desapropriação de 45 mil famílias e pela defesa da ocupação Hugo Chaves na Ponte Alta

Fonte: Maíra Carvalho de Moraes, 2018.

O MLM chegou à Vila Operária a partir da primeira reintegração de posse solicitada pela 5ª Vara (na área acima da Torre de FURNAS). Os processos de reintegração foram divididos em duas varas, 5ª e 8ª vara de Guarulhos, de acordo com depoimento dos moradores. Com o pedido de reintegração, o MLM foi contatado para auxiliar nessa questão.

[...] aqui na Vila Operária não foi tão difícil, era um momento grande de aflição por parte das pessoas... Era tudo que elas tinham, esses terrenos. São pessoas humildes, iam ficar na rua. Nesse momento eles aderiram, apesar das especulações e influências políticas e de outras pessoas que diziam que iam resolver através de mandatos...quando o movimento entra, começamos a fazer o trabalho de mobilização. Fizemos a primeira assembleia. Reforçando a importância de a comunidade ter a associação, é um instrumento para partilhar seus problemas, organizar as táticas de como levar o povo à prefeitura, como levar o povo ao Fórum. Para dar uma prensa nas autoridades. E entenderam que a luta individual não iria a lugar nenhum. A vitória só viria se poderia ser organizada em luta. A gente fez isso. Montamos a associação, organizar eles. Hoje estamos aqui ainda porque foi luta. Levamos o povo no Fórum, foi dia 12 de março de 2011 ou 2013, mas foi em uma audiência em que estava marcada data e horário e a reintegração de posse para a segunda 5 da manhã. E levamos mais de 180 famílias, quase 200 famílias para o Fórum [...] (entrevista cedida por A.P. em 28 de março de 2018).

Pelo relato dos moradores e de A.P. o contato do MLM com a comunidade teve início com os processos de reintegração em andamento. Essa realidade dificultou muito a ação coordenada dos moradores pela luta pelo direito de moradia. A falta de conhecimento dos próprios direitos é uma problemática constante nas falas. Nesse caso, o MLM atuou e atua na esfera institucional. Ou seja, na luta para que o Estado garanta aos seus cidadãos o que lhe é de direito, mas que na cidade de Guarulhos não está ocorrendo. Através da análise de alguns documentos do Instituto Pólis, que possui farta documentação sobre o tema de regularização fundiária, a via institucional é descrita como uma das únicas opções. Primeiro, o levantamento da documentação da área, a formação da associação de moradores, a transformação da área em ZEIS – Zona de Interesse Social e urbanização adequada da área.

Na cartilha do Instituto Pólis usando como modelo a regularização do Jd. Celeste, os processos são os seguintes: Pedido Liminar (pedido emergencial), pedido principal e criação do conselho de ZEIS. No fluxograma resumido (INSTITUTO POLIS, 2007, p. 14) uma simplificação do processo pode ser definida por: registro da imissão de posse – regularização urbanística- titulação-regularização urbanística e segurança da posse. Por ser um modo de ação semelhante do que houve na Vila Operária, infere-se a influência dessas cartilhas em diversos movimentos sociais, sobretudo, os que atuam por vias institucionais. No próximo capítulo serão discutidos a forma como essas ações se deram na Vila Operária, como a formação da Associação de Moradores, a luta judicial e a resistência contra o Estado e a imobiliária.

6.10 A RESISTÊNCIA DOS MORADORES

Durante os relatos foi possível averiguar que a percepção do problema fundiário na Vila Operária só foi efetivada no primeiro pedido de reintegração de posse. Os moradores foram pegos de surpresa por essa decisão judicial, que foi fundamental para a sua organização. Em reunião com A.P. o grupo inicial de moradores da Vila Operária iniciou os trâmites para a criação da Associação de moradores. O processo da Vila Operária está dividido em duas varas, a 5ª Vara

e a 8ª Vara, ainda que a área esteja sob as matrículas que englobem os Parques Continentais. Nesse imbróglio jurídico, o Estado e a iniciativa privada ganharam terreno com a diversidade de informações. À época poucas pessoas sabiam da disputa fundiária do bairro, e que ela envolvia os Parques Continentais.

Nessa audiência da 5ª Vara, A.P. relatou como a disputa fundiária é problemática e os envolvidos contam com a desinformação do próprio sistema jurídico, posto que o loteamento não é regularizado.

[...] A audiência estava sendo discutida na 5ª Vara com o Juiz com o representante da imobiliária, os representantes do Estado, da polícia, para efetuar a reintegração. E quando colocamos o povo na porta do Fórum com faixa, barulho contra a reintegração, o juiz então pede que o oficial de justiça descesse até o térreo onde estávamos e procurasse um representante. E eu estava e fui escolhido para ir... entrei na audiência e disse, o juiz me pediu, no período da tragédia do Pinheirinho. Na primeira fala, o juiz disse: Você é o representante dos moradores?

Eu disse que estava com eles. Falei da nossa luta, porque estávamos ali... Ele disse para que eu falasse para os moradores não resistissem à reintegração que era às 5h00 da manhã da segunda-feira. Ele chamou na audiência no intuito de convencer as pessoas a não reagirem à reintegração, que seria sangrenta. Com tropa de choque e eu disse que não era meu papel, eu estava do outro lado, meu papel não era acalmar as pessoas e fazer com que obedecessem como cordeiros. E pedi que não fosse feita uma reintegração do jeito que queria fazer. Então falei, “se isso acontecer, vai ser uma Pinheirinho em Guarulhos...” O que posso adiantar é que os moradores estão nessa área e por eles, eles... tem iniciativa de negociar. Teve reuniões no ano passado, em que houve promessas e o prefeito chamou as partes para negociar e a própria imobiliária esteve presente para negociar. E o Juiz não sabia dessa versão. Em nenhum momento os representantes da imobiliária não tentaram desmentir, então... eu disse que tinha como provar. Então ele disse para suspender a reintegração. Tinha um início de negociação. Então o juiz disse: Se tem um início de negociação, não há motivos para pedir a reintegração. E aí ele suspendeu por 30 dias e pediu para apresentarmos as provas de que tinha uma negociação já em curso. E com isso suspendemos a reintegração e nisso ganhamos tempo. Nesse tempo já não estava a Dr.^a Solange, entrou o Dr. Horácio, entramos com embargo. Foi nisso ganhando tempo e estamos aqui até hoje [...] (entrevista cedida por A.P. em 28 de março de 2018).

A formação da Associação de Moradores da Vila Operária foi um dos primeiros para que soubessem que tinham direitos e que podiam lutar pelo direito de morar dignamente.

6.11 A FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

Os pedidos de reintegração de posse e o desespero dos moradores da Vila Operária tomaram as páginas dos jornais de Guarulhos. Na reportagem de 08/06/2012 no Jornal Guarulhos em Rede já havia apreensão com outros pedidos de reintegração de posse da área e da omissão da PMG no caso. Na reportagem a descrição dos processos remete a 2008 com a batalha judicial entre os posseiros e a divisão dos processos nas varas 5ª e 8ª. No meio do processo judicial e do loteamento irregular, a agonia dos moradores.

A briga se estende desde 2008 entre posseiros e a Imobiliária Continental e os moradores e até o momento não há posição definitiva, o que deixa as 1800 famílias da Vila Operária em constante apreensão. (Reportagem de Rosana Ibanez no Jornal Guarulhos em Rede de 08 de junho de 2012).

Em manchete de 11 de novembro de 2014, o jornal Guarulhos em rede divulgou uma reportagem de Rogério Princiotti noticiando nova reintegração na Vila Operária 4 e 5. O bairro foi dividido pelo Plano Diretor de Guarulhos em três Zonas de Interesse Especial (ZEIS). Porém, a área 4 e 5 continua *sub judice* quanto à reintegração. Nessa reportagem há uma mostra da confusão da situação.

Os moradores de uma área invadida Vila Operária 4 e 5, que fica entre as ruas Vicente de Paula, Vicente de Paula Pinto, Curva das Torres, 14 de agosto e parte da rua Goiás, totalizando 23.700 m², estão correndo o risco de perder as suas residências, devido a uma reintegração de posse que já foi autorizada pela Justiça. Mas a situação não é tão simples, pois existe uma confusão sobre a posse da área. [...] (reportagem de Rogério Princiotti no jornal Guarulhos em Rede de 11 de novembro de 2014.)

A mesma reportagem narrou a disputa entre a Imobiliária Continental e outro posseiro, M.C., que reivindicaram a titularidade da área. As entrevistas com os primeiros moradores revelaram a guerra de informações, que deveria ter sido elucidada pelo Ministério Público e pela Prefeitura de Guarulhos, e que levou posteriormente a conflitos dentro do próprio bairro.

[...] começamos eu, Damião, Dejaílson e esse menino que foi embora...como chamava... Damião, eu, seu Antônio e o Dejaílson. Mas quem mexia com isso era eu, Dejaílson e Damião. Mas quando começou a aumentar e aumentar o pessoal mais. Aí começou as fofocas. Quando precisava de R\$100 conto para conseguir documento não tinha. Quando brigava pela luz, que foi até o Arnaldo que chegou com a luz e a água. Junto com o deputado, era vereador antes, o Alexandre e o José Vicente, Gileno... logo em seguida quando ligou a

água saímos fora. Porque quando logo em seguida veio a Proguaru. Nós fomos na Proguaru, o Gileno saiu fora. Mas deixou por conta do Diogo para ir com a gente na Proguaru e fazer o aviamento de rua né? Pelo menos uma vez por mês arrumar a rua. Não subia carro, nem moto aqui. Quem socorria pessoa doente era eu, mulher grávida, levava no hospital. Mas eu ia na prefeitura para a gente conseguir isso, mas precisava de 20 pessoas, mas joguei papel, avisamos todo o mundo. Já tinha umas 200 aqui, ninguém quis ir... Fomo ver o negócio do terreno com o Gileno. Mas foi aí que surgiu outra associação [...] (entrevista cedida por R. em 22 de novembro de 2017)

A primeira associação de moradores da Vila Operária representava todas as áreas, as da 5ª e 8ª Vara e tinha um excesso de demandas, que iam desde garantir as condições mínimas de sobrevivência e acompanhar e organizar a documentação dos processos de reintegração de posse. Todas as benfeitorias do bairro foram realizadas na base de muita insistência na PMG. As disputas internas também atrapalhavam o andamento da Associação. Alguns moradores relataram a presença de infiltrados na associação, que demoviam os moradores a se manter no processo, pois quanto maior o número de pessoas requerentes, mas chances de o juiz reconhecer a veracidade da existência do bairro popular.

[...] os capetas vinham fazer fofoca e inferno nas reuniões. Faziam a fofoca, inferno, tinha briga. Eu falei: vou sair fora...daí até vieram me procurar, mas eu falei, não quero mais não. O Damião andou vendendo umas terras nossa. A gente não podia vender. A gente um terreno para fazer uma construção com o pessoal do bairro. Ele pegou e vendeu. Daí teve outra seção, foi daí que o A.P. entrou e começou a ajudar e melhorou, foi daí que veio o primeiro desembargo. Quando estava tudo prontinho daí veio governo, veio policial, veio a assistência social... Daí foi quando o A.P. conseguiu um advogado que barrou o processo e deu mais prazo. Foi o A.P. que ajudou a melhorar. Foi em 2004 o cadastro. Lembro da minha parte, se não fosse ele não tinha mais ninguém aqui não. [...] (entrevista cedida por R. em 22 de novembro de 2017)

A entrevistada A. B. relatou sua experiência na primeira Associação de Moradores da Vila Operária, que representava todas as áreas envolvidas em litígio.

[...] no começo diziam que tinha diferença sim. Em cima falavam que era uma e a de baixo outra. Depois nós reunimos e resolvemos juntar em uma só. Porque era uma briga só, uma luta só, porque ter diferença? na minha visão não tinha o porquê. Foi quando resolvemos montar uma associação só. Com a área de cima e de baixo. [...] na verdade, quando montou a segunda associação, eu não fiquei como presidente. Que ano foi...[...] O gaúcho era presidente e eu vice. Depois ele saiu fora e eu assumi como presidente. Aí em 2009 eu ainda era presidente e foi quando deu toda a confusão. Senão me engano foi em 2013 montamos a de lá de cima. Que era com 16 pessoas. Montamos lá em cima depois juntamos. A de cima e de baixo, uma só. E ficou uma briga. (Entrevista cedida por R. em 22 de novembro de 2017)

No ano de 2012, na reportagem do jornal Guarulhos Web de 08/06/2012, A.B. já falava como presidente da Associação de Moradores e solicitava que a PMG interviesse a favor dos moradores para um acordo entre as partes.³⁰

R.P. também participou da primeira experiência da Associação de Moradores e relatou as controvérsias dentro da organização.

[...]foi indo, foi e, 2008 estourou a bomba. Foi o primeiro processo de reintegração de posse. Foi quando conheci uma amiga advogada e peguei o papel que o pessoal. Aí ela pegou o processo para ver o que estava acontecendo. E o processo da reintegração estourou. E ninguém sabia. Era um processo na 5 vara da parte de cima e o processo da oitava vara da parte de baixo. E era um furdução que ninguém sabia... aí veio gente, o pessoal endoidou. O pessoal ficou apavorado. A gente foi ver como fazer. O início desse processo foi 1999 e depois em 2000 ele parou. Esse processo ficou parado 04 anos, ninguém foi atrás. E a proprietária foi atrás, porque ninguém se manifestou. Agora é correr atrás. E foi cadastrar o pessoal, formar a associação. Foi luta, foi quando ela veio, e quando a parte de baixo chegou com o A.P. O de cima ele não sabia. O pessoal achava que quinta vara e oitava vara era uma coisa só. E deu uma confusão enorme... até que um dia a advogada tava e o A.P. veio na reunião e foi esclarecendo tudo. E agilizamos o processo. O advogado cobrou dinheiro, cerca de 10 mil reais dizendo informações erradas. Muita gente foi lesada. E foi esclarecendo na Associação, a vara. E o A.P. deu uma força, e o advogado também. Aí foi quando montamos a associação com a parte de baixo, envolvendo todo mundo. E aí quando o A.P. ajudou a formar a associação. No começo a gente começou bem. Depois ele começou a se formar com o pessoal da prefeitura. Formatou o pessoal da associação para fazer a ata e o rapaz sumiu com tudo. Ele gastou R\$ 500,00 de combustível. Na prestação de contas veio tudo e na época era R\$ 0,89 o álcool. Nós lá... deu uma confusão enorme. Arrecadou dinheiro e gastou R\$500,00 num mês. E daí falamos você não vai ser mais presidente. Se não for assim, tô fora. [...] (entrevista cedida por R.P. em 22 de novembro de 2017)

Apesar da primeira formação da Associação de Moradores da Vila Operária ter se dissolvido, a antiga liderança, especialmente A.B. manteve-se como importante apoio aos moradores. A formação da nova associação defendeu uma melhor relação com advogados, e também batalhou para maior participação popular. As problemáticas com dinheiro, custas processuais, andamento de processos, acabaram por gerar conflitos internos, além da assinatura de contratos com a Imobiliária. Independentemente das resultantes, a experiência coletiva foi um marco na vida dessas pessoas.

³⁰ Reportagem de 08/06/2012 do jornal Guarulhos Web.

6.12 A FORMAÇÃO DAS ÁREAS DE ZEIS E OS ACORDOS

Durante as entrevistas um dos episódios comentados foi o acordo com a Imobiliária Continental pela compra de lotes no ano de 2015. Esse tema foi relatado, pois inicialmente representou uma esperança para alguns moradores que aceitaram as condições impostas. Porém, uma parte dos moradores refutou o acordo, devido as condições impostas e o problema de regularização fundiária, que se manteria mesmo após os contratos efetivados.

[...] senão me engano foi em 2013 montamos a de lá de cima. Que era com 16 pessoas. Montamos lá em cima depois juntamos. A de cima e de baixo, uma só. E ficou uma briga. [...] quando houve a tal da negociação com a Continental, acabou todo mundo se acomodando. [...] ficou resolvido, vamos pagar né? Na hora do desespero todo mundo assinou. Depois todo mundo começou a achar que tava caro, que não ia ter condições. Até eu mesma não tenho condições de pagar o valor. Eu fechei por R\$ 1137,00 ou R\$ 1.037,00... é um valor muito alto para eu pagar. Na situação que está, não tem condições de pagar um valor desse. (Entrevista cedida por A.B em 12 de dezembro de 2017)

Em reportagem do jornal *on-line* da Assembleia Legislativa, o vereador Gileno Gomes informou, em 03/07/2015, sobre o sucesso nos acordos, que posteriormente foram problemáticos aos moradores.

[...] pelo acordo firmado na Justiça, ficou definido que os interessados em adquirir os lotes vão pagar R\$ 700 por metro quadrado, que poderão ser divididos em até 180 parcelas. O documento destaca que os terrenos que se encontram em área de proteção ambiental ou sob a rede elétrica que passa no bairro não serão negociados. O acordo na Vila Operária deve beneficiar mais de 700 famílias. Durante o encontro, os moradores tomaram ciência de que, mesmo com o acordo na Justiça, a prefeitura terá que fazer o cadastramento de todos os moradores, em atendimentos individualizados, com a presença de representantes do Poder Público e do dono do terreno. Com essas informações, será possível assinar os primeiros contratos de compra da área. "Esse acordo firmado na Justiça entre a Imobiliária Pirucaia e os moradores encerra uma luta de mais de dez anos", disse o deputado, que recentemente solicitou ao secretário estadual da Habitação, Rodrigo Garcia, mais investimentos em habitação com o intuito de ajudar famílias que atualmente vivem em terrenos irregulares. " [...] (reportagem de 03 de julho de 2015 do jornal da Assembleia Legislativa de São Paulo).

Infere-se que uma das motivações para estabelecimentos dos acordos com uma parte do bairro foi devido a transformação de uma área em ZEI. A região que abrange as áreas próximas à torre de FURNAS está dentro da área de ZEIS.

A partir da Lei 6.055, de 30 de dezembro de 2004, institui-se o Plano Diretor da Cidade de Guarulhos, e seu artigo 2º possui sete eixos. O Eixo 1 garante a função social da cidade e da propriedade e garante a qualidade urbana. No Eixo 2 “ampliar as oportunidades para os seguimentos da população ora excluída de emprego, à renda, ao conhecimento, ao adequado atendimento de saúde, de segurança, de serviços, [...]” (LEI nº6.055 de 30/12/2004). O Eixo 3 apontou a potencialização das atividades econômicas da cidade, o desenvolvimento de sua economia, setor fabril, comercial articulando sociedade civil, agentes privados e do Estado. O Eixo 4 organizou a utilização dos espaços, das edificações, da mobilidade pública, e infraestrutura do ambiente urbano. O Eixo 5 “expandir os recursos financeiros disponíveis para que o poder municipal possa cumprir amplamente suas finalidades, através do crescimento da atividade econômica [...] plena utilização dos instrumentos de captação de recursos constitucionalmente e de leis [...]” (LEI nº6.055 de 30/12/2004). No Eixo 6 o objetivo foi de aprimorar a gestão pública, conforme a constituição, incentivando a participação da população. E no Eixo 7 “Promover a articulação, consorciação, e gestão conjunta dos municípios da região metropolitana ou de interesse de municípios mais próximos, integrando-se nestes objetivos com as instituições do governo estadual, federal e a sociedade civil. No Artigo 3º está descrito a função social da propriedade: [...] I – a moradia adequada, II – os serviços públicos como água, rede de esgotos, eletricidade, iluminação e III – o atendimento à saúde, educação, transportes e demais benefícios e garantias da sociedade em seu estágio atual. No Artigo 4º a função social da propriedade é definida como

[...] I – respeitar e garantir os direitos sociais da cidade; II – ser utilizada e aproveitada para atividades ou usos caracterizados como promotores da função social da cidade; III – respeitar os limites e índices urbanísticos estabelecidos pelas normas legais; IV – ter aproveitamento, uso e ocupação compatíveis com a manutenção ou melhoria da qualidade do meio ambiente, em especial dos mananciais, dos cursos da água, das áreas arborizadas, das reservas florestais e das áreas de convívio e lazer; V – respeitar o direito de vizinhança; VI – respeitar o direito à mobilidade urbana; VII – Preservar os Patrimônios cultural, histórico e paisagístico [...]. (LEI nº6.055 de 30 de dezembro de 2004).

No Artigo 6º o poder público municipal se responsabilizou pelo cumprimento da função social da cidade e que irá promover e valorizar dos

profissionais em todas as áreas de atuação. As ZEIS aparecem nos artigos 29º e 30º e são definidas como:

[...] Art. 30. As Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS compõem-se de áreas onde é necessário promover a regularização urbanística e fundiária de assentamentos habitacionais com população de baixa renda existentes e consolidados, bem como de áreas livres que possibilite, o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social. [...] (LEI nº6.055 de 30 de dezembro de 2004).

As ZEIS em Guarulhos estão classificadas na lei 6.055 como “ZEIS A – assentamentos habitacionais consolidados, surgidos espontaneamente e ocupados sem título de propriedade por população de baixa renda, carentes de infraestrutura urbana”. As “ZEIS – L são áreas de loteamentos irregulares ou clandestinos consolidados”. E as “ZEIS – G são áreas livres ou glebas de terra não utilizada, não edificadas ou subutilizadas, adequadas à implantação e a compatibilização com a legislação federal”. Na Lei 113/2006, ocorrem as mesmas definições de ZEIS, mas com estipulações de tamanho de lote [até 250 m²] por lote. No anexo do projeto de Lei de Ocupação do Solo (Luos) da Câmara Municipal de Guarulhos, a Vila Operária foi categorizada como ZEIS L e sua área dividida em I, II e III. Demais dados sobre o planejamento urbano e uso e ocupação do solo de Guarulhos podem ser verificados no PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social, documento de 2011 sobre o planejamento urbano da cidade.

D.S. dissertou na entrevista sobre o processo de transformação da área em ZEIS e também como algumas áreas foram deixadas de fora, prejudicando a ação coletiva como um todo, posto que a área é uma só.

[...] convocava reunião com Dr. Horácio. Sempre dava notícias positivas para a gente. Tem sempre o risco de ser desapropriado. Tanto é que o A.P. falou, que onde estamos aqui, que estamos fazendo o usucapião, era para nós fazer a topografia. Se reunir em coletivo e fazer a topografia. Fazer a topografia da área. Já previa que aqui estava fora dos processos da quinta vara e da oitava, da torre para cá. E como foi cadastrado como área de ZEIS, aqui já melhorou muito. [...] (sobre as áreas na parte de baixo da torre de FURNAS) Não a IV e a V da torre para baixo está em estudo ainda para ser aprovada pela Câmara. ZEIS confirmada mesmo é ZEIS I, II E III. São as duas de frente da Jamille e Jaife e essa aqui que é a II. Porque a torre de alta tensão divide a Vila Operária I, II e III para cada torre e a IV e V para o outro lado. [...] (Entrevista cedida por A.B. em 12 de dezembro de 2017)

A.P., coordenador do MLM, explicitou o processo de criação das ZEIS na Vila Operária.

[...] E porque quando foi indicado, a Vila Operária III não era para ser indicada como ZEIS. Quando foi feito o estudo do Plano diretor e votada a lei em 2007 e na época foi feito um levantamento e os movimentos levantaram as áreas. A I e a II não estão dentro do loteamento da Continental. As áreas do loteamento da Continental estavam dentro da lei 6766. Não tinha necessidade de colocar na ZEIS. Só que na vistoria que foi realizada na época houve um erro e o erro foi bom para os moradores, porque acharam que a Vila Operária III não estava dentro do loteamento da Continental. Achou que estava na parte de baixo que pertencia a outro empreendimento da Oliveira Campos, que era o pessoal de baixo. Acharam que a Vila Operária I, II e III estavam no loteamento da Oliveira Campos e as colocou juntas. Quando fizeram a averiguação, descobriram que a Vila Operária III estava no loteamento da Continental. Aí já era tarde e lá ficou como ZEIS. Por isso que não tem a IV e a V porque foi um erro na III, incluíram em um loteamento, mas era de outro. [...] (Entrevista cedida por A.P., na ocasião da entrevista de D.S em 12 de dezembro de 2017)

A partir da fala acima de A.P., coordenador do MLM, é possível verificar como é confusa a postura da PMG em relação ao controle fundiário. Inclusive os serviços de aferição topográfica, contratados pelos requerentes de processo, que por vezes desmentem informações das partes, como da PMG e do próprio Ministério Público. Tal confusão acaba obrigando os moradores a se esforçar ainda mais para poder se defender das acusações do Estado. Estado esse que não consegue organizar suas áreas de habitação de forma efetiva. Processo que coaduna com a tática de especulação imobiliária, que tinham as empresas como sujeito mais comum.

Conforme verificado na Lei do Município de Guarulhos, a Vila Operária não recebeu o que estava prevista minimamente em lei. Tanto no Plano Diretor, como nos planos de habitação seguintes, a função social da propriedade e a organização dessas áreas de ZEIS continuou a ser apenas um projeto.

6.13 A FORMAÇÃO DA SEGUNDA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

A partir das problemáticas com a PMG, Ministério Público e com os acordos com a Imobiliária, que não lograram êxito, uma segunda associação de Moradores foi montada. E.O. era um dos integrantes da segunda associação de moradores, que realizou as reuniões em sua casa localizada ao lado do sítio de L.G., um dos posseiros que lutam para provar a sua titularidade. E.O. está morando na parte de cima da Vila Operária, na área considerada como ZEIS pelo Plano Diretor da Cidade de Guarulhos. As indicações espaciais são difíceis,

pois como a área é um bairro irregular dentro de um loteamento irregular, a falta de mapas que denominem as áreas de ZEIS foram um problema. No plano Diretor elas estão descritas como uma zona inteira, sem a divisão pelos nomes de ruas. E.O. relatou sua experiência como membro e incentivador da organização dos moradores, ao lado do coordenador do MLM A.P.

[...] A Associação começou com 12 membros. [...] Lembro dos meus amigos, movimento, era uma alegria estar no meu deles. Meus parceiros de guerra. Me sentia muito bem. Até hoje sinto falta do movimento, da luta, dos meus companheiros. Já fiz campanha na prefeitura, para hospital. Fizemos muita baderna... fizemos pacífico. A gente foi na Câmara no Ibirapuera, de ônibus... em outro lugar. Nós nem tem graça de acompanhar. Já fui em reunião na IACON, mas sabe quando falta uma pessoa... [...] (entrevista cedida por E.O. em 22 de novembro de 2017)

R.P. também participou da Associação de moradores e relatou como ocorreram as reuniões. Pela estimativa cerca de 200 pessoas foram cadastradas para organizar os moradores e também os processos. Uma inferência possível é a necessidade de evitar o desmembramento do processo. O desmembramento do processo iria individualizar a luta, transformando cada morador em invasor e não em um morador de um bairro consolidado.

A gente queria formar a associação com as pessoas certa. Pegamos o Rogério, Baixinho e formamos a associação, muito bem formada, organizada. Mas quando se acalmou, o pessoal dispersou... Distanciando da associação. A gente colocou uma moça de presidente e ela se desgostou porque o pessoal desinteressava. O baixinho cedeu a casa para sede de associação. Todo mês fazia reunião. Mas quando acalmou, esfriou, e a advogada não veio mais aqui. Depois foi diminuindo a contribuição com o advogado. Daí ia retirando o nome do processo... Começou com R\$800,000, R\$400,00, R\$200,00 e foi diminuindo. Até perdeu até a validade a associação, o estatuto, a ata, tem que renovar. A associação tem que renovar e ia até 2014. Mas cadastramos todas as pessoas. Deu 260, 250 cadastradas, as que vieram. No primeiro ano foi umas 200 pessoas, depois cento e poucas e no terceiro ano cerca de 40 pessoas que se cadastraram na associação. Cadastrava para saber quem chegava e saía. Assim entregamos a associação... (entrevista cedida por E.O. em 22 de novembro de 2017)

R.B também participou da formação da segunda associação de moradores.

[...] A primeira formação não funcionou bem. As pessoas fundaram, fiz parte da comissão, mas aí não rolou do jeito que a gente queria. O A.P. pediu para fazer uma nova formação e aí veio a Eurides, Ronaldo, Baixinho, a Santana. Essa formação funcionou legal... O Wilson, essas pessoas realmente participavam, vinham na reunião, a gente ocupou a casa do baixinho. Aqui o negócio funcionou legal. Saiu a Dr.^a Solange e depois veio outro advogado que é de luta também, de São Caetano o Horácio Neto. E fizemos um novo embate contra a Continental, E

fomos para luta e tem ainda o resquício dessa época. Essa associação foi o A.P, o grande mentor dessa associação. Que quis realmente fundar e protocolar o documento. A gente não sabia de nada... não tinha conhecimento de como formar a associação de moradores. Foi ao cartório, registrou...A associação funcionou, mas estamos até hoje com essa briga com a imobiliária. Graças a essa associação estamos ainda de pé, vivo e lutando. [...] (Entrevista cedida por R.B em 28 de março de 2018).

Importante notar que as barreiras impostas aos moradores da Vila Operária foram muitas e ainda assim mantiveram sua resistência. Foram fundadas duas associações, formadas pelos moradores que estavam cientes de seus direitos como cidadãos. As dificuldades que se impuseram foram muito extensas como a falta de apoio da PMG e do Ministério Público no esclarecimento das áreas de ocupação, no controle legal e fundiário de uma enorme área da cidade. Além disso, as constantes pressões da Imobiliária frente aos moradores, mesmo que a mesma empresa enfrente processos dos moradores de seu empreendimento, que enfrentam os mesmos problemas fundiários. A partir desses relatos foi possível identificar as formas de mobilização e os enfrentamentos. Em relação às formas de mobilização, a organização institucional como Associação de Moradores, a organização de dados e documentos para os processos, as reuniões entre moradores.

A partir dos enfrentamentos podemos notar que dois enfrentamentos estão claros: contra o Estado e suas instituições e contra a iniciativa privada representada pelos especuladores imobiliários.

7 OS CONFLITOS – CONTRA O ESTADO E CONTRA A INICIATIVA PRIVADA

O MLM é um movimento social que luta pela reforma urbana em bairros já consolidados com problemas de legitimação judiciária. Por isso, o binômio MLM e moradores da Vila Operária, pois o MLM não está restrito aos enfrentamentos contra a iniciativa privada e Estado pela disputa fundiária na Vila Operária. O MLM atua junto aos moradores. No caso da Vila Operária a presença do coordenador do MLM foi muito importante para a organização da luta. Durante os depoimentos, o conflito contra a imobiliária Continental e a PMG foram compreendidos como um conjunto. Ou seja, para os moradores a PMG atuou junto com a iniciativa privada nesse caso. O movimento social manteve suas percepções de enfrentamento. Após a formação da Associação de moradores, organizaram passeatas e manifestações organizadas. Alguns moradores contaram suas experiências na organização.

Em entrevista de T.L. ele explicou como se sensibilizou com a luta, mesmo não participando ativamente da Associação de Moradores.

[...] O A.P. Eu conheci através da minha tia do Continental, ela me apresentou ele. Sempre fui ligado em política e sempre gostei do trabalho dele. Andei afastado um pouco. Mas sempre tenho acompanhado o trabalho dele. Sempre procuro tá junto na luta. Fiz parte da luta, quando havia a necessidade. Fiz parte da mobilização das pessoas daqui na Câmara Municipal. Pois ia ser reintegrada a área. Então cheguei a fazer parte do movimento também. Fizemos um pannelo nas casas para chamar a atenção as pessoas e graças a Deus conseguimos segurar as casas através desse movimento. Lotamos a Câmara de vereadores e através da união das pessoas deu certo. E até hoje lutamos para que não percam as casas. Apesar de não ter uma moradia minha na Vila Operária. Eu ajudo o interesse das pessoas. Porque tenho parentes e amigos aqui. Tenho muita história nesse lugar, afinal de contas foi aqui que comecei minha vida profissional. [...] (entrevista cedida por T.L em 12 de dezembro de 2017)

D.S. participou ativamente de várias ações na Vila Operária e contou algumas de suas experiências marcantes.

[...] já brigando pelos direitos da gente, correndo atrás...Indo para o Fórum, Câmara, Prefeitura. Brigar né. Tinha advogado que lutava no processo. Tinha a doutora Solange, o Horácio, mais o A.P. Lutando contra a reintegração. As vezes era barrada em cima da hora. Era muito rápido. As vezes não dava nem para reagir. Mas o A.P, sempre ia ajudar lá...estava sempre a par de todo o movimento. Dava um jeitinho de barrar e a gente respirar. Mas aqui ninguém dormia não. Sempre tinha bagunça, essas notícias aí. Principalmente na época de política. Tinha sempre quem dava falsa esperança para nós e quem

assustava, talvez até por coisa que nem existia. Muitas vezes começam a amedrontar as pessoas. Vinha policial, inclusive vinha policial aqui na rua Vicente de Paula, chegou a vim polícia entregar a notificação de reintegração. A própria polícia vinha entregar a notificação para a gente se preparar para cair fora. Passamos essas turbulências todas. [...] (entrevista cedida por D.S. em 12 de dezembro de 2017).

As manifestações mais citadas nas entrevistas foram as realizadas na porta do Fórum e na PMG. Elas foram importantes para barrar as ações de reintegração de posse. Muitas vezes, como visto anteriormente em outros excertos das entrevistas o próprio juiz ficava sabendo da história da disputa fundiária após a ação de reintegração de posse ter sido impetrada.

Em manifestação no Fórum de fevereiro de 2015, o jornal Folha Metropolitana em reportagem de Rogério Princiotti relatou problema.

Cerca de 50 representantes de uma associação de moradores que vivem em loteamentos do Bairro Continental fizeram um protesto em frente ao Fórum de Guarulhos, no Centro, na tarde desta quinta-feira, 12, devido ao risco de reintegração de posse de 1,5 mil famílias de um terreno na Vila Operária (Região Vila Galvão). No ano passado a Prefeitura fez um acordo com a Imobiliária Continental, proprietária do terreno, para que as famílias pagassem pelo terreno. O acordo estava fechado até que um segundo dono do terreno apareceu, o advogado Manoel Carlos Jesus Cantadeiro. Com o impasse, a Justiça determinou uma audiência entre os dois supostos proprietários para chegar a um possível atendimento. A Audiência ocorria durante o protesto. (Reportagem de Rogério Princiotti no Jornal Folha Metropolitana de 13 de fevereiro de 2015)

Em outra reportagem da Folha Metropolitana intitulada “Moradores protestam contra reintegração de posse em áreas da Imobiliária Continental” de Rogério Princiotti relatou:

A Sessão Ordinária da Câmara de Guarulhos desta terça-feira (17) foi marcada pela manifestação de cerca de 200 moradores de regiões onde a Imobiliária Continental tem imóveis e terrenos à venda, caso dos Parques Continental I e II, Vila Operária e Jardim das Oliveiras. A intervenção popular motivou a interrupção da Sessão por cerca de 30 minutos para que uma comissão formada por representantes dos moradores e diversos vereadores encaminhassem uma proposta que permitisse a cobrança de prestação de imóveis mais condizente com a condição da população daqueles locais. O presidente Professor Jesus (PDT) se comprometeu a entrar em contato com o secretário municipal de Governo Benedito Parecido da Silva. “A partir daí, vamos tentar marcar uma reunião como Prefeito e chegar a uma solução favorável aos moradores”, afirmou o chefe do Legislativo. Segundo os moradores, os valores das prestações dos imóveis têm aumentado além do que eles têm condições de pagar. As tentativas de negociação não têm surtido efeito. O Judiciário ordenou nesta semana, em segunda instância, a reintegração de posse em favor da imobiliária. Paralelamente a isso, as dívidas da empresa com a Prefeitura por causa de multas por diversas infrações ultrapassam os 140 milhões de

reais. O vereador Geraldo Celestino (PSDB) se mostrou indignado com a situação: “Como a Prefeitura lida com uma empresa que deve tanto e não toma providências para que a cobrança seja feita? ”, questionou. “Enquanto isso, a Continental continua agindo desta forma, em prejuízo de tantos moradores”, acrescentou [...] (reportagem de Rogério Princiotti no Jornal Folha Metropolitana de 18 de maio de 2015)

No ano de 2015 os moradores da Vila Operária e Parques Continentais foram à Assembleia Legislativa de São Paulo para uma sessão ordinária requerer apoio sobre a questão. Nesse dia, ônibus saíram da Vila Operária para a Assembleia para verificar o apoio de vereadores de São Paulo na questão.

Centenas de pessoas lotaram o plenário Franco Monto Assembleia Legislativa no dia 16/6 para denunciar os ataques Imobiliária Continental vem praticando contra os proprietários de imóveis localizados nos empreendimentos Parque Continental 3, 4, 5 e Vila Operária, todos na cidade de Guarulhos. O deputado Carlos Giannazi (PSOL), organizador da audiência pública, se disse perplexo com as denúncias colhidas dos mor e argumentou que, diante de tamanha falta de ação do público e da escalada de reintegração de posse que está ocorrendo por medida judicial a favor da empresa, acionará imediata com apoio da bancada do PSOL no Congresso Nacional, a Federal, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal para que investiguem as ações e contas da Conti No âmbito estadual, solicitará igualmente à Secretaria da Fazenda que faça uma fiscalização na contabilidade empresa, pedirá uma reunião com o promotor que já acompanha uma ação civil pública aberta no Min Público Estadual e que a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Assembleia convoque representante da imobiliária para esclarecimentos. O mandato ainda enviará as notas taquigráficas e a da audiência em vídeo para a presidência da República, ao governo do Estado de São Paulo e ao presidente Tribunal de Justiça. (Nota da assessoria do deputado Carlos Gianazzi em 19 de junho de 2016)

As reportagens e depoimentos sobre as manifestações relataram um posicionamento ambíguo da PMG. Os moradores e o MLM, a partir da recusa de cumprimento da lei do município e das leis estaduais e federais, entenderam que a PMG atuou muitas vezes em suporte à iniciativa privada.

[...]tinha que tirar esse processo e acabar com essa agonia. Ela disse que ia ajudar os moradores, mas ajudou o empresário. Tinha que ajudar os pobres, briga, passa fome, que briga para pôr o tijolo na parede. Que prefeito são esse aí? Tem que ajudar a população. Os pobres. Todos eles são empresário e querem tirar partido dos pobres. Chega. Vamos tirar os processos. Vamos pagar o imposto. Ter o documento, o pessoal precisa. Fazer o benefício para o povo. As crianças tudo doente. Porque ele não vê isso aí? Cadê os vereadores que na hora dos votos chega junto? [...] (entrevista cedida por D.S. em 12 de dezembro de 2017)

Ainda que, alguns vereadores desse apoio à causa, conhecendo a situação pelo seu caráter dúbio, a PMG se recusou a encontrar uma solução razoável para cumprir o que está disposto na lei municipal.

[...] Lembro da segunda reintegração de posse, que participou duas pessoas aqui do bairro, foi eu, Orlando, ficamos e a nossa ordem é que a gente só saia se o A.P, saísse. A gente não conseguia reunião, prefeito saia. Teve advogado que arrumou em São Caetano do Sul, marcamos horário com horário e outra advogada. A prefeitura não atendeu, mas o secretário teve que atendeu. Fomos eu, A.P, advogado, Orlando, sentamos lá e conversaram. No outro dia já era para ter o processo da desapropriação. Foi o Orlando... foi em 2010,2012. Foi em 2013. Mas antes do A.P, e de nós já tentaram derrubar tudo. Estava o Márcio. Na época o advogado do seu Luís barrou. Mas veio caminhão derrubar tudo. Por isso que eu digo que o Sr. Luís ajudou muito. (Entrevista cedida por R. em 22 de novembro de 2017).

Nos depoimentos a pressão do Estado através da impetração das recorrentes ações de reintegração, que foram derrubadas e depois novamente impetradas. Nesse ínterim o aparato policial de reintegração se formou, causando pânico nos moradores. Os acordos da Imobiliária e também as divisões processuais e a individualização dos processos foram fatores de desestabilização das ações do movimento social.

[...] quando o oficial de justiça avisando da reintegração, tal dia é a reintegração e quando o batalhão veio com viatura. Teve gente que desmaiou, ligando para advogado socorrer. A polícia estava fazendo a parte dela. Mas não é assim... Eles estavam fazendo reconhecimento. Mas teve gente... foi quando o pessoal acordou. Passou essas duas fases, o pessoal não acredita mais. Se marcar uma reunião e falar de reintegração o pessoal não acredita não... [...]: Como tinha essa divisão do processo, criou uma divisão do pessoal da parte de baixo com o da parte de cima. O pessoal achou que o processo estava calmo e começou a fazer politicagem... puxava sardinha para a prefeitura. Dizendo que não tinha nada, que era ideia nossa. O pessoal começou a cair na ideia. O pessoal não está mais organizado, porque eles preferem conversar fiada porque não é do interesse deles. (Entrevista cedida por R.P. em 22 de novembro de 2017)

Em relato de A.P, ressaltam-se as condições complicadas dessas áreas e que a intervenção do Estado seria a única ação possível diante do impasse.

[...] Olha, a Vila Operária, a origem da Vila Operária era uma área de preservação ambiental. Antes mesmo de ocupar, já existia uma devastação aqui. Já existia um desequilíbrio ambiental. Ele já tinha feito um loteamento aqui. O cara que se diz o proprietário. Antes da família entrar, tinha loteamento. É desde 1979. A imobiliária praticou um crime ambiental e quer colocar no colo da ocupação. Mas os moradores entraram no período do ano 2000. O loteamento existe desde 1979. Já existia uma devastação. Pela origem da terra, pela posse, a prefeitura já era para ter assumido a área com base no plano diretor da cidade. Pode fazer uma desapropriação. Como estão fazendo do Rodoanel. O estado baixa um decreto, desapropria, e recebe um título da dívida pública, um precatório. Mas a prefeitura podia fazer aqui. Mediante a devastação por ser uma área ambiental, a prefeitura poderia fazer uma desapropriação da área, negociaria com os moradores. E pelo proprietário ter devastado a área estaria pendente de uma punição por parte da municipalidade. Fazia um

decreto, a prefeitura assumiria, negociaria com os moradores e pagaria a Imobiliária com o título da dívida pública. Se o proprietário provasse que era o dono. Porque até hoje tem milhares de processos correndo. Então a prefeitura pode fazer isso. Ainda mais com a lei 13645 de 2017/2018 essa lei dá direito ao prefeito regularizar. Ela diz que o posseiro peça usucapião administrativo. Ele pega dois vizinhos que mora ali. Vai até o cartório de registro de imóvel e pede a matrícula, notifica o proprietário e sai no Diário Oficial que ele tem 15 dias para se manifestar. Com 15 dias não se manifestou, ele perde literalmente a área. O poder público pode fazer melhor, e ele dizer não reconheço essa propriedade e dizer que reconhece essa comunidade e fazer a legitimação com base na lei. Então, existe instrumento. Sempre disse aos moradores, vocês têm o direito da posse, tem lei, mas daí estamos lidando com um governo popular. Mas que tem por trás dele apoio do grande latifúndio. A Vila Operária é uma das ocupações dentro desse loteamento. Outra é perto dos Cambará... E então é um bairro que tem as condições para ser resolvida. Tem histórico de grilagem, falsidade por parte da imobiliária. Tem história de comodato feito de forma obscura. Então é isso. (Entrevista cedida por A.P. em 28 de março de 2018)

[...] A cidade de Guarulhos é uma cidade onde quem manda é o coroné. É uma cidade de coronelismo. Onde há uma especulação imobiliária muito forte. Há muitos interesses assim... da elite que manipula a cidade. Pois são os grandes financiadores de campanha. Então é meio complexo. O governo na verdade, nunca tinha interesse, nunca esteve do lado das pessoas mais humildes, mas sempre esteve do lado do grande latifúndio. Essa situação sempre foi difícil aqui. Sempre pesou a influência política na cidade, a tradição pesa muito... O que a gente tem conseguido na cidade tem sido com povo na rua, com mobilização, e não houve muita abertura. Houve promessas, muitas reuniões, promessas, mas os poucos avanços que tivemos foram por via judicial, quando paramos a reintegração. Se fosse pela prefeitura tinha reintegrado. Nós conseguimos parar com o povo no judiciário. E depois a gente pressionou o governo com uma linha de acordo, diálogo com a suposta proprietária. Agora é um acordo que foi feito no momento, mas foi paliativa, para estancar a reintegração [...]. (Entrevista cedida por A.P. em 28 de março de 2018)

A partir dos depoimentos e reportagens foi possível compreender a situação de litígio que se encontra na Vila Operária e os Parques Continentais. As formas de protesto, organizados nas portarias da PMG ou do Fórum de Guarulhos foram algumas das estratégias de enfrentamento do MLM e dos moradores, cujo alvo é o binômio PMG–Imobiliária Continental. Ambos apresentavam estratégias semelhantes de oposição aos moradores, como a utilização do próprio aparato estatal contra os cidadãos. Se a legislação garante que as áreas de ZEIS – L tenham direitos, por que ainda assim as reintegrações de posse continuam? E ainda, se o problema fundiário da área é conhecido, por que se estabelecem acordos com parte de moradores, que posteriormente percebem que não conseguirão suas escrituras?

A partir dessas experiências foi possível traçar uma hipótese sobre a ação dos movimentos sociais pela reforma urbana. Eles funcionam dentro da institucionalidade, pela confiabilidade nas instituições. Uma das hipóteses que serão discutidas posteriormente é se os governos de esquerda de Guarulhos, no nesse caso ocupado pelo PT, organizaram um discurso pela institucionalidade, abrindo movimentos sociais de enfrentamento mais objetivo. Em diversas falas, o aparato tecnocrata de advogados, topógrafos, arquitetos é essencial aos moradores. Mesmo sendo de baixa renda e tendo sua condição de classe reconhecida no planejamento urbano da cidade.

Uma inferência possível é a de que na atual fase de regulação do capitalismo, Estado e empresas têm apresentado uma relação simbiótica. Desse modo, a organização e a normatização em empresas, ONGs e movimentos sociais com alta organização têm sido importantes para a simples garantia da constituição. Ou seja, a manutenção da legalidade democrática.

8 MOVIMENTOS SOCIAIS, CAPITALISMO E CRISE DA DEMOCRACIA

A partir do final da Guerra Fria e início da hegemonia estadunidense, houve um aumento na concentração de renda e, conseqüentemente, na desigualdade social em muitos Estados Nacionais do globo. Pochmann (2015) apontou um aumento expressivo na desigualdade, a partir da formação de uma classe de super-ricos, que concentraram uma enorme renda, em detrimento do restante da população.

Com isso, a principal influência no jogo da democracia política concentrar-se-ia fundamentalmente numa minoria de indivíduos que confirma a plutonomia. A sua maior ameaça, contudo, adviria das exigências políticas da parte majoritária da população em relação à redução das desigualdades nos rendimentos geradas pela crescente concentração de riqueza. (POCHMANN, 2015, p. 67)

A plutonomia foi resultante das políticas neoliberais adotadas no período pós-Guerra Fria, que reduziram as políticas de bem-estar social e foram a tônica política em diversos Estados Nacionais europeus. Além do Estado, o espaço da política passou a ter uma maior interferência de grupos articulados pelo capital financeiro internacional e por oligopólios midiáticos (POCHMANN, 2015, p. 67). Nesse período que compreendemos como período neoliberal, a partir dos anos 90 do século XX, a influência direta do Capital nas estruturas do Estado foi crucial para a alteração da esfera pública de diversos países.

Ao mesmo tempo, a gestão da economia pelos interesses do setor privado seria cada vez mais imunizada em relação à democracia, o que tornaria cada vez mais rebaixada a justiça e a perspectiva de liberdade no funcionamento das forças do mercado. Ao contrário do consenso construído no segundo pós-guerra, prevalece agora a tese de que a melhora nas fortunas dos ricos estaria libertada do bem-estar material do conjunto da população (POCHMANN, 2015, p. 67).

A partir desse cenário de concentração de renda e aumento da desigualdade social, os grupos minoritários da elite dos super-ricos passaram a influenciar cada vez mais nas políticas dos Estados Nacionais. Esse cenário, também teve ecos no Brasil a partir dos governos liberais pós-90. No caso brasileiro, houve a manutenção as estruturas arcaicas derivadas do modo de produção escravista colonial, que concentrou renda e terra nas mãos de poucos. Desse modo, em um período cuja conjuntura mundial era um impulso à concentração, as ações do Capitalismo se tornaram mais radicais à sociedade brasileira, especialmente à classe trabalhadora e camadas médias. Esse

conjunto que engloba modo de produção capitalista, com alta concentração de renda e financeirização das economias e sua influência direta no Estado, pode ser um dos motivos da crise democrática que está em curso em nosso país e que impacta diretamente na ação dos movimentos sociais.

Alguns autores como Dennis Oliveira (2014) e Edson Miagusko (2012) inferiram sobre essa conjuntura econômica, que tem atuado diretamente sociedade brasileira. Dois conceitos foram trazidos pelos autores, o de *Ação Direta do Capital* por Oliveira (2014) e o de *Contexto de Desmanche* por Miagusko (2012).

Para Oliveira (2014, p. 98) a *Ação Direta do Capital* foi derivada do termo *ação direta* utilizado pelos anarquistas e consistia em “um conjunto de ações imediatas praticadas com o fim de minimizar, pressionar ou constranger determinadas situações para a classe operária”. As greves, boicotes e outras tipologias de manifestações visavam negar a representação partidária e fazer a luta no seio da classe trabalhadora contra as instituições envolvidas no confronto. Oliveira (2014) utilizou esse conceito no sentido inverso, como ação do sistema capitalista contra os trabalhadores.

O conceito que propomos aqui de “Ação Direta do Capital” inverte os sinais: o capital, monopolizado e transnacionalizado, utiliza de todos os mecanismos de pressão e constrangimento, inclusive violentos, para impedir qualquer ação regulatória ou controladora. A ação Direta do Capital inclui até mesmo a “desobediência” explícita de normas existentes, utilizando o seu poderio para criar uma situação *de facto* que transforma a situação *de jure* em algo sem sentido (OLIVEIRA, 2014, p. 98).

Miagusko (2012) também conceituou esse período neoliberal como *Contexto de Desmanche*:

A ação dos movimentos sociais e dos movimentos de moradia e sem-teto acontece no contexto de privatização do público, retração das políticas sociais e desmanche do Estado, e reconfiguram as representações e os sentidos de sua atuação e do julgamento público advindo de suas ações (MIAGUSKO, 2012, p. 103).

Em ambos os autores é possível verificar esse marco conceitual de agudização das ações do capital na sociedade. E que essas ações foram incisivas em sociedades cuja base estava na concentração de renda, terra e poder nas mãos de uma minoria. O Estado brasileiro foi fortemente impactado pela *Ação Direta do Capital* e iniciou um *Contexto de desmanche*, cujas maiores vítimas foram a classe trabalhadora e os movimentos sociais. Contudo, para

compreender essa *Ação Direta do Capital* no Estado e nas instituições é preciso compreender qual o papel do Direito e do Estado nesse processo.

Ricardo Mendes Antas Junior (2005) analisou a relação entre Direito e espaço geográfico e como o sistema Capitalista atuou diretamente nas modificações das leis e normas. Antas Junior (2005) inferiu que atualmente a sociedade está sob a Regulação Híbrida das normas e leis, divididas entre o Estado e instituições organizadas como ONGs, Fundações, movimentos sociais e organizações criminosas. Sua tese foi a de que na atual conjuntura a superestrutura (Estado e Direito), tem sido cada vez mais influenciada pela estrutura (economia). Desse modo, o papel do Estado e do Direito em “disfarçar” as desigualdades sociais e de classe através das leis e normas, ou de regular as ações políticas, tem sido cada vez menos eficiente por conta do poder de fogo das instituições organizadas e empresas. As normas não estão restritas ao sistema jurídico, mas estão presentes nas leis do mercado, nos códigos de conduta, no sistema jurídico, nas relações sociais e na estruturação do território.

As técnicas também são parte dessa normatização, condição essencial para o desenvolvimento do sistema. Como as técnicas agrícolas, industriais, comerciais, informacionais, dos transportes, culturais, entre outros. A tipologia das técnicas pode ser definida de acordo com sua temporalidade, sua localização no espaço ou as necessidades sociais de cada local.

O estudo das técnicas ultrapassa, desse modo, largamente o dado puramente técnico, e exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais. São estas, finalmente, que explicam como, em diferentes lugares, técnicas, ou conjunto de técnicas semelhantes, atribuem resultados semelhantes, atribuem resultados diferentes aos seus portadores, segundo combinações que extrapolam o processo direto da produção e permitem pensar em um verdadeiro processo político de produção (SANTOS, 2005, p.31).

As técnicas influenciaram diretamente o espaço. Milton Santos (2005) argumentou que além das técnicas, o sistema de objetos e o sistema de ações também são parte do espaço. O sistema de objetos tende a paradoxalmente imitar a natureza, mas são de extrema artificialidade, e sendo assim desnaturalizados. Santos (2005) argumentou que na contemporaneidade os objetos são dotados de uma intencionalidade, portanto, devem ser compreendidos através da noção de um sistema. As normas, leis e técnicas estão presentes em diversos aspectos da sociedade, seja no sistema jurídico,

na tecnologia, na organização social, na organização espacial, nas organizações empresariais, fundações, ONGs e organizações criminosas.

As empresas também possuem suas normatizações, e no caso das transnacionais, essa normatização é resultante das legislações de seus países de origem.

Assim, além da mundialização de boa parte da economia, decorrente da flexibilização mencionada, há também a influência regulatória do território por grandes empresas transnacionais de forte poder econômico e político, isto é, das corporações hegemônicas (ANTAS JUNIOR, 2005, p. 171).

O Estado sob o modo de produção capitalista manteve por muito tempo o monopólio da regulação tanto do Direito como do espaço. Uma série de processos marcaram a transição para a regulação flexível do capital. Dentre eles, o desenvolvimento das tecnologias de informação (TIC'S), que diminuíram os espaços e promoveram processos comunicacionais extremamente avançados através das redes digitais, dos sistemas informacionais, que exerceram influência em todos os aspectos da vida humana. Esses processos não puderam ser analisados de forma isolada, no qual a técnica, os objetos, as ações, o espaço, o direito, e a estrutura econômica estão imbricados. Antas Junior (2005) inferiu que houve uma volta ao pluralismo jurídico. Na era moderna com o surgimento dos estados nacionais ocorreu a influência de modelos de direito³¹, especialmente o Common Law, que é utilizado nos Estados Nacionais que são sede das empresas transnacionais. O Estado foi a única fonte de regulação das normas. Mas na atual fase do Capitalismo, a ação das empresas e organizações no sistema jurídico tem sido fundamentais para as modificações nas leis, ou mesmo na supressão das mesmas, sobretudo as que são em favor da população.

Esse processo de divisão da hegemonia do Estado no sistema legal pode ser vislumbrado através da ação das agências reguladoras no Brasil, como por

³¹ Dentre os modelos de Direito citados por Antas Junior estão o Common Law, o Romano Germânico e os Direitos Tradicionais e religiosos. No caso dos países cuja matriz seja o Romano Germânico, as transnacionais de países da Common Law acabam por impor sua tipologia de direito sobre a política do país que receberá a empresa.

exemplo a ANATEL, a ANVISA, ANP, ANTT, entre outras. Essas agências são braços privados, que regulam as estatais (ANTAS JUNIOR, 2005, p. 171 e 172).

A partir de Oliveira (2014), Miagusko (2012) e Antas Junior (2005), infere-se que houve uma mudança importante na conjuntura política através da nova fase do sistema capitalista pós-1990. A começar pela concentração de renda e aumento da desigualdade social, e a consequente elevação do poder das empresas e grupos financeiros transnacionais. Esses grupos agem politicamente em outros países, impondo suas normas e pressionando o Estado para realizarem suas demandas. Demandas que podem ser contratos públicos, alterações na lei tributária, na arrecadação de impostos e na organização espacial (através da aquisição de terras, ação em áreas de meio ambiente, instalação de plantas em novos locais, entre outros). As empresas nacionais também o fazem, porém, como estão ligadas ao sistema financeiro internacional, são parte de uma economia globalizada que age em todos os países do planeta. A partir dessa influência das empresas e organizações, que representam o poder econômico no sistema capitalista, sua ação no Estado o retira da hegemonia de normatização. Desse modo, há uma regulação híbrida, em que empresas e Estado atuam em conjunto, pelos interesses privados das classes hegemônicas e, conseqüentemente há um enfraquecimento da esfera pública, que a ação dos movimentos sociais tenta retomar.

Encontramos a convivência com um mundo pós-desmanche, em que os recursos públicos são insuficientes para financiar as políticas públicas e que a filantropia privada, a “onguização” do trabalho social, o par problema-diagnóstico, ordenam agora a ação dessas organizações populares, nas periferias precárias de São Paulo (MIAGUSKO, 2012, p. 306).

Os movimentos sociais que atuam sob o modelo de ONGs, com forte apelo institucional, acabam por ser parte desse enfraquecimento da esfera pública. Desse modo, há o contexto de crise, em que muitos movimentos sociais “optam” pela defesa das leis, por serem parte dessa lógica empresarial (gestão dos problemas) e também pela forte repressão do Estado, do Capital e da opinião pública.

Oliveira (2014, p. 105) dissertou que o conservadorismo pós-anos 1980 favoreceu a emergência das ONGs para gestão dos problemas sociais.

No Brasil essas ONGs, em boa parte, absorvem parcela significativa da militância da esquerda, a ponto de, mesmo com a natureza privatista da sua formação original, ter uma perspectiva ideológica mais progressista que suas congêneres na Europa e EUA. Assim formou-se uma esfera intermediária entre a esfera política e a sociedade civil, transitando entre ambas, com militantes atuando em ONGs, em conselhos participativos e conferências, e atuando sobre uma base objetiva de pessoas que demandam por transformações sociais estruturais, ainda que não tenham formatado um projeto político acabado. (OLIVEIRA, 2014, p. 105)

No caso do MLM e dos moradores da Vila Operária, que lutam pela regularização do território, identifica-se uma luta legalista. Ou seja, pela garantia dos direitos constitucionais mínimos. E no papel do Estado, nesse caso a prefeitura de Guarulhos, uma ação conjunta com a iniciativa privada, que corrobora com o conceito de regulação híbrida. Porém, apesar de ser uma ação em prol da legalização e da normatização do território, que se enquadra na lógica do sistema Capitalista, a experiência pode ser uma resposta à crise de participação. Nas entrevistas, a maioria dos moradores explicaram como a experiência de luta modificou o seu cotidiano.

[...] para mim mudou muita coisa... inclusive na vida pessoal. Mas mais importante foi na vida da comunidade. De agregar pessoas de trazer pessoas, de precisar de todos. Independente de que está na associação. A gente precisa de todos que estão na luta. Tivemos que levar ônibus para frente da Prefeitura, a gente tinha que trazer recursos. Pessoas para agregar. Depois com o L.G. que nos ajudou muito. Essa experiência coma a Associação foi muito bacana. O mapeamento. Então o A.P. foi o cara que rapidamente nos deu essa estrutura para a associação. As reuniões, debates e encontros. Hoje ainda se reúne, conversa, discute. Foi importante e ainda é.[...] (Entrevista cedida por R. B. em 28 de março de 2018).

A experiência na participação política é um dos fatores positivos nessa conjuntura atual dos movimentos sociais de moradia. A experiência individual, que enfatiza a importância da luta coletiva, da busca pelos direitos constitucionais, e que realiza a reflexão sobre a realidade são algumas das resultantes do engajamento dos movimentos sociais.

[...] meu grande sonho, como ativista, militante é chegar aqui e ver esses companheiros com escritura na mão. E dizer: posso deitar e dormir. Pois sei que o pesadelo da reintegração não existe mais... então... porque para a gente o mais difícil é ver o pessoal vir de longe, como o baixinho, que veio da Bahia com sua família, para cá. E tudo que ele tinha, investiu aqui. Você imagina uma pessoa da idade do baixinho, perder isso aqui. Ter que começar tudo de novo. Ele não tem mais a juventude. (Entrevista cedida por A.P. em 28 de março de 2018).

Na fala acima, A.P. apontou como sonho a realização do sonho de outro companheiro. Essas reflexões só foram possíveis com a solidariedade que emergiu da luta política.

[...] conheço muita gente. Passando na comunidade. Graças a Deus gosto de conversar. Posso não conhecer todos, mas a maioria. Não só eu, mas a Andreia, se unirmos podemos fazer uma união bacana. Cada um tem uma parcela de amigos na comunidade. Ainda não busquei esse tempo. A partir do momento que a gente se prontificar a se doar. Cada um pode trazer 10 e de 10 faz 20 e dar segmento a uma união, coletivo. O mais importante, fazendo a união, um dia após o outro o movimento vai crescendo. Tenho fé que vou dar primeiro passo, trazer para o movimento. Acredito que é um trabalho que não é de uma hora para outra. Busca ter informação, mas devido a luta pessoal do dia a dia, fica cansativo. Mas tirando meia hora do dia, pode ser difícil, mas não é impossível. Mas com apoio é possível. (Entrevista cedida por T.L. em 12 de dezembro de 2017).

A partir dos depoimentos dos moradores da Vila Operária e que também são parte do MLM, foi possível verificar otimismo e esperança, apesar dos diversos problemas enfrentados ao longo dos anos, como a repressão policial e o aumento na especulação imobiliária. Porém, experiências como a do MTST tem sido importante na visibilidade da luta por moradia. Oliveira (2014) argumentou que a esquerda institucionalizada, ligada aos partidos políticos, tem a tendência de enxergar esse momento de forma negativa. Sobretudo, após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e o avanço da direita no poder. Porém, a base dos movimentos sociais tem apresentado cada vez força. Haja vista, a expansão dos movimentos de luta contra o machismo, racismo, pelo direito à diversidade, que resistem às políticas conservadoras com todas as possibilidades. Desde manifestações, boicotes à produtos, ações nas redes sociais, entre outros. O *Contexto do Desmanche* ou a *Ação Direta do Capital* são os conceitos que podem explicar a realidade de retração dos direitos sociais. Contudo, as pressões populares têm sido constantes e resistentes, alterando o cenário que seria entendido como completamente negativo aos movimentos sociais.

Assim, a utopia, mais que possível, é *necessária*. E os caminhos para a sua construção passam por uma mudança radical nas dimensões relacionais – sair de uma perspectiva instrumental (ver o outro como mero instrumento ou coisa ou executor de uma função) para uma afetiva, no sentido dado por Espinoza: estar aberto para ser afetado pelo outro, reconhecendo no coletivo a potencialidade da construção do novo. Mais que identidade (definição de quem sou), avançar para a alteridade (ver o outro como possibilidade de relação e construção coletiva). (OLIVEIRA, 2014, p. 108)

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da Vila Operária, a potencialidade da luta e a formação do bairro pela resistência culminaram na emergência de uma solidariedade entre os moradores do bairro e também de outras localidades. Energia potencial, que o poder público ainda teme, sobretudo, porque depende da força do voto para sua manutenção do poder. A realidade do sistema capitalista contemporâneo impôs o arranjo de novas formas de ação da esquerda. As possibilidades podem ser vislumbradas na base, ou seja, na classe trabalhadora.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro de Vila Operária foi formado através da luta dos seus moradores e do movimento de moradia MLM. Contudo, uma das premissas deste estudo foi apresentar um trabalho de pesquisa que não esteja restrito a um eixo temático, mas que possa analisar a problemática da moradia como um todo. A concentração fundiária no Brasil e a exclusão da classe trabalhadora do direito à moradia não são resultantes de uma conjuntura econômica e política pontual. Mas são resultado das formas em que os modos de produção foram implantados no Brasil, como o modo de produção escravista colonial e o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Apenas em meados do século XIX com o advento do ciclo do café, foi iniciado o processo de transformação da mão de obra, com o fim do escravismo e a regularização fundiária através da Lei de Terras de 1850. Como observado no Eixo Teórico dessa dissertação, o Brasil manteve em seus projetos de modernização econômica e política muitos dos aspectos arcaicos dos tempos senhoriais. A Lei de Terras de 1850 legalizou a manutenção do latifúndio, a transição do modo de produção excluiu os negros escravizados do direito ao trabalho remunerado e o poder se manteve nas mãos dos grandes proprietários de terra. Terra, trabalho e poder foi uma tríade que conferiu o domínio das classes hegemônicas sobre uma maioria excluída. Desse modo, apenas com a compreensão das estruturas econômicas e de sua relação com a superestrutura—o Estado e suas instituições - foi possível analisar o caso da Vila Operária. Apesar das mudanças políticas, dos planos econômicos, das tipologias de governo, a concentração fundiária e de poder se manteve incólume no Brasil.

A Vila Operária é similar a diversas periferias da RMSP. Casas autoconstruídas, asfalto precário, entrecortada por torres de FURNAS, declive acentuado que dificulta o acesso às partes mais altas. Não há acesso às escolas e hospitais no bairro, que possui apenas uma linha de ônibus, a 711 – Vila Rio – até a Vila Operária. Transporte que opera em seu limite de demanda e longos intervalos. Seus moradores são migrantes nordestinos, que sofreram com o desemprego e com a baixa renda, apesar de Guarulhos ostentar um dos maiores

índices de arrecadação do Brasil. A área localizada nas proximidades da APA - Cabuçu-Tanque Grande e do trecho norte do Rodoanel, tem problemas de legalização ligados à posseiros e a Imobiliária Continental. E mesmo com boa parte de seu espaço protegido pela lei de ZEIS, seus moradores sofrem com constantes pedidos de reintegração de posse. Nesse pequeno resumo da realidade da Vila Operária é possível identificar as estruturas econômicas e políticas. A disputa fundiária, a omissão do Estado e a exclusão dos trabalhadores.

Atualmente existe um cenário negativo para as ações fora da esquerda institucionalizada no Brasil, especialmente as relacionadas aos movimentos sociais de moradia, que reivindicam o direito à propriedade. Essa perspectiva somadas a Regulação Híbrida do espaço, em que Estado e empresas “gerenciam” o território a seu favor pela especulação imobiliária tornou o cenário ainda mais complicado.

O *Contexto do Desmanche* ou a *Ação Direta do Capital*, dois conceitos sobre a agudização dos processos do capitalismo pós-1990, cuja marca foi a maior concentração de renda e de exclusão social e o domínio político-econômico dos grandes players econômicos transnacionais poderiam ser definitivos para a retração dos movimentos sociais. No caso dos movimentos de moradia, que lutam pela regularização fundiária e pela propriedade privada dos trabalhadores, há uma forte oposição das classes hegemônicas e do Estado. As medidas para o combate a ação dos movimentos sociais são a criminalização através da mídia, omissão do Estado e uso das forças policiais nas reintegrações de posse. Além de condenações de líderes e coordenadores por formação de quadrilha. Como observado no capítulo sobre a questão fundiária, a posse é uma constante no Brasil. Praticamente, até a Lei de Terras de 1850, a posse foi uma prática comum e, posteriormente foi aceita apenas para os mais abastados. Sendo assim, comprar e vender terra não é uma prática constante por parte da elite brasileira. Haja vista, a grande quantidade de loteamentos irregulares, muitos voltados às camadas médias. Diante da história econômica brasileira e da realidade conjuntural da economia, as perspectivas poderiam não ser

positivas. Mas os movimentos sociais mantêm sua força nas suas ações, mesmo em franca desvantagem frente ao Estado e as grandes empresas.

As histórias contadas por moradores e membros da Associação de Moradores da Vila Operária e do MLM são elementos para compreender o quadro completo. Esse quadro apresentou o que há de pior e melhor no Brasil. O que há de pior, já foi constatado pela continuidade dos arcaísmos dos tempos senhoriais. O que há de melhor é a resistência dos moradores, apesar de saberem que deverão sempre estar em posição de luta. O uso da sistematização de experiências permitiu uma imersão nessas vidas através de reuniões, manifestações, entrevistas e conversas descontraídas. Segredos divididos e histórias de vida partilhadas. Por diversos momentos, pesquisador e pesquisado se viam em um mesmo cenário. A partir da *Sistematização de Experiências* foi produzido um curta-metragem de 10 minutos de depoimentos e registros no intuito de comunicar a aprendizagem, conforme as observações de Oscar Jara Holliday. Esse processo de humanização e solidariedade foi deveras importante para conseguir as histórias descritas aqui. Um bairro que surgiu através de uma ocupação, em meados de 2004, e que os moradores descobrem ser uma longa história de disputas. Primeiramente com as histórias de Petrela e Leonardo Teixeira Sobrinho, depois as histórias dos posseiros posteriores. A Vila Operária foi um local de chácaras, olarias, foi pista de motocross, área verde e prévia de futuro loteamento. Em tempos mais longínquos era apenas uma parte do Cabuçu, que outrora fora o Eldorado de alguns portugueses que chegaram em busca de ouro. O espaço só tem história com a presença dos homens. A história da Vila Operária é só mais uma camada nessa grande narrativa. Desses depoimentos uma constante é a percepção de que os movimentos sociais de moradia, que antes lutavam sob uma bandeira mais à esquerda, hoje lutam pela manutenção dos direitos contidos nas leis municipais. Por vezes, direitos que são desconhecidos pelo sistema judiciário e pelo legislativo, com alto grau de intencionalidade. Diante desse processo, percebe-se que o ápice da moral burguesa, o direito à propriedade, o respeito às leis do Estado, são tônicas defendidas por muitos movimentos sociais de esquerda. O *legalismo* tem sido uma saída para os movimentos sociais de moradia sobreviverem. Essa realidade

revelou as condições da democracia brasileira. Ou ainda, se é possível perguntar se é possível ter uma democracia sob essa tipologia de regulação do capitalismo. Outrora o capitalismo foi a ferramenta para ascensão da burguesia e o fim das estruturas do Antigo Regime na Europa. No Brasil, cuja luta pela democracia sempre foi difícil, os movimentos sociais têm ensinado como resistir através da luta popular. Um trabalho constante e árduo que só pode ser realizado pelas mãos da classe trabalhadora, porque a democracia nos interessa.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Anabel Perezet et al. **Geoparque Ciclo do Ouro, Guaralhos, SP:** proposta. Brasília, DF: CPRM, 2012. v.1. Disponível em:

<<https://pt.slideshare.net/gabrielalpp/geoparque-ciclo-d0-ouro-guarulhos-sp>>.

Acesso em: 21 jul. 2018.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

ANTAS JUNIOR, Ricardo Mendes. **Território e regulação:** espaço geográfico, fonte material e não formal do direito. São Paulo: Humanitas, 2005.

A VERDADE sobre o crime do Parque Ibirapuera. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13. abr. 1947. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BAGÚ, SERGIO. **Tiempo, realidad social y conocimiento:** propuesta de interpretación. 17. ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia do novo desenvolvimento e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, número especial, p. 779-810, dez. 2012. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642257>>

Acesso em: 12 abr. 2018.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Qual era o projeto econômico varguista?

Estudos Econômicos, São Paulo, v. 41, n. 2, p. 345-382, abr. / jun. 2011.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v41n2/a06v41n2.pdf>>. Acesso em: abr. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BIANCARELLI, André Martins. A era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, fev. 2014. Disponível em:

<<file:///C:/Users/celacc/Downloads/82400-113742-1-SM.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social**. São Paulo, Editora Unesp/Edições Sesc, 2014.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BONDUKI, Nabil. Planos Locais de Habitação: das origens aos dilemas atuais nas regiões metropolitanas. In: DENALDI, Rosana. **Planejamento habitacional:**

notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. São Paulo: Ed. Annablume, 2013.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion. As concepções acerca do sistema econômico mundial e do antigo sistema colonial; a preocupação obsessiva com a extração do excedente. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

CASTRO, Antônio Barros de. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, Petrópolis, RJ.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

EISENBERG, Peter L. A mentalidade dos fazendeiros no congresso agrícola de 1878. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

EMPLASA (São Paulo, SP). **Mapa municipal de Guarulhos**: espaciais existentes nos municípios da RMSP. Nº chamada 04 04.10 13.04 e nº mapa 23. Sem data. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.emplasa.sp.gov.br/AbrirArquivo.aspx?ID=14044>>. Acesso em: 5 maio 2018.

EMPLASA (São Paulo, SP). **Mapa de uso e ocupação do solo do município de Guarulhos**, 2006. 1 atlas. Escala 1:60. 000. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.emplasa.sp.gov.br/AbrirArquivo.aspx?ID=474>>. Acesso em: 5 maio 2018.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada, 1765-1822. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17. n. 2. p. 237-250, jul. / dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v17n2/12.pdf>>. Acesso em: mar. 2018.

FEVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1977.

GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros ensaios**. São Paulo: Ed. Alameda, 2007.

GLEZER, Raquel. Persistências do Antigo Regime na legislação sobre a propriedade territorial urbana no Brasil: o caso da cidade de São Paulo, 1850-

1916. **Revista Complutense de História de América**, Madrid, v. 3, p.197-215, 2007.

GOHN, Maria Glória. Abordagens teóricas sobre a origem dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, set. / dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03>>. Acesso em: 22 set. 2016.

GOHN, Maria Glória. **Movimentos sociais e luta por moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

GOMES, Gileno. Regularização de área em Guarulhos. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=365687>>. Acesso em 10 abr. 2018.

GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

GUARULHOS: capitania de São Vicente com as quatro vilas: São Vicente, Itanhaém, Santos, São Paulo e aldeamentos indígenas sob a catequese dos padres jesuítas, 1551-1597. Guarulhos: Arquivo Histórico Municipal. 1 mapa.

GUARULHOS: mapa do município de Guarulhos, 1932. Guarulhos: Arquivo Histórico Municipal. 1 mapa.

GUARULHOS: mapa realizado com base nas descrições dos “índios” de São Miguel, 15/10/1580. Guarulhos: Arquivo Histórico Municipal. 1 mapa.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

IBANEZ, Rosane. Moradores da Vila Operária estão apreensivos com a reintegração. **Jornal Guarulhos em tempo real**, Guarulhos, 8 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.guarulhosweb.com.br/noticia.php?nr=47541>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **O Brasil em 4 décadas**. Brasília, DF: Ipea, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TD_1500.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília, DF: Ipea, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro10_perspectivasdo desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

INSTITUTO POLIS; ASSOCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DA REGIÃO SUDESTE. **Apoio à regularização fundiária do Jardim Celeste: Mutirão, história de lutas e conquistas**. São Paulo: Instituto Polis, 2007. 24 p. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicacoes/apoio-a-regularizacao-fundiaria-do-jardim-celeste-mutirao-historia-de-luta-e-conquistas/>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

JARA HOLLIDAY, Oscar. *A sistematização de experiências, prática e teoria: para outros mundos possíveis*. Brasília, DF: CONTAG, 2012.

JARA HOLLIDAY, Oscar. *Para sistematizar experiência*. Brasília, DF: MMA, 2008.

JARA HOLLIDAY, Oscar. *Para sistematizar experiências*. João Pessoa: Editora UFPB, 1996.

KUHN, Thomas Samuel. **La estructura de las revoluciones científicas**. 2. reimpr. México: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1980.

LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago, n. 39, p. 7-20, 2008.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: Edusp, 2001.

MARINI, Rui Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: LECH, 1981.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo, escravidão e a economia cafeeira do Brasil no longo século XIX. **Saeculum**, João Pessoa, n. 29, jul. / dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/19825/10960>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A Dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, século XVII a XIX. **Novos Estudos**, n. 74, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29642.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. São Paulo: Alameda, 2012.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1995.

O CRIME do Parque do Ibirapuera. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18 ago. 1946. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

OLIVEIRA, Antônio Manoel dos Santos (Coord.). **Atlas Geoambiental da Região Cabuçu-Tanque Grande**. 1. ed. Contagem: Didática Editora do Brasil, 2008. 1 v.

OLIVEIRA, Antônio Manoel dos Santos (Coord.). **Mapa da região de Defesa da APA Cabuçu-Tanque Grande**. Contagem: Didática Editora do Brasil, 2008. 1 v.

OLIVEIRA, Dennis. Ação direta do capital: o poder do capitalismo contemporâneo. **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 33, ago. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200011>. Acesso em: 18 ago. 2016.

OLIVEIRA, Dennis. Movimentos Sociais e uma nova cultura em tempos de ação direta do capital. **Aracê: Direitos Humanos em Revista**, São Paulo, n. 1, v.1, 2014. Disponível em: <<https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/9>>. Acesso em: 15 set. 2016.

OLIVEIRA, Elton Soares de; FERREIRA, José Abílio de. **Origens da presença negra em Guarulhos: A África em nós**. São Paulo: Noovha América, 2013. Disponível em: <<http://www.guarulhos.sp.gov.br/sites/default/files/presenca-negra.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

OLMAR, Elmi (Org.). **Guarulhos tem história: questões sobre história natural, social e cultural**. São Paulo: Ananda, 2008.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Edusp, 1995.

PINHEIRO, Jair. (Org.). **Ler Althusser**. Marília: oficina universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em:

<https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ler-althusser_ebook.pdf>.
Acesso em: 8 fev. 2016.

POCHMANN, Márcio. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2015.

POCHMANN, Márcio. **Perspectivas do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2010. v. 10.

POPPER, Karl. **Conjecturas e refutações**: o progresso do conhecimento científico. Brasília, DF: Editora UNB, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo, 2002, Brasiliense.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo, 1994, Brasiliense.

PREFEITURA DE GUARULHOS. **Dados econômicos e populacionais**. Disponível em: <<http://www.guarulhos.sp.gov.br/pagina/economia-de-guarulhos>> Acesso em: 28 jun. 2018.

PREFEITURA DE GUARULHOS. **População de Guarulhos**. Disponível em: <http://populacao.net.br/os-maiores-bairros-guarulhos_sp.html>. Acesso em: 28 jun. 2018.

PRINCIOTTI, ROGÉRIO. Moradores da Vila Operária fazem protesto. **Jornal Guarulhos em Rede**, Guarulhos, 13 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.guarulhosemrede.com.br/moradores-da-vila-operaria-fazem-protesto/>> 13 de fevereiro de 2015>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PRINCIOTTI, ROGÉRIO, Nova reintegração de posse na Vila Operária. **Jornal Guarulhos em Rede**, Guarulhos, 11 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.guarulhosemrede.com.br/nova-reintegracao-de-posse-na-vila-operaria/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

QUEIROZ, William de. **Mapa do Município de Guarulhos**: elaborado de acordo com a carta do colégio, com as ratificações atuais, sendo o prefeito Areowaldo Arues, 1932. Guarulhos: Arquivo Histórico do Município de Guarulhos, 1932. 1 mapa.

RANALI, João. **Repaginando a história de Guarulhos**. Guarulhos: Soge, 2002.

RIBEIRO, Guilherme. A arte de conjugar tempo e espaço: Fernand Braudel, a geo-história e a longa duração. **História, ciências e saúde**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, abr. / jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702015000200018&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 14 jan. 2017.

ROMERO, José Luis. **América Latina**: as cidades e as ideias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SAES, Décio. A participação das massas brasileiras na revolução anti-escravista e anti-monarquista, 1888-1891. **Portal Marxismo 21**. [S.l. s.d.]. Disponível em: <<https://www.dropbox.com/s/dd6udxdg49fg1b6/D%C3%A9cio%20Saes.%20A%20Participacao%20das%20Massas%20Brasileiras%20Na%20Revolucao%20Anti-Escravista%20e%20Anti-%20Monarquica%20%281888-1891%29.pdf?dl=0>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SAES, Décio. Marxismo e História. **Crítica Marxista**, Campinas, v.1, n.1, p. 39-59, 1994. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=1&numero_revista=1>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SAES, Décio. Althusserianismo e dialética. In: PINHEIRO, Jair. (Org.). **Ler Althusser**. Marília: oficina universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ler-althusser_ebook.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2016.

SALOMÃO FILHO, Calixto; FERRÃO, Brisa Lopes de Mello; RIBEIRO, Ivan César. **Concentração, estruturas e desigualdade**: as origens coloniais da pobreza e má distribuição de renda. São Paulo: IDCID, 2008. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/17463/mod_resource/content/1/CHY%20-%20Calixto%20-%20Aula%202.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.

SANTOS, Carlos José Ferreira. **Identidade urbana e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, out. / dez. 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: o caso São Paulo. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Edusp, 2005. Disponível em: <<http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/livros/tecnica-espaco-tempo-milton-santos.pdf>>

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e como método. **Antipode**, São Paulo, v. 9, n. 1, jan. / fev. 1977.

SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

SPOSITO, Fernanda. Liberdade para os índios do império: a revogação das guerras justas em 1831. **Almanack Guarulhos**, Guarulhos, n. 1, p. 52-65, jan. / jun. 2011.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNIVERSIDADE DE GUARULHOS. **Mapa dos bairros de Guarulhos**. Sem data. Disponível em:
<http://www.guarulhos.org/imagens/bairros/bairros_ung.jpg>. Acesso em: 15 dez. 2017.

VIDAL DE LA BLANCHE, Paul. [1895]. O princípio de geografia geral. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 6, p. 135-147, 2002.

VILADARGA, José Carlos. As controvertidas Minas de São Paulo, 1550-1650. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 795-815, set. / dez. 2013.

VIOTTI, Emília. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **The modern world-system I**. Nova York: Academic Press, 1974.

WOLKMER, Antonio Carlos (Org.). **Fundamentos de história do Direito**. 9. ed. rev. ampl. São Paulo: CAPES, 2016.

APÊNDICE A – ENTREVISTAS

Entrevista Sr. L.G.

Entrevista em 10 de dezembro de 2016

Você sabe que ele cometeu um crime. Se você for na internet, você vai achar...Crime de Leonardo Teixeira Leite Sobrinho.

Ele matou o próprio Petrela por causa das terras. Aí ficou abandonado. Tudo que ele tinha ficou abandonado. Se você for hoje no 12º cartório, nos cartórios da Penha e puxar tudo o que o Teixeira Leite tinha, ele não vendeu nada para ninguém. Ele morreu na cadeira de roda. Porque o Petrela antes de morrer deu duas coronhadas nele. E ele ficou paraplégico. E ele ficou na cadeira de rodas. E de um milhão e trezentos mil metros só foi vendido setecentos e poucos metros. E é tudo isso daqui, pega a Vila Operária, pega tudo.

E nunca foi mexido. Porque se você vai no primeiro e no segundo cartório e puxa a certidão da propriedade. E até 2015 eu puxei. Teixeira Leite não vendeu nada para ninguém. Quer dizer é uma história né? Depois que o Teixeira Leite foi embora, meu pai conheceu o Teixeira Leite, porque quem trouxe meu pai para cá foi o Teixeira Leite. Quando o Teixeira Leite foi embora, meu pai ficou na posse da terra. Nunca ninguém questionou nada.

Depois quando veio... em 2001. A Continental veio dizer que era dona. Moveu uma ação no cartório contra nós dizendo que era dona da terra.

A.P: Ô Sr. Luís, quem trouxe o Senhor prá cá... a família do senhor foi o Petrela? Luís: Não, foi o Teixeira Leite.

A.P: que era dos militar...

L.G.: O Teixeira Leite, ele nasceu ...ele morou ali no castelinho. Onde era o Cantagalo. Tanto que a Continental desistiu do Cantagalo. Porque. O Cantagalo era propriedade do Teixeira Leite.

O Rodoanel passa diretamente dentro do Cantagalo. Todas as pessoas que estavam lá, o Dersa indenizou, tem até um irmão de um senhor que vive aqui, que recebeu 180 mil reais de indenização. Porque ele tinha posse. Tinha umas bananinhas, uns porquinhos. O Dersa foi lá e indenizou. Depois indenizou mais uns dois três lá. Mas aí veio o Walter Luongo e falou me vende... que peço 40 milhões de indenização para eles...

Ele falou... eu quero que vocês me indenizem, porque o Cantagalo é meu. O Dersa falou: Então traz, traz a escritura do Cantagalo. Ele não trouxe... Ele não tem.

É o mesmo dono, o dono do Cantagalo, é o mesmo daqui. É o Teixeira Leite. Eu fiquei ...

Maíra: sim.

Luís: Um passarinho falou no meu ouvido que o Walter Luongo foi ao cartório da Penha, umas três vezes tentar inverter isso daí. Porque hoje mexer em cartório é difícil. Mas antigamente mexia né?

Quem mexeu em muita questão de terra aqui em Guarulhos, foi aquele Marc... Marc...aquele que perdeu a eleição. O Machete? Era dono do segundo. Quer dizer que Guarulhos era uma terra sem lei. Todo mundo mexia. Ele mexeu muito em Guarulhos, em 79...quando ele tentou implantar os Parques Continental, eu e o A.P puxamos na prefeitura. Lá já havia uma diferença de 700 e pouco mil metros de terra. Por isso que o loteamento não foi aprovado. Na prefeitura... levantamos tudo na prefeitura, ela mandou arquivar. Porque... ele tinha 04 milhões de terra, mas tinha apenas 02 milhões de títulos, que ele provou que tinha. Ele diz que comprou, mas acho muito difícil, porque hoje ninguém consegue escritura disso aqui. Pois se você não tem a raiz da terra, você não consegue...A mesma coisa...

Essa gleba deles aqui, ninguém consegue escritura. Porque a maioria da Gleba 03 é essa questão que vem lá do córrego laranja Azeda. O córrego Laranja Azeda nasce lá naquela torre. Se você for na Emplasa e levantar "Córrego laranja Azeda". São três córregos: o córrego Laranja Azeda, esse córrego não tem nome... porque um córrego para ter nome, precisa passar por um projeto na câmara. Eu fui na Emplasa, e a gente não coloca nome porquê?

Porque vocês agora estão com uma questão coma Continental. Porque se a gente coloca nome do córrego, alguém vai ser prejudicado. Quer dizer, esse córrego nunca teve nome, o único que você vai achar nome é o laranja azeda. No mapa ele tem 1.300 metros de comprimento. Ele foi entupido pela Continental, 1100 metros. Ele foi totalmente entupido, sumiu. Sumiu debaixo da terra, você vai achar ele lá no finalzinho. Uns 200 metros.

Esse não tem nome. Mas a Continental disse que esse sem nome é o Cambará. Porque as terras dela vão até a divisa do Cambará. E não vai porquê? Depois daquele córrego, era as terras do Teixeira Leite. Pois, antes e acontecer tudo com ele. Ele doou tudo para o Instituto... Colégio Mackenzie. Que é a Faculdade Mackenzie. Ele doou para ela 311 mil metros. Se você for puxar na matrícula, de tudo que era dele. A única coisa que foi averbada, foi a doação ao Mackenzie. O resto não vendeu...

Tudo, da Vila Operária, até a rua 82, era tudo do Teixeira Leite. A única coisa que você achar na transcrição de averbação, é a doação do Mackenzie.

Descobri isso porque?

Fui no cartório, e o perguntei..., mas o Teixeira Leite só tinha 311 mil metros?

Peguei a matrícula da doação que ele fez. Dessa matrícula, eu fui na transcrição original. Que era de 1944.

Aí o pessoal do cartório falou, ele não tinha 31 mil metros, mas tinha mais de um milhão de metros quadrados. Aí ele me deu o mapa. E ficou tudo aí comigo. Foi um trabalho desgastante, porque eu fiquei quase dez anos para eu achar. Madrugadas olhando. Ficava olhando os mapas. Aí eu lembrei, que meu pai contava...meu pai faleceu quase agora, com quase 100 anos. Meu pai falava, que quem trouxe ele para cá foi o Teixeira Leite. Comecei a pesquisar sobre o Teixeira Leite, e a pesquisar. Até encontrar que ele era o dono de tudo. Quando começou a questão com esse pessoal aqui da Vila Operária, uns políticos vieram aqui. Eu estava aqui de manhã e chegou um carro da Prefeitura. A gente é da Prefeitura, e está tendo um problema da Continental aí. E querem fazer uma negociação. Mas antes de fazer a negociação. A gente queria ouvir uma pessoa antiga né? O senhor tem uma coisa que pode nos ajudar?

Marca uma reunião com o jurídico. Peguei as escrituras do Teixeira Leite. Peguei tudo e coloquei na pasta. Aí cheguei, estava o Dr. Severino, o Milton... aí o Dr. Severino abriu a reunião e disse assim para o secretário adjunto: ô Milton pode falar... ah que a Continental é a dona. Com a matrícula 20654.

Deixei ele falar...

Ai seu Severino falou... Sr. L.G. o senhor quer falar?

Falei: Dr. Milton com todo o respeito ao senhor, o deputado.

Enchi a bola dele. Mas daí falei: O que o senhor está falando é uma inverdade. Porque a matrícula 20654 não é a origem da terra. A matrícula 20654 é uma matrícula para o loteamento. Se você pegar hoje a matrícula 20654 é uma matrícula flutuante, ela não casa em lugar nenhum. Porque uma matrícula tem que casar. Se ela existisse, ela teria o Mackenzie como consultante, e o Mackenzie mandou uma carta dizendo que a consultante dele é a filha mais velha do meu pai. Ela ta no INCRA desde de 2008. E que é a consultante dele é Maria José da Silva. E não a Imobiliária Continental e nem Pirucaia. Aí eu falei, essa matrícula não é da terra, é uma matrícula para compor loteamento. E ela hoje não casa em lugar nenhum. Não tem confrontantes. É uma matrícula flutuantes. Severino perguntou? O senhor tem alguma coisa para nos ajudar? Eu falei tenho. Peguei a matrícula original do Teixeira Leite, que peguei no cartório da Penha. E dei para ele. Ele estava sentado e leu, leu todinha, levantou a cabeça e disse “Dr. Milton, o Sr. L.G. Gregório tem razão. A matrícula original da terra está aqui...Do Teixeira Leite.

Maíra: Está em qual cartório da Penha

L.G.: Está no décimo segundo da Penha. Eu tenho.

Maíra: tem o mapa?

L.G.: Tenho o mapa, tudo...mostra onde começava. Tinha um milhão trezentos e cinquenta mil metros. Tudo isso daqui. Fornos de lenha que era usado. Para tirar lenha. Depois meu pai ficou cuidando da lenha. Essa estrada aqui foi aberta por meu pai. Até debaixo da torre. Se você pegar um mapa, você vai ver que a FURNAS, na década de 60, 60 para a frente, a FURNAS abriu da antiga avenida Cabuçú e depois passou a se chamar benjamim Hannicut. Ela abriu até debaixo da torre para abrir a manutenção da FURNAS. Aí meu pai abriu com mais de vinte homens na mão, para tirar lenha. Abriu todos os caminhos para tirar lenha. Os caminhões subiam para tirar lenha. Saíam por aqui, ali debaixo. Saia pela propriedade do Mackenzie, saia pela Avenida Cabuçú. Quer dizer, todas essas estradas foram feitas à mão. Naquela época não existia máquina. Abria com enxadão e os caminhões tiravam a lenha.

Maíra: E naquela reunião o senhor mostrou a documentação e ele?

L.G.: Aí Parou a reunião. Ficou quase um ano parada a negociação. Né A.P?

Ficou todo mundo olhando, até os secretários jurídicos, Sr. Severino falou: Sr. L.G. Gregório tem razão. Pelo que vemos aqui o dono da terra é Teixeira Leite, e ele puxou no primeiro e segundo cartório até 2014. O Teixeira Leite não averbou para ninguém. Só esses 311 mil metros. Inclusive quando ele doou ao Mackenzie ele deixou uma cláusula na procuração. Falou que doaria ao Mackenzie os 311 mil metros, mas o córrego ficaria de servidão. Tanto para o Mackenzie, como para família dele. Então ele era o dono da terra. Era o dono de tudo. Porque se você tem uma doação e um córrego de divisa. Esse tem 900 metros. O laranja azeda 1300 metros. E esses 1400 metros. Levantei as distâncias dele na Emplasa. Então se você doa, aí sua família... então to doando essa parte para o governo, instituição. Mas eu to falando que esse córrego aqui vai ficar de servidão. Tanto é que vais servir para a pessoa que recebeu a doação, como para minha família. E isso está escrito no título de doação. E hoje se você pegar o mapa de Guarulhos...é uma área que não tem nada. Tem gado. Não foi mexida. Não foi aberto ruas... nada. Mas se pegar o mapa de Guarulhos, tá tudo mapeado. Ruas prá lá, ruas prá cá. Quadras.

Maíra: Tudo urbanizado.

L.G.: Para a prefeitura consta como urbanizado, mas se você perguntar na prefeitura sobre o lotemaneto aqui em cima. Ela fala que é irregular. Oficialmente é irregular, mas para a Continental, ela fala que é regular. Porque existe aí uma questão de...

Maíra: Política...

L.G.: Ou amizade de muitos anos. Desde 79. Uma amizade que começou com DeCarlos. O De Carlos era prefeito de Guarulhos e tinha uma boa amizade com o Walter Luongo. Walter Luongo chegou a ser candidato a prefeito de Guarulhos. Então tudo isso daí é uma questão de política também né? Existem vários processos aqui. Minha família tem dois processos. Um do meu irmão, que ela já perdeu em primeira e segunda instância. E agora tem uma reivindicatória na nona vara, houve uma perícia. Estamos esperando o resultado. Houve também uma outra perícia. Eles moveram processo contra mim, mas a terra está no nome da minha irmã. Ela entrou com embargo de terceiro, o tribunal aceitou e mandou suspender toda a reintegração de posse. E agora vai ter uma perícia com minha

irmã, o juiz já nomeou o perito. Fez alguns quesitos sobre o título e o perito vai ter que responder. Quando ela moveu processo contra mim, por três vezes, está no processo, por três vezes pedi para a Imobiliária a matrícula original. Não pediu a matrícula do loteamento, porque quando você fala em matrícula, ela já apresenta a 20654 e a 20655. A 20654 seria o Continental I, II e III. A 20655 o IV e V e aquela montanha ali. É uma área de preservação ambiental. Eles começaram a fazer loteamento, mas o ambiental... lá descendo o muro, está tudo embargado pelo florestal. Porque? É uma área de preservação. Porque é mata, quando mura, os animais não podem passar para cá. Corta o ciclo da natureza. A florestal embargou isso. Não conseguiram mexer. Atrás desse muro, essa propriedade era dos Benjamins. Tudo família antiga, Benjamim, Teixeira Leite. Atrás da mata ali, está tudo mapeado pela Continental.

Maíra: O muro que você está falando é o muro lá em cima?

L.G.: Atrás daquele muro, a Continental diz que é dona também. Ela mapeou tudo, mas se você subir ali é uma área totalmente verde. Mas se pegar o mapa de Guarulhos, vai dar como tudo mapeado pela Continental.

Maíra: Como se tivesse ruas...

L.G.: Mas se olha aqui e não tem loteamento. Se olha aqui... ali embaixo tem lago, tem as nascentes todas preservadas. Não teme esgoto. Nada. Água limpinha. Ela nunca poderia implantar um loteamento em lugar de saída. Ela teria que pegar esse morro, desbastar como fez os continentais e jogar tudo pra baixo. Por isso o Ministério Público está pedindo... obrigação de fazer né?

Porque o loteamento não foi aprovado. Se você for na Prefeitura ela fala: o loteamento não foi aprovado. Faltou o termo de ajuste final. Mas se você for na prefeitura agora, ela tira o corpo fora, fala que é irregular. Tenho dois ofícios da prefeitura. Ela cortou morros, ali era tudo nascente, na beirada, tem cratera de metros. Porque essas casas que foram construídas aqui embaixo foram tudo em cima de aterro. Ele cortou os morros, eu era pequeno, tinha 07 anos... 08 anos. Não... tinha um pouco mais 14 ou 15 anos...A gente via aquelas máquinas cortando enorme...me lembro que minha família, ligaram para a Prefeitura falando ... ninguém vinha ver nada. Então, estava tudo já certo né?

79 ele aprovou. Ele começou a mexer a partir de 80. Em 84 começou a mexer, porque a briga com o Vicente foi em 86. Foi quando ele implantou uma parte, depois foi tentar subir para cima...E houve a questão com o Vicente de Paula Pinto. Na questão do Vicente de Paula Pinto, o Tribunal mandou reintegrar à posse. Porque na perícia. O perito Jaime Caminati provou que havia uma diferença de 700 mil metros. Ele não achou a escritura no cartório, e nem a Continental apresentou. Só que dez anos depois, a Continental apareceu com a escritura, com a matrícula 20655. Se ela não tinha na época, dez anos depois aparecer no cartório tem alguma coisa errada. Mas já tem processo correndo aí. Hoje em dia é difícil... A justiça nossa é meio complicada.

A.P: O Vicente, quando tiraram ele de lá...

L.G.: levaram para a Barrocada, segundo o Dr. Manuel falou para mim, que o contrato de comodato que a Continental assinou não era aqui, era lá...

Porque a Continental diz que é dona de qualquer lugar, se tem um pedacinho em Guarulhos, ela diz que é dona.

A.P: Engraçado... Só pega as matas...

L.G.: Só as matas. E transforma em loteamento. Que nem nesse processo do meu irmão aqui, são dois processos. Do lado de cá e lado de lá. Lá tem 80 mil metros e aqui 90 mil. No processo, a juíza deu a sentença e condenou. O tribunal confirmou que a juíza estava certa. Meu irmão tinha a posse. A posse era do meu pai, ele ficou muitos anos aqui e nunca foi perturbado por ninguém...

Nunca o Walter Luongo veio dizer que era dono de nada. Depois de 2001 ele veio dizer que era dono. E acionar a gente na justiça. E ela perdeu. Perdeu na primeira e segunda instância. Depois moveu uma reivindicatória. No dia o juiz perguntou... na possessória ela falou que era uma área extensa. Quando chegou na reivindicatória, o juiz perguntou ao advogado da Continental ... eu não estava nessa audiência, meu irmão estava. Qual o valor da área? Ela falou 7 mil metros. O juiz falou, pera' 7 mil metros? A advogada do meu irmão falou peraí juiz não é 7 mil metros. É 80 e poucos mil metros? Então vamos fazer uma perícia. Ainda está na mão do juiz para decidir, na perícia o perito falou que não tinha o córrego que passa atrás...isso porque, quando ela moveu a ação ela disse que era 80 e pouco mil metros, depois que era dona de 7 mil metros. E não era dona de nada,

porque desse lado para cá ela nunca mexeu em nada. Ela pode ter mexido do lado de lá, os 700 mil metros que haviam pertencido à família do Amaral Pacheco, que ele vendeu para a família do Laerte e depois ele vendeu para a família do Charles Vandel. E ela diz que comprou do Charles Vandel. Ela diz que tem escritura..., mas daquele córrego para lá, até o laranja Azeda. Se você pegar do laranja Azeda, pelo próprio mapa da Emplasa até a divisa do Mackenzie, dá um milhã trezentos e onze mil metros. Até a estrada do Cabuçú. Aí o Teixeira Leite doou 311 mil metros para o Mackenzie, ficou um milhão e pouco... um milhão e dez mil metros. Desse um milhão você tira os 711 mil metros que o Laerte passou para o americano, que é uma sobra de 700 mil metros, que é o Teixeira Leite que nunca vendeu para ninguém...isso está nos cartórios, puxei tudo. Isso é público, quem quiser pode puxar. No ano passado fui um pouco mais além e peguei a origem lá de São Paulo. Confirmando tudo aquilo que eu tinha pesquisado.

Maíra: Qual cartório?

L.G.: É. Está no cartório. Se você começar pela Penha, vai no segundo de S.P, no terceiro... você vê a origem dessa terra. É por isso que na perícia que houve, o juiz pediu o perito, e ele diz que não pôde terminar a perícia. Porque por três vezes ele pediu a matrícula original à autora, imobiliária Comercial Pirucaia, pediu três vezes a matrícula original e ela não apresentou.

Porque as pessoas confundem matrícula do loteamento, com a matrícula original... qualquer um acha, você vai ver que o Teixeira Leite não alienou isso aqui para a Continental. Você vai ver na nenhuma transcrição da matrícula original. Transferindo alguma coisa...tanto que hoje, ela precisa receber o Rodoanel e ela não consegue receber. Era uma área do Teixeira Leite, ele morava em um castelinho, desmancharam o castelinho e tem a forma dele ainda... onde virou uma sucata de ferro-velho. Teixeira Leite era coronel do exército... sei que era uma patente do exército...Era muito influente na política de São Paulo, nos governadores... tinha muita terra, muitos imóveis, e tudo isso daqui era dele. Aqui dentro dessa área tem seis fornos de lenha. Dois ali na parte de baixo, dois ali...fazia carvão, daí acabou os eucaliptos... daí passou para os meus irmãos né? Meu pai começou a fazer... entramos com uso capião

daqui...meu pai estava com quase noventa anos, não tinha mais condição...A família se reuniu e resolveu que minha irmã mais velha ia tomar conta...Maria José da Silva. Hoje está no nome dela isso daqui... Se puxar no INCRA vai ver que está no nome dela com impostos pagos. E se ver no Mackenzie, ele mandou via cartório, mandou oficial procurar a Maria José. Para ela dar anuência que ela era confrontante do Mackenzie. Se você pegar o memorial do loteamento, você vai ver todos os confrontantes... no memorial dela não tem esses confrontantes. Ela pode ter loteado alguma coisa lá pra... tudo isso já foi levantado. Tem estudos aí...do engenheiro Wagner, muito bem. Tem estudos comprovando tudo isso daí. Tanto que eles vieram conversar comigo e disseram: a gente está com uma dúvida na questão do Mackenzie. O que precisava...você deu tudo para a gente. Vai no Mackenzie e pergunta, vocês têm a Imobiliária Continental ou Pirucaia como confrontantes? Não E seu eu tenho uma propriedade e você tem outra, os confrontantes tem que continuar. Mesmo que haja uma venda... a origem né... A.P: Isso tem que aparecer né...

L.G.: Na certidão tem que aparecer. Tem que buscar a origem da terra. E se você for buscar a origem da terra aqui, de brigas, de posse, você vai ver que a Continental não tem nada. Não precisa ser perito nisso...

Maíra: Porque você acha que o juiz fica pedindo essas perícias então?

L.G.: Olha é difícil né... quando você coloca uma ação na justiça, você fica esperando que o juiz analise todos os documentos né...manda fazer a perícia. O perito mostra para ele... como foi o caso do Vicente, o perito provou, o perito judicial Jaime Caminati. Há muitos anos em 1994, ele provou para o juiz... ele fez o levantamento da terra. Ele pegou as duas matrículas. A Continental pegou a 20654, a Continental disse que era dona de três milhões setecentos e pouco mil metros. Mas ele só achou dois milhões e pouco. Uma diferença de setecentos e pouco mil metros, aí ele foi nos cartórios... buscou tudo, mas ele não achou a escritura. Ele provou a diferença, eles diziam que tinham três milhões, mas na escritura tinha dois milhões e pouco. Então tem uma sobra. Essa sobra de setecentos e pouco mil metros vem desde setenta e nove. A Continental tentou implantar o loteamento e foi arquivado. Ela mostrou e a prefeitura viu que tinha uma sobra, não tinha como ter o loteamento. Depois não foi aprovado pelas

regras normais, foi aprovado pela Câmara. Foi aprovado por decreto. Aí fizeram às pressas... passaram com tratores por cima de matas, por onde não podia, não foi vistoriado nada. Os córregos foram entupidos. O córrego Laranja Azeda foi canalizado. Um córrego não pode ser canalizado para fazer loteamento, um córrego tem que ter suas margens. Segundo a lei, são quinze a vinte metros de distância das margens do córrego, de um lado para o outro.

A mesma coisa é FURNAS, ninguém pode construir embaixo. É vinte e cinco metros do fio do meio, a mesma coisa o córrego. Tinha treze, catorze anos e vi destruírem tudo. Na primeira chuva que deu, o pessoal que plantava chuchu, tinham as estacas de chuchu, soterrou tudo. Famílias muito antigas. Infelizmente o Walter Luongo tinha muita influência na época. E ninguém questionou nada na justiça, os pais foram morrendo, os filhos carentes foram indo embora. Hoje você vê, o Cabuçu era o maior produtor de chuchu. Na primeira chuva que deu, soterrou tudo. Onde era o Cantagalo ali. Onde passa o Rodoanel hoje, era chácara de chuchu. Soterrou tudo. E assoreou os rios. Fizeram muita coisa errada com anuência da prefeitura. Hoje você vai na prefeitura e pede via oficial o loteamento e ela fala que é irregular. Ela fica na sombra, fala que foi no cartório, e descreve depois “faltou o ajuste final”. Ela fala...fala... e no final tira o corpo fora. E fala que faltou o termo de ajuste final. Faltou tudo! Porque nunca foi fiscalizado. Tanto que hoje você vê a situação que está aí, várias pessoas sendo reintegradas. Cada processo é um processo, não posso falar por outros, hoje estamos lutando. Tentando mostrar para a justiça que temos a posse, que não somos grileiros de terra. Somos uma família antiga. Meu pai criou praticamente doze filhos plantando. Eu tinha sete anos de idade. Minha mãe faleceu com 90 anos agora, eu lembro que a gente com minha mãe de carroça. Pegava as coisas que meu pai ia plantando, ia vender na Praça Getúlio Vargas, lembro que pegava o carrinho de mão e levava. As pessoas que plantavam vendiam perto da Igreja Matriz. Quer dizer, meu pai criou doze filhos plantando. Meu pai depois vendia eucalipto. No processo um senhor disse que vinha buscar eucalipto para estaquear o chuchu. Então todos os elementos da posse foram provados. Tanto que a juíza deu a posse para nós. Depois essa ação foi revista, o desembargador

viu elementos e modificou a ação e ainda está na justiça. Estamos lutando, provando. Quanto ao judiciário não dá para falar né?

Cada juiz pensa uma coisa. Não tô dizendo que há negligência do juiz, mas cada juiz pensa uma coisa. Ele vê os elementos dos autos. Tanto que a juíza falou: Todas as provas dos autos mostram que eles têm a posse. Porque prova dos autos? Falam que você cometeu um crime, e você vai se defender. Aí anexa as provas dos autos. Aí mostra que você é inocente. Porque as provas dos autos mostram que você é inocente. Nós ganhamos aqui, porque mostramos nas provas dos autos, que tínhamos a posse. E na perícia que feita, o perito pediu a matrícula original. E ela “Continental” não mostrou a matrícula original, porque ela não tem. E nunca vai ter, porque ela não é dona. Porque se ela fosse dona ela ia trazer a matrícula original, o loteamento ia bater com a matrícula do Mackenzie.

Maíra: O Mackenzie disse o que pretende fazer aqui?

L.G.: Segundo fiquei sabendo, parece que eles venderam para o Sonda. O que o Sonda pretende fazer aí, a gente não sabe, mas o Sonda comprou as duas partes.

Maíra: Onde estão aquelas casinhas?

L.G.: Não, lá em cima, no alto.

Tem aquele muro, uma cerca, e depois são vários donos. Queriam fazer um condomínio fechado. Mas a prefeitura não aprovou. Do muro para baixo é do Mackenzie. O Mackenzie tem um caseiro lá embaixo. E nessa mata aqui é do Ivan Sampaio e o resto são do Mackenzie. O que eles vão fazer, a gente não sabe. Fazer condomínio não pode. Condomínio fechado, só se preservar a mata. Eles queriam tirar o eucalipto, eu chamei a guarda florestal. Eles falaram que iam cortar. Eu disse: não, e chamei a florestal. Tanto que eles têm um lago lá embaixo e tem que deixar cinquenta metros. Chamei a florestal e eles pararam. Quem for mexer aí no futuro não vai poder danificar o córrego, porque não vou deixar. Enquanto eu tiver vivo, minha família tiver viva, não vou deixar. Você não pode chegar num lugar, mandar as máquinas e jogar terra. A gente vai buscar nossos direitos.

Maíra: Ali na área desmatada é o Rodoanel?

L.G.: Não... não é o Rodoanel, é onde faz o tratamento de lixo de Guarulhos. O Rodoanel passa nas chácaras dos portugueses que plantavam chuchu, passa no Cantagalo, que o Luongo diz que é dele, mas ele jamais vai provar. Porque ele tem que ir no cartório da Penha e mexer desde mil novecentos e pouco. E os cartórios hoje estão muito mais cautelosos né? Um dia eu estava aqui cedo, a propriedade não é minha, mas é da minha irmã. E venho ajudar no gado. Antes de sair passei aqui em cima e entrou um carro da prefeitura. Com um mapa na mão. E falou: Onde fica a rua tal? O senhor está vendo rua aqui? Mas eu to procurando a rua tal. Aqui é uma área urbanizada, mas é uma chácara, um sítio. Aí eles disseram, a gente se enganou... entraram no carro e foram embora.

Maíra: Porque estavam seguindo o mapa de Guarulhos...

L.G.: Sim, no mapa de Guarulhos, aqui é avenida M. Passa pelo valo divisor. O que é um valo divisor? Meu pai dizia que antigamente eram os índios e escravos, que faziam os valos para pegar pedra. Depois, os italianos, portugueses. Se você andasse aqui, toda essa terra era demarcada por valos. Do valo para cá é a nossa posse. Do valo para lá era do Laerte, depois ele passou para o americano. Depois... se ela tinha alguma coisa, era do valo para lá. Naquilo que ela já mexeu. Se você pegar o mapa do Paulo, era uma área extensa. Porque o Amaral Pacheco indica que era da família do Teixeira Leite. Foi tudo vendido entre eles, o Amaral Leite ficou com setecentos e quarenta e seis metros e o Teixeira Leite o restante. Dos um milhão e trezentos e onze mil metros, o Teixeira Leite doou 311 mil, e ainda sobrou trezentos e poucos mil metros. Aqui tem 84, ali 96 e o restante na Vila Operária, que é os 311 mil metros, que ele nunca foi dono. Isso já está provado, mostrado, mas infelizmente. Está numa batalha jurídica e vai longe. Daí vai ter uma perícia de novo. O perito vai ter que explicar tudo isso aí de novo. Ele vai divergir, e ainda tem uma longa batalha judicial ainda. Infelizmente, nessa questão do Vicente aí, na questão de justiça. Como é que pode? O juiz provou que eles tinham a posse. O Desembargador mandou reintegrar, depois a Continental entrou com outro processo em outra vara, alegando que era comodatário. Só que já tinha uma perícia alegando que a terra não era dela. Só que acabaram ganhando de novo. O Vicente morreu, os herdeiros são carentes. Da família dele conhece o Paulinho, conheço a Ivone, a

Maria Auxiliadora, eles foram morar no Recreio, depois que o Vicente morreu. E na justiça hoje, precisa ter dinheiro. Infelizmente quem tem dinheiro, tem tudo.

A.P: Mas tem isso, a Continental tem força, depois que a Prefeitura implanta o loteamento.

Maíra: de que data?

L.G.: 79. Se você for buscar na prefeitura. Foi depois disso aí que ele ganhou força. Foi onde mais mexeu, depois teve intervenção em Guarulhos, com o Paschoal Thomeu. Aí deu uma fredda nele. Naquela força que ele tinha politicamente. Tanto é que eles queriam colocar uma estrada e soterrar o rio. Aí eu desci e falei: vocês não podem fazer assim. Falei com o Geraldo. Fui no Nadim, ele falou, que ele tem um processo de oito milhões de reais. Para indenizar o meio ambiente, porque eles soterraram todas as nascentes. Agora fica dentro do esgoto. Até falei para o Nadim, vocês têm até um processo ambiental. Aí ele falou: Quem é você para impedir?

A gente manda na prefeitura. Aí liguei para o delegado do meio ambiente, Seu Alcir. Liguei para ele e falei a Continental está mexendo aqui, tentando soterrar um córrego novamente. Ele mandou uma viatura, lacrou as máquinas, foram levados para a delegacia. Falaram que não tinha anda a ver, mas eu estava com várias fotos e falei doutor to com as fotos aqui. Tem nascente de água lá. Ele mandou voltar com um perito. Era umas cinco da tarde e constatou que tinha água. E constatou. No outro dia saiu na Folha Metropolitana: Continental é presa por crime ambiental. Depois de um mês, a folha ligou dizendo que o perito tinha voltado atrás dizendo que não tinha nascente d' água. Isso foi em 2007 mais ou menos. Diziam que mandam em Guarulhos. Depois de um tempo trouxeram as máquinas, porque eles tinham que fazer um ajuste de conduta. Fizeram estrada, vias e sarjeta, mas está tudo no meio do mato. E se mexerem em qualquer lugar aqui, eu denuncio. Porque se deixar eles passam a máquina. Walter Luongo disse numa entrevista que fez Guarulhos crescer, mas se você ver os Continentais, a construção foi uma destruição total. Não adianta falar, está aí ó. Se descer vai ver cratera de cinquenta metros. Todo o esgoto jogado no córrego à céu aberto, nascentes e esgoto. Até agora nunca foi penalizado, recurso na justiça. Quem tem dinheiro hoje, consegue tudo. Quem não tem, tem que pedir

justiça gratuita. Um juiz dá, aí chega outro, a mesma causa não dá. Então a justiça é isso aí, juiz está lá, ele estudou né...Ele está lá pra julgar o processo sem parcialidade, ser imparcial né...

A.P: Na audiência da décima vara, eles chamaram a gente, a Continental. E o advogado deles Evandro Garcia falou: Se o A.P tiver na reunião, nós não participamos...Eles falaram “esse moço não é bem visto por nós”. O juiz falou: “Porque você é tão odiado? ”.

L.G.: Porque ele procura a verdade e justiça né?

A.P: São duas visões né? As visões deles são do mercado. E a nossa visão é humanitária.

L.G.: Em 2002 veio um grupo de empresários querer comprar a parte daqui. Queriam dar dez milhões de reais, queriam implantar uma instância balneária. Tem muita água, muitas nascentes aqui. Mas nós não vendemos aqui, nós vimos o sofrimento do meu pai. Meu pai nunca teve problema com justiça, levantava as seis horas da manhã. Só saía de noite. Todo suado, andando, para criar doze filhos. Cabuçu inteiro tinha famílias de italianos, portugueses... hoje tem advogados, criados com o fruto da terra. A história é essa daí. O Walter Luongo tem sua história, todo mundo tem. Acha que todo o lugar é dele. Ponte Alta, Fortaleza. Todo em cima de nascentes de água. Na Vila Rocinha, dele, é tudo água. Era tudo área de manancial.

A.P: Se você ver os loteamentos dele, é tudo em área de manancial. Para ela há uma convivência muito forte do poder público. Aí você percebe que há uma grande engrenagem dando suporte a ele. Porque o cara chega numa área de mata e fala, eu tenho condições de mexer com isso aqui, eu conheço alguém...Ele vai lá, faz o esquema dele. De repente vai na prefeitura e está lá o mapa. Vê onde passa a avenida (no mapa), em cima do córrego. Onde passa uma avenida de trinta e cinco metros?

L.G.: Ali embaixo tem um laguinho, onde um senhor cria peixe. Ele soterrou as nascentes. Tanto que quando começou o Carrefour, houve uma questão ali. Começou a despejar uma terra preta. Aí veio o maio ambiente e embargou tudo. Só sei que estavam pegando a terra preta do Carrefour e jogando tudo aqui. A Continental mexeu em muitos lugares que não podiam ter mexido. Muitas

nascentes d' água. Ele entupiu muitos córregos. Tudo indica que o Cambará tinha um córrego aqui. Tudo indica que ele entupiu...

Onde é a Vila Operária hoje tinha um outro córrego, que nascia na ... parecia um osso de galinha, fazia um x. Onde você subiu ali, ele desaguava, dava dentro da lagoa do Benjamin. O ministério Público quer penalizar os moradores. Porque acha que eles danificaram o meio ambiente, mas não foram os moradores. Foi a Continental. Se você pegar a foto aérea, você vê quando ele começou a pegar dali, soterrou tudo e quando deu a primeira chuva, soterrou o lago do Benjamin. Dr. Jorge moveu uma ação para limpar todo o lago dele. Houve uma questão com a gente. Ele não consegue mexer porque está com a gente. Mas se não fosse a gente já estava tudo no chão. Ele mostra que o loteamento está aprovado. Mas qualquer cidadão pode ir na Prefeitura e ver. Sobre os Parques Continentais, o I, O II, o III, o IV e o V, se eles estão aprovados. A prefeitura emite um ofício, afla sobre as matrículas e no final fala: o loteamento é irregular. A IACON moveu uma ação no Ministério Público, ação de fazer, porque ela tem que regularizar todas as glebas. E para ela regularizar hoje, ela tem que regularizar aqui em cima. Tudo que eu falo eu provo. Está tudo guardado comigo, não precisa ser um perito para ver que ele não é o dono daqui. Nem da Vila Operária todinha. Ficou muitos anos parado. Foi de 2002 para a frente que começou a fazer casa, antes não tinha nada; Só passava caminhão para tirar lenha, nossa posse nós mantemos. Ele fala que invadimos, invadimos nada. Onde meu pai marcou, tem marcos de cimento. Meu pai sabia o que ele tinha. Se ele fosse ganancioso ele tinha pegado tudo. Mas ele só queria a chácara dele.

Segunda entrevista com A.B., líder comunitária da Vila Operária III

Data: 12 de dezembro de 2017.

Realizada na sua loja, que vende artigos de moda e perfumaria, realiza jogos do bicho, acessórios de cozinha, recarrega celulares e vale transporte.

Maíra: Eu queria, se você pudesse lembrar se você tinha alguma dificuldade... Pois a Vila Operária está dividida em ZEIS, ZEIS I, II e III. E se você tinha alguma dificuldade e por essa diferença? Entre a área de cima de baixo ...

Andreia: Não porque depois reunimos e fizemos uma associação só, né A.P? No começo tinha a associação de baixo, até que o presidente era o Gaúcho. Depois ele saiu e deixou eu assumindo. Porque eu era vice. E depois a gente resolveu montar uma só. Não tinha necessidade de divisão, se era uma área só, uma luta só, né? E foi quando a gente montou uma com o pessoal de cima e de baixo.

Maíra: Alguma vez você sentiu alguma resistência assim? Do pessoal de cima e de baixo?

A.B.: Não, até que que a gente se reuniu legal. Foi tranquilo sim.

Maíra: E como está a associação de moradores da Vila Operária hoje?

Andrea: Pois é.. A associação está praticamente parada. Eu também desanimei muito, porque você luta, luta, luta. Então chega uma hora e você desanima né? Isso aconteceu comigo, devido a alguns problemas de saúde também. Eu resolvi dar uma sossegada, porque você passa muito nervoso, stress, e coisas que não posso estar passando, mas se tiver que levantar as mangas e ir para luta a gente vai. Mas eu dei um pouquinho de esfriada porque chega uma hora e você vai cansando. É muita crítica né... uns reconhecem, outros não. Uma hora mete o pau em você, e você vai cansando. E não precisa disso. Então falo quando luta pela minha casa estou lutando pela de todos. Mas...

Interrupção

Maíra: Então quando você assumiu a associação não tinha essa diferença entre as áreas, era tudo uma área só?

A.B.: Não. No começo diziam que tinha diferença sim. Em cima falavam que era uma e a de baixo outra. Depois nós reunimos e resolvemos juntar em uma só. Porque era uma briga só, uma luta só, porque ter diferença...

Na minha visão não tinha o porquê. Foi quando resolvemos montar uma associação só. Com a área de cima e de baixo.

Maíra: Você lembra em qual ano foi isso?

A.B.: Na verdade, quando montou a segunda associação, eu não fiquei como presidente. Que ano foi...

Maíra: A primeira foi com o Gaúcho né?

Andréia: O gaúcho era presidente e eu vice.

Depois ele saiu fora e eu assumi como presidente. Aí em 2009 eu ainda era presidente e foi quando deu toda a confusão...senão me engano foi em 2013 montamos a de lá de cima. Que era com 16 pessoas.

Montamos lá em cima depois juntamos. A de cima e de baixo, uma só. E ficou uma briga. Quando houve a tal da negociação com a Continental, acabou todo mundo se acomodando. Ficou resolvido, vamos pagar né? Na hora do desespero todo mundo assinou. Depois todo mundo começou a achar que estava caro, que não ia ter condições. Até eu mesma não tenho condições de pagar o valor. Eu fechei por R\$ 1137,00 ou R\$1.037,00... é um valor muito alto para eu pagar. Na situação que está, não tem condições de pagar um valor desse.

Maíra: E quando foi que eles fecharam esse acordo?

A.B.: Foi 2015.Foi entre 2015 e 2016.

Maíra: R\$1.37,00 era a parcela?

A.B.: Eu ainda assinei a proposta de dez anos, começando agora. É uma luta. Hoje está todo mundo fechando o contrato e amanhã e aí? Então fica difícil. A gente não conta com o filho, pois ele tem a vida deles né...então tem que contar com o teu.

Maíra: Você assumiu a associação quando Andréia?

A.B.: acho que foi 2007... não me lembro direito não...Só vendo o papel da associação. Em 2009 eu estava como liderança, quando montou o escritório da associação. Foi nessa mesma época que conheci o A.P...

Maíra: Foi em 2009 mais ou menos? Foi na primeira reintegração né?

A.B.: Eu falo em 2009 porque eu estava grávida, daí eu lembro bastante...

Maíra: Foi difícil fazer tudo isso e estar gestante?

A.B.: foi. Acho que perdi o meu filho mais por causa disso...

Maíra: Ah sim perdeu o bebê...

Maíra: O que vocês estão achando dessa nova leva de reintegrações que está ocorrendo na Vila Operária?

A.B.: A gente fica preocupada, pois até então... se desse um outro local, desse uma outra casa, aí tudo bem... mas tirar os moradores e deixar na rua também não é justo. A gente não ia sentir bem. Ai a sua casa não está em risco. A minha talvez não estaria, mas eu não ia me sentir bem se os nossos amigos estão saindo. Então avalio, se não tiver como e estiver em área de risco, mas que de outro local. Removesse para outros lugares, não deixar na mão. Porque ali tem luta deles, dinheiro de anos de trabalho. Juntaram real por real para perder. Então é muita coisa para deixar para trás. Independente da rua A ou B. Mas gostaria de que ninguém saísse. Que mantivesse sua casa. Mas se realmente acontecer, que pelo menos dê um lugar digno para morar. Que não saia de sua casa para ir para o aluguel. Por isso que a gente luta.

Maíra: Na primeira vez que nos falamos, você disse que morou no Continental III?

A.B.: Morei no Continental V de aluguel.

Maíra: Eu esqueci de perguntar o ano que você chegou.

Andréia: Foi em 2003, foi em 2004. Quando estava no comecinho da vila. Na verdade, a parte da ocupação da torre para baixo surgiu em agosto de 2003. Foi 09 de agosto de 2003. Então em janeiro de 2004 me mudei para cá.

Maíra: Como era antes? Era mata fechada?

A.B.: lá em cima estava bem sem mata. Já tinha poucas famílias que morava. Estava todo mundo construindo suas casas. Do lado da minha casa tinha minha família e mais uma. Do outro lado não tinha nenhuma. Para baixo tinha mais duas, três famílias. Não tinha muita gente não. Depois começou a mudar, mudar. Na rua Eldorado não tinha nem rua, era um buraco. Depois que lutamos para agilizar e fazer a rua. Para ter acesso para cá. A gente vinha pela Vicente (Rua Vicente Paula Pinto) pela Estrada do Cabuçu.

Maíra: Te pergunto isso, porque na nova reintegração na Rua do Campo, eles afirmam que a questão não é só de área de risco, mas ambiental. Tenho visto

nos depoimentos, que os moradores falam que quando chegaram já havia um desmatamento. Não tinha uma grande área verde.

Andreia: Aqui era cercado. Tinha grama. Mas arvore era umas aqui e outras lá no Ceará. Mas não tinha um lugar com muita árvore.

Maíra: Não era como o parque do outro lado?

A.B.: Não. Era mais esperso.

Maíra: Você acha que estavam preparando loteamento?

A.B.: Eu acredito que sim, pois já tinha sinais de ruas abertas. Só não chegou a concluir.

Maíra: talvez o movimento seguinte seria fazer o loteamento como os continentais.

Andréia: Acho que sim.

Maíra: No documento de reintegração de posse da Rua do Campo há a citação da questão ambiental. Mas já ouvi que não tinha uma cobertura verde, teve que derrubar árvore aqui. Eles falam que tinha espaços vazios.

Andréia: Verdade.

Maíra: você mora em cima?

A.B.: Sim na Rua Dourado. Mas lá não tinha mata. Já tinha moradores.

Entrevista com T.L.. Data: 12 de dezembro de 2017.

Maíra: Olá T.L., estou fazendo uma pesquisa com os moradores para levantar a história da Vila Operária. Poderia me falar quando você veio para cá?

T.L.: Eu vim para cá em 2004, na verdade sou nordestino, vim do Maranhão. Em busca de trabalho e de concluir os estudos, porém quando você chega na grande cidade, no meu caso que não tinha concluído o ensino fundamental, não consegui dar seguimento nas duas coisas.

Você tem que se desdobrar no tempo para conciliar trabalho e estudo. Meu caso foi complicado, morava na casa dos meus tios. Tinha que trabalhar e me via na necessidade de terminar os estudos. Eu trabalhei com meu tio na Vila Operária, foi o primeiro lugar que trabalhei aqui em São Paulo. Ajudei a construir casa e assim começou a minha história aqui dentro. Ajudei a construir casas das pessoas que estavam chegando na época, não tinham tantas pessoas assim. Eu morava na casa da minha tia, aqui próximo e vinha para cá todo dia trabalhar. No final do dia tentava ir para a escola e as vezes não dava certo. Pois chegava na aula cansado também. Até que consegui terminar o ensino fundamental. Acabei me mudando, passei um tempo fora daqui e voltei em 2009. Voltei para a Vila Operária, mas meus tios sempre moraram aqui na Vila Operária. Meu tio também veio do Maranhão para trabalhar. Como é o destino de muitos nordestinos.

Maíra: De que cidades vocês são?

T.L.: De Pedreiras no Maranhão. Viemos para cá e desde que cheguei estamos aqui na luta. Tentando trabalhar e terminar os estudos. Nesse tempo conheci o A.P. Ele me apresentou o trabalho dele na política, que eu aprovo e conheci a Andrea também. Através de alguns amigos e do movimento social da área. Ela sempre apoiou o povo nas moradias aqui. Ela é uma das primeiras. Ela pode te falar melhor como surgiu essa comunidade. Através da necessidade de muitos de morarem, a vinda de outros lugares. Quando você vem de fora, você tem a necessidade de se localizar. Não existe outro meio senão se integrar em um movimento social.

Maira: Você está morando na Vila Operária?

T.L.: Moro aqui. Moro aqui na subida na rua principal. Moro de aluguel. Já morei em barraco de madeira, da torre de FURNAS, vi que não era apropriado e me retirei de lá. Até hoje tenho amigos que moram nessa situação. Inclusive tem algumas ordens de reintegração que rastejam né? Algumas já tiveram suas casas retiradas. Outros moram em barraco de madeira como era meu caso. Outros estão em área de risco. É considerado área de risco né? A área de alta tensão. Como estava em processo de formar uma família, vou casar, ser pai. Então achei melhor sair de lá, um lugar que apresentava riscos. E hoje pago aluguel. Moro na Rua Dourados e pago aluguel.

Maíra: Quando você chegou aqui em 2004, como era o bairro?

T.L.: Tinha mata e poucas casas. Cada dia mais tinha pessoas chegando. Outras já tinham terrenos e foram chegando aos pouquinhos. Faziam um cômodo e um banheiro e já vinham para dentro. Antes era bem diferente do que é hoje. Hoje tem bastante casa.

Maíra: Quem te falou sobre a Vila Operária?

T.L.: Foi o meu tio, eles já tinham aderido ao movimento também. Ele chegou aqui através de amigos, que faziam parte do movimento.

Maíra: Ele já veio direto para a Vila Operária ou veio dos Continentais?

T.L.: Ele morava nos Continentais na casa de minha outra tia. Todos vieram do Maranhão para cá e foram para casa da minha tia. E de lá foram indo para outras áreas através dos movimentos e adquirindo suas casas. Eu era muito jovem e não tinha muito entendimento. Não era minha praia ainda. Não tinha consciência do que poderia conseguir. Poderia ter um terreno hoje. Mas faltou maturidade e conhecimento também. E a questão financeira também. Não tinha muita condição. O pouco dinheiro que ganhava tinha que ajudar minha tia com alimentação.

Maíra: Você saiu da Vila Operária quando?

T.L.: Eu fiquei até o final de 2004. Na verdade, eu vinha trabalhar aqui e voltava ao Continental para a casa da minha tia. Eu trabalhava com meu tio e ele já tinha a casa dele e construía para outras pessoas da comunidade. Eu trabalhava com ele nessa época. Depois acabei me afastando da Vila Operária. Voltei para a casa da minha tia no Continental e fiquei até 2005. Na época eu tive um

relacionamento, fui morar junto com essa pessoa. Me afastei por uns três, quatro anos e acabou não dando certo. E acabei voltando. Meus familiares eram todos daqui e acabei voltando para a Vila Operária.

Maíra: Como você tomou contato com o movimento?

T.L.: O A.P eu conheci através da minha tia do Continental, ela me apresentou ele. Sempre fui ligado em política e sempre gostei do trabalho dele. Andei afastado um pouco. Mas sempre tenho acompanhado o trabalho dele. Sempre procuro está junto na luta. Fiz parte da luta, quando havia a necessidade. Fiz parte da mobilização das pessoas daqui na Câmara Municipal. Pois ia ser reintegrada a área. Então cheguei a fazer parte do movimento também. Fizemos um painel nas casas para chamar a atenção as pessoas e graças a Deus conseguimos segurar as casas através desse movimento. Lotamos a Câmara de vereadores e através da união das pessoas deu certo. E até hoje lutamos para que não percam as casas. Apesar de não ter uma moradia minha na Vila Operária. Eu ajudo o interesse das pessoas. Porque tenho parentes e amigos aqui. Tenho muita história nesse lugar, afinal de contas foi aqui que comecei minha vida profissional.

Maíra: Quando foi o painel?

T.L.: O painel foi em 2012.

Andréia: Foi em 2009 quando começou a reintegração de posse né?

T.L.: Foi em 2013. Foi de 2012 a 2013.

Maíra: E como foi para chamar o povo, foi difícil?

T.L.: Foi. Um pouco difícil pela questão do horário, as pessoas trabalham. As pessoas ficavam sem entender um pouco. A gente batia panela. A pessoa saiu na janela e a gente explicava a situação. É muito difícil reunir pessoas hoje em dia. Ainda mais se falta informação. Muita gente acha que é algum político que quer ter alguma visão. Daí chama na reunião e as pessoas não querem ir. E aí ficam sem saber o que está ocorrendo na comunidade. Nessa época a gente precisava informar o máximo de pessoas possíveis para informar. Fizemos a reunião. Nessa reunião apareceram pouquíssimas pessoas. E as pouquíssimas que apareceram aderiram a causa, ao movimento. E nos ajudaram, as crianças também se envolveram. Acabou que foi bem divertido. A gente saía batendo

panela e as pessoas saíam informando sobre o quê a gente tava fazendo aquele barulho. Era por volta das 22h e a gente explicava que estavam tentando tirar todo mundo de suas casas através de uma reintegração de posse pedida por um juiz de Guarulhos pedida pela empresa Continental. A gente precisava se unir para cobrar do poder público um parecer favorável em relação as famílias. E os porquês estavam reintegrando essa área. Acabou que deu certo, conseguimos reunir um bom número de pessoas e nos encaminhamos a câmara de vereadores e foi feita essa cobrança. Eles chegaram a conversar com o prefeito. Gerou um acordo e o juiz cancelou o pedido de reintegração de posse. E ganhamos mais prazo para correr nessa luta. E até hoje isso se arrasta. Investigação sobre investigação, promessas...Acordo para o pessoal pagar um valor na minha opinião, absurdo. E até hoje ninguém chegou a pagar né Andrea? Ninguém chegou a pagar e algumas pessoas assinaram documentos para pagar e até hoje está indefinido.

Maíra: Você lembra da formação da Associação de Moradores daqui?

T.L.: Nessa época eu não tinha muito acesso, a Andrea fala melhor. Nessa época eu não tinha muito conhecimento. Tinha 17 para 18 e não ligava para política. Eu apenas trabalhava com meu tio. Logo em seguida que eu passei a conhecer mais. Mas se deu com a necessidade das pessoas. Alguns sabiam, outros tinham conhecimento para passar para as pessoas.

Maíra: Você passou a se interessar pela história da Vila Operária quando você voltou novamente, certo?

T.L.: Sim, quando retornei em 2009, 2010 mais ou menos. Pois eu já entendia um pouco de política e estou procurando aprender ainda. Política é complicada. Procurei aprender um pouco mais e quanto mais aprendia mais revoltada ficava. Não queria entender o porquê de ser dessa forma. Porque quando é época de eleição os políticos vêm com caras bonitas e bacanas e depois somem sem dar explicação ou parecer e não se importam com o povo que votou neles...

Cada dia mais me revoltava e passei a me dedicar nesse sentido. O que eu entendo de política é que eles estão lá com o voto do povo. Então se é o povo que coloca eles lá, então o poder não é deles, é do povo. Assim como o povo pode coloca-los, o povo pode tirá-los. Só que devido a falta de conhecimento

que nos é dada. Muitas vezes a ignorância não nos deixa correr do pouco de acesso à educação. Não adianta cobrar só, mas a gente também tem que correr atrás da escola e nos informar. Meu entendimento é mais ou menos por aí. É de informar as pessoas de causas que elas não conhecem. Estou lutando até hoje para concluir meus estudos. Inclusive tenho um projeto que a gente quer desenvolver na comunidade, eu e mais alguns amigos, um casal de professores e um que faz Sarau. A gente gerou esse projeto de conscientização. De alfabetização. A gente tenta organizar uma biblioteca comunitária para poder ajudar a criança que tem dúvida em alguma matéria. Incentivar o esporte, a cultura. Devido a convivência com alguns amigos que gostavam de futebol, passei a gostar do esporte. Ter algum projeto voltado para esporte e cultura. Então a gente tem esse projeto, está mais na cabeça e no papel. Nos reunimos para conversar. Não é fácil porque trabalhamos em locais diferentes e os horários são difíceis. Mas sempre que podemos a gente entra no assunto. Está parado ainda, mas a gente está pensando em dar o primeiro passo. Quer seria arrumar um local, arrumar os livros, prateleiras. E tem a questão do apoio, porém a gente não quer muito envolvimento político. Porque o envolvimento político tem um preço também, e a gente quer dá o conhecimento para o povo. Como dizemos “não dar o peixe, mas ensinar a pescar”. Está indo. Já temos livros, temos acesso a algumas informações. Na medida do que podemos vamos informando as pessoas.

Maíra: Você consegue conversar com o pessoal de toda a Vila?

T.L.: Conheço muita gente. Passando na comunidade. Graças a Deus gosto de conversar. Posso não conhecer todos, mas a maioria. Não só eu, mas a Andreia, se unirmos podemos fazer uma união bacana. Cada um tem uma parcela de amigos na comunidade. Ainda não busquei esse tempo. A partir do momento que a gente se prontificar a se doar. Cada um pode trazer 10 e de 10 faz 20 e dar segmento a uma união, coletivo. O mais importante, fazendo a união, um dia após o outro o movimento vai crescendo. Tenho fé que vou dar primeiro passo, trazer para o movimento. Acredito que é um trabalho que não é de uma hora para outra. Busca ter informação, mas devido a luta pessoal do dia a dia, fica

cansativo. Mas tirando meia hora do dia, pode ser difícil, mas não é impossível. Mas com apoio é possível.

Maíra: Você disse que quando chegou construiu algumas casas né? Você tem ideia de quantas?

T.L.: Em 2004 cheguei a trabalhar em umas cinco casas. Uma semana trabalhava em uma. Em outra semana tava em outra. Nesse pouco tempo que fiquei consegui ajudar umas. Deixa eu ver. Teve...uma, duas, três, quatro, cinco casas que eu trabalhei. Depois de um tempo eu parei de ajudar meu tio. Na verdade, eu não queria trabalhar na obra. Queria estudar, lutar pelo sonho. Queria trabalhar na minha área. Meu sonho é de ser motorista. Agora estou me encontrando na área de instrutor de veículo. Mas ainda não estou engrenada. Atualmente trabalho na coleta de lixo. Cansativo, mas ainda correndo atrás desse sonho de ser instrutor de autoescola. Pode ensinar as pessoas.

Maíra: Sua esposa é da Vila Operária também?

T.L.: Ela é de Barra Mansa no Rio de Janeiro. Nos conhecemos lá. Fui trabalhar em obras da Minha casa, minha Vida. Meu tio estava trabalhando lá e conheci ela lá. Aí Graças a Deus estamos juntos e vamos casar agora. Ela gosta da Vila Operária. O bebê é menina, chama Emanuelle.

Maíra: Foi difícil sua adaptação aqui?

Esposa de T.L.: Foi nada. Vinha ficava um pouquinho e ia embora. Ai agora eu fiquei definitivo.

Maíra: Você também conhece a história da Vila Operária?

Esposa de T.L.: Ele fala de vez em quando, mas eu não tenho muita coisa...não conheço muito.

Maíra: O que você acha da atuação da Prefeitura, independente do prefeito?

T.L.: Eu acho que estranho. Porque na verdade o próprio prefeito atual veio aqui. Esteve na Vila Operária conversando com as pessoas. Estava passando na rua e vi. Fiquei sabendo por auto que ele veio com promessas. É tudo muito complicado, porque é um jogo de interesse público. Ele não faz tudo que tem vontade, porque os companheiros de interesse público, querem. Para mim está no escuro. Não sei o que ele pensa a respeito e nem dá para saber o que há de concreto. Está no ar. Antes de ganhar está todo mundo na comunidade pedindo

voto e em seguida a gente vê o que acontece. Mas acho que ele não está preocupado com a gente não.

Maíra: E essas idas e vindas do Ministério Público, que teve reintegração...O que você acha?

T.L: Isso tem sido bom para a gente. Porque gera uma esperança. O MP vai investigar, porém ele não vai fazer nada se não chegar denúncia. A gente fica vendido tem... O único parecer favorável que a gente tem é do movimento social, do que vaia acontecer, do que pode acontecer. A gente tem esperança de tudo dê certo e que as pessoas se acertem em sua moradia. Não vem nada de concreto. Só especulações e avisos que ofendem a família e o direito à moradia. Investe em casas e constrói e vem o poder público e manda tirar. Tem muita gente que foi embora e muita gente que veio. Com medo de perder suas casas. Fica difícil né? A gente espera que o MP tenha um parecer favorável em relação as famílias. Mas a gente não sabe quando isso vai acontecer. As pessoas não têm muito acesso as informações mais precisas. E o movimento adere a muitas áreas e não tem tempo de se dedicar a uma só. Ao mesmo tempo que eles trabalham aqui, eles têm que se dedicar a outras várias. E etsá em condições piores. A gente espera ter mais informação e que essa causa se resolva.

Maíra: Você tem um sonho?

T.L: Tenho...na verdade meu sonho está longe. É voltar para minha cidade. Mas tenho um sonho de crescer profissionalmente. Eles não morrem, a chama deixa de queimar forte e passa a queimar devagarinho. Todo o nordestino vem em busca de algo. Ou ela consegue ou ela se entrega. Eu não me entreguei ainda...tenho esperança que possa realizar meu sonho. Uma coisa que está dentro de mim e não para é que tenho que informar as pessoas. De lutar lado a lado comas pessoas. Até as crianças, pois ainda há esperança... Muito adulto dormindo acordado. Se importando com coisas supérfluas. E seria importante fazer um trabalho comas crianças de educação e cultura e no futuro poderão lidar com isso e dar um ritmo diferente para essa sociedade. Acredito que seria mais importante nas crianças. O poder público não vê renda em educação, nas crianças. E um trabalho difícil, mas necessário. E precisa se desdobrar em

trabalhar e fazer social. Tenho fé e esperança de arrancar força de vários lugares para seguir firme nessa luta.

Entrevista com D.S.

Data: 12 de dezembro de 2017.

Após ir à vila Operária falarmos com Andréa, me dirigi com A.P ao bar do Alemão para solicitar uma entrevista. Morador desde o início da Vila Operária, seu bar e casa estão ao lado da Rua do Campo, local em que há uma reintegração de posse solicitada pelo ministério público.

Maíra: É um trabalho sobre a história da Vila Operária. Poderia contar como você veio para cá, como que era, quais mudanças...

D.S: Não sei por onde começar...

Maíra: Você nasceu onde?

Alemão: Nasci no Nordeste.

Maíra: Em que cidade?

D.S: Nasci em Casanova no interior da Bahia. Depois morei em Pernambuco.

Maíra: Você veio para São Paulo em quanto tempo?

D.S: Vim em 1986 e vim para Guarulhos primeiro.

Maíra: Você morou onde primeiro em Guarulhos?

D.S: Morei no Jardim Moreira com meus primos.

Maíra: E quando você veio à Vila Operária?

D.S: Na verdade eu morei treze anos de aluguel em Guarulhos. Aí foi onde consegui um terreno no Santa Edwiges. Era uma ocupação também e consegui um terreno lá. Me mudei para lá e 98. Foi aí que saí do aluguel. Fiz dois cômodos e entrei para dentro. Foi na mesma época que a firma que entrei começou a falir.

Maíra: Você trabalhava com o que?

D.S: Eu trabalhava com pintura industrial. Comecei de ajudante em 85. Comecei como ajudante e depois fui para pintor com revolver. Pintava alumínio. Daí a firma faliu e fiquei uns três meses sem pagar aluguel. Teve essa ocupação lá. Comprei um terreno e construí. Entrei sem reboco, sem banheiro, sem nada.

Fiquei um tempo. Depois o casamento não deu certo, saí de lá, mas a casa está lá para meus filhos. Quando a firma faliu, passei uns seis meses parado. É ruim quando a firma está falida para dar baixa na carteira. Tem a massa falida né? Passei um sufoco danado. Pagando aluguel, a massa falida. Foi aí que eu entrei lá na firma que estou até hoje. Daí fui para Cumbica. Depois que saí da Santa Edwiges, que eu separei da minha ex-mulher... fui lá para Cumbica. Lá, na favelinha conheci ela, minha esposa. De lá eu descobri esse terreno da Vila Operária, através de um primo da minha ex-mulher, que mora no Vale dos Machados e disse que havia um terreno aqui. Eu conheci aqui como uma corrida de motocross. Quando eu morava aqui perto no capinzal. No apartamentinho que eu morava, eu ficava assistindo as corridas de motocross aqui. As trilhas que eles faziam aqui na Vila Operária. Já não imaginava que isso aqui ia virar o que é hoje...

Maíra: Você lembra quando que era a corrida de motocross aqui?

D.S: Era...era... 96, 97 e 98. Nessa época eu morava aqui e existia essa corrida. Essas trilhas de motocross que faziam aqui. De lá eu ficava vendo o morro, subindo e descendo. Quando eu estava lá na firma, o primo da minha ex-mulher falou que tinha um terreno aqui. O pai dele que tomava conta, o Chico, tio da minha ex-mulher. Aí eu vim para cá. Vi por quanto ele vendia. Na época quando eu estava sabendo era cem contos um terreno aqui. Quando eu comprei paguei R\$4.500,00. Foi aí que vim olhar o terreno e gostei. Na situação que eu estava, deixei a casa para minha ex-mulher, fiquei praticamente na rua. Aí vim para aqui e comecei a construir.

Maíra: é esse aqui?

D.S: Esse aqui mesmo.

Maíra: Quando você chegou como que era aqui?

D.S: Quando eu cheguei aqui tinha poucas casas. Isso aqui era barro. Não descia carro aqui. Era só um barro. Não tinha calçada. Abriram a rua. Tinha essa casa da frente, uns barracos. Tinha barraco de madeira, alvenaria... as pessoas que tinha aqui era minoria. Da época que eu cheguei aqui do que está hoje. É muito diferente.

Maíra: Que ano você veio para cá?

D.S: Vim em 2007. Inclusive tenho nota de porta, janela de 2007.

Maíra: Você que construiu sua casa?

D.S: não, paguei a mão de obra.

Maíra: Mas foi você que idealizou?

D.S: Sim. As ideias foi tudo minha, fazia o modelo. Mas foi luta, muita luta. Porque eu não conhecia ninguém aqui, pedreiro... não sabia quem botar para trabalhar, confiar. Arrumei um pedreiro em Cumbica para trabalhar aqui. E teve uma parceria errada que me custou caro. Você não conhece e põe para trabalhar... tive muita dificuldade para conseguir levantar a casa. Para poder vir para cá. Tive o privilégio de terminar e rebocar. Na outra não reboquei, não tinha vaso... tomava banho de vasilha, gelado. Não tinha água, energia, nada.

Maíra: Quando você veio para cá, tinha energia, água?

D.S: já. Tinha água e energia. Tanto é que pedi minha ligação de água antes de vir para cá. Vieram e ligaram. Hoje estão questionando. Mas na época faziam sem problema.

Maíra: Quando você começou a reintegração de posse aqui. O que você se lembra?

D.S: Na verdade antes de eu vim já tinha. Tanto que eu saia de lá e vinha para cá. Rinha advogado, tinha a Dr^a Solange, que trabalhava no caso aqui. Tanto que a gente fazia as carteirinhas. Tenho carteirinha da associação que a gente acompanhava tudo. Antes mesmo de vir para cá, tinha essa reintegração de posse. As pessoas que tinham aqui já eram ameaçadas a ser reintegradas. Já vim sabendo do risco que eu estava correndo. Mas se foi uma coisa determinada por Deus, ele preparou para mim. Não tinha como recuar.

Maíra: Quando o senhor participou da associação, era daquela primeira com o Gaúcho ou com a Andréa?

D.S: A associação? A associação era com o baixinho, da parte daqui de baixo.

Maíra: Era dividida né?

D.S: é. Na parte de baixo era uma e na de cima outra. Era uma para cada ZEI. Naquela época era o Alex. Tinha Ceará. Inclusive eu era gestor nessa associação. Eu, Gildesson, Ceará e tinha mais outro. Quando eu vim aqui comecei a participar da associação de moradores.

Maíra: E como foi...

D.S: Já brigando pelos direitos da gente, correndo atrás...Indo para o Fórum, Câmara, Prefeitura. Brigar né. Tinha advogado que lutava no processo. Tinha a doutora Solange, o Horácio, mais o Anselmo. Lutando contra a reintegração. As vezes era barrada em cima da hora. Era muito rápido. As vezes não dava nem para reagir. Mas o A.P sempre ia ajudar lá...estava sempre a par de todo o movimento. Dava um jeitinho de barrar e a gente respirar. Mas aqui ninguém dormia não. Sempre tinha bagunça, essas notícias aí. Principalmente na época de política. Tinha sempre quem dava falsa esperança para nós e quem assustava, talvez até por coisa que nem existia. Muitas vezes começam a amedrontar as pessoas. Vinha policial, inclusive vinha policial aqui na rua Vicente de Paula, chegou a vim polícia entregar a notificação de reintegração. A própria polícia vinha entregar a notificação para a gente se preparar para cair fora. Passamos essas turbulências todas.

Maíra: A associação, o senhor participa hoje?

D.S: Hoje não, até antes o presidente era o Rogério. Ultimamente a associação não está se mobilizando. Pelo que vi foi desmanchada. Os moradores não têm se interessado sobre. Que eu veja não momento não. As vezes tem movimento o Rogério e o baixinho estão sempre presentes. O filho do baixinho também. Quando tem alguma coisa, eles estão sempre presentes. Agora o pessoal não está tão empenhado.

Maíra: Você acha que deu uma esfriada?

D.S: Isso mesmo. Esfriou bastante, nessas mexidas aí. No cadastro do pessoal tinha expectativa de dar um passo a casa própria. Mas com esse revés do Ministério Público.

Maíra: O senhor chegou a participar desse acordo?

D.S: Não, essa parte aqui não tinha nada a ver com o acordo. Porque a Vila Operária III e IV pertence a oitava vara, lá pertence à V vara e a gente não tinha nada a ver com esse acordo, da torre para cá.

Maíra: O senhor gosta de morar aqui?

D.S: Com certeza, tudo, gosto de tudo. Próximo de tudo. Shopping, mercado. Falta apenas arborização, legalização. Para a gente pagar os impostos e ter

saneamento básico, rede de esgoto. A água sempre que precisasse religar. Acabar com as energias clandestinas. Continuar os postes da Rua Vitória Brasil, que não continuaram o projeto. Inclusive mostrei isso para o Prefeito Guti e até agora não teve uma reação dele, da parte da prefeitura. Até porque está em processo, não sei o que tão resolvendo aí. Né?

Maíra: E essas novas reintegrações como a da Rua do Campo?

D.S: Pelo que está havendo é área de risco, tem que preservar a vida das pessoas. A gente não pode morar em área de risco. O certo, é tirar as pessoas e colocar em outro lugar. Isso é bom. Se tivesse como evitar é melhor. Jamais a gente quer que as pessoas saiam de suas casas. Isso não é bom para ninguém. Mas se é de risco. Igual a Rua Ibipitanga, que houve deslizamento e foi interditada a rua. No Continental II. Por conta de um deslizamento e foi interditada pela defesa civil. E o por isso mesmo está sendo citada na desapropriação, por conta disso, desse problema de deslizamento. Tanto é que as pessoas tinham que ser indenizadas as pessoas, mas foi constatada, que mesmo sendo da Continental era irregular. Aqui estamos na luta, correndo atrás de nosso direito. Um dia a gente consegue.

Maíra: Como o senhor percebeu que a Vila Operária tinha crescido?

D.S: Quando começou a construir, foi quando o pessoal acreditou que ia permanecer aqui, mesmo com as ameaças de reintegração. Porque todos estavam correndo atrás da regularização. E começaram a confiar nas pessoas por trás e tudo. Nem todas confiavam nas pessoas que lutavam por aqui. Aí o pessoal começou a confiar para que desse certo. Convocava reunião com dr. Horácio. Sempre dava notícias positivas para a gente. Tem sempre o risco de ser desapropriado. Tanto é que o Anselmo falou, que onde estamos aqui, que estamos fazendo o usucapião, era para nós fazer a topografia. Se reunir em coletivo e fazer a topografia. Fazer a topografia da área. Já previa que aqui estava fora dos processos da quinta vara e da oitava, da torre para cá. E como foi cadastrado como área de ZEIS, aqui já melhorou muito.

Maíra: A Vila operária toda está dividida em ZEIS?

A.P: Não a IV e a V da torre para baixo está em estudo ainda para ser aprovada pela Câmara. ZEIS confirmada mesmo é ZEIS I, II E III. São as duas de frente

da Jamille e Jaife e essa aqui que é a II. Porque a torre de alta tensão divide a Vila Operária I, II e III para cada torre e a IV e V para o outro lado.

Maíra: A que está envolvida no imbróglio das matrículas do Teixeira Leite são as I, II e III, as outras também?

A.P: Também. Toda a Vila Operária está dentro da matrícula do Teixeira Leite.

D.S: O do Teixeira Leite vai até o Mackenzie, abrange tudo. O Laranja Azeda, abrange tudo isso aí. A matrícula do T.L vai até lá embaixo, era tudo dele.

Maíra: Tem um motivo de não terem transformado tudo em ZEIS, já que era uma área só?

A.P: E porque quando foi indicado, a Vila Operária III não era para ser indicada como ZEIS. Quando foi feito o estudo do Plano diretor e votada a lei em 2007 e na época foi feito um levantamento e os movimentos levantaram as áreas. A I e a II não estão dentro do loteamento da Continental. As áreas do loteamento da Continental estavam dentro da lei 6766. Não tinha necessidade de colocar na ZEIS. Só que na vistoria que foi realizada na época houve um erro e o erro foi bom para os moradores, porque acharam que a Vila Operária III não estava dentro do loteamento da Continental. Achou que estava na parte de baixo que pertencia a outro empreendimento da Oliveira Campos, que era o pessoal de baixo. Acharam que a Vila Operária I, II e III estavam no loteamento da Oliveira Campos e as colocou juntas. Quando fizeram a averiguação, descobriram que a Vila Operária III estava no loteamento da Continental. Aí já era tarde e lá ficou como ZEIS. Por isso que não tem a IV e a V porque foi um erro na III, incluíram em um loteamento, mas era de outro.

Maíra: Como está a luta do senhor pela casa?

D.S: Entrei com o usucapião e graças a Deus tá indo bem. Dr. Zé L.G. está trabalhando aí.

Maíra: Vocês fizeram processo coletivo?

D.S: Coletivo e individual...fizemos coletivo para poder facilitar no preço. Mas na verdade é individual. Cada um tem o seu. Mesma coisa com a topografia, mas cada um tem a sua. Para melhorar o valor, contratamos coletivo.

Maíra: O senhor tem um sonho?

D.S: Eu gostaria de ter minha casa documentada. Tenho fé em Deus que tudo vai dar certo. Esse problema de reintegração, que a gente escutava diariamente sumiu, é uma vitória. Tenho fé que a gente vai conseguir ter a casa da gente. Ter escritura, pagar os impostos certinho... regularizar tudo. A gente já lutou tanto... O A.P acompanha tudo, sabe mais que todos, está sempre lutando, para dar tudo certo. Está sempre na correria, como tem que fazer... tem muitos que chegaram e não sabem nem um terço do que aconteceu. E quando cheguei já tinha muitas ameaças de reintegração de posse. O Santa Edwiges foi a mesma coisa, mas foi pior, veio a tropa de choque. Foi o *Albertão* que era vereador que salvou nossa pele. Veio o choque, caminhão para esvaziar, as máquinas, caminhão, trator, tudo para o povo sair fora. Mas lá ficou com meus filhos. A dificuldade já veio de lá. Quando cheguei aqui já sabia da luta que sabia que ia enfrentar. Minha esposa disse que não queria saber de invasão. Mas eu falei é assim mesmo, estamos na luta e se foi preparado por Deus... hoje está melhor. Aquela dor de cabeça. Panelada nas ruas, subindo a rua, para se manifestar na rua, ir na câmara, poucos vão. Mas eu fui na prefeitura, câmara, tem que lutar. E tem gente que só quer saber das notícias, não vai lá... mesmo investindo material, gastando, investindo... mas tem que lutar para não poder. Fomos para todo lugar... vinha o ônibus e a gente estava dentro. Sempre marcando presença. O número de pessoas é importante... tem que ir, tem que ir bastante gente para ser discutido. Não só daqui, mas de outros bairros, de outras ocupações que ia. Onde quer que seja o pessoal vinha. O A.P improvisava caixinha de som. Muita luta, muito sacrifício. Nunca desisti. Sempre na esperança.

Maíra: Achei curioso da pista de motocross...

D.S: Tinha trilha, eles faziam trilhas, subiam e desciam de moto. Onde era a city dava medo. Morei na Vila Rio, na café e CIA. Eu pegava ônibus. Chovia. Era um barrão. No Sonda era um brejão. Essa parte da City era tudo mato. Uma capoeira, tinha uma casa longe, sempre amanhecia gente morta, uma área perigosa.

Isso aqui era tudo mato, poucas casas. Capinzal era só vermelho de capim. Não tinha gente. Na verdade, era uma chácara. A chácara foi loteada. Saiu usucapião lá. Era tudo mato. Hoje evolui demais. A Vila Operária é

praticamente centro. Tem shopping, mercado, ponto de ônibus, do final do 711 e 210.

Maíra: Quando você fala mato, era mata fechada?

D.S: Aqui era arvore, o pessoal fazia trilhas para descer de moto. Escutava só o barulho. E olhava do apartamento e via subindo e descendo. Fazendo trilha de moto. Correndo no barro e mato. Quando falaram que tinha terreno e eu lembrava da trilha, mas já estava desmatado, mas tinha umas arvores. Mas foi desmatado. Tirando os pés, trocos, não era fácil...

Maíra: Em menos de dez anos mudou muito...

D.S: Mudou demais. Se você ver as fotos. Aqui tem na época que cheguei... uns moradores têm, mas nessa época tem. Teve entrevistas aqui. Era feio ainda, mostrava tudo aqui. Estava bem ... no começo não tinha rua, aquela rua subindo era barro. A Rua Vitória foi concretada há pouco. Aqui tudo a gente que faz, pois se deixar não passa nada. Os moradores é que cuidam do asfaltam. Para passar o caminhão do lixo, foi muita luta. Ligando, pedindo, falar que tinha projeto. Um morador disse: Osvaldo vai para cima que tem projeto do lixo aqui. Não tinha cabimento deixar o lixo lá em cima. Rua Vitória lá em cima. Aqui não descia caminhão. Os moradores brigavam por conta do lixo. Essa rua é 15 de novembro. Aí conseguimos o lixo. Liava para Quitaúna, falava com o Fernando, e perguntava que se tinha projeto, porque o caminhão não descia aqui. E um magrinho falou para mim que tinha carro de lixo para descer aqui. Comecei insistindo, ligando, falaram que iam ver, analisar. Falei que tinha problemas com os moradores. O lixo ficava jogado na rua. Começou a ter esses problemas e a gente conseguia que o caminhão descer aqui. Por isso, que a rua tem que estar em bom estado. Quando mudei para cá, o caminhão da loja deixou meu material todo lá em cima, tive que trazer na mão, bloco de quinze. Quinhentos blocos de cimento para descer na mão, até aqui. Tive que entrar na época era BV financeira, e liguei e falei que não recebi o material. Falei que o material devia ser entregue na 11 de novembro e deixaram lá cima. Falei que ia sustar os cheques e mandaram três caras para descer os materiais na mão. Até hoje as lojas não entregam aqui. Não descem. Não pelo mal estado da rua. A rua está boa, está sempre cuidando. Arrecada dinheiro com os moradores para fazer a

rua, há pouco arrecadando R\$ 1.250,00 reais para arrumar a cratera da última chuva. Aqui é assim. A prefeitura não arca com nada aqui. Correio não tinha... A numeração era tudo feita por nós, depois que vieram. Os demais é a gente que corre atrás. Muitas coisas melhoraram. Quem vê a Vila Operária hoje não acredita. Quem vendeu não acredita. Mas aquele negócio quem não acreditou não viu a melhora. Na verdade, os que ocuparam a área são poucos que permaneceram. Muitos foram embora, passam para outro. Foram para o nordeste e voltaram para São Paulo. Segura a bomba que eu estou saindo... A gente não dormia sossegado, até hoje tem gente que tem medo, esperando ver o que vai acontecer. Medo de investir e dar tudo errado. Mas aquele negócio, a gente tem que tá incentivando. Muitos me cobram será que vai dar certo D.S? Mas eu sempre dou palavra positiva, injeção de ânimo. O pessoal do campinho me cobra... "Aí D.S, esse advogado não está trabalhando" Eu fico com medo de não dar certo. Ei falo como vocês falam isso, se só nós temos processos... O processo de usucapião não sai do dia para noite.... Depende do juiz, cada juiz tem uma forma de trabalhar. Manda pedir documento. Meu processo está extinto. Aí falei com advogado. Ele disse que redistribuiu o processo. Não cederam gratuidade para você. Mas tem eu e três que está assim. Mas não falo isso, senão eles falam "aí está vendo". Gildesson, Luciano já está pra sair. Quando sair um, sai todos. O perito do Gildesson, ele veio fazer uma perícia, ele veio aqui, e tinha uma perícia próxima.

Veio, fez a perícia. Falei que quando cheguei ele já estava. Cheguei em 2007. Sem a presença do Dutra e sem o Dr. Zé L.G.. Colocou no processo da área. Sema presença do engenheiro e o advogado. Mas esse do Gildesson era para sair já. Pois o perito errou...

Tudo isso acontece, mas não era para acontecer. Isso atrasa o processo. E esperamos sair o primeiro usucapião, para sair os outros. Não vejo a hora de isso sair para parar a cobrança, como se fosse eu que fosse responsável. "O Dr. Zé L.G. não dá notícia". Sei eu ele muito ocupado... E falam se tem tanto, porque pega... e ele não pode trabalhar em todos, porque pega...

Eu falei que ele tem uma equipe de advogados. Todos trabalham nos processos...A gente fala, mas eles reclamam que não dá notícia.

Fiz a lista dos moradores para fazer a topografia e pedir o usucapião. E o pessoal vem cobrar só de mim. E passo ao Dr. Zé L.G. sempre informo. E tem aqueles que não interessa. Muitos não vêm na reunião com Dr. Zé .. O pessoal deixa o Dr. Zé Luís aqui e não sabem do andamento do processo. Deixa desejar. E falo “Não era importante saber sobre o processo? ”.

Entrevista com (E.O)**Data: 22 de novembro de 2017**

E.O. foi um dos líderes da Associação de moradores da Vila Operária (os moradores da parte de cima (antes da Torre). Em sua casa, contou um pouco sua história na Vila e como fez sua luta na associação de moradores.

Maíra: Olá E.O., boa noite.

E.O.: boa noite.

Maíra: Por favor, poderia contar como você chegou na Vila Operária?

E.O.: O ano foi mesmo... foi 2000 e quanto... ô Merivaldo... é não lembro muito. Foi 2002.

Maíra: E o senhor morava onde?

E.O.: Eu morava no Parque Continental 2.

Maíra: O senhor nasceu em Guarulhos?

E.O.: Não. Sou baiano.

Maíra: De que cidade?

E.O.: De Ibipitanga.

Maíra: Fica perto de onde?

E.O.: Perto de Livramento, Brumado

Maíra: perto de Salvador?

E.O.: Prá lá de Salvador, minha cidade fica longe. Fica perto de Macaúbas

Maíra: O senhor trabalhava com o quê lá?

E.O.: Eu era rural, trabalhava na roça. Plantava arroz, feijão, milho, mandioca, rs... essas coisas.

Minha família era toda da roça. Meu pai, meu avô tudo criado na roça. Até hoje a gente tem um sítio lá.

Maíra: O senhor veio para São Paulo porquê?

E.O.: Na verdade vim para São Paulo, para trabalhar. Vinha trabalhava e voltava. Fazia isso. Mas um dia minha filha mais velha teve um problema de reumatismo. Ela ficava toda entevada. A gente carregava ela num carrinho. Mas ela era entevada. A gente veio para a cidade para ter um tratamento adequado né? A

minha mulher trouxe ela. Ela teve três anos de tratamento. Graças a Deus ela está bem hoje, fez sua família. Família muito bonita.

Maíra: Quando o senhor veio da Bahia, o senhor morou onde em São Paulo?

E.O.: Na primeira vez morei em São Paulo mesmo, Vila Zilda, Jd. Tremembé.

Maíra: O senhor veio para Guarulhos quando? Em 2003?

E.O.: Não vim para Guarulhos antes, muito antes. Vim em 2000. Antes até na década de 90.

Maíra: O senhor morou em qual bairro?

E.O.: Primeiro morei em Continental 2 em casa alugada.

Maíra: O senhor veio para a Vila Operária porquê?

E.O.: Porque na Vila Operária. A gente pagava aluguel na casa do meu primo. Depois ficamos em outra casa de um parente também. Ficamos morando uns três anos a mais de aluguel. Depois mudamos para casa de outro parente da minha mulher aí...Fora uns três anos, quatro... de aluguel. Pagava R\$300,00. Aí minha mulher estava trabalhando com uma patroa e surgiu essas propriedades que o pessoal estava fazendo as casas. Ocupando. A gente pegou e veio nesses terreninhos, para sair do aluguel. A gente ganhava pouco. A patroa dela até deu entrada do terreno. Aí compramos o terreno e compramos o material financiado pela Caixa. Compramos tudo financiado pela Caixa. Deu trabalho para pagar. Ela trabalhava como doméstica, não sobrava nada. Foi um sacrifício danado. Ainda bem que meus filhos ajudaram, porque daí só pagava material. Graças a Deus a gente conseguiu. Com toda a tragédia e tudo que tem passado... É um presente de Deus. Você não sabe o sofrimento que esse Walter Luongo causa. Tudo quanto é terra é dele... E nada é dele... Ele é diz que é dono de tudo quanto é terra, mas nada é dele. O pessoal que compra terreno dele, morre de velho de pagar... não tem um documento, uma escritura, porque ele não dá...

Maíra: Quando o senhor chegou em 2003, o senhor começou a fazer essa casa?

E.O.: Já começou... na verdade, logo que a gente chegou começou a construir. Na verdade, a gente comprou esse terreno por R\$5.000,00. A gente deu R\$1.000,00 e parcelou R\$ 100,00 por mês. Surgiu o caso da desapropriação. E parou todo mundo. E na verdade para nós, a gente. Mas é muita luta, muito sofrimento.

Maíra: Como era a vizinhança na Vila Operária quando o senhor chegou?

E.O.: Na verdade era uma chácara. Esse terreno era só mandioca, milho, feijão. Era cercado de arame. Só tinha uma estradinha, estreitinha. Seu L.G. passava com os carros. Com a rua que tinha, a gente foi construindo.

Maíra: Quando o senhor se mudou, tinha muita gente?

E.O.: Na verdade, a gente começou aqui, tinha 04 casas. Tinha do Lucas... hoje tem cabeleireiro. Tinha o Damião e o seu Antônio... E seu Cosme... Na parte de baixo não tinha ninguém. Começou com seu..., mas não tinha quase ninguém, era um deserto. Tinha um valetão. Tinha casa nenhuma. Só tinha esse senhor, ele chegou primeiro. Era um deserto lá.

Maíra: E como era o ambiente aqui. Tinha muitas árvores, rio...

E.O.: Não, não tinha muitas árvores não. Tava desmatado isso aí.

Maíra: E rios, tinha mais algum além do da Rua do Campo? Tinha mais algum, sumiram?

E.O.: Tinha. O córrego. Tinha uma valentona. A gente levou muita queda. Rs. Tinha água, mas não tinha queda d'água.

Maíra: Quando o senhor percebeu que começou a chegar mais pessoas aqui na Vila Operária?

E.O.: Quando viemos, veio o vizinho...comprou esse terreno do lado, construí. A vizinha da frente comprou o terreno. Começou a casa dela. Depois compraram do lado. Foi aumentando, crescendo. Mas quando chegamos aqui não tinha água. A gente pegava água lá de baixo nos tambores...

Maíra: Subia todo mundo com a água?

E.O.: Caia com o tambor de água. Rs. Pegava lá no meu genro. Depois de muito sofrimento juntamos, compramos mangueiras, um monte de mangueira. Na rua de baixo do Severino, no final e colocava as mangueiras. Estourava. Ficava sem água. Antes disso, a prefeitura botava água para nós. Nos caminhões de dois em dois dias. Aí veio o SAAE e puxou a rede de água e pôs para todo mundo. Veio a luz, colocou os postes.

Maíra: Isso foi no mesmo ano em 2003?

E.O.: Não. Foi em 2004. A gente tem todas as contas de quando começou. Temos a primeira conta de luz, água. O primeiro a pedir a água, foi eu mais a mulher...foi o Manuel Vicente que fez todo esse esforço para nós...

Maíra: E quando que o senhor e sua família começaram a receber notificação da Continental, da Prefeitura sobre a Vila. Como ficaram sabendo do problema da terra?

E.O.: Quando surgiu o processo do L.G., a gente começou a procurar um advogado. Uma menina que morava aqui... lá embaixo arrumou um advogado. Entramos com processo. Arrumamos advogado que cobrava R\$50,00 de cada morador. Era muito dinheiro na época. Entramos com processo. E foi surgindo...Bem antes de sair os processos a gente sabia o que estava acontecendo. Os movimentos já sabiam. Tenho conversado com Severino. E o A.P não o conhecia. O primeiro que o A.P conheceu foi eu. “Quem é esses cabra? Rs. Cheio de xaveco”. Aí falei para ele, é um morador... A gente não tem conhecimento. A gente tem amizade até hoje. Veio a Dra. Solange que é advogada. Mas teve advogado antes, de lá de baixo, Dr. Marques. Também pagamos R\$50,00. Surgiu essa advogada, que batalhou bastante. A luta não parou. Derruba hoje, amanhã. Estamos aí na guerra.

Maíra: O senhor comentou que havia reunião em sua casa com os moradores. Pode contar como era, quando começou a disputa fundiária aqui...

E.O.: Essas primeiras reuniões, a gente avisava como estava andando...O Walter Luongo queria derrubar tudo mesmo. Uns acreditavam, outros não acreditavam. Eu pedia para o advogado. Virava confusão. Fizemos uma associação. Montamos. Fizemos reuniões. A gente chamava o povo. Marcava reunião. Eu brigava com um, discutia mais outro. A gente falava para falar com advogado, mas eles queriam falar com o juiz. Não tinha condição de falar com o juiz. Tinha que ter advogado. O povo discutia. A gente tem a documentação da associação. A gente chamava para a reunião batendo palma nessas ruas inteiras. Com advogado e tal. Lá na minha casa. Eu era um guerreiro. Eu e Rogério. A gente saía de carro chamando, convidando o pessoal. Bate lata, panela, derruba hoje, amanhã.

Maíra: O senhor gostou dessa experiência da associação. Gostou de fazer parte dela?

E.O.: Eu gostei, até hoje me sinto bem. Tenho amigos de guerra. Para mim faz parte da minha família. Não passo uma semana sem falar com eles. Sempre ligando. Ligo “A.P vem aqui. Tem o Wilson, Rogério, Ronaldo. A gente sempre conversa. Tem sempre tem mais vontade de conversar.

Maíra: Do grupo inicial que fez a associação, o senhor lembra mais ou menos quantas pessoas faziam parte da associação da Vila Operária?

E.O.: 12 membros

Maíra: E hoje, o senhor tem ideia de quantos tem?

E.O.: Tem umas 04 pessoas. Estão ativas...

Maíra: O senhor sabe porque a associação não deu certo?

E.O.: Porque o povo não pagava a associação e foi fraqueando...E a nossa associação não foi renovada. Não pagavam a associação.

Maíra: O senhor está lutando por essa casa por usucapião?

E.O.: sim...

Maíra: O senhor gosta de morar na Vila Operária?

E.O.: Muito. Meu sonho é a Vila Operária. É a casa da gente, trabalhou... construiu. Minha mulher, tudo que ela trabalhou está tudo aí. De empregada doméstica. O que a gente tem é isso aqui. Se sair daqui a gente tem que pagar aluguel... E vamos voltar tudo para o norte.

Maíra: O senhor veio com quantos anos para São Paulo?

E.O.: Vim solteiro com 16 anos, sempre trabalhando e voltando. Rotina de nordestino.

Maíra: Quando veio morar na Vila Operária tinha quantos anos?

E.O.: Tinha uns quarenta e poucos, 45... tenho 60 anos...

Maíra: O que o senhor tem de memória das reuniões com os vizinhos, da associação... O que o senhor mais gostava?

E.O.: Lembro dos meus amigos, movimento, era uma alegria estra no meu deles. Meus parceiros de guerra. Me sentia muito bem. Até hoje sinto falta do movimento, da luta, dos meus companheiros. Já fiz campanha na prefeitura, para hospital. Fizemos muita baderna...fizemos pacífico. A gente foi na Câmara no

Ibirapuera, de ônibus... em outro lugar. Nós nem tem graça de acompanhar. Já fui em reunião na IACON, mas sabe quando falta uma pessoa...

Maíra: Como que é a relação com o pessoal dos Parques Continentais? É boa, pacífica?

E.O.: Não sei se é boa... é aquele negócio uns acham que está certo. Outros não acreditam no que a gente fala. Xinga a gente... então é aquele negócio.

Maíra: O que o senhor acha da prefeitura de Guarulhos? No que poderia ter ajudado?

E.O.: Tinha que tirar esse processo e acabar com essa agonia. Ela disse que ia ajudar os moradores, mas ajudou o empresário. Tinha que ajudar os pobres, briga, passa fome, que briga para por tijolo na parede. Que prefeito são esse aí? Tem que ajudar a população. Os pobres. Todos eles são empresário e querem tirar partido dos pobres. Chega. Vamos tirar os processos. Vamos pagar o imposto. Ter o documento, o pessoal precisa. Fazer o benefício para o povo. As crianças tudo doente. Porque ele não vê isso aí? Cadê os vereadores que na hora dos votos chega junto?

Maíra: e hoje como está a luta pela defesa da moradia? Mudou muito?

E.O.: Ah muito. A vila operária virou um bairro muito grande, muita gente. Quando cheguei e hoje ... Sempre falo e olho para cá. Quem viu essa Vila Operária, olha a cidade que está. Quando cheguei nem tinha casa, deserto. Olha hoje como está. O prefeito tinha que tomar vergonha e olhar para o povo. E ver como sofre. Pessoas idosas, crianças e não vai lá dar uma força...

Maíra: O que o senhor sabe do nome da Vila Operária?

E.O.: Foi um morador que inventou esse nome de Vila Operária aí... Morador da parte de baixo e registrou na prefeitura.

Maíra: Ah é, pode fazer isso na prefeitura?

E.O.: O pessoal faz... Um morador inventou.

Maíra: O senhor sabe quem é?

E.O.: Eu sei quem foi o morador.

Maíra: Quando o senhor chegou ela já chamava Vila Operária?

E.O.: Era...

Esposa de E.O.: Era Rua das Torres.

E.O., A rua sim..., mas a Vila já chamava Operária. E até hoje tem três Vila Operárias I, II e III. Nem sabia o nome das coisas, mas tinha plaquinha com o nome Vila Operária.

Maíra: O senhor gostou do nome?

E.O.: fazer o quê? Meio desajeitado, mas está registrado fazer o quê. Mas antigamente me falaram que chamava Morro do Boi. Pessoal matava o boi aqui em cima. Botaram Morro do boi. Depois chamou Vila Operária.

Maíra: O senhor conhece bastante gente na Vila Operária, ou continua com as mesmas amizades aqui?

E.O.: É na verdade... era um sossego. Você podia dormir lá fora. Pouco movimento. Hoje está bastante. A variedade está alta, mas mesmo assim tá bom. Só fazer os benefícios para nós.

Maíra: Seu maior sonho é regularizar essa casa?

E.O.: é. Verdade.

Maíra: Seus filhos moram contigo:

E.O.: sim, o Merivaldo na casa de cima. E de baixo... meu caçula mora conosco. E minhas filhas moram em suas casas na Vila Operária.

Esposa do E.O.: A minha mais velha veio antes que nós. A mais nova morou aqui e depois casou.

E.O.: Nós morávamos no Continental 2.

Esposa do E.O.: Ela veio antes de nós.

Maíra: Ela deu a dica daqui?

Esposa do E.O.: Não. Eu tinha umas amigas que moravam na rua de baixo. E falaram: "sua filha mora lá? Porque você não arruma casa para morar?" Eu disse acho difícil porque não tenho dinheiro. Eu trabalhava em casa de família. A mulher que trabalhava era advogada e ela tinha escritório de contabilidade. Um dia ela falou: Você quer comprar um terreno lá? Aí ela veio comigo. Um senhor que vendeu o terreno, me interessou. Ela deu os R\$1.000,00 de entrada e paguei a parcelinha. Ela fez tudo direitinho para mim. Eu trabalhava na casa dela e ia pagando. Daí deu certo, construiu. Meu filho ajudou. E estamos até hoje. Mas foi uma batalha para construir. Porquê...eu trabalhava em casa de família, sábado e domingo fazendo massa. Trabalhei demais, meu corpo não aguenta mais. Mas

penso assim, se regularizar certinho e a gente pagar alguma coisa, é certo. Porque a gente tem uma garantia. Vamos ver com esse advogado aí e ver o que vai dar. Mas se tiver que pagar, tem que pagar.

E.O.: Pagar para a Continental é complicado.

Esposa do E.O.: Sim, mas se for direitinho como as pessoas faz... a continental cobra muito alto, ninguém dá para pagar. E ela não é dona. Não é justo a gente pagar uma coisa se ela não é dona.

E.O.: Estamos com usucapião. Pode ser que amanhã ou depois...

Maíra: Você lembra de alguma história da Vila Operária? Das associações?

E.O.: No dia das reuniões, fazia café para o povo tomar...eu tinha prazer de ver o povo aqui. Ainda tenho.

Esposa do E.O.: Eu gostava do povo aqui. Tinha uns que a gente considerava muito. A.P, advogado. Na época os moradores não e interessavam. Na época fazia café para o povo com carinho. Depois acabou tudo. Deus sabe o que faz. Desculpe... não sei falar nada.

Maíra: A senhora fala muito bem...

A.P: Noite do panelaço. A gente bateu panela.

E.O.: A gente batia panela, soltava fogos. A gente foi na prefeitura. E foi muito. Tinha muita história na associação.

Maíra: O senhor estava na mobilização do Elói, dos 5.000?

E.O.: Foi depois...A gente tinha outra associação e o presidente estava fazendo coisa errada. E outro que tinha lá ... eu fui ficando nervoso, ele fazia coisas erradas. Tem que mudar, tirara esse presidente. Ele só fala com o tráfico. Aí teve uma reunião para tirar o presidente e virou um debate. E eu fiquei nervoso. Um fala, outro fala. E gritei: É o seguinte tem que tirar! Tirar fora esse cara fora. Batia na mesa. O A.P falava calma E.O.. Mas com essa prensa a gente tirou. Ele saiu fora. A mulher dele era contra nos fazer a associação.

Esposa do E.O.: Quando veio para reintegrar, a Dra. Solange ajudou muito. Um sol quente. Aí Deus ajudou que não reintegrou. Mas ia reintegrar tal dia. Aquele sol quente, e ela suada. E hoje ela não está mais aqui. O povo não ajudou.

E.O.: Naquele dia fazia dois ou três dias para reintegrar... Policial fazendo ronda. O pessoal com a notificação. O A.P mais a doutora fora lá e conversou com a

autoridade. Até vence a notificação. Aí conseguiu vencer e pararam a reintegração.

Maíra: Vocês lembram em que ano foi isso?

Esposa do E.O.: Esqueci em que ano foi...tem coisa que não ponho na cabeça. Rs.

E.O.: Aqui na Vila operária toda vez que tem movimentação, protesto, ele dá o ônibus.

Maíra: Seu L.G. Gregório?

E.O.: é, ele que dá.

Maíra: Ele sempre apoia muito.

Mulher do E.O.: Se não fosse ele também...Ele dá muito apoio. Ele sabe muita coisa.

E.O.: Qualquer coisa que acontece lá no Fórum, ele bate aqui. O A.P está sabendo, o A.P já falou para vocês...

Ele fala: O A.P já falou com vocês? É uma batalha, estamos no começo da batalha. O A.P fala: Estamos no começo da batalha.

Mulher do E.O.: Não sei se vou ver o fim da batalha.

E.O.: Coitada, já lutou muito. Trabalhou muito, foi mãe. Os bichos são brutos.

**Entrevista com (R.) “Gaúcho” – antigo líder comunitário na Vila Operária.
Realizada na casa do “E.O.”.**

Data: 22 de novembro de 2017

Cheguei na Vila Operária no comecinho de 2002. Eu fui sempre morador. Dos primeiros moradores que estavam aqui, só estamos em três. O resto foi tudo embora. Agradeço ao A.P. Já teve muito advogado aqui, muita briga aqui... se não fosse ele, ele e o seu L.G. do sítio, que deu ajuda para nós. Seu L.G. que sabe os podres daqui de dentro. Então quando jogava a bomba aqui, seu L.G. dava um toque e a gente corria... eu falo para muita gente, que não acredita. Parei, depois ficou ele, E.O....porque tem um pessoal que é ignorante. Eles acham que pegou a terra, a terra é deles e daí acabou...Só na hora que o advogado chegava a e falava: “vai perder”, daí se unia.

Maíra: O senhor nasceu aqui em São Paulo?

R.: Sou do interior de São Paulo.

Maíra: De que cidade?

R.: Sou de Jales.

Maíra: Quando o senhor veio à Guarulhos?

R.: quando eu vim para cá, eu estava no Jardim Brasil, em São Paulo. Eu tinha uns amigos que construíram na Vila Operária I, de 1995 a 1996. Daí soube da invasão e falaram: “Vai lá em cima, tem uma invasão lá em cima...” No outro mês vim de novo trabalhar para ele. Ele estava construindo devagar, porque ele não tinha dinheiro...você vai devagar. Eu já tinha um barzinho, família...já tinha esse rapaz aí... um dos primeiros moradores foi ele. Daí eu vim aqui com minha ex-esposa. Falei, o negócio está assim... assim, vamos lá. Ela veio comigo na casa do menino, ele conhece ele...chegamos aqui e vimos três terrenos. Nós não pegamos invasão, já pegamos de terceiros, dos outros. Comprei o meu por R\$1.600,00. Eu fiquei com esse terreno até 2004. Tem minha casinha até hoje. Vendi minha casinha. Daí eu só tinha R\$400.00. Ele falou entrou, tem de começar a construir. Comecei em 15 dias. Passando os 15 dias, já tinha outro querendo tomar o meu terreno. Vim no sábado e empilhei 1000 tijolo de bloco. Quando foi domingo que eu trouxe pedreiro para fazer alicerce, chegou um cara dizendo “o terreno é meu”. Aí fui atrás do cara que comprei, que invadiu e

comprou os terrenos. O cara falou o terreno é seu, fique tranquilo. Eu falei para o cara que disse que o terreno era dele: se você me der os R\$1.600,00 mais o valor dos mil blocos o terreno é seu. Com dois meses já tinha meu barraquinho com dois cômodos. Em 2008 vendi e comprei do lado de cá. Comprei um terreno maior e estou lutando aí. Já tirei sete caminhões de entulho dali. Era um terreno que não tinha ninguém. Então todo mundo construía e jogava o entulho ali. Todo mundo jogava lixo ali, caixa velho, roupa velha, colchão velho. Estou construindo ainda. Fiz uma parte, fiz a de cima.

Maíra: Como começou a associação de moradores da Vila Operária?

R.: Começamos eu, Damião, Dejalson e esse menino que foi embora...como chamava... Damião, eu, seu Antônio e o Dejalson. Mas quem mexia com isso era eu, Dejalson e Damião. Mas quando começou a aumentar e aumentar o pessoal mais. Aí começou as fofocas. Quando precisava de R\$100 conto para conseguir documento não tinha. Quando brigava pela luz, que foi até o Arnaldo que chegou com a luz e a água. Junto com o deputado, era vereador antes, o Alexandre e o José Vicente, Gileno...logo em seguida quando ligou a água saímos fora. Porque quando logo em seguida veio a Proguaru. Nós fomos na Proguaru, o Gileno saiu fora. Mas deixou por conta do Diogo para ir com a gente na Proguaru e fazer o aviamento de rua né? Pelo menos uma vez por mês arrumar a rua. Não subia carro, nem moto aqui. Quem socorria pessoa doente era eu, mulher grávida, levava no hospital. Mas eu ia na prefeitura para a gente conseguir isso, mas precisava de 20 pessoas, mas joguei papel, avisamos todo o mundo. Já tinha umas 200 aqui, ninguém quis ir... Fomo ver o negócio do terreno com o Gileno. Mas foi aí que surgiu outra associação. Foi com o E.O., ele e o Rogério. Mas daí veio os atritos com os adversários, que a Continental mandava. Os capetas vinham fazer fofoca e inferno nas reuniões. Faziam a fofoca, inferno, tinha briga. Eu falei: vou sair fora...daí até vieram me procurar, mas eu falei, não quero mais não. O Damião andou vendendo umas terras nossa. A gente não podia vender. A gente um terreno para fazer uma construção com o pessoal do bairro. Ele pegou e vendeu. Daí teve outra seção, foi daí que o A.P entrou e começou a ajudar e melhorou, foi daí que veio o primeiro desembargo. Quando estava tudo prontinho daí veio governo, veio policial, veio

a assistência social... Daí foi quando o A.P conseguiu um advogado que barrou o processo e deu mais prazo. Foi o A.P que ajudou a melhorar. Foi em 2004 o cadastro. Lembro da minha parte, se não fosse ele não tinha mais ninguém aqui não.

Maíra: Como era a Vila Operária quando o senhor chegou?

R.: Era tudo... capinzal aí...tinha uma casinha aqui, aqui, essa igreja já existia..., mas não tinha quase nada. Depois de 2004 já construí prédio, E.O. veio para cá. Já construí. Em 2005, 2006 já tinha bastante morador. Essa parte de baixo era proibida, mas o pessoal entrou e invadiu. Em 2006, 2007, essa área que eu to hoje invadiu, mas o Dr. Calixto que foi o invasor e vendeu para nós...A parte de baixo, depois do Diogo, ele invadiu e construíram na parte de baixo. Ele era assessor de uns políticos de Guarulhos. Ele também fazia parte... Só que para reunir o povo é difícil... para fazer a reunião tem que avisar com 15 dias, porque senão não vem... hoje nós temos umas 600 famílias aqui. Mas vou te falar, não vem 100 pessoas na reunião. Você pode ir de casa em casa soltar o aviso, não vem... não vem 100 pessoas. Mas se avisar que vai tirar tudo amanhã, capaz aparecer uns 200. Por isso, que eu larguei. Tinha que ir de porta em porta... falar. Nesse dia, que a gente foi na Proguaru, o cara falou: quero vinte pessoas. De que jeito vinte pessoas? Arrumei minha perua, que eu tinha uma veia. Um rapaz lá do terreno arrumou umas pessoas e juntamos 06 mulheres e 04 homens e o resto de criança. Tinha vinte cadeiras, tiveram que arrumar mais. Aí fiquei contente porque eles deram uma atenção. Deu atenção total, fez o documento da Proguaru se comprometendo...aquele documento da Proguaru que todo mundo usa, que a gente lutou, foi seu Ricardo que ajudou nós.

Foi intermédio dessa reunião que conseguimos isso. O lixo também foi conseguido com esse intermédio da prefeitura. O lixo ficava debaixo das torres. O caminhão passava uma vez por semana, agora passa três vezes por semana. Da parte da prefeitura não to devendo nada. Mas na época fizemos um monte de coisas. Inclusive esse papel do lixo, que veio para cá, a primeira carta veio em meu nome a carta. Veio duas vezes em meu nome. Quem veio entregar a documentação lá para o Gileno para a prefeitura. Foi esse que morava aí, o

Lúcio. Bom menino. As vezes para levar um documento, não tinha dinheiro ele ia a pé, para não gastar ônibus. Não tinha dinheiro. Foi muito difícil.

Já tinha churrasco domingo. Mas já pegou o bairro já. Rs. Conseguimos agua uma vez por semana o caminhão pipa. Depois conseguimos a água, ligaram a água. Já fui na prefeitura 04 vezes para resolver esses problemas para ligar minha água, está clandestina. Já liguei três vezes para religar porque tem criança envolvida, senão ligar, roubo de novo. Rs. Não sei se vocês sabem, mas o SAAE três papeizinhos... coloco lá o horário que eu vou, tenho em casa guardado. Eu tive lá querendo ligar minha água, mas não teve condições... então tem eu e mais crianças aí.

Maíra: Quais as memórias que o senhor tem das mobilizações aqui. O senhor lembra de alguma?

R.: Lembro da segunda reintegração de posse, que participou duas pessoas aqui do bairro, foi eu, Orlando, ficamos e a nossa ordem é que a gente só saia se o A.P saísse. A gente não conseguia reunião, prefeito saia. Teve advogado que arrumou em São Caetano do Sul, marcamos horário com horário e outra advogada. A prefeitura não atendeu, mas o secretário teve que atendeu. Fomos eu, A.P, advogado, Orlando, sentamos lá e conversaram. No outro dia já era para ter o processo da desapropriação. Foi o Orlando... foi em 2010,2012. Foi em 2013. Mas antes do A.P e de nós já tentaram derrubar tudo. Estava o Márcio. Na época o advogado do seu L.G. barrou. Mas veio caminhão derrubar tudo. Por isso que eu digo que o Sr. L.G. ajudou muito.

Maíra: O senhor gosta de morar na Vila Operária?

R.: Eu gosto, tenho família criada e formada aqui. Nasceram e criaram aqui. Não quero ir embora daqui. O que ganhei nesses 15 anos tá aqui. Já investi 140, 150 mil dinheiros limpinho. Se vender não acharei esse dinheiro por causa do documento... A família pagava aluguel, eu pagava aluguel. Chegamos aqui 1 ano meio com dois cômodos e sem privada, sem reboque sem nada. Isso aqui antes de noite só ouvia passarinho. Era muito bom. Só sinto hoje o cansaço de subir o morro. Mas por moradia prefiro aqui dez vezes, que jardim Brasil, Jardim São Paulo. A Vila Operária I, tem a Vila Operária II, tem a 3. Operário porquê, porque só tem operário. Só tem pobre aqui. Fico operário porque é de gente pobre. Eu

gosto desse bairro e desse nome. Eu não tenho nada do que falar, de tudo que vivi não tem reclamação. Aqui é tão bom que você pode fazer festinha, que ninguém te enche o saco. Pode viajar, que ninguém mexe na sua casa. Para a moradia é bom, porque já morei em Jd. Brasil, Santo André, Pq. São Rafael em São Paulo. Era 1992, 1993 era ruim (a Vila Operária), porque era bairro novo, tinha molecada. Mas agora está melhor. Só é ruim subir e descer morro todo o dia. Mas daqui não vou embora não...

Entrevista com R.P.**Data: 22 de novembro de 2017**

Maíra: Você é de Guarulhos?

R.P.: Não, sou do Nordeste, da Bahia.

Maíra: de que cidade você é?

R.P.: Camaçari, fica perto de Casanova... Nordeste, lá no sertão...

Maíra: Você veio para Guarulhos direto?

R.P.: Vim direto para Guarulhos mesmo, tinha uns 22 anos...Vida inteira morei em Guarulhos.

Maíra: Você sempre morou na Vila Operária?

R.P.: Não, morei na Vila Galvão, mudei de área. Primeiro bairro que morei foi no Continental II e depois voltei para Vila Galvão. Era solteiro e morava com um colega. Voltei, morei no Jd. Paulista. Depois no Continental I. Daí casei em 2000, meu sogro era ligeiro e pagou, daí... ele sempre me chamava... E falava "Vai sempre morar de aluguel? " Daí deu certo né? Por coincidência lá ele ficou sabendo de umas histórias... com uns caras lá que falaram que tinha uma invasão. Perguntaram se eu tinha coragem. Eu falei que esse negócio de invasão não era comigo não, estou fora. "Ah mas num custa nada, não tem nada a perder". Mas aí eu tinha trabalhado um ano em uma firma lá. Sem registro. A empresa chamou para registra... fiquei com dinheiro em casa. Meu sogro muito ligeiro disse que tinha a invasão e falou "vamos dá uma olhada". Sem muito compromisso, fomos num domingo eu, minha esposa, meu sogro e a esposa dele. Na parte de baixo daqui. O pessoal estava começando. O terreno não tinha nada. Tinha um barraquinho na parte de baixo e o pessoal estava montando uns alicerces lá...aí ele falou que topava qualquer negócio. Aceitava geladeira, fogão, som, TV, DVD... aí se tiver um dinheirinho a gente aceita. Meu sogro foi lá e fez negócio com um terreno... demos uma geladeira, duas televisões, um aparelho de som que eu tinha. Minha sogra pagou R\$1.500,00 e ainda ficou de dar R\$500,00 para o cara no dia 30. Quando chegou no dia 30 não tinha dinheiro, o cara não fechou o negócio, mas o cara foi bom e devolveu as coisas para nós. Aí o pessoal e meu sogro falou que na parte de cima tinha uns terrenos melhores

que a parte de baixo. Eu disse “Conversa, não quero isso mais não...” Mas fui com minha esposa, por volta de uns 12h00, estava um dia bonito. Chegamos aqui em cima. Maravilha um descampadão. Eu gostei! A diferença é que tinha uns grileiros, que faziam trambicagem... até hoje conheço um aí... mas agradeço ele porque ele deu uma força enorme. E o parceiro dele já morreu. E a gente ... falei e os terreno como fica? Ele disse: os terrenos que o advogado defende aqui não tem mais... dessa parte de baixo, lá perto da onde mora não tem mais. Na parte dos eucaliptos aqui... você pega a parte de cinco metros... Eu falei “Vou sair derrubando eucalipto aqui?” Ele falou é ... como fico? Ele disse: Se a Continental I vier aí, se vais arriscar... Eu perguntei “Quanto é o terreno?” Ele disse: é R\$500,00. Estava mais barato que os de baixo que eram R\$1.000,00, R\$1.500,00... falei está bom. Mais uma tentativa. Compramos, mas não tenho todo dinheiro. Dei R\$350,00 e dois sons que tinha em casa. Ele disse que ia nos ajudar, “tá vendo aquele barraco?”, Tem aquele barraco, estava acabadinho, com cômodo e banheiro. Tem coragem de ir para “li”?

Eu falei: Tenho!

Ele disse: Você mora ali e vai construir a casa de vocês, a luz o pessoal já tinha puxado e a água a gente puxou. Daí a gente teria que construir, mas não deu para morar logo, porque tinha duas filhas pequenas...uma tinha 2 e a outros 3 anos. E aí eles (sogros) se mudaram para lá. Meus sogros. Daí surgiu um terreno aqui na frente. Aí meu sogro comprou esse terreno, já estava com as paredes altas. O terreno anterior vendi. Dos eucaliptos. Era enrolado... E compramos esse e ficamos morando aí. Ali do asfalto para cá era um campo de futebol. O pessoal foi aterrando ele. E o cobriu. Ali era um buracão. Nivelou na padaria lá embaixo. Ali era um lugar enorme. Mas a entrada principal que tinha (para a Vila Operária), era uma entradinha da estrada do Cabuçú. Aí depois chegou o pessoal, mas foi bem demorado. No início foi difícil, pois não tinha visão para cá. Como só tinha a entrada, não era visto o pessoal. Só a parte de baixo...A parte de cima não era vista. Os terrenos que tinha, o pessoal achava caro. Na época em 2003, final de 2003. Faz 14 anos que moro aqui. Naquela época os terrenos era R\$1.500,00. O pessoal partiu para R\$6.000,00, R\$4.000,00 numa área

irregular. Era difícil pagar. Mas antes dos protestos de reintegração, aqui era vazio. Aumentou muito a aglomeração de pessoas.

Maíra: Como foi sua participação com a associação?

R.P.: A minha participação na associação em 2003, tinha um senhor que trabalhava já. Ele falava pela associação. Tinha o Damião, que já se foi. Ele era o cara que enfrentava, tinha que falar com ele. Se não falava com ele. Era a mesma coisa que botar para correr, ele não dava moleza. A conversa dele era na base do facão, não dava ousadia. Ele era inteligente, mas era grosseiro. A associação começou com ele. Depois incluiu seu R., mas nesse tempo eu participava só das reuniões, para saber do debate. Até então não tinha participado de invasão de terra. Não sabia que funcionava. Aí os rapazes que estava na associação pularam fora. Depois saiu o Damião... O pessoal começou a se esquivar. Uns puxavam a sardinha para o Danilo, outros para o Arnaldo... Então nessa daí, enquanto a associação era com o Damião. E os movimentos diziam que tinha associação, mas só tinha 04 pessoas: Damião, R., Jailson e outro... mais ninguém, mas eles iam na prefeitura. Depois chegou o Arnaldo, trouxe os influentes, do meio político. Apresentou pessoal do Saae, pois a água era muito difícil. Na minha época foi sofrido... nós não tínhamos nada. Só no chinelo. Eu e meu sogro na sexta feira eu saia do Jd. Paulista (onde morava), a gente ficava até as 3h da manhã pegando água lá embaixo, a água era bombeada para uma caixa de 1000 litros. E essa água era para beber e construir... A água era muito fraca, não tinha essa rede embaixo aqui. Não tinha água, era fraca, o pessoal foi chegando, chegando e tiraram a caixa d'água debaixo e ficou uma bombinha...

Uma vez chegaram lá e as mangueiras estava cortada e um cara veio cortar nós no facão, o pessoal debaixo. Eu falei, que nós estávamos no mesmo barco. Nós vamos remedar a mangueira, mas primeiro que pegar água vai ser eu...

Eu falei está bom... E aí a gente conseguiu trazer a água. O Seu Luiz que alertou nós sobre o risco da Continental pegar isso aqui. Mas o pessoal não estava aí. Ele disse que tinha processo. Advogado. Ele disse que a gente tinha que procurar um advogado. Mas a gente não entendia e não corria atrás. Foi enrolando, e depois o advogado que fez o contrato para nós aqui. Mas ele nem

tinha carteirinha de advogado. Se passava por pilantra e vinha pegar o dinheiro do povo. Só que da minha parte...saímos fora. Mas aí seu L.G. sempre alertando para nós. Foi indo, foi e, 2008 estourou a bomba. Foi o primeiro processo de reintegração de posse. Foi quando conheci uma amiga advogada e peguei o papel que o pessoal. Aí ela pegou o processo para ver o que estava acontecendo. E o processo da reintegração estourou. E ninguém sabia. Era um processo na 5 vara da parte de cima e o processo da oitava vara da parte de baixo. E era um furdunço que ninguém sabia... aí aqueles vieram gente, o pessoal endoidou. O pessoal ficou apavorado. A gente foi ver como fazer.

O início desse processo foi 1999 e depois em 2000 ele parou. Esse processo ficou parado 04 anos, ninguém foi atrás. E a proprietária foi atrás, proque ninguém se manifestou. Agora é correr atrás. E foi cadastrar o pessoal, formar a associação. Foi luta, foi quando ela veio, e quando a parte de baixo chegou com o A.P. O de cima ele não sabia. O pessoal achava que quinta vara e oitava vara era uma coisa só. E deu uma confusão enorme...

Até que um dia a advogada estava e o A.P veio na reunião e foi esclarecendo tudo. E agilizamos o processo.

O advogado cobrou dinheiro, cerca de 10 mil reais dizendo informações erradas. Muita gente foi lesada. E foi esclarecendo na Associação, a vara. E o A.P deu uma força, e o advogado também. Aí foi quando montamos a associação com a parte de baixo, envolvendo todo mundo. E aí quando o A.P ajudou a formar a associação. No começo a gente começou bem. Depois ele começou a se formar com o pessoal da prefeitura. Formatou o pessoal da associação para fazer a ata e o rapaz sumiu com tudo.

Ele gastou R\$500,00 de combustível. Na prestação de contas veio tudo e na época era R\$0,89 o álcool... nós lá... deu uma confusão enorme. Arrecadou dinheiro e gastou R\$500,00 num mês. E daí falamos você não vai ser mais presidente. Se não for assim, estou fora. A gente queria formar a associação com as pessoas certa. Pegamos o Rogério, E.O. e formamos a associação, muito bem formada, organizada. Mas quando se acalmou, o pessoal dispersou... Distanciando da associação. A gente colocou uma moça de presidente e ela se desgostou porque o pessoal desinteressava. O E.O. cedeu a casa para sede de

associação. Todo mês fazia reunião. Mas quando acalmou, esfriou, e a advogada não veio amis aqui. Depois foi diminuindo a contribuição com o advogado. Daí ia retirando o nome do processo...

Começou com R\$800,000, R\$400,00, R\$200,00 e foi diminuindo...

Já perdeu até a validade a associação, o estatuto, a ata, tem que renovar. A associação tem que renovar e ia até 2014. Mas cadastramos todas as pessoas. Deu 260, 250 cadastradas, as que vieram. No primeiro ano foi umas 200 pessoas, depois cento e poucas e no terceiro ano cerca de 40 pessoas que se cadastraram na associação. Cadastrava para saber quem chegava e saia... assim entregamos a associação... ficou desandada. Mas o A.P que deu uma força enorme. A força dele é dos povos em ele não dá. Ele foi um cara que a gente chegou num ponto, em que sem ele a gente não ia chegar. Mas a advogada fala muito bem dele. Ele é inteligente. Nunca deixe o A.P.

R.: Ele luta por mais de 20 bairros.

R.P.: Ela vinha da casa dela para não deixar o povo na loucura. Falavam muita coisa, que a advogada e a associação enrolava. A associação no início não tinha CEP, depois a gente ficou no meio da rua, jogado, daí E.O. cedeu a casa dele.

Dna. Maria: Ofereci minha casa.

R.: O povo ficou desanimado. Mas na época do processo o povo vinha.

Dna. Maria: Na minha casa era tudo unido, fazia café, cedi minha casa.

R.P.: Pois é eu... a coisa era tão desorganizada que a gente colocou num ponto que o pessoal ficou besta. O pessoal ajudava num café, copo descartável. O pessoal de baixo começou a ver e gostou muito. Tem que manter aqui em cima. Na minha opinião não ia dar certo os dois juntos e embaixo. Para mim tinha que focar e resolver aqui em cima. Sem ir de lá e aqui..., mas cafezinho, água, Dona Maria não tinha obrigação nenhuma de servir...

Dona Maria: Eu sempre servi...

Ronaldo: Tinha 13 membros da associação. Toda quarta-feira se reunia. Compromisso e compromisso. Acalmou e dispersou. Na época foi muito bem-feita. Mas o pessoal não sabe valorizar, muito acomodado. Marca reunião e o pessoal não vem na reunião. A grande multidão que veio foi na primeira e na

segunda vez. Na primeira vez que surgiu o processo e o pessoal endoidou... na segunda vez quando o batalhão veio...

Quando o oficial de justiça avisando da reintegração, tal dia é a reintegração e quando o batalhão veio com viatura. Teve gente que desmaiou, ligando para advogado socorrer. A polícia estava fazendo a parte dela. Mas não é assim... Eles estavam fazendo reconhecimento. Mas teve gente... foi quando o pessoal acordou. Passou essas duas fases, o pessoal não acredita mais. Se marcar uma reunião e falar de reintegração o pessoal não acredita não...

R.: Quando conseguimos as benfeitorias da Proguaru. Seu L.G. movimenta a Proguaru, arruma rua...

Dona Maria: veio pessoal da Proguaru

R.: Na época vinha até 200 famílias...mas levamos famílias, na prefeitura;

Ronaldo: Como tinha essa divisão do processo, criou uma divisão do pessoal da parte de baixo com o da parte de cima. O pessoal achou que o processo estava calmo e começou a fazer politicagem... puxava sardinha para a prefeitura. Dizendo que não tinha nada, que era ideia nossa. O pessoal começou a cair na ideia. O pessoal não está mais organizado, porque eles preferem conversar fiada porque não é do interesse deles.

R.: O A.P quando falou da Câmara agora, foi apenas um ônibus só de 37 pessoas. A gente ia locar três ônibus.

Ronaldo: Quando a gente fazia o cadastramento das pessoas, a gente ficava até as 22h00, 23h00 e contava as pessoas que vinham...eles achavam que para fazer o cadastramento a gente ia cobrar deles. Sendo que aquele pedia apenas contribuição para ajudar a associação, presidente, tesoureiro, advogado, para ir a prefeitura, tirar xerox, condução. Pedia R\$3,00..., mas não era obrigado. Muita gente não vinha por medo de ter que pagar.

A gente pedia uma ajuda para as pessoas que iam lá na prefeitura. Era umas despesas. O R.B., quantos dias de serviço perdeu. Colocava em rico o emprego dele....

Mas o que matou era o interesse só dos moradores, mas que tudo vai vir, asfalto, rede de esgoto, mas daquele jeito. Sem ninguém correr atrás de nada.

Quando chegar político, nesse ano foi fraco, mas anteriormente tava cheio ai prometendo mundos e fundos... Prometendo CEP na rua, legalizar a rua. Mas no correio eles falam que tem que cadastrar. Só com o aval da prefeitura. O correio não faz isso, a não ser que traga sua conta aqui no correio... complicado aqui... é sério,

R.: Mas eu morava naquela parte... todos terrenos tinham dono. Ficava aberto o pessoal encostava aí.

R.P.: No primeiro terreno que comprei, os caras começaram a invadir lá embaixo. Daí veio um cara “Você comprou esse terreno?” Eu disse “comprei sim”. Ele disse: Esse terreno aqui é nosso. Porque o pessoal tinha invadido anteriormente. Botaram para correr aqui. Conversei com o Amaro, que era um dos invasores aqui e falei, tem um cara que quer tomar meu terreno... como vai ficar? Eu não vou verificar o que é. E aí ele deu no meio do espinhaço nele. Um porrete e ele arriou e falou: se você for falar que vai tomar o terreno dele lá, te dou uma outra cassetada ...com aquele rapaz ali, você não mexe com ele. Ele comprou, ele é homem de família. Não mexa com ele...se você ameaçar de tomar te meto a mão.

R.: Tem gente que ameaça até hoje. Tem uns na parte de baixo. Já ouvi que expulsaram. Do meu lado ali, eles invadiram lá e disseram que era delas. Falei: esse terreno é dos parentes...esse tipo de cara. Nessa época o terreno era R\$1.000,00...

R.P.: O morador mais antigo, são dois, da primeira reintegração Roseli e seu “Noronha”. Eles são a prova cabal para poder fazer a defesa, era só deles dois. Que era o fundador, eles que tinham o papel que moravam aqui...Tipo para provar que a gente morava aqui a tanto tempo, tinha que ter o papel... Só tinha ele e ela. Foi uma briga...

R.: Porque ela ficou, tinha seis terrenos

R.P.: Porque quanto mais pessoas a gente pudesse provar que a gente estava antes do processo estourar, para nós era melhor... E o pessoal não queria. Mas quanto mais pessoas antigas que provassem que a gente morava aqui antes do processo era melhor. E eles achavam que não... foi uma luta. Foi com essas duas pessoas que a gente conseguiu passar para frente, por conta dessas duas

peessoas. Porque tipo assim, o processo foi levantado no início de 2000. Aí ficou paralisado 04 anos, se vocês nesse período tivessem dado retorno do processo, não tinha chegado nesse ponto. Mas como eles eram proprietários da posse da terra, não tinha chegado onde tinha chegado. Ninguém, ninguém falou nada. Só a proprietária falou. Quem se manifestava ia lá...

R.: A senhora (Roseli) se manifestou, mas o senhor aqui do lado (dos primeiros moradores) era analfabeto, meio parádão. Na hora de reagir, não sei, nem vi, não estou. Tinha medo.

R.P.: Foi uma luta, mas foi sorte provar que estávamos aqui. Eles provaram que tinha um montão de gente aqui.

R.: Eu e mais cinco montamos um processo contra o fundador daqui na época, o Calixto (ou Carlito). Nós perdemos na segunda instância. Ele era mais forte. Seu fulano de tal mora aqui há quantos anos? Ele construiu lá? Complicou nos lá. Tinha 06 pessoas. Pagou R\$550,00. Advogado não teve força. Ele é realmente o primeiro fundador, o primeiro posseiro. Ele recebeu a primeira invasão. Tiraram eles em 1999. No jornal apareceu o nome dele, a família dele...

R.P.: Em 1999 colocaram eles para fora, foram em São Paulo, conseguiram a liminar e suspenderam...

Entrevista R.B.Brito – R.B. (realizada na casa do E.O.)**Presentes A.P, E.O. e Guilherme.****Data: 28 de março de 2018.**

Maíra: Olá R.B., tudo? Você pode contar onde nasceu e quando veio à São Paulo?

R.B.: Eu nasci na cidade de Itiruçu na Bahia. Uma cidade do sudoeste baiano, perto de Jequié, Vitória da Conquista...é uma região de café, uma região que faz frio. No mês de maio, junho e julho faz 10, 09 graus... estudei lá por um tempo e com 18 anos vim para São Paulo né? Meus irmãos mais velhos já tinham vindo. Sou de uma família de 14 irmãos. 11 vivos e tive a oportunidade de vir com meu irmão que já estava aqui. Vim para Guarulhos, morei no Jd. Munhoz. Passado o tempo meu irmão casou e vim morar no Continental e hoje estou na Vila Operária e São Paulo tem muitas surpresas... Vem de lá não conhece... existe aquela ilusão de São Paulo e quando chega aqui encontra uma outra realidade. Não é tão fácil e simples. De quem vem de Bahia à São Paulo...

Maíra: Você chegou quando em São Paulo?

R.B.: Eu cheguei em 1996 e morei com meu irmão e depois vim morar no Continental

Maíra: Você morou em qual Continental?

R.B.: Continental II. Na rua Leopoldo Seringatti, antiga 69.

Maíra: Era casa alugada lá?

R.B.: Era casa alugada, morei por uns longos anos de aluguel

Maíra: Em que ano você chegou na Vila Operária?

R.B.: Cheguei na Vila Operária em 2010. Faz quase 8 anos. E encontrei a Vila Operária com menos casas que hoje. Já tinha muitas casas que estavam aqui antes. Vim bem depois... consegui um terreno com um camarada que tinha um terreno, comprei uma parte dele do fundo. E fui construindo. Em 2011, faz 08 anos aqui já.

Maíra: E como era a Vila Operária quando chegou?

R.B.: A Vila Operária tinha muitas dificuldades. Mas bem menos dos que vieram antes. Antes não tinha água, não tinha luz, as ruas eram de barro. Tinha pouco estrutura, sem iluminação pública. A gente foi colocando por conta própria. Hoje ainda tem asfalto meia boca. Provisório. Saneamento básico, bem pouco. Teve uma progressão interessante. Está progredindo com muita luta com amigos... hoje eu gosto da Vila Operária.

Maíra: Quando você chegou aqui, você tinha comprado o terreno em 2010 certo? Você já sabia da condição do bairro, que era uma ocupação, ou ficou sabendo depois?

R.B.: Sabia que era uma ocupação, mas não sabia dos processos que existiam. Era uma ocupação entre aspas. Quando construí e mudei, uma semana depois veio a reintegração de posse... E eu não sabia o que estava acontecendo. Uma amiga me apresentou a Dr^a Solange e depois o A.P Pires que veio nos ajudar aqui. Se estamos hoje é graças ao A.P Pires, pois fez o movimento, fundou a associação, criou condições de buscar informações, a gente não conhecia nada dessa área. E dos processos menos. Já existia um processo correndo desde 2002. E as pessoas deixaram correr à revelia e quando perceberam estava com a reintegração batendo à porta. E teve que correr atrás, o A.P deu essas condições de ver as coisas, de formas a a associação, que nós criamos com 12 membros e tal...E fomos para a luta, mas foi complicado no começo. Um esforço tremendo para construir a casa e uma semana com reintegração batendo a porta.

Maíra: Me conta como foi a experiência com a formação da Associação de Moradores? Como começou, quem foram os amigos que ajudaram, os moradores...

R.B.: A primeira formação não funcionou bem. As pessoas fundaram, fiz parte da comissão, mas aí não rolou do jeito que a gente queria. O A.P pediu para fazer uma nova formação e aí veio a Eurides, R.P., E.O., a Santana. Essa formação funcionou legal...O Wilson, essas pessoas realmente participavam, vinham na reunião, a gente ocupou a casa do E.O.. Aqui o negócio funcionou legal. Saiu a Dr^a Solange e depois veio outro advogado que é de luta também, de São Caetano o Horácio Neto. E fizemos um novo embate contra a continental,

E fomos para a luta e tem ainda o resquício dessa época. Essa associação foi o A.P o grande mentor dessa associação. Que quis realmente fundar e protocolar o documento. A gente não sabia de nada... não tinha conhecimento de como formar a associação de moradores. Foi ao cartório, registrou...A associação funcionou, mas estamos até hoje com essa briga com a imobiliária. Graças a essa associação estamos ainda de pé, vivo e lutando.

Maíra: O que te ensinou essa experiência da associação? Você sentiu que mudou alguma coisa em sua vida?

R.B.: Para mim mudou muita coisa... inclusive na vida pessoal. Mas mais importante foi na vida da comunidade. De agregar pessoas de trazer pessoas, de precisar de todos. Independente de que está na associação. A gente precisa de todos que estão na luta. Tivemos que levar ônibus para frente da Prefeitura, a gente tinha que trazer recursos. Pessoas para agregar. Depois com o Luiz Gregório que nos ajudou muito. Essa experiência coma a Associação foi muito bacana. O mapeamento. Então o A.P foi o cara que rapidamente nos deu essa estrutura para a associação. As reuniões, debates e encontros. Hoje ainda se reúne, conversa, discute. Foi importante e ainda é.

Maíra: Quando chegou à Vila Operária o que sabia da história?

R.B.: Na realidade não sabia de nada. Nem sabia que era da Continental. Sabia que era uma área que foi ocupada por moradores. Foi ocupada antes por moradores e depois vieram pessoas que realmente queriam morar. Que queriam fazer suas casas. Do processo mesmo, a gente não sabia de nada. E fomos descobrir o que estava acontecendo... Tanto a Dra. Solange e o Horário Neto foram de suma importância. Tivemos reuniões nas prefeituras, fóruns, câmara, partidos políticos. Fizemos na Câmara de São Paulo, na Assembleia e aí que comecei das coisas. Pouca gente sabia. Na verdade, antes tentaram fazer a associação, mas sempre falhava. Tinha muitos interesses. E essa que fundamos, modéstia à parte, foi a que aconteceu. Era associação de luta, ia para o embate. Ia chamando as pessoas, um por um, ia brigando. Fazia levantamento, quantas pessoas, quantas casas. Ficamos sabendo da história da Vila Operária, quando começou, quantos processos tinham, quais advogados... E foi daí que conhecemos um pouco mais.

Maíra: Você achou difícil chamara s pessoas para a Associação?

R.B.: Fácil nunca é. as pessoas não A princípio não sabem a gravidade do problema. Não sabem o que vai acontecer. Dizem: Tem muitas casas. Jamais vão conseguir tirar tantas casas. Mas não é bem assim. A gente já viu casos de bairros maiores que a Vila Operária, aconteceu reintegração. Tivemos muito apoio. As vezes esquentam, esfria. Mas quando vem a reintegração, esquenta mais. Mas a gente teve muito apoio da população, não pode negar isso. Mas nunca é fácil, cada um quer buscar um caminho. É difícil, mas é bom.

Maíra: Como era a relação da associação com a prefeitura ou órgãos institucionais, era fácil?

R.B.: Não...

Maíra: Para conseguir coleta de lixo, luz, como fizeram para se organizar?

R.B.: Na realidade quando cheguei a luz e água estava acontecendo. Eles viram que tinha uma comunidade e colocaram luz e água de forma provisória. Eu não estava nessa luta, mas o pessoal do começo conseguiu...por lei eles tem que colocar né. Mas a relação com poder público nunca foi fácil também, pois eles não entendem o lado das pessoas... existe ... tivemos há poucos dias de ter uma reintegração de posse na Vila Operária e o poder público não deu aquele apoio...as pessoas que foram cobrar. Estávamos a poucos dias de ser reintegrados e fomos para a luta, conseguimos ônibus, fomos à câmara. Mas foi por luta, não por boa vontade da prefeitura de nos ajudar. Em colocar à disposição as ferramentas. Muitas vezes bateram à porta na nossa cara. Foi por luta mesmo, cobrança. E ver se não tivéssemos feito por nós, estaríamos numa situação mais complicada.

Maíra: Como era o relacionamento com os moradores dos Parques Continentais?

R.B.: Nosso relacionamento foi um pouco depois, eles formaram uma associação e o A.P foi um dos caras que ajudou lá também... E depois tivemos conhecimento do Marcelo Lorenzini, que é o presidente da IACON. E a partir daí nosso relacionamento foi muito bom...porque estreitou e formou mais pessoas, unificamos as associações dos continentais e Vila Operária. Foi mais fácil de lutar. Juntou pessoas, mais ideias e o Marcelo é um presidente sensacional.

Uma cara de luta, que vai para a briga mesmo. Nunca recou. Inteligente, advogado. Ele veio nos esclarecer.... Os continentais abraçaram a Vila Operária nessa mesma causa. Foi um relacionamento bem estreito. Vamos nas reuniões da IACON. Eles vêm aqui quando ocorre algo.

Maíra: Você nunca sentiu uma diferença de tratamento na questão da Vila Operária e dos Continentais?

R.B.: Não, nunca senti. Porque são lutas diferentes, processos diferentes. Tudo. Nunca senti esse desprezo. Mas pelo contrário. Pode ser que uma ou outra pessoa tenha dito “Ah é área de invasão”, como falam... Pelo contrário, sempre achei bacana. Pedem nosso apoio, eles dão. Não senti essa diferença não. Quando fizemos a comissão em São Paulo e tivemos esse apoio.

Maíra: Como está hoje a associação? Ela diminuiu um pouco o ritmo?

R.B.: A associação diminuiu um pouco o ritmo em função das coisas estarem mais tranquilas em função dos termos do processo. Está embargado por enquanto. Outras lideranças quiseram fazer de outras formas e acabaram dividindo a associação... algumas pessoas saíram, mas elas existem. A semente foi plantada é de luta. Mas sempre a gente traz ela à tona. A luta não acabou, ela esfria, mas não acaba. A gente continua com risco. Dá aquela esfriada, mas não pode acabar jamais né?

Maíra: Como que está a situação do processo da Vila Operária? Você pode nos dizer?

R.B.: Então... desde que conversei com o advogado está suspenso devido a um embargo de terceiros... E essa parte da Vila Operária da Torre para cima, mas a gente não sabe o que pode acontecer... eu não entro tanto a parte de processo... O A.P, os advogados conhecem mais. Por enquanto está suspenso...

Maíra: A parte de baixo da Vila Operária está com o processo embargado?

R.B.: Sim, porque eles fizeram uma negociação com a negociação e a prefeitura. A prefeitura estava intermediando essa negociação. E houve uma negociação, inclusive fiz parte da comissão de negociação, mas não foi da forma que a gente queria ...

A negociação devia ser a um preço que a população pudesse pagar, mas a negociação veio muito pesada, inclusive não foi aprovado pelo Ministério público,

pois não fizeram pelos meios legais. Empurraram uma negociação... então não foi aprovada e foi suspensa.

Maíra: Você pode contar um pouquinho como foram feitos esses acordos na parte de baixo?

R.B.: Então, nós nos reunimos com o jurídico da prefeitura e eles já tinham uma intermediação com a imobiliária Continental e fomos convidados a algumas reuniões para ver como iríamos negociar. O que discutiam eles levavam à Continental. Mas aí veio o resultado que a Continental mandou para gente, e sentimos que não foi do jeito que a gente queria. Mas não dessa forma. Desse jeito a gente não conseguir pagar e eles iam reintegra de uma forma mais fácil para eles. Tirando de uma casa, duas... no fim das contas vamos acabar saindo de uma forma mais fácil para eles e difícil para a gente. Porque agora tem um contrato e a luta fica quase individual. Essa negociação não foi fácil. A Continental esteve presente com seus advogados e foi muito difícil. Eles não fáceis de negociar. Eles empurraram a forma que queriam e a gente teve que acabar aceitando. Quando é negociação, agente oferece um valor e faz um consenso. Mas lá não foi assim. Falou “é isso”. Não foi uma conversa, foi uma imposição. Não foi do jeito que a gente queria...

Maíra: O que você espera que aconteça na Vila Operária daqui para a frente?

R.B.: O que espero é que o poder público tome parte do que acontece na Vila Operária e em outros lugares. Essa luta tá em Guarulhos inteira. Que tome parte, tente conciliar. As pessoas consigam realmente... negociar com o proprietário. Se a documentação comprovar que era deles. Se houver uma negociação... que essa sejaimpa, transparente, que as pessoas consigam entender. Espero que o poder público tome parte e legalize essa área. Sempre nessa espreita no que pode acontecer. E sempre esperando que venha à tona, um processo. E venha nos reintegra...

Maíra: Você tem um sonho R.B.?

R.B.: Tenho sonhos... um deles é que sinto uma carência de cultura na Vila Operária. Um deles é um projeto que tenho. Trazer uma biblioteca para a Vila Operária, trazer debates, poesia, saraus...música, porque vejo uma molecada se perdendo. 12, 13 anos, meus sonhos é trazer cultura para as pessoas. Outro

lado da vida traz de bom, poesia, literatura, música... uma biblioteca para fazer debates, eventos. Debate político, para as pessoas entenderem o que acontece, porque as pessoas ficam muito afastadas da política e acha que é só tomar partido disso e daquilo e acha que é política. Mas tem que lutar por isso ...então meu grande sonho é trazer um centro cultural, com biblioteca, livros e artistas para fazer essas intervenções aqui dentro...

Maíra: Você faz alguma atividade cultural em sua casa?

R.B.: Não na minha casa não. Fiz por muito tempo na casa dos cordéis em que promovi sarau Castelo Hansen, um sarau que fazíamos aos domingos. Fiz com Bosco Maciel e Osvaldo Alves. Fiz por 10 anos esse sarau. Fiz outros eventos. Hoje faço parte da curadoria do prêmio Guarulhos de Literatura. Outra falha do poder público é que estamos sem patrocinadores para esse prêmio. E quem teve a ideia foi o Lauriel Filho, que me convidou para curadoria. Faço até convite para quem se interessa para procurar na página do Facebook. Ano passado tivemos a primeira edição e agora estamos na segunda. E agora abrimos para todos o estado de São Paulo. Fiz várias atividades, fiz saraus, estou lançando meu segundo livro “Telúrico Lunático”. Fiz um livro chamado “Cangalha Escangalhada”. Esse poema faz as pessoas irem à luta.

Poesia Cangalha Escangalhada

Emudeceram-se as falas

Não reivindicaram os direitos obtidos

Deixaram correr à revelia

Não reclamaram do açoite

E a chibata comia à solta

E a cangalha de tão escangalhada pendeu-se para um lado

E as bestas sedentas e famintas de olhos tapados

Seguiram sua trajetória

Caminhos tortuosos hão de vir

Disse o menos covarde

As bocas se emudeceram

Ou tinham medo de falar

A repressão era excessiva

Até que surge um revolucionário com palavras impertinentes
Quem está calado?
Permanece mudo ou escancara todos os limites da liberdade?
Seremos escravos por mais 1000 anos?
Ou quebraremos a corrente nesse século?
E pensar, pensar pode?
Olha vossa senhoria, vos digo
Pensar pode, mas é extremamente perigoso
Cuidado com muita cogitação,
Que o condutor da tropa não gosta de pandemônios.
Poesia de R.B.Brito publicada no livro *Cangalha Escangalhada*.

Entrevista com A.P Pires (A.P.). Líder do MLM**Data: 28 de março de 2018.**

Maíra: A.P, por favor, você pode contar onde você nasceu e como era a sua família?

A.P: Ok, nasci no paraná da cidade de Querência do Norte. Nasci bem no período da ditadura militar em 1966. E minha família é origem mineira, camponesa. E em 1969 tivemos que sair do Paraná e fomos ao Mato Grosso do Sul. Nesse período tive dois tios presos pela ditadura e a gente nesse período de 69, fomos morar em Iriema no Sul do Mato Grosso. No sertão, muito mato. Meu pai adquiriu um pedaço de terra numa região de povos indígenas. Tinha bastante índios. E tive uma infância convivendo com os índios.

Maíra: Sua família trabalhava com o quê?

A.P: Meu pai era agricultor. Minha família trabalhava na roça. Meu pai foi uma pessoa influente na cidade, trabalhava com plantio de café. E com outras lavouras, como amendoim, arroz, gado, vivíamos do leite e cereais que ele colhia e vendia. Vivíamos no campo até 80. Saí da roça para a cidade nos anos 80. Nesse período quando chego na cidade, vou militar na pastoral da igreja. Nas pastorais comecei a militância com muitos povos indígenas e sem-terra. Nesse período do fim da ditadura militar e início da redemocratização, essa cidade ficava na divisa com o Paraguai e começou uma migração dos brasiguaios. E muitas pessoas ficavam nas estradas, acampadas. Nesse período ainda estava surgindo o MTST, o MST... então a igreja fazia um trabalho de assistência. A gente que era da pastoral ia para a igreja levar alimento para as famílias nas margens da estrada. Levar agasalho. E aí comecei a militar na pastoral com as pessoas acampadas na estrada. Ali começo minha militância. Quando surge o MST ingresso no movimento. Mas tudo começa com a teologia da Libertação, porque tinha as organizações, as foranias. Comecei jovem e foi ali que comecei essa luta...Participávamos de vários seminários de luta pelos povos indígenas e ia muito fazendeiro que reprimia. Naquele período tinha a UDR, que era união

dos ruralistas, que faziam um confronto direto com os progressistas, da igreja, da teologia. Vivíamos em uma guerra, pós redemocratização do país, uma guerra contra os empresários, fazendeiros. Na época não queriam essa luta.

Maíra: Quando você vem para Guarulhos A.P?

A.P: Aí em 1993, venho para Guarulhos. Minha vinda para Guarulhos foi porque os embates na cidade começaram a ficar muito forte. No Mato Grosso né? As perseguições começaram a ficar muito forte por conta do capital lá né? Dos fazendeiros. Os padres que eram nossos líderes, foram afastados pelo bispo a mando dos grandes fazendeiros. A gente ficou fragilizado. E nós da militância, ficamos muito perseguidos, em uma cidade pequena ficamos estigmatizados. Olha o comunista... aquela coisa...então ficou muito, havia muitas ameaças de capangas, torturas. E vim para São Paulo em 93, comecei a trabalhar em tecelagem. Dois anos depois comecei a participar de teatro, eu era da igreja. Assim pelas pastorais. E comecei a trabalhar com teatro nas periferias. Em 1992 foi firmado o Pacto do Direito das nações na Costa Rica, que dá o direito as nações da livre expressão. Naquele momento surge um movimento das rádios comunitárias pelo país, como a gente era da cultura, nós entramos no movimento de rádios comunitárias. Participei da Abraço – associação brasileira de rádios de são Paulo. A gente conseguimos colocar uma rádio popular no ar em 1998, e militamos nas rádios comunitárias. E na rádio comunitária fundamos uma casa de cultura em Cumbica. Espaço cultural Zumbi dos Palmares, em homenagem aos povos negros. E daí começamos a trabalhar com as rádios comunitárias, os teatros. E aí começou a conviver na periferia, onde tinha comunidades pobres. E aí a gente começou a se interessar por essa questão urbana das ocupações. E vi as necessidades dessas pessoas. E comecei a participar do movimento de moradia. Em 1999, no início de 2000, a gente funda o Movimento de luta por Moradia – MLM, naquele momento a cidade elege em 2000,2002, e a cidade elege um prefeito do PT. E com esse governo nasce a expectativa das comunidades terem um amparo maior, e daí a gente organiza uma luta, vamos à prefeitura. Naquele momento tínhamos na cidade de Guarulhos umas cento e trinta e poucas favelas, ocupações... então fazíamos trabalhos nas comunidades para fazer a luta pelo interesse deles. Como era feito isso? Toda cidade com

mais de vinte mil habitantes tinha que entrar no estatuto das cidades, no plano diretor. E uma lei que tem amparo no plano diretor. Daí você transforma esses locais da cidade como área de interesse social e para fazer isso começamos a organizar essas áreas em associações. Aí nós fazíamos as associações, como “núcleo habitacional X” então organizamos várias comunidades. E de cada comunidade tirávamos um representante para participar do MLM. Nós tínhamos um calendário de reuniões nessas comunidades.

Maíra: Como começa sua luta na Vila Operária?

A.P: Então, isso ocorreu em 2010, 2011... eu fiquei sabendo através da câmara em uma manifestação de outra comunidade. E aí uma pessoa da Vila Operária nos procurou porque queria o apoio do movimento. A gente não tinha nenhum contato com a Vila Operária. A pessoa me passou e falou do processo de reintegração... E eu vim até aqui e procurei uma liderança da época, que se dizia que era o Seu Severino. Um dos primeiros que ocupou. Conversei com ele, uma conversa cordial, ofereci o apoio do movimento e ele aceitou. E aí a gente marcou a primeira Assembleia na Rua do Campo. Fizemos a assembleia, orientei que tivesse um advogado e o movimento cuidaria da parte política de mobilização... E aí o advogado cuidava do processo. Quando chegamos aqui tinha um advogado que cuidava do processo da parte de cima. Era dividido em duas partes, da torre para cima que era de um posseiro, que foi vendida pela família de Seu Irismário. E de baixo era do pessoal do Vicente de Paulo Pinto. E tinha uma divisão de dois posseiros. E aqui de cima, do pessoal do Sr. Irismário tinha uma advogada, a Dra. Solange. O pessoal de baixo não tinha e lá tinha um processo, diferente. Da 5 vara e na de cima da 8 Vara. E quando vim foi para ver o da 5 Vara que estava desprotegido. E minha ideia era fazer uma fusão, pegar um advogado e conversasse com os advogados, Dr^a Solange e Dr. Max. E um advogado que cuidasse da parte de baixo. E conseguimos um advogado para a parte de baixo. Num primeiro momento a gente conseguiu. Suspendemos a reintegração... E depois fomos à prefeitura fazer a briga política.

Maíra: E como você chegou as outras pessoas que também estavam disputando essa área da Vila Operária?

A.P: Quando fizemos, quando o movimento entra na comunidade a primeira meta é fazer um raio X da área; quem foi que vendeu, qual origem da terra, se é terra pública, grilada, particular. A gente descobriu que era uma terra que tinha uma posse... uns posseiros antigos. A terra tinha origem de dois cidadãos militares e o L.G. Gregório deu muita informação para a gente. E quando fazemos a primeira assembleia no movimento ele vem e aparece e ele apresenta uma história que era de uma família tradicional militar. Dos Petrela e Teixeira Leite. Vamos atrás desses documentos e encontra fundamento nisso né? e as primeiras certidões negativas saem no nome desses dois. Sai no nome da família Teixeira Leite e do outro lado a Imobiliária Continental apresenta a origem, que não contradiz a origem verdadeira do Teixeira Leite. Ele apresenta a escritura em cartório. Nessa certidão negativa não há a citação e que a família Teixeira Leite vendeu para Imobiliária. Ou para quem a Imobiliária, de quem a Imobiliária comprou. Na documentação da Continental, ela fala que comprou do Charles Randell, um americano que tinha informação que ele morava na Flórida nos EUA ou em outro documento em Goiás.... É um pecuarista, criador de boi. Um negócio maluco. E quando busca a história dele, com os moradores, com o Instituto Mackenzie, não bate as confrontações de terras. Se tem uma terra que tem uma escritura, essa escritura tem que confrontar com a escritura tal. E essa escritura, essas confrontações, não deixa claro para a gente...

Maíra: Como foi a organização dos moradores para fazer a luta?

A.P: Aqui na Vila Operária não foi tão difícil, era um momento grande de aflição por parte das pessoas... Era tudo que elas tinham, esses terrenos. São pessoas humildes, iam ficar na rua. Nesse momento eles aderiram, apesar das especulações e influências políticas e de outras pessoas que diziam que iam resolver através de mandatos...

Quando o movimento entra, começamos a fazer o trabalho de mobilização. Fizemos a primeira assembleia. Reforçando a importância de a comunidade ter a associação, é um instrumento para partilhar seus problemas, organizar as táticas de como levar o povo à prefeitura, como levar o povo ao Fórum. Para dar uma prensa nas autoridades. E entenderam que a luta individual não iria a lugar nenhum. A vitória só viria se poderia ser organizada em luta. A gente fez isso.

Montamos a associação, organizar eles. Hoje estamos aqui ainda porque foi luta. Levamos o povo no Fórum, foi dia 12 de março de 2011 ou 2013, mas foi em uma audiência em que estava marcada data e horário e a reintegração de posse para a segunda 5 da manhã. E levamos mais de 180 famílias, quase 200 famílias para o Fórum. E chegamos em uma audiência em que os moradores sequer foram convidados para participar da audiência. A audiência estava sendo discutida na 5ª Vara com o Juiz com o representante da imobiliária, os representantes do Estado, da polícia, para efetuar a reintegração. E quando colocamos o povo na porta do Fórum com faixa, barulho contra a reintegração, o juiz então pede que o oficial de justiça descesse até o térreo onde estávamos e procurasse um representante. E eu estava e fui escolhido para ir... entrei na audiência e disse, o juiz me pediu, no período da tragédia do Pinheirinho. Na primeira fala, o juiz disse: Você é o representante dos moradores?

Eu disse que estava com eles. Falei da nossa luta, porque estávamos ali... Ele disse para que eu falasse para os moradores não resistissem à reintegração que era as 5h00 da manhã da segunda-feira. Ele chamou na audiência no intuito de convencer as pessoas a não reagirem à reintegração, que seria sangrenta. Com tropa de choque e eu disse que não era meu papel, eu estava do outro lado, meu papel não era acalmar as pessoas e fazer com que obedecessem como cordeiros. E pedi que não fosse feita uma reintegração do jeito que queria fazer. Então falei, "se isso acontecer, vai ser uma Pinheirinho em Guarulhos..." O que posso adiantar é que os moradores estão nessa área e por eles, eles... tem iniciativa de negociar. Teve reuniões no ano passado, em que houve promessas e o prefeito chamou as partes para negociar e a própria imobiliária esteve presente para negociar. E o Juiz não sabia dessa versão. Em nenhum momento os representantes da imobiliária não tentaram desmentir, então... eu disse que tinha como provar. Então ele disse para suspender a reintegração. Tinha um início de negociação. Então o juiz disse: SE tem um início de negociação, não há motivos para pedir a reintegração. E aí ele suspendeu por 30 dias e pediu para apresentarmos as provas de que tinha uma negociação já em curso. E com isso suspendemos a reintegração e nisso ganhamos tempo. Nesse tempo já não

estava a Dr^a Solange, entrou o Dr. Horácio, entramos com embargo. Foi nisso ganhando tempo e estamos aqui até hoje.

Maíra: A.P, como você define a relação com a Prefeitura de Guarulhos?

A.P: A cidade de Guarulhos é uma cidade onde quem manda é o coroné. É uma cidade de coronelismo. Onde há uma especulação imobiliária muito forte. Há muitos interesses assim... da elite que manipula a cidade. Pois são os grandes financiadores de campanha. Então é meio complexo. O governo na verdade, nunca tinha interesse, nunca esteve do lado das pessoas mais humildes, mas sempre esteve do lado do grande latifúndio. Essa situação sempre foi difícil aqui. Sempre pesou a influência política na cidade, a tradição pesa muito... O que a gente tem conseguido na cidade tem sido com povo na rua, com mobilização, e não houve muita abertura. Houve promessas, muitas reuniões, promessas, mas os poucos avanços que tivemos foram por via judicial, quando paramos a reintegração. Se fosse pela prefeitura tinha reintegrado. Nós conseguimos parar com o povo no judiciário. E depois a gente pressionou o governo com uma linha de acordo, diálogo com a suposta proprietária. Agora é um acordo que foi feito no momento, mas foi paliativa, para estancar a reintegração.

Maíra A.P, você disse que o MLM atua em outros bairros, poderia contar um pequeno panorama da questão fundiária em Guarulhos?

A.P: No início do MLM, ele surge para suspender mais de 180 processos de reintegração de posse. Quando o MLM surge, a primeira coisa que fazemos é um cadastro das áreas. E a primeira coisa que surge é que são áreas públicas. E a gente leva para a prefeitura mais de 5 mil pessoas para a frente da prefeitura. Na época o prefeito Elói Pietá do PT e levamos uma reivindicação, dizendo que as áreas públicas com processo, cabe ao poder público intervir para suspender os processos. Nas áreas particulares sabemos que não tem como o poder público intervir. Outra reivindicação é que essas áreas públicas fossem desafetadas e o poder público mandasse um projeto de lei desafetando essas áreas. Desafetar a área é mudar a destinação dela com base no Plano diretor da cidade. E a gente fez essa mobilização. Ele assume esse compromisso. No ano seguinte ele manda à câmara uma lei com mais de 118 áreas públicas para serem desafetadas e ele suspende os processos de reintegração e faz o projeto

da lei 5473 de 1990. E essa lei autoriza, a câmara aprova essa lei. Mais uma vez o MLM é importante porque mobiliza o povo na luta, rua na câmara. E a câmara através da mobilização, vota a lei e autoriza a dar a concessão de uso. Então no ano seguinte começa aí a conceder os títulos de posse de 90 anos. E naquele período a cidade não tinha uma secretaria de habitação, tinha um departamento, que não tinha estrutura nenhuma para uma cidade de mais de um milhão de habitantes na época. Não tinha topografo, nenhuma estrutura. Então essa foi uma reivindicação do MLM para que o prefeito fizesse uma secretaria de habitação. A secretaria de habitação, as 118 áreas desafetadas. Começa aí a luta do MLM, conseguimos a suspensão das reintegrações de posse. Quando estava resolvido, começamos a trabalhar nas áreas particulares com processo iminente de reintegração. Começamos no Santa Edwiges, uma área enorme com reintegração. Tijuco Preto, em 2002 a gente consegue um acórdão definitivo em uma área com mais de 980 famílias, conseguimos um acórdão em um tribunal de São Paulo. Conseguimos lotar a câmara, sensibilizamos o judiciário na audiência da importância de não deixar aquela comunidade sair. E hoje o Tijuco está lá. Depois veio o Vale dos Machados, uma outra comunidade. Aqui no centro da cidade. A gente conseguiu que o prefeito na época, antes do Elói fizesse um decreto de utilidade pública para segurar a reintegração. Depois tivemos uma outra situação também com muita luta com a Ponte Alta, e fizemos com que o prefeito Elói fizesse um acordo com o pessoal da Proguaru, usaram uma autarquia para adquirir a área; E aí os moradores puderam fazer uma negociação. E a gente foi achando um caminho entre as pedras...

Maíra: Por favor A.P, poderia explicar um posicionamento do governo Pietá, que optou por dar a possessão ao invés da escritura aos moradores dos bairros?

A.P: naquele momento a legislação não permitia a usucapião em terras públicas, e também não permitia a doação de área pública que era do povo. A lei não permite essa doação. A não ser que a câmara autorize a vender a área pública. Mas era permitida a concessão. E a maioria dessas eram áreas públicas. A lei 6766 exige que o proprietário particular doe 35% da área do loteamento à municipalidade, para fazer praças, locais públicos – hospitais, escolas. Para entender como é a especulação imobiliária nessa cidade, as áreas doadas para

a municipalidade eram áreas de margem. São áreas de encostas, piores. Se tiver que doar para a municipalidade, vou doar essa aqui. Aquelas que não tinham serventia. Estava perto do rio, área de declínio. E as pessoas não tinham onde morar e foram parar nesses lugares, nas margens dos córregos. Hoje então... essas áreas hoje são de preservação, áreas de minas, nascentes. E quando foi feita a concessão real de uso para as famílias, muitas famílias não conseguiram pegar o título, pois estavam a menos de 15 metros do rio. Porque a lei pede 30 metros do rio. Mas se área é de ZEI a área cai para 15 metros. E as pessoas que estavam nessa área não pegou título. E acordado com o movimento, a municipalidade quando for urbanizar manda essas famílias da margem para outro lugar em um projeto embrião. Quem estiver fora dessa margem recebe a posse. Isso é uma garantia da lei, ser removido para outro lugar. Infelizmente não foi feito de acordo com a lei. Mais de 60% das comunidades pegaram títulos, mas 40% ficaram sem. Porque estavam na margem. E o movimento cobrou a municipalidade para um novo reassentamento. E nosso movimento é a favor da reforma urbana. Dar condições de vida onde a pessoa está. É reformar o espaço onde vive a comunidade e não jogar em outro lugar. Só que aí em 2009, surge o projeto Minha casa, Minha vida e aí surge uma esperança que essas comunidades fossem removidas para áreas mais próximas. Que fosse feita uma casinha e fosse feita a urbanização. Em 2009 sai Minha Casa, Minha Vida, o governo municipal parou o projeto da reforma urbana. Não deu sequência. Eu falo agora com o dinheiro do Minha Casa, Minha Vida e vamos levar essas pessoas, cadastrar essas famílias ao Minha Casa, Minha Vida. Aí uma coisa que a gente não concordou. Essas famílias não tinham cultura de morar em prédio. Precisam de readaptação com cachorro, papagaio.... Esse programa estava com as empreiteiras, muitas delas financiadoras de campanha... E aí pegavam os terrenos mais longe da cidade e tiraram as comunidades para jogar nas franjas da cidade. No *minha casa, minha vida* houve negociação com as áreas particulares, e os proprietários foram negociando com a prefeitura. Na área da FIAT na Ponte Grande, congelaram por um ano. A prefeitura disse: Parem a reintegração, que nós vamos pegar esse povo e vamos colocar nos Pimentas. O proprietário acordou. Como na Hatsuta por exemplo na região do CECAP. E

foram colocando esse povo, diluindo no Minha Casa, Minha Vida. A prefeitura usou um instrumento do governo federal para desocupar as terras particulares ocupadas e tirou essas pessoas de lá. Porque o posseiro tinha direito lá... mas para atender o capital né? Para devolver a área do capital e levou essas pessoas na Minha casa, Minha vida. Mas essas pessoas continuam na beira do rio. O Ministério Público em 2014, pessoal dos arquitetos do Brasil fizeram um estudo e levanta as áreas de risco da cidade. E o MP faz um processo e dá um prazo de 120 dias para retirar as pessoas da margem. Mas a maioria das margens eram essas pessoas que ficaram. A maioria das áreas já estava desafetada nas leis. Deram 120 dias para que saíssem das casas sem saber onde vão. A 2ª Vara Pública, que move o processo diz: Você prefeitura é ré. Tirem as famílias. Mas a prefeitura não tem estrutura e aí tá o dilema.

Maíra: A.P, o que você pode destacar que irá acontecer aqui?

A.P: Olha, a Vila Operária, a origem da Vila Operária era uma área de preservação ambiental. Antes mesmo de ocupar, já existia uma devastação aqui. Já existia um desequilíbrio ambiental. Ele já tinha feito um loteamento aqui. O cara que se diz o proprietário. Antes da família entrar, tinha loteamento. É desde 1979. A imobiliária praticou um crime ambiental e quer colocar no colo da ocupação. Mas os moradores entraram no período do ano 2000. O loteamento existe desde 1979. Já existia uma devastação. Pela origem da terra, pela posse, a prefeitura já era para ter assumido a área com base no plano diretor da cidade. Pode fazer uma desapropriação. Como estão fazendo do Rodoanel. O estado baixa um decreto, desapropria, e recebe um título da dívida pública, um precatório. Mas a prefeitura podia fazer aqui. Mediante a devastação por ser uma área ambiental, a prefeitura poderia fazer uma desapropriação da área, negociaria com os moradores. E pelo proprietário ter devastado a área estaria pendente de uma punição por parte da municipalidade. Fazia um decreto, a prefeitura assumiria, negociaria com os moradores e pagaria a Imobiliária com o título da dívida pública. Se o proprietário provasse que era o dono. Porque até hoje tem milhares de processos correndo. Então a prefeitura pode fazer isso. Ainda mais com a lei 13645 de 2017/2018 essa lei dá direito ao prefeito regularizar. Ela diz que o posseiro peça usucapião administrativo. Ele pega dois

vizinhos que mora ali. Vai até o cartório de registro de imóvel e pede a matrícula, notifica o proprietário e sai no Diário Oficial que ele tem 15 dias para se manifestar. Com 15 dias não se manifestou, ele perde literalmente a área. O poder público pode fazer melhor, e ele dizer não reconheço essa propriedade e dizer que reconhece essa comunidade e fazer a legitimação com base na lei. Então, existe instrumento. Sempre disse aos moradores, vocês têm o direito da posse, tem lei, mas daí estamos lidando com um governo popular. Mas que tem por trás dele apoio do grande latifúndio. A Vila Operaria é uma das ocupações dentro desse loteamento. Outra é perto dos Cambará... E então é um bairro que tem as condições para ser resolvida. Tem histórico de grilagem, falsidade por parte da imobiliária. Tem história de comodato feito de forma obscura. Então é isso.

Maíra: Você tem um sonho?

A.P: Meu grande sonho, como ativista, militante e chegar aqui e ver esses companheiros com escritura na mão. E dizer: posso deitar e dormir. Pois sei que o pesadelo da reintegração não existe mais... então ... porque para a gente o mais difícil é ver o pessoal vir de longe, como o E.O., que veio da Bahia com sua família, para cá. E tudo que ele tinha, investiu aqui. Você imagina uma pessoa da idade do E.O., perder isso aqui. Ter que começar tudo de novo. Ele não tem mais a juventude.

E.O.: Pagamos nosso material todo com a ajuda da Caixa.

ANEXO A – REPORTAGENS SOBRE A VILA OPERÁRIA

09/08/2018

Moradores da Vila Operária estão apreensivos com reintegração

WhatsApp: 9 4702.3664

Rádio

[Home](#)
[Canais](#)
[Dinheiro](#)
[Política](#)
[Veículos](#)
[Sugestão de Matérias](#)
[Coluna Livre](#)
[Fale Conosco](#)

Moradores da Vila Operária estão apreensivos com reintegração

Rosana Ibanez - Foto: Aparício Reis 08/06/2012 11:14

Os moradores da Vila Operária estão apreensivos quanto a uma possível reintegração de posse dos lotes. Esta não é a primeira vez que isso ocorre uma vez em que nos últimos anos, vários processos judiciais foram abertos com esta finalidade. No entanto, desta vez, segundo eles, a Prefeitura não teria cumprido a sua parte nos acordos.

"Em 2010 houve o Orçamento Participativo e aqui foi colocado como área de interesse social. A partir daí nós tivemos uma reunião com o jurídico da Prefeitura e a imobiliária Continental, onde ficou acertado que a Administração Municipal marcaria o território como Zona Especial de Interesse Social (Zeis) e a imobiliária retrairia o processo de reintegração. Contudo, a Prefeitura não cumpriu a sua parte no acordo e a Continental manteve o processo", explica o advogado dos moradores Horácio Neto.

A briga se estende desde 2008, entre posseiros, a imobiliária Continental e os moradores e até o momento não há uma posição definitiva, o que deixa as 1.800 famílias que residem na Vila Operária em constante apreensão.

"Tem gente aqui que não consegue dormir porque não sabe o que vai acontecer. Além disso, queremos fazer algumas melhorias em casa, como colocar piso, por exemplo, e não podemos porque não sabemos como será amanhã", afirmou a moradora Sonia Maria Santos.

O problema é que não há uma definição exata de quem de fato é o responsável pelo local. De acordo com o advogado Manuel Cantadeira a área seria pertencente ao seu cliente, Vicente Pala Pinto, que, como parte dos pagamentos de seu honorário, lhe repassou 23,7 mil m² - processo este que já foi deferido pela 7ª Vara Cível de Guarulhos, em 1994. Assim, o advogado seria dono de uma parcela da área total de 89 mil m², e estaria disposto a negociar com as famílias.

Famílias aguardam negociação com proprietários

Ainda assim, as famílias aguardam uma posição definitiva, pois querem negociar a aquisição dos lotes. Segundo a presidente da Associação de Moradores da Vila Operária, Andréia Marques, os moradores querem a ajuda da Prefeitura para que eles não precisem sair e possam pagar pelo local.

"Esperamos o apoio do prefeito pra que venha acontecer a negociação da área e sabemos que ele pode nos ajudar. Ninguém quer sair daqui e nem morar de graça, mas queremos dialogar e pagar o que é devido", ressaltou Andréia.

"Desde o início eu me propus a uma negociação. Eu ganhei essa área, contudo, sem sombra de dúvidas, estou disposto a dialogar com eles" ressaltou o advogado Cantadeira. A Secretaria de Assuntos Jurídicos informou que se trata de uma área particular e a Prefeitura não é parte no processo. A Reportagem não conseguiu contato com a Imobiliária Continental.

Insira seu comentário

0 Comments

Sort by Oldest

Add a comment...

Facebook Comments Plugin

[Seja o Primeiro a comentar esta notícia](#)

Insira um comentário

Nome... Obrigatório

<http://www.guarulhosweb.com.br/noticia.php?nr=47541>

1/4

[Início](#) > [Comunicação](#) > [Notícias](#)

Regularização de área em Guarulhos

03/07/2015 10:21 | Da assessoria do deputado [Gileno Gomes](#)

[Compartilhar](#)

[Twitter](#)

[E-mail](#)

Deputado leva apoio aos moradores da Vila Operária

Gileno Gomes (PSL) participou de assembleia realizada em 28/6, na Vila Operária, na qual a prefeitura de Guarulhos apresentou os termos do acordo fechado entre o proprietário da área, onde residem 1,5 mil famílias irregularmente, e a comissão de moradores. O documento foi homologado pela 5ª Vara Cível do Fórum da cidade.

Pelo acordo firmado na Justiça, ficou definido que os interessados em adquirir os lotes vão pagar R\$ 700 por metro quadrado, que poderão ser divididos em até 180 parcelas. O documento destaca que os terrenos que se encontram em área de proteção ambiental ou sob a rede elétrica que passa no bairro não serão negociados. O acordo na Vila Operária deve beneficiar mais de 700 famílias.

Durante o encontro, os moradores tomaram ciência de que, mesmo com o acordo na Justiça, a prefeitura terá que fazer o cadastramento de todos os moradores, em atendimentos individualizados, com a presença de representantes do Poder Público e do dono do terreno. Com essas informações, será possível assinar os primeiros contratos de compra da área.

"Esse acordo firmado na Justiça entre a Imobiliária Pirucaia e os moradores encerra uma luta de mais de dez anos", disse o deputado, que recentemente solicitou ao secretário estadual da Habitação, Rodrigo García, mais investimentos em habitação com o intuito de ajudar famílias que atualmente vivem em terrenos irregulares.

gilenogomes@al.sp.gov.br

MAPA DO PORTAL

Notícias mais lidas

- [Você sabe o que são as Comissões Permanentes?](#)
- [São Paulo produziu 183 novas leis no primeiro semestre](#)
- [Lei proíbe caça de animais silvestres no Estado](#)
- [FuncionAL - Com vocês, Vitória](#)
- [Transmissão de doenças pelo Aedes recua no país](#)
- [Lei torna o trabalho dos policiais paulistas mais seguro](#)
- [FuncionAL - Com vocês, Cidão](#)
- [Mulheres terão prioridade no registro do imóvel](#)

09/08/2018

Nova reintegração de posse na Vila Operária - Guarulhos em Rede

Nova reintegração de posse na Vila Operária

By **Rogério Princiotti** - nov 11, 2014

Os moradores de uma área invadida Vila Operária 4 e 5, que fica entre as ruas Vicente de Paula, Vicente de Paula Pinto, Curva das Torres, 14 de Agosto e parte da rua Goiás, totalizando 23.700 m², estão correndo o risco de perder as suas residências, devido a uma reintegração de posse que já foi autorizada pela Justiça. Mas a situação não é tão simples, pois existe uma confusão sobre a posse da área.

O advogado Manoel Carlos Jesus Cantadeiro alega ser dono do local, e já conseguiu a reintegração de posse. "Todos os órgãos já foram oficiados sobre a reintegração, só falta a liberação de alguns para ser feita. Estou disposto a negociar a área com quem já mora no local, mas até agora não fui procurado pelos líderes", contou Cantadeiro, que diz que foi decidido na justiça em 1994 que o terreno é seu.

09/08/2018

Nova reintegração de posse na Vila Operária - Guarulhos em Rede

Quem está na briga é a Imobiliária Continental, que por meio do seu advogado, Evandro Garcia, afirmou ter recuperado a área em 1996. "Nós recuperamos a área, e inclusive já temos a reintegração de posse de toda ela, que é de 85 mil m², e não só da parte que o Cantadeiro diz ser dele. Ele também pode ter entrado com uma ação, mas para pedi-la não precisa ser o dono, e sim só mostrar que já teve a posse um dia, e isso ele realmente teve", contou o advogado. "Existe a possibilidade de negociação dos lotes, e a orientação da Imobiliária é que os moradores não negociem com terceiros, pois a área é nossa e eles vão perder dinheiro", afirmou o representante da Imobiliária.

No meio do fogo cruzado estão os moradores, que vivem no local desde 2001 e estão dispostos a negociar a compra dos lotes. "As pessoas estão preocupadas com a reintegração de posse, com medo de perder suas casas. Alguns já começaram a negociar com a Continental, e o Manoel Cantadeiro também já se mostrou disposto a vender. Não sabemos com quem falar", finalizou Anselmo Pires da Silva Neto, coordenador do Movimento de Luta por Moradia.

Fonte: Guarulhos Hoje

30/04/2018

Vereador acusa Imobiliária Continental de especulação imobiliária na Vila Operária

GUARULHOS em tempo real web

pet paulista

Agora pertinho de Você!

petpaulista.com.br

WhatsApp 9 47023664

LOJA PET BANHO E TOSA CONSULTÓRIO ULTRASSONOGRAFIA

Av. Pres. Humberto de Alencar Castelo Branco, 3.207

Segunda a sexta 9h às 19h Sábado 9h às 17h

(11) 2600.4651 / 4763

PESQUISAR NO GWEB GO

Home Canais Dinheiro Política Veículos Sugestão de Matérias Coluna Livre Fale Conosco

Vereador acusa Imobiliária Continental de especulação imobiliária na Vila Operária

Antonio Boaventura - Do GuarulhosWeb 18/03/2015 14:17

Diante da intensa manifestação realizada na sessão plenária da Câmara Municipal, da última terça-feira, 17, por moradores que habitam em áreas de propriedade da Imobiliária Continental, o vereador Marcelo Seminaldo (PT) acusou a empresa de promover especulação imobiliária no bairro da Vila Operária. Conforme revelou o GuarulhosWeb, munícipes já foram notificados sobre a reintegração de posse naquele local.

"Eles estão propondo o metro quadrado por R\$ 700 reais na Vila Operária e todo mundo sabe que não vale. O que ela está fazendo é especulação (i)imobiliária às custas do trabalhador. E isso a gente não vai permitir", declarou o parlamentar petista, que se propôs a fazer um manifesto nesta quinta-feira, 19, sem horário definido, em frente das dependências da Imobiliária Continental.

Além da possível desregulamentação de mercado apontada, Seminaldo revelou que a empresa destacada possui uma dívida de aproximadamente R\$ 120 milhões com o município, e que precisa ser quitada. Ele também acredita que as partes precisam se reunir o mais rápido possível para encontrar uma solução para as pessoas que residem nas áreas pertencentes à Continental.

"A outra coisa é exigir do Governo Municipal que se cobre a dívida da Continental, isso por que ela tem muita rapidez para cobrar os outros, mas não tem a mesma para pagar. Ela deve mais de R\$ 120 milhões de impostos. Esse é um caminho que a gente tem que buscar com o representante da Continental e do Governo para ver o que vamos fazer com essa dívida para garantir que essas pessoas tenham direito a moradia", explicou.

No entanto, Marcelo entende a legitimidade dos direitos que a Imobiliária Continental possui, estes conquistados por meio do Poder Judiciário, mas pretende intermediar uma possível negociação com os moradores e a empresa para que possam encontrar a melhor solução para o caso.

"Uma coisa é a questão jurídica, e me parece que a continental venceu, e a outra é a questão social. Temos que separar as duas coisas. Entendo que nós como vereadores temos que fazer justiça no sentido de procurar a Imobiliária Continental a fim de que ela faça um acordo descente com as pessoas", encerrou.

Insira seu comentário

Todos os comentários e opiniões expressas são de inteira responsabilidade dos autores.
Comentários:

Anônimo 14/10/2016 17:45
COMO FICOU?

Gostaria de saber como ficou o cumprimento desse acordo com a Continental, pois assinamos o contrato, e até agora não obtivemos nenhuma informação concreta e, o risco prossegue.

Maria 20/03/2015 12:18
O PT ACORDOU TARDE

http://guarulhosweb.com.br/noticia.php?nr=98091&t=Vereador+acusa+Imobiliaria+Continental+de+especulacao+imobiliaria+na+Vila+Operaria

1